

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/333040144>

# Genero, familia e trabalho no Brasil

Book · May 2005

CITATIONS

27

READS

365

2 authors:



Clara Araujo

Rio de Janeiro State University

21 PUBLICATIONS 362 CITATIONS

SEE PROFILE



Celi Scalon

Federal University of Rio de Janeiro

41 PUBLICATIONS 287 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Sustainable Social Development: class and perceptions of social justice and equity [View project](#)



CLARA ARAÚJO  
CELI SCALON  
ORGANIZADORAS

Gênero,  
família e  
trabalho no  
Brasil



ISBN 85-225-0508-X

Copyright © Clara Araújo e Celi Scalon

Direitos desta edição reservados à  
EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14º andar  
22250-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-5543

Fax: 21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988).

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.*

1ª edição — 2005

Revisão de originais: Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães

Revisão: Aleidis de Beltran e Mauro Pinto de Faria

Editoração Eletrônica: FA Editoração Eletrônica

Capa: Adriana Moreno

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
Mario Henrique Simonsen/FGV

Gênero, família e trabalho no Brasil / Clara Araújo e Celi Scalon,  
organizadoras. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.  
304p.

Inclui bibliografia.

1. Família e trabalho — Brasil. 2. Mulheres — Brasil — Condições  
sociais. I. Araújo, Clara. II. Scalon, Maria Celi. III. Fundação Getúlio  
Vargas

CDD — 3 . . .

## Sumário

---

### Apresentação 7

Clara Araújo e Celi Scalon

1. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil 15  
Clara Araújo e Celi Scalon
2. Percepções sobre esferas separadas de gênero 79  
Bila Sorj
3. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil 89  
Marlise Matos
4. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? 123  
Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira
5. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar 149  
Felicja Silva Picanço

6. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico 173  
*Carlos Antonio Costa Ribeiro*
7. As cores da desigualdade de gênero no Brasil 203  
*Rosana Heringer e Dayse Miranda*
8. Solidariedade familiar intergeracional 225  
*Clarice Ehlers Peixoto*
9. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado 241  
*Paola Cappellin*

#### Anexos

- I – Questionário-padrão 269
- II – Perfil geral dos entrevistados 298

## Apresentação

Este livro é uma coletânea dos trabalhos realizados no âmbito da pesquisa “Gênero, trabalho e família”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Esse programa de pesquisa consistiu na realização de um *survey* nacional de atitude e opinião, que contemplou vários aspectos das relações de gênero no âmbito da família, especialmente no que diz respeito às percepções quanto à inserção da mulher na força de trabalho, à divisão do trabalho doméstico, ao papel da maternidade e do casamento e a relação entre satisfação individual e vida familiar. A pesquisa integra também o International Social Survey Programme (ISSP), um programa de colaboração entre países que tem como objetivo a produção de dados comparativos sobre tópicos relevantes para as ciências sociais. Nesse momento, o ISSP conta com a colaboração de 38 países-membros, sendo o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) o representante do Brasil nesse programa desde 1999.

A pesquisa teve como base institucional o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o IUPERJ, sob a coordenação de Clara Araújo e Celi Scalon. Visando enriquecer o olhar analítico e propiciar abordagens mais diversificadas dos dados, nove pesquisadores de diferentes instituições acadêmicas — Bila Sorj (IFCS/UF RJ), Carlos Antonio Ribeiro (PPCIS/Uerj), Clarice Peixoto (PPCIS/Uerj), Felícia Picanço (DPCIS/Uerj),

Marlise Matos (DCP/UFGM), Paola Cappellin (IFCS/UFRJ), Rosana Heringer (Ceab/Candido Mendes), Zuleica Oliveira (FSS/UFRJ) e Dayse Miranda (Cepia) — foram convidados a participar da pesquisa, apresentando trabalhos num seminário e escrevendo textos sobre temas específicos por eles escolhidos. Os textos foram apresentados inicialmente num seminário realizado em abril de 2004 na Uerj e sua versão final resultou nesta coletânea.

O *survey* consistiu num questionário-padrão, aplicável a todos os países que compõem o programa, acrescido de perguntas relacionadas com a realidade brasileira. A coleta dos dados foi realizada em novembro de 2003,<sup>1</sup> em uma amostra dos domicílios de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, controlados por setor censitário urbano e rural, com cotas para sexo, idade, escolaridade e região. O questionário compôs-se de dois grandes blocos de perguntas: um sobre percepções, extensivo a todos os entrevistados; e um sobre atitudes práticas na organização da vida cotidiana. Este último incluiu apenas os entrevistados que disseram viver conjugalmente no momento da entrevista. O questionário encontra-se no anexo I do livro.<sup>2</sup> Os dados relativos ao perfil sociodemográfico e familiar dos entrevistados encontram-se no anexo II.

Por seu caráter pioneiro — trata-se do primeiro *survey* de âmbito nacional que ouviu homens e mulheres sobre a conciliação entre vida familiar e trabalho — e também por seu tema e abrangência, a pesquisa contribuiu para o conhecimento mais amplo de uma questão importante para a sociologia contemporânea. Como é sabido, entre as mudanças consideradas significativas pelos estudos sociológicos efetuados durante o século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, estão as ocorridas na situação das mulheres e as relacionadas com a família, ambas associadas ao processo de individuação que marca a sociedade contemporânea.

Em relação às mulheres, destacam-se suas conquistas de direitos legais; sua inserção no espaço público, notadamente no mundo do trabalho; as importantes alterações ocorridas na esfera privada, com a maior autonomia obtida em suas escolhas afetivas, e o enfraquecimento da hierarquia de gênero nas relações conju-

<sup>1</sup> O questionário foi aplicado pela empresa de pesquisa Sensus, com supervisão da coordenação da pesquisa. Abrangeu 195 municípios de 24 estados brasileiros, com uma margem de erro de  $\pm 3\%$  e intervalo de confiança de 95%.

<sup>2</sup> As perguntas acrescentadas foram as seguintes: 9, 10, 22, 25, 27, 28, 34, 35, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58L, 61J, 61M, 63G, 63H, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 85.

gais. Quanto à família, chamam a atenção as intensas mudanças nas características de sua composição e estruturação, as quais se expressam na diversidade das formas de conjugalidade; as alterações no seu funcionamento, nas formas de organização interna, nas dinâmicas cotidianas e nas hierarquias, que se tornaram menos rígidas e produzem novas formas de interação nas relações de gênero e entre gerações.

Essas duas dimensões de relações sociais têm estado social e analiticamente conectadas. Todos os estudos, empíricos ou teóricos, ressaltam os vínculos estreitos entre estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social. Ao longo da história, na moldagem desses vínculos, um padrão tem sido identificado como característico, sendo dominante no tempo e no espaço e praticamente universal: a existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos — assumindo os homens posição dominante — e por uma divisão de atribuições assimetricamente valorizadas — a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que se denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social.

Embora a ruptura com a tradição, propiciada pela modernidade, tenha alcançado também essas duas dimensões, as mudanças não foram e não são lineares. E assim como em outras dimensões da vida, as relações entre gênero e família são marcadas pela emergência constante de novos valores e atitudes que propiciam dinâmicas inovadoras de interação, convivendo com formas tradicionais e conservadoras de perceber e de conduzir tais relações — encontros reprodutores de antigos conflitos e geradores de novos.

Na sociedade contemporânea, as tensões entre tradição e modernidade; entre afirmação da individualidade e convivências coletivas; entre o público e o privado, espaços cindidos em suas formas de organizar a reprodução da vida cotidiana; e entre os significados e as conseqüências dos pertencimentos de gênero — ser homem ou mulher — encontram na organização da vida doméstica e nas relações familiares intensos *loci* de experiências, dado que constituem espaços privilegiados de vivências de interação afetiva e de condução da vida cotidiana, marcados por conflitos, tensões e também por prazeres.

No início do século XXI, a diversidade de arranjos familiares, a plasticidade das escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia nas relações entre gera-

ções e entre gêneros são processos constatados e mensurados. Mas a permanência, pouco modificada, da clássica divisão sexual do trabalho e a persistência de representações sociais dicotômicas sobre lugares de homens e mulheres — com estas últimas continuando a ser as grandes responsáveis pelos encargos familiares, embora venham assumindo crescentes responsabilidades na provisão financeira e no mercado de trabalho — são aspectos que interpelam e desafiam os estudos acadêmicos a compreender mais profundamente a dinâmica que se estabelece entre relações de gênero e família no mundo contemporâneo. Qual a extensão das transformações e quais os aspectos mais refratários a mudanças? Como os padrões conhecidos vêm sendo alterados? Que fatores estruturais e subjetivos interferem e conformam essas relações e qual o peso dos contextos sociais nesse processo? Como a igualdade de gênero é percebida hoje por homens e mulheres? Qual o impacto desses valores de igualdade, consagrados e disseminados socialmente, sobre as práticas domésticas cotidianas envolvidas na reprodução da vida social? Esses e outros questionamentos têm estimulado o retorno de um tema clássico nos estudos sobre mulheres e relações de gênero — a divisão sexual do trabalho doméstico — a partir de diversas abordagens, assim como a constituição de um campo próprio de investigação — a sociologia da família —, os quais têm contribuído para o desenvolvimento de estudos comparativos, qualitativos e quantitativos, que permitem observar de modo mais acurado em que medida a igualdade formal alcançou a igualdade de fato, quais os padrões e as tendências que a sociedade contemporânea aponta para a articulação da dinâmica entre gênero, família e trabalho e quais as especificidades dos contextos analisados.

Os resultados deste survey nos fornecem elementos para identificar as características mais gerais que essa dinâmica assume no Brasil e, num segundo momento,<sup>3</sup> para comparar os traços comuns com os demais países, possibilitando ainda o surgimento de novas perguntas, que darão ensejo a futuras investigações quantitativas e qualitativas. As análises aqui introduzidas revelam que a participação das mulheres no mercado de trabalho, e na esfera pública em geral, apesar de ter crescido significativa e ininterruptamente desde a década de 1960, não se traduziu necessariamente em práticas mais igualitárias. Contudo, nessa mescla de

<sup>3</sup> Após esta pesquisa, serão comparados os resultados dos surveys efetuados nos diversos países do ISSP

mudanças e permanências, é possível diagnosticar algumas transformações na sociedade brasileira quanto à percepção do lugar da mulher não só no mundo do trabalho, mas também na esfera privada.

O livro se estrutura em nove capítulos, que tentam apreender as várias dimensões das relações de gênero que se estabelecem na dinâmica entre família e trabalho pago constantes do survey, e apresentam conclusões alentadoras em relação a alguns aspectos e pouco animadoras em relação a outros.

O capítulo 1, de autoria de Clara Araújo e Celi Scalon, introduz os dados e dá uma visão panorâmica dos diversos temas abordados na pesquisa, quais sejam: as percepções sobre realização pessoal, vida profissional e maternidade, envolvimento masculino no trabalho doméstico, conjugalidade e lugar dos filhos na construção da felicidade. Mereceu atenção especial a análise da relação entre percepção e opinião sobre o papel da mulher na sociedade moderna e as práticas na divisão das responsabilidades e tarefas domésticas. Com base nas variáveis do survey, foi possível formular indicadores que variam segundo a modernidade/conservadorismo das percepções e práticas dos respondentes. Esses indicadores foram usados para identificar as trajetórias — os fatores culturais e socioeconômicos — que (des)conectam percepções e práticas, e revelam também como homens e mulheres se diferenciam quando chamados a expressar suas visões sobre o lugar da mulher nas esferas pública e privada.

No capítulo 2, Bila Sorj elege algumas variáveis relacionadas com os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres para se concentrar na identificação de algumas tendências na percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho. O objetivo é mostrar que a participação no mercado de trabalho, a educação e a geração influenciam positivamente as atitudes concernentes à igualdade de gênero.

O capítulo 3, de autoria de Marlise Matos, aborda a questão do tradicionalismo através de um índice criado com base nos dados do survey. O objetivo é avaliar, a partir dos eixos das práticas e percepções, como homens e mulheres se relacionam com o trabalho doméstico em sua articulação com o trabalho fora de casa, de forma a tentar mensurar como, onde e de que forma o Brasil estaria (ou não) passando por mudanças nos valores e nas relações de gênero.

No capítulo 4, Zuleica Oliveira busca meios de compreender melhor a provisão familiar, considerando a dissociação ocorrida entre o papel de "chefe de família" e a função de provedor. Zuleica indaga sobre a importância da contribui-

ção da mulher que é cônjuge ativa na provisão da família e faz outros questionamentos: em que medida a contribuição feminina se destaca da dos demais membros da família? Será que a mulher cônjuge ativa adquiriu, de forma efetiva, o papel de co-provedora, ou mesmo, em alguns casos, de provedora da família? E em que medida a percepção sobre a renda familiar ideal continua sendo guiada por valores tradicionais de natureza patriarcal?

No capítulo 5, Felícia Picanço analisa os impactos da inserção da mulher no mercado de trabalho e de sua participação no orçamento familiar nas representações dos papéis sociais masculino e feminino na vida familiar, doméstica e profissional. A questão que preocupa Felícia é se existem diferenças significativas entre homens e mulheres que estejam em diferentes situações ocupacionais (empregados, desempregados, trabalhadores do lar ou aposentados) ou que contribuam de maneira diferenciada para a renda familiar no que diz respeito a suas opiniões sobre o lugar da mulher e do homem na vida social.

O capítulo 6, de Carlos Antonio Costa Ribeiro, aborda as formas de interação ou não-interação entre classe e gênero em casais heterossexuais na sociedade brasileira contemporânea. A meta é descrever a distribuição do poder entre homens e mulheres fora e dentro das unidades familiares. Nesse caso, três temas relevantes para o estudo das relações de classe e gênero são incorporados à análise: mobilidade e classes sociais, casamento e classes sociais, e divisão do trabalho doméstico e classes sociais.

No capítulo 7, Rosana Heringer e Dayse Miranda analisam os dados da pesquisa ISSP, levando em conta a variável cor/raça. Com ênfase nos indicadores de desigualdade nos campos educacional e do trabalho, as autoras realizam também testes estatísticos a partir das respostas concernentes à percepção dos papéis de gênero segundo a cor/raça e o sexo dos entrevistados (entre homens e mulheres negras e entre mulheres negras e brancas). As autoras concluem que a variável cor/raça tem importância relativa na opinião dos entrevistados quanto aos papéis de homens e mulheres no âmbito familiar e no mercado de trabalho, quando comparada às variáveis escolaridade e gênero.

O capítulo 8, de autoria de Clarice Ehlers Peixoto, enriquece a análise dos dados com informações qualitativas sobre aspectos da solidariedade familiar. Seu objetivo é perceber as trocas e os apoios diversos entre três gerações: avós, pais e filhos. Para tanto, o estudo focaliza o cuidado com as crianças: com quem ficam, quem as leva à escola e as acompanha nas atividades escolares, quem as leva ao

médico. Como se sabe, essas atividades são frequentemente exercidas pelos avós. A autora procurou, então, observar, ainda que de maneira restrita, dados os limites do survey nesse aspecto, as transferências e trocas no interior das famílias.

No capítulo 9, Paola Cappellin introduz a dimensão territorial para analisar a conciliação entre vida familiar e trabalho. Dessa forma, estuda as fronteiras do gênero no que diz respeito às atitudes e às representações sociais do valor atribuído ao trabalho, à responsabilidade familiar e aos compromissos domésticos. A principal questão levantada é a seguinte: a concepção da realização vicária feminina ainda está presente? Em caso afirmativo, para quem?

Cabe agora um agradecimento às pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. À Faperj, pelo importante e decisivo apoio para a realização desta pesquisa, e ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cedim), pelo apoio institucional. A Ana Caillaux, assistente de pesquisa, pelo competente trabalho de suporte operacional e organização dos dados; às estagiárias Jéssica Zacarias, Marina Loureiro, Isis Martins e Andrezza Oliveira, pelo dedicado trabalho de apoio na organização dos dados e dos eventos do projeto; à equipe de pesquisadores convidados para analisar os dados do survey e que compartilharam a autoria deste livro. Às debatedoras convidadas por ocasião do seminário, Hildete Pereira de Melo (FCE/UFF), Lena Lavinias (IE/UFRJ) e Myriam Lins de Barros (FSS/UFRJ). Por fim, ao PPCIS/Uerj e ao Iuperj, pelo apoio logístico, sem o qual seria impossível a realização deste projeto.

Clara Araújo  
Celi Scalon

# 1

## Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil

Clara Araújo\*

Celi Scalon\*\*

Neste capítulo,<sup>1</sup> procuramos analisar os resultados mais gerais do *survey* “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada”, a partir de algumas questões-chave que orientaram sua formulação e que convertemos em perguntas capazes de nos ajudar a compreender a realidade brasileira atual. Assumindo como pressuposto que as mudanças gerais constatadas na esfera da vida privada, inclusive aquelas que ocorrem nas relações de gênero na família, também se verificam no país, indagamos: como a tendência constante de ingresso das mulheres no mercado de trabalho vem alterando os padrões de domesticidade e as práticas tradicionais de divisão sexual do trabalho na família? É possível se falar de relações de gênero mais igualitárias? Como homens e mulheres vêm conciliando vida familiar e trabalho e como as relações de gênero recortam e interferem nessa dinâmica? Em que medida fatores socioeconômicos e culturais influenciam as práticas e as percepções de homens e mulheres acerca dessas dinâmicas? Como essas alterações vêm ocorrendo no contexto específico do Brasil?

---

\* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj, doutora em sociologia pelo IFCS/UFERJ.

\*\* Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, doutora em sociologia pelo IUPERJ.

<sup>1</sup> Agradecemos a Lena Lavinhas pelos comentários a primeira versão, durante o seminário Gênero, Família e Trabalho, realizado em abril de 2004 na Uerj.



A primeira parte do capítulo apresenta, de forma resumida, o perfil socioeconômico e demográfico e as características dos arranjos familiares dos entrevistados.<sup>2</sup> A segunda parte trata das percepções dos entrevistados sobre papéis sexuais, conciliação de vida doméstica com trabalho, lugar reservado à mulher nessa conciliação, conjugalidade, afeto e felicidade. A terceira parte aborda o que chamamos de “práticas”; o que os entrevistados dizem fazer em relação a tarefas e número de horas dedicadas às atividades domésticas, cuidados com os filhos, tomadas de decisões e atividades de fim de semana. A quarta parte procura estabelecer correlações entre os diferentes fatores que influenciam as percepções, os valores e as práticas relatadas por esses indivíduos, utilizando análises multivariadas e um modelo estatístico. A quinta parte analisa, brevemente, as percepções dos indivíduos sobre satisfação pessoal com o trabalho e com a família, a partir dos dados já levantados. Por fim, indicam-se os principais traços do Brasil de hoje quanto à conciliação de família e trabalho pago, a partir das relações de gênero.

### Família e relações de gênero, individuação, autonomia e domesticidade: tendências recentes

As transformações recentes no âmbito das relações de gênero, da família e do trabalho feminino permeiam todos os estratos e segmentos sociais. Constituem tendência mundial, constatada em vários trabalhos com diferentes características sociológicas, alguns mais teóricos, outros mais empíricos.<sup>3</sup> De acordo com Daniel Bell (1999, apud Inglehart e Norris, 2003), às fases da modernização da sociedade corresponderam duas grandes dimensões de variações culturais: à transição dos valores tradicionais para os valores seculares correspondeu o declínio da família tradicional, e à transição dos valores de sobrevivência para os de auto-realização correspondeu o surgimento da igualdade de gênero. De modo semelhante, vários autores tomam esses dois vetores — igualdade de gênero e família — como referência para discutir o tema da modernidade. Giddens (1994), por exemplo, identifica nas transformações das relações pessoais, sobretudo das relações afetivas e sexuais, um importante aspecto da “modernização reflexiva”; e

<sup>2</sup> O perfil geral da população estudada encontra-se no anexo II deste livro.

<sup>3</sup> Giddens (1991 e 1994), Castells (2000), Jellin (1995), Bruschi (1990 e 2000), Singly (2001), Torres et al. (2002), Batthyany (2000), Duran (2000).

Castells (2000) toma as transformações nas relações familiares e de gênero como indicadoras do enfraquecimento da característica hierárquica da sociedade e do surgimento de formas mais horizontais ou simétricas de interação. Mudanças na família e relações sociais de gênero são aspectos intrinsecamente vinculados na organização da vida social como um todo. O gênero é, portanto, um referencial importante quando se trata de aferir a igualdade de forma mais ampla na sociedade moderna.

Um aspecto importante, que não pode ser esquecido, é que as transformações mencionadas sustentam atualmente uma multiplicidade de formas de convivência familiar e conjugal que não devem ser interpretadas como “crise da família” e, sim, como expressão de um processo de democratização, ou de “direito a ter direitos”.<sup>4</sup> Se o ritmo das transformações sociais varia no tempo e no espaço, e isso precisa ser considerado, a idéia de crise pressupõe uma estabilidade anterior, um padrão imutável nunca observado sociologicamente. Assim, trata-se de analisar as tendências atualmente predominantes nas mudanças nas relações de gênero e em como elas repercutem na instituição familiar, num contexto contemporâneo marcado por imperativos pragmáticos e, ao mesmo tempo, por um crescente processo de individuação da vida social.

As famílias estão ficando menores. Essa redução, drástica na maior parte do mundo, ocorreu sobretudo a partir da década de 1970, levando, simultaneamente, a alterações nos tipos de arranjos familiares e nos padrões de conjugalidade. As estatísticas mostram que aumentaram as famílias compostas por apenas um indivíduo, as famílias monoparentais, as compostas de casais do mesmo sexo e de casais sem filhos, ao mesmo tempo que diminuíram as famílias extensas e mesmo as nucleares, compostas do casal e dos filhos. Vem aumentando também a idade média em que as pessoas se casam, principalmente as mulheres, e isso é um indicador de que outras questões, particularmente a profissional, adquirem relevância para os indivíduos.<sup>5</sup> Muitos valores patriarcais estão em declínio, as escolhas das mulheres aumentaram e hoje, em geral, elas já podem criar filhos sozinhas ou optar por não ter filhos, sem que isso seja visto como negação de seu papel social.<sup>6</sup> Os processos de individuação e a maior autonomia

<sup>4</sup> Jellin (1995:394).

<sup>5</sup> Castells (2000), Berquo (2002).

<sup>6</sup> Segal (1999).

dos sujeitos possibilitaram alterações nas relações de poder e o enfraquecimento da autoridade patriarcal, assim como do caráter institucional da família. O aumento nos índices de divórcio, as modificações nas normas jurídicas que regulam a constituição dos laços conjugais, através da substituição do princípio do *pater familias* pelo da autoridade compartilhada, a crescente prevalência do afeto como dimensão que orienta tanto as escolhas quanto a constituição e a dissolução dos laços conjugais são indícios desse enorme processo de mudanças no período contemporâneo.

Muitas dessas tendências, que se apresentam de forma mais ou menos intensa nos diferentes países, de acordo com os contextos específicos, têm favorecido as mulheres, ao mesmo tempo em que decorrem também de mudanças ocorridas em suas posições em outras esferas, sobretudo no trabalho. Diante do cenário vigente algumas décadas atrás, o sentido de ruptura de muitas dessas mudanças é maior para as mulheres. Isso, contudo, não define a natureza das relações como menos conflitantes. Como salientou Torres (2002), nos espaços familiares circulam e são geridos bens materiais e simbólicos nem sempre passíveis de consenso entre seus membros.

Na alta modernidade ou modernidade tardia, ou ainda, na expressão de Daniel Bell, na sociedade “pós-industrial”,<sup>7</sup> encontramos aspectos contraditórios que produzem impactos e estão conectados à família e às relações de gênero: seu caráter reflexivo; a crescente afirmação da individualidade, com a ampliação das possibilidades de escolha, acompanhada das limitações estruturais que inviabilizam ou limitam tais escolhas; a crescente afirmação de valores humanitários, com a disseminação dos “direitos humanos”; e a exacerbação dos valores de mercado, que perpassam as relações sociais e definem o estreitamento das dimensões da ação ao seu caráter pragmático/econômico. E ainda a ampliação das potencialidades de acesso a bens e ao conhecimento, ampliação que convive com a restrição dessas possibilidades a pequenas parcelas populacionais e com a insegurança gerada por essas potencialidades.

<sup>7</sup> “Alta modernidade” (Domingues, 1999) ou modernidade tardia são alguns dos conceitos para pensar o período contemporâneo, no qual emergem aspectos característicos da modernidade, que se apresentam de modo exacerbado e, ao mesmo tempo, surgem outros aspectos considerados “pós-modernos”. Referimo-nos aqui a contemporaneidade ou mesmo à modernidade como algo relacionado mais com os valores modernos do que com os valores tradicionais.

Uma das dimensões materiais dessas contradições — o trabalho e seu lugar nas relações sociais — permanece gerando antigas e novas tensões.<sup>8</sup> Brevemente, podemos dizer que o significado do trabalho na sociedade contemporânea pode ser pensado por três ângulos, não necessariamente antagônicos:<sup>9</sup> como fonte de realização pessoal que pode conferir *status* e constituir elemento de afirmação econômica; em sua dimensão instrumental, como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos, na qual a *realização* torna-se secundária e a *necessidade econômica*, imperativa, sendo o tempo dedicado ao trabalho ampliado na proporção inversa às possibilidades de ganho para a realização pessoal; e, por fim, como elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos.

Nesse contexto, o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela *domesticidade* de suas relações, como se fosse uma dimensão *exterior* às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado, considerado um imperativo e percebido a partir de suas trajetórias, possibilidades de ganhos e de realização pessoal *dentro do mundo do trabalho*.

Em qualquer das dimensões arroladas acima, as possibilidades de satisfação ou insatisfação pessoal, seja como fonte de realização profissional ou de viabilização monetária, terão algum tipo de impacto sobre as relações familiares e, como vem sendo demonstrado, particularmente sobre as mulheres. Ao contrário dos homens, as possibilidades de satisfação das mulheres, além dos imperativos externos próprios ao “mundo do trabalho”, são mediadas também por condições internas à família. Se a figura da esposa que apenas cuida dos filhos e da casa vem se dissipando como fato, embora persista como forte referência no imaginário social, e o trânsito entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas cotidianas é um dado para a maioria das mulheres, o fato é que o domicílio e a família permanecem

<sup>8</sup> Essas tensões não serão tratadas neste texto, mas pode-se destacar o clássico trabalho de Offe (1989) e todo o debate que se seguiu. Para uma leitura sobre as distintas dimensões englobadas no que classicamente se define como sociologia do trabalho ver, entre outros, Castel (1998) e Boltanski e Chiapello (1999).

<sup>9</sup> Este ponto se apoia em observações de Dedecca (2003) acerca da natureza do trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção, num mundo marcado pelo seu ingresso no trabalho pago e pelas exigências de sua contribuição financeira para a família.

Além da dinâmica interna definida pelas propriedades e características das relações pessoais que se estabelecem no interior de cada família, as relações de gênero se realizam num ambiente mediado também pela já mencionada dinâmica externa das relações de produção e reprodução e por dimensões ideológicas e culturais mais gerais da sociedade. No aspecto ideológico, é de se notar que o *status* público atual dos indivíduos tende a ser conferido também por seu lugar de *consumidor*, consumidor no mercado, em detrimento da referência ao cidadão. Nesse cenário, trabalhar ou não trabalhar significa, além de uma satisfação com a atividade exercida cotidianamente, dependendo do contexto socioeconômico, poder oferecer a si ou aos familiares condições materiais de sobrevivência mais ou menos satisfatórias; ter (ou acreditar que tem) alguma possibilidade de escolha no mercado de consumo que lhe confira um sentido subjetivo de autonomia para escolher/comprar; e identificar seu lugar na satisfação dessas necessidades. O lugar do trabalho na vida privada dos indivíduos e em sua vida familiar tende a passar também pelas percepções sobre essas possibilidades. Feitas essas ponderações, cabe pensar, portanto, que, para as mulheres, o significado da autonomia pode adquirir um duplo sentido: poder ter maior independência em relação ao parceiro ou ao pai ou a alguma figura que exerça essa autoridade em relações ainda marcadas por assimetria de poder e prevalência masculina; e também poder se sentir incluída, como consumidora, para si e para outros membros da família.

Num cenário de crescente individuação e, ao mesmo tempo, de riscos e incertezas da modernidade,<sup>10</sup> as relações familiares, sobretudo de casais, tendem a concentrar elevadas expectativas de *afeto* e *autenticidade*. Contudo, para a mulher, esse processo continua tendo mão dupla: por um lado lhe permite maior autonomia em suas escolhas, possibilidades de rompimento de vínculos quando estes

<sup>10</sup> Giddens (1994).

não lhe são satisfatórios e maior liberdade no exercício de sua afetividade e de sua sexualidade; por outro, tais expectativas tendem a estabelecer novos tipos de sobrecargas *emocionais*, geradas pelo desafio de ser competitiva e eficiente no mercado de trabalho, cumprir suas responsabilidades gerenciais — suas “obrigações” organizacionais na família — e, ao mesmo tempo, responder de forma satisfatória às cobranças emocionais, cobranças estas que também são socialmente estimuladas.

De fato, a família tem funcionado como um importante espaço de interação afetiva, onde o desenvolvimento de práticas de socialização primária e expressões de afeto se realizam via relações entre pais e filhos e entre parceiros conjugais.<sup>11</sup> Mas não é apenas isso que responde pelo lugar que a família assumiu: o aprofundamento dos valores individuais orientados pela competição nas diversas arenas da esfera pública tende a tornar o espaço familiar um espaço de *compensação afetiva* e de *afirmação de identidades*. Na sociedade contemporânea, o espaço da casa se define também pela manutenção cotidiana dessas relações, tornando-se um ponto de referência para seus membros, conquanto tal referência seja passível de variações quanto ao tipo de atividades compartilhadas, à sua frequência e ao grau de autonomia pessoal nas tarefas que viabilizam sua reprodução. Nem todos os membros têm as mesmas possibilidades e tais diferenças são definidas sobretudo pelo gênero, e também pelo recorte geracional.<sup>12</sup> A centralidade que os filhos adquirem cria novas formas de afeto, mas também de demandas. As expectativas sobre as trocas emocionais, sobre quem dá e quem recebe apoio e sobre os tipos de apoio não são igualmente distribuídas no interior da família: o *afeto* entre parceiros conjugais e entre filhos e pais é predominantemente atribuído às e esperado das mulheres. Esse tipo de referente afetivo gera um cenário de tensões e de novas formas de sobrecarga no âmbito da domesticidade, com impacto sobre a subjetividade feminina e também sobre sua vida na esfera pública.

<sup>11</sup> Ver Torres et al. (2002); Bozon (2003); Duran (2000); Jellin (1995).

<sup>12</sup> Jellin (1995).

No âmbito dessas expectativas em relação às trocas emocionais, um outro aspecto que merece destaque é o *cuidado*. Alguns autores<sup>13</sup> têm problematizado essa dimensão, porém a partir de outra perspectiva que não a do reforço à “feminização” dessa atividade como elemento de valorização moral das mulheres.<sup>14</sup> Trata-se de discutir o “cuidado”, atividade constitutiva da vida social e, portanto, das relações sociais, mas que se realiza na dicotomia público *versus* privado, perdendo sua característica social. Nessa perspectiva, permaneceu por muito tempo pouco visível nos estudos de gênero. Contudo, a exacerbação das características da sociedade contemporânea já mencionadas tornou-o um relevante objeto de análise. Entende-se por *cuidado* “(...) a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas”. Este, assim como as responsabilidades familiares, ao ser atribuído exclusivamente às mulheres, prejudica-as e tem conseqüências no desenvolvimento de sua cidadania social.<sup>15</sup> A incorporação desse conceito permite resgatar um aspecto importante da dimensão das relações sociais cotidianas que ocorrem no espaço doméstico, mas que ultrapassam um enfoque centrado apenas na idéia de atividades mecânicas e tarefas: *a construção subjetiva das emoções, do afeto e da solidariedade como parte constitutiva do desenvolvimento das interações humanas*. Essa prática, ao ser socialmente construída e imputada como “responsabilidade” ou naturalizada como “atributo” feminino, se enfraquece como processo social e também onera as mulheres. Ou seja, as formas de viabilizar o *cuidado* nos âmbitos privado e público, numa dinâmica de tempo cada vez mais marcada por imperativos econômicos, afetam a vida dos homens, mas sobretudo a das mulheres.

Os autores já citados e outros argumentam que, entre outras limitações, as políticas sociais pecam por não satisfazerem às novas necessidades das relações sociais em contextos em que homens e mulheres trabalham fora e até a idade madura; não existem mais famílias extensas, o envelhecimento da população é progressivo e há restrições às redes de ajuda em razão da dinâmica que predomina nas regiões urbanas, que hoje concentram a maior parte das populações. A ausência de uma contrapartida social e pública que ofereça redes de segurança e atenção

<sup>13</sup> Aguirre e Fassler (1997), apud Batthyany (2000); Duran (2000).

<sup>14</sup> Para uma discussão crítica dessas tendências, sobretudo no campo da psicologia moral, ver Montenegro (2003).

<sup>15</sup> Batthyany (2000: 84).

gera um déficit de *cuidado*, particularmente no tocante a crianças, enfermos e idosos, com impactos especiais sobre as mulheres. Em contextos de precariedade socioeconômica, como no caso do Brasil, tal impacto tende a ser ainda maior.

Cabe ainda mencionar a dimensão do *poder* que perpassa as relações de gênero. Essas relações são menos marcadas pelo exercício da autoridade masculina, mas, em contraposição, outras formas sutis de exercício do poder, simbólicas ou mesmo materiais, se manifestam, como bem explicitou Bourdieu (2001). São mais aceitáveis no que respeita à incorporação de novas atribuições públicas pelas mulheres, mas pouco permeáveis à incorporação masculina de novas atribuições na esfera do doméstico. São menos assimétricas no que diz respeito às possibilidades de escolha e de deslocamento de seus pares, mas imperativos de ordem material ou simbólica constroem essas possibilidades de escolha. Por outro lado, as duas grandes clivagens que estruturam a família — a de gênero e a geracional — parecem se comportar de forma distinta nesse processo de transformação: enquanto a geracional se modificou rapidamente, redefinindo o lugar da autoridade e as formas hierárquicas de estruturação interna dos membros da família, a clivagem de gênero tem-se mostrado mais resistente a mudanças internas, seja nas relações de poder, seja nas atribuições conferidas a partir dos papéis sexuais socialmente estabelecidos.

Em suma, pode-se detectar mudanças em relação às três dimensões que envolvem as relações familiares — a sexualidade, a procriação e a convivência —,<sup>16</sup> mas estas não apontam para a superação de conflitos (até porque supor tal superação implica abraçar uma perspectiva sociológica que nos parece problemática — a da funcionalidade das relações). Há aspectos contraditórios entre autonomia pessoal e controle social, uma importância maior da dimensão afetiva e, ao mesmo tempo, a redução de suas possibilidades, uma ênfase no prazer como sentido de vida e sua instrumentalização como elemento de consumo. Há menor *gap* na presença feminina no mundo público, o que significa maior igualdade em certos aspectos e, ao mesmo tempo, novas cobranças quanto às atribuições familiares da mulher. O que se observa são outras e novas formas de conflito, geracionais e de gênero, originadas no plano da subjetividade. Conflitos relacionados com aspirações individuais de maior autonomia, assim como e talvez com maior intensida-

<sup>16</sup> As categorizações de Jellin (1995) sintetizam várias outras que destacam essas dimensões.

de, com dimensões materiais, num cenário marcado por crises estruturais de emprego e redução de políticas públicas.

De outra parte, o trabalho relacionado com a reprodução social permanece como algo fundamentalmente da esfera doméstica e de responsabilidade feminina. Todas as análises longitudinais apontam para a existência de mudanças no grau (maior) de envolvimento de homens e (menor) de mulheres no trabalho doméstico, porém num ritmo bem lento e mediado por um conjunto de outros fatores que parecem exercer influência tão ou mais substancial sobre as chances de mudanças. Embora o volume das atividades varie dependendo do país, é fato que permanece o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico. Não se percebe, portanto, um processo de reorganização da vida — nas suas dimensões pública e privada — que atenda à dinâmica predominante no período contemporâneo e, ao mesmo tempo, proporcione maior convivência e compartilhamento social.

As diversas faces dessas tensões não permitem que se fale em um único vetor analítico. Como sugerem outros estudos, ainda que por diferentes perspectivas,<sup>17</sup> *as relações na família e, particularmente, as relações de gênero* — as dinâmicas que homens e mulheres estabelecem para conciliar vida doméstica e trabalho, e os modos pelos quais as negociam e as organizam —, necessitam ser consideradas do ponto de vista interno *do sentido conferido por seus membros às suas interações, bem como em conexão com as dimensões externas*, uma vez que são mediadas pelo contexto e envolvem dimensões como recursos materiais, momento histórico, valores culturais mais gerais e posições dos indivíduos na estrutura socioeconômica. Nesse sentido, o amplo estudo comparativo de Norris e Inglehart (2000) sobre as condições para o desenvolvimento da igualdade de gênero é bastante ilustrativo, por mostrar como, ao lado do desenvolvimento socioeconômico e do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a dimensão da cultura — valores, crenças e normas existentes em cada sociedade — importa, e muito.

A análise dos dados da pesquisa toma essas dimensões como hipótese de investigação, ao incorporar um conjunto de variáveis relacionadas com as percep-

<sup>17</sup> Ver Jellin (1995); Torres et al. (2002); Perista (2002); Abram e Wall (2002).

ções e também com as práticas dos indivíduos dentro e fora do ambiente doméstico. Subjacente a essas hipóteses está a compreensão de que o processo de modernização — entendido nos seus aspectos estruturais e simbólicos — produz mudanças nas atitudes e nos valores culturais, mudanças que vêm apontando para maior igualdade de gênero.

Essa perspectiva analítica pode ser condensada em algumas questões básicas citadas no início deste capítulo. Desde já é possível adiantar que, embora com algumas nuances, os resultados encontrados para o caso brasileiro apontam no mesmo sentido dos achados de outras pesquisas empíricas de características semelhantes.<sup>18</sup> Ou seja, indicam um processo de mudança nas percepções de homens e mulheres em direção a uma cultura mais igualitária, convivendo com a persistência de práticas mais tradicionais, que parecem mudar de forma lenta e pontual em aspectos determinados. No caso brasileiro, não é possível definir o ritmo desse processo, uma vez que não há um *survey* anterior que sirva de comparação. Contudo, vários estudos qualitativos já realizados, como os de Bruschini (1990), Vaitsman (1994), Sorj e Goldemberg (2001), e mesmo *surveys* recentes que contêm algumas questões sobre divisão sexual do trabalho doméstico (Venturini e Recamán, 2002) ou foram realizados em regiões determinadas do país (Hirata, 2002; Aguiar, 2003) apontam em direção semelhante. Quais as modificações sofridas nesse quadro e quais os traços centrais do cenário brasileiro neste início de século? Esta pesquisa permite que, a partir de evidências empíricas, se possa compreender melhor essas tendências.

## Sobre os dados empíricos e sua análise

A análise dos resultados está estruturada numa parte descritiva, com dados sobre percepções e práticas,<sup>19</sup> e num modelo de correlação estatística denominado “análise de trajetória”. A parte descritiva apresenta apenas as tabelas consideradas mais relevantes para este texto.<sup>20</sup> Na construção do modelo de trajetória foram

<sup>18</sup> Duran (2000), Torres et al. (2002), Hirata (2002), Perista (2002), Bathiany (2000), Bozon (2003).

<sup>19</sup> Na análise, não foram consideradas nem as não-respostas, nem os *missings*. As tabelas apresentam percentuais e números absolutos (NS), permitindo ver o total do universo de cada questão.

<sup>20</sup> Para uma análise mais detalhada, ver Araujo e Seaton (2004).

considerados três grupos de variáveis, transformados em categorias. Primeiro temos as percepções, definidas mais propriamente como “percepções de gênero”, e que envolvem opiniões relacionadas com valores e atitudes quanto ao papel da mulher, à maternidade, à divisão sexual do trabalho, ao envolvimento masculino na vida doméstica e à conjugalidade.

Outro grupo é o dos “valores morais”. Nesse grupo, foram selecionadas as variáveis que podem estar relacionadas a outros referenciais de valores, a visões de mundo mais amplas, como posições religiosas ou ideológicas, e não estão necessariamente condicionadas apenas a uma opinião sobre igualdade de gênero. Embora algumas envolvam o gênero, de fato o transcendem. Um exemplo é o grupo de questões relacionadas com o aborto. Conquanto o aborto esteja diretamente relacionado com os “direitos das mulheres”, isso não impede que pessoas com elevada escolaridade e até favoráveis aos direitos das mulheres, por motivações religiosas, sejam contra a sua descriminalização.

Para efeito analítico, a construção dessas categorias permite que se observe, ao mesmo tempo, como se comportam os indivíduos em relação ao gênero — não apenas a partir de condições socioeconômicas, mas também de certas visões de mundo — e como tais condições podem influenciar essas visões de mundo. Como argumenta Norris (1993), se as condições de desenvolvimento contam, é fato que determinadas culturas podem ser mais ou menos tradicionais ou igualitárias, mesmo apresentando índices de desenvolvimento semelhantes.

Por fim, a terceira categoria é formada por variáveis relacionadas com as “práticas” que condensam todas as respostas relacionadas com o “fazer doméstico”.<sup>21</sup> Nessa parte, utilizamos um modelo de análise de trajetória (ou *path analysis*). Esse modelo apresenta a vantagem de considerar uma ordem causal, o que não fazem os modelos de regressão múltipla. Apesar de a análise de trajetória não passar de uma série de regressões múltiplas,<sup>22</sup> ela permite um tipo de exame de causalidades que a análise de regressão não permite.

<sup>22</sup> Todas as variáveis selecionadas se encontram no anexo I deste capítulo.

<sup>23</sup> Regressão é a técnica que analisa o impacto de múltiplas variáveis independentes sobre uma variável dependente. As variáveis selecionadas para cada uma das categorias encontram-se nos anexos do capítulo.

## Breves considerações sobre as características sociodemográficas e familiares da população estudada<sup>23</sup>

Como se pode ver no anexo II deste livro, a distribuição da amostra segundo o sexo, a cor ou etnia, a idade e a escolaridade acompanha, em geral, o perfil da população. A idade média é 39 anos. Os níveis de instrução ainda são baixos, mas a população feminina apresenta percentuais ligeiramente mais elevados de escolaridade a partir do segundo grau.

Quanto à situação conjugal, predominam as pessoas que vivem conjugalmente, seja em uniões civis ou em uniões de fato. O panorama geral da conjugalidade corrobora pesquisas anteriores, que apontam uma tendência de crescimento dos arranjos familiares fora do casamento formal. Na faixa etária dos 40-49 anos encontra-se o maior percentual de pessoas que vivem conjugalmente, fora de uma união civil, o que indica, provavelmente, outras uniões após separações.

A posição dos entrevistados na família é reveladora de algumas tendências já observadas. Há uma clara redução da composição da família nuclear, com poucos membros pertencentes a outras categorias. Ao mesmo tempo, entre os que se identificaram como chefes de família, 32% pertenciam ao sexo feminino.

A situação ocupacional dos inquiridos segue as tendências gerais do Brasil nos últimos anos, porém com percentuais de pobreza, desemprego e renda um pouco mais acentuados, apesar de dentro da margem de erro estabelecida na pesquisa. A precariedade do emprego, sobretudo entre as mulheres, fica evidente quando se observa a população ocupada com carteira assinada, assim como os percentuais de autônomos. O percentual de mulheres que se declararam “do lar” ainda é bastante elevado, mas vale assinalar que, entre estas, 24,9% responderam desenvolver atividades eventuais que lhes conferiam algum ganho. A concentração ocupacional ainda reproduz os padrões clássicos que levam as mulheres a estar mais expressivamente representadas em ocupações como professoras, servidoras e empregadas domésticas. Os dados mostram que a população trabalha muitas horas, mas o trabalho remunerado de jornada integral (40 horas ou mais) ainda é exercido majoritariamente pelos homens. Contudo, entre as mulheres esse

<sup>23</sup> As principais informações sobre o perfil sociodemográfico, religioso e político da amostra encontram-se no anexo II do livro. Para mais informações e uma análise mais detalhada desses dados, ver Araújo e Scalón (2004).

percentual também é bastante elevado. As rendas individual e familiar dos entrevistados são muito baixas, o que não destoa do perfil geral da população brasileira. A renda tem relação direta com a escolaridade. Mais anos de estudos correspondem a renda mais elevada. Como se esperava, num universo onde predomina a baixa renda, os ganhos das mulheres são ainda mais baixos.

### *O perfil domiciliar*

Na composição familiar dos domicílios predomina o tipo nuclear: casal com filhos. Em seguida vêm os solteiros sem filhos. Mas, quando desagregamos por sexo, a segunda categoria passa a ser a de solteiros com filhos, o que reflete a presença de famílias monoparentais de mulheres com filhos. O número médio de pessoas por domicílio não é muito grande: 4,1 pessoas. A distribuição dos moradores segundo a idade encontra-se no anexo II do livro. Cabe lembrar ainda a diversidade de arranjos familiares, envolvendo pessoas que não convivem necessariamente no mesmo domicílio. A presença de empregada doméstica é muito pequena: apenas 7,5% dos entrevistados informaram ter empregada doméstica. Como esperado, o maior percentual de empregadas domésticas se encontra nos domicílios com cinco salários ou mais. Considerando os arranjos familiares, os domicílios com casais e com filhos são os que têm maior proporção de trabalhadoras domésticas, em comparação com outros arranjos.

### *Religião, associativismo e pertencimento de classe*

Como se esperava, trata-se de uma população que se declara predominantemente católica (75,2%), seguida da evangélica pentecosta! (9,9%). No universo da pesquisa, as taxas de associativismo são em geral baixas. Além da filiação partidária, as tendências ideológicas mais gerais têm a ver com a simpatia por este ou aquele partido político. A não-identificação com qualquer partido é muito alta, da ordem de 51,1%. Mas entre os que responderam ter alguma simpatia, 48,2% escolheram o PT.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> No caso do Brasil, a identidade partidária não constitui referência tão significativa quanto em países com forte tradição democrática, cujos sistemas partidários estão mais consolidados e os partidos possuem maior "enraizamento" social. Portanto, esse dado deve ser levado em conta, assim como o fato de a pesquisa ter sido feita um ano depois da vitória de Lula, o que talvez explique a distribuição dos índices.

A percepção sobre o pertencimento de classe não destoa muito das condições socioeconômicas dos entrevistados. Apenas 2,1% se identificaram como classe alta ou média alta; 15,4% disseram ser de classe média, 43% da classe trabalhadora e 23,4% da classe baixa pobre.

Estes são, em linhas gerais, os traços demográficos, socioeconômicos e ideológicos predominantes na população pesquisada. O que analisaremos a seguir — as percepções e as práticas que reportam — é também mediado por esses dados.

### **Conciliação entre vida familiar e vida profissional: lugares de gênero, aspirações efetivas e profissionais**

Como conciliar o trabalho desejado ou necessário da mulher com a maternidade, e que dimensões legitimam ou perturbam essa conciliação, num cenário marcado pela disseminação do ideário de igualdade de direitos entre os sexos e pela crise econômica que torna imperativo o trabalho feminino? As respostas às questões que envolvem a relação entre afeto materno, qualidade de vida familiar e trabalho pago, assim como aquelas relativas às aspirações individuais das mulheres, fornecem pistas interessantes sobre as representações de maternidade e sobre os papéis sociais. Na tabela 1, a comparação entre as respostas que apontam mais para a *afirmação do trabalho e sua conciliação* (A, B e G) e as que apontam para *um papel mais tradicional e menos conciliatório* (C, D, E e F) indica uma elevada aceitação do trabalho como parte constitutiva da vida da mulher. Tal aceitação ocorre sobretudo como mecanismo de afirmação social e econômica (B), mas também como atividade instrumental, relacionada com a qualidade da vida material (A). A aceitação é maior entre as mulheres, mas é igualmente elevada entre os homens. Essa aceitação, porém, é acompanhada da permanência da valorização da domesticidade feminina, sobretudo de seu aspecto maternal e, como se pode notar, isso ocorre principalmente entre os homens.

As respostas C e D também apontam para a valorização do trabalho, mas acrescentam outro elemento, a *permanência ou a conciliação do espaço tradicional* — a casa e a maternidade. Observa-se, então, que a conciliação já não obtém o mesmo nível de aceitação entre as mulheres. Comparativamente, entre as mulheres, os índices que apontam para a prevalência do papel maternal são menores do que os que apontam para a afirmação do trabalho profissional. Homens e mulheres concordam quanto à importância ou a necessidade do trabalho pago para estas últimas,

mas não com a mesma intensidade. A percepção dos homens sobre o que querem as mulheres está mais associada à domesticidade do que a das próprias mulheres.

Tabela 1  
Opinião dos respondentes sobre realização pessoal da mulher, maternidade e vida familiar

Sexo	Concorda ou discorda	A	B	C	D	E	F	G
Masculino	Concorda totalmente	55,7	71,2	53,7	58,2	57,2	77,7	47,1
	Concorda em parte	18,5	13,5	12,8	13,2	14,5	10,8	14,2
	Não concorda nem discorda	4,3	3,4	8,1	6,3	5,4	1,7	3,6
	Discorda em parte	6,2	4,0	8,4	8,0	7,2	2,9	10,9
	Discorda totalmente	15,4	7,9	17,0	14,2	15,7	6,9	24,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	957	949	900	934	949	956	955
Feminino	Concorda totalmente	59,6	82,0	46,9	52,0	58,7	79,8	49,1
	Concorda em parte	20,1	10,4	13,9	15,0	15,7	10,1	15,2
	Não concorda nem discorda	2,6	1,8	6,4	6,1	4,0	1,3	3,2
	Discorda em parte	6,7	2,8	10,0	8,5	7,7	2,2	9,3
	Discorda totalmente	11,0	3,0	22,8	18,4	14,0	6,6	23,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	995	995	993	996	987	995	997
	Total geral (N)	1.952	1.944	1.893	1.930	1.936	1.951	1.952

- A. Mulher casada trabalhar fora melhora o nível de vida da família  
 B. Trabalhar fora é o melhor jeito de a mulher se tornar independente.  
 C. Ser dona-de-casa é tão gratificante quanto trabalhar fora.  
 D. A maioria das mulheres quer ter lar e filhos.  
 E. A vida familiar fica prejudicada se a mulher trabalha fora em tempo integral.  
 F. As crianças sofrem mais quando a mãe trabalha fora.  
 G. A mãe que trabalha fora pode estabelecer relação tão carinhosa com seus filhos quanto as que são donas-de-casa.

É sobretudo no que diz respeito aos filhos que a ausência feminina do espaço doméstico e a possibilidade de conciliação se mostram mais problemáticas para homens e mulheres, particularmente para os homens. Na percepção dos entrevistados, a ausência da mulher talvez tenda a gerar certa carência de afeto. Suas respostas nos fazem supor que esse afeto ainda é associado ao tempo dedicado ao exercício da maternidade e, não, a *qualidade* dessa relação.

A tabela 2 dá continuidade ao tema anterior, procurando verificar como a vida profissional das mulheres é condicionada pela maternidade. Vale notar que,

nos itens anteriores, o que estava em foco era o lugar do trabalho na realização individual e a conciliação possível. Nesse caso, tenta-se verificar a intensidade desse condicionamento pelo casamento e, sobretudo, pelos filhos. A centralidade da maternidade é mais uma vez revelada. A construção de outra identidade feminina ainda parece estar condicionada a esse lugar materno, especialmente quando relacionado com a fase em que os filhos são pequenos. Para os homens, porém, além do exercício da maternidade, o lugar de "esposa" também continua relevante. Embora exista uma diferença razoável nas respostas de homens e mulheres quando se trata de trabalhar fora antes de ter filhos ou quando estes já freqüentam escolas ou saíram de casa, em se tratando de filhos pequenos, homens e mulheres se aproximam na percepção de que estas últimas não devem trabalhar por período integral. O trabalho em tempo parcial, ou seja, a conciliação com um trabalho que permita às mulheres cuidar dos filhos constitui o ideal para parcela significativa das entrevistadas.

Tabela 2  
Opinião dos respondentes sobre trabalho feminino e criação de filhos

Sexo	Resposta	A	B	C	D
Masculino	Período integral	47,5	15,5	29,2	51,7
	Meio expediente	31,4	37,0	42,1	23,8
	Não trabalhar fora	21,1	47,5	28,8	24,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	928	957	939	908
Feminino	Período integral	57,3	17,9	34,7	63,1
	Meio expediente	33,0	48,5	46,7	22,4
	Não trabalhar fora	9,7	33,5	18,6	14,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	965	975	969	941
	Total geral (N)	1.893	1.912	1.908	1.849

- A. A mulher deve trabalhar fora depois de casar e antes de ter filhos.  
 B. A mulher deve trabalhar fora quando tem filho pequeno.  
 C. A mulher deve trabalhar fora quando o filho começa a entrar para a escola.  
 D. A mulher deve trabalhar fora quando os filhos saem de casa.

Os dados da tabela 2 confirmam os resultados de inúmeros estudos qualitativos que apontam para uma tensão constante entre o trabalho e o exercício da



maternidade. No âmbito dos valores, a afirmação da individualidade do sujeito e da autonomia para se movimentar nos espaços sociais tende a contrastar com uma identidade que se converte de *pessoa em esposa e mãe*. Como veremos mais adiante, para as mulheres, essa tensão parece ser determinada não só por dimensões de valores, mas por dimensões concretas de *tempo*. Nesse caso, a tensão remete a algo concreto: as cobranças quanto à dedicação, sobretudo aos filhos, e a necessidade de trabalhar para obter ganhos financeiros e/ou a dificuldade de exercer uma atividade profissional desprovida de outras atenções. As respostas masculinas indicam que os homens permanecem valorizando mais uma identidade feminina marcada pelos papéis de esposa e de mãe e que suas expectativas acerca da relação conjugal tendem a ser mediadas por tais valores.

Cabe lembrar, contudo, o perfil da população estudada e o contexto social no qual essa população se encontra, marcado pela precariedade das relações de trabalho e de políticas públicas que prestem apoio à família e garantam certas condições para a atividade de ambos os cônjuges. Assim, concordar com a afirmação de que crianças menores de cinco anos sofrem mais quando a mãe trabalha pode ter um significado muito distinto dependendo da classe social do respondente ou ainda do contexto social no qual ele está inserido. É provável que a contradição entre criação de filhos pequenos e trabalho da mulher, no Brasil, seja mediada também pela ausência de creches de qualidade, por exemplo.

### *Participação masculina na vida doméstica: anseio das mulheres, reconhecimento dos homens e preservação de lugares*

Até que ponto as percepções mais igualitárias sobre o acesso das mulheres ao trabalho e sua realização profissional como direito correspondem percepções menos tradicionais sobre o tipo de participação masculina na vida familiar e cotidiana? Em que medida o já constatado trânsito das mulheres em uma direção — do doméstico para o público — corresponde a um trânsito masculino em direção inversa? As respostas seguintes permitem analisar as opiniões de homens e mulheres sobre a tradicional divisão sexual de papéis com o foco nos homens quanto às tarefas domésticas e a figura do provedor.

Tabela 3  
Percepções dos respondentes sobre a divisão da provisão e das tarefas domésticas

Sexo	Concorda ou não concorda	A	B	C	D	E
Masculino	Concorda totalmente	84,9	40,5	49,7	62,6	50,6
	Concorda em parte	7,6	11,8	17,3	19,0	19,6
	Não concorda/discorda	1,8	7,1	6,1	3,9	5,4
	Discorda em parte	1,3	8,5	6,8	4,1	6,2
	Discorda totalmente	4,4	32,0	20,1	10,3	18,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Feminino	Concorda totalmente	85,6	35,0	65,1	72,5	63,8
	Concorda em parte	8,0	10,1	14,6	14,2	17,7
	Não concorda/discorda	1,2	5,3	3,4	2,6	2,4
	Discorda em parte	1,2	10,5	5,4	3,7	5,7
	Discorda totalmente	4,0	39,2	11,5	6,9	10,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N		1.000	1.001	990	998	992
Total geral (N)		1.977	1.973	1.958	1.966	1.957

A. Homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar.

B. O homem deve ganhar dinheiro e a mulher cuidar da casa.

C. Os homens devem assumir mais trabalhos domésticos.

D. Os homens devem cuidar mais das crianças.

E. Homens e mulheres deveriam dividir igualmente as tarefas domésticas.

Os quesitos A e B são os mais significativos para revelar tendências mais igualitárias ou mais conservadoras quanto ao gênero. Ao mesmo tempo, podem ser considerados contraditórios, já que no A há uma afirmação igualitária no sentido do compartilhamento da provisão econômica e, no B, há uma afirmação bem tradicional sobre a divisão entre provedor/homem e domesticidade/mulher. A aceitação da ideia de divisão das despesas familiares é bastante elevada — 92,5% dos homens e 93,6% das mulheres concordam totalmente ou em parte com a afirmação. Embora, na questão B, os percentuais caíam bastante, é sintomático que ainda assim 52,3% dos homens respondam que concordam com a tradicional divisão de papéis. É ainda surpreendente que 45% das mulheres aceitem essa afirmação. Como defender a participação de ambos na renda e, ao mesmo tempo, a permanência dos papéis dicotômicos tais como são apresentados? As respostas nos sugerem a seguinte leitura: sobretudo entre os homens, permanece como percepção uma necessidade pragmática relacionada com a escassez orçamentária e uma ideia de trabalho que é aceita, mas com a conotação de "auxiliar", embora de fato não o

seja. Tal percepção acompanha a aceitação do trabalho feminino, mas isso não significa necessariamente uma alteração das representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres.

Perceber o trabalho feminino como auxiliar não é um dado novo. Pesquisas pioneiras já assinalavam tal percepção.<sup>25</sup> Talvez o que mereça destaque seja exatamente sua permanência como um valor ainda significativo, embora não mais predominante, após esse tempo e já com mais de 40% da população economicamente ativa (PEA) nacional composta por mulheres. A permanência mais acentuada da idéia de provedor é confirmada pelas respostas à pergunta sobre a renda ideal para o homem. Enquanto 59% das mulheres responderam ser aquela igual à da mulher, entre os homens esse percentual caiu para 50%. Por outro lado, 47,9% dos homens acham que devem ganhar mais do que as mulheres e, entre estas, uma parcela ainda significativa concorda com essa afirmação: 38,3%. De fato, há vários indícios de que o dado objetivo da participação financeira das mulheres nas despesas domésticas, mesmo quando essa participação é superior à masculina, não se reflete necessariamente numa redefinição da representação simbólica de papéis. A experiência das pesquisas do IBGE que indagam sobre chefia familiar é reveladora dessa situação.

De outra parte, merecem destaque os elevados índices de concordância de mulheres e homens quanto à necessidade de um envolvimento masculino maior com os filhos e à divisão das tarefas domésticas. O cuidado dos filhos é o item sobre o qual há mais consenso entre os sexos. A divisão de tarefas domésticas já não obtém índices semelhantes, embora continuem elevados. Nesse caso, o corte de gênero é bastante nítido. São principalmente as mulheres que têm essa percepção mais igualitária da divisão de tarefas. Contudo, corroborando constatações de outras pesquisas, a necessidade de cuidar dos filhos é o quesito que tem maior apelo entre os sexos e onde o *gap* entre homens e mulheres tende a ser menor, embora as mulheres concordem mais com o enunciado. Essa alta aceitação do compartilhamento no cuidado dos filhos indica a presença de valores mais igualitários, refletindo também a já mencionada centralidade que os filhos adquirem na constituição das famílias na atualidade. Sem dúvida, já não é mais possível pensar que, no Brasil, estamos diante, apenas, do homem tradicional e machista. Rela-

<sup>25</sup> Ver Bruschini (1990); Hirata e Humphrey (1986).

ções mais igualitárias e relações mais tradicionais se mesclam, indicando faces "modernas" e faces conservadoras, que evidenciam as ambigüidades da esperada modernização.

### *Conjugalidades e vetores de felicidade: maior individualidade e centralidade dos filhos*

Considerando a tendência contemporânea à constituição de relações orientadas por escolhas afetivas e, não, meramente pragmáticas ou baseadas na honra, analisaremos a seguir o lugar que os entrevistados conferem a algumas dessas escolhas nas relações conjugais, na estruturação das famílias e no ideal de felicidade.

No Brasil, o peso institucional do casamento ainda se faz presente, o que pode ser notado na permanência, e mesmo em certo crescimento, dos rituais que o consagram como forma jurídica legal. Em diferentes momentos, o casamento adquiriu variados significados e produziu tipos determinados de identidade. Estar casado podia significar ser ou não aceito socialmente, sobretudo no caso das mulheres a partir de uma determinada idade; pertencer ou não a determinado grupo de *status*; ou ainda ter mais ou menos chances de sobreviver em condições adversas e de escassez. Significados mais sociais do que individuais e que parecem não ser os mesmos atualmente. Por isso, para efeito desta análise, importa destacar, sobretudo, o casamento como esforço importante de interação, de reprodução social, e como produtor de sentidos e de identidades, mediado, porém, por escolhas individuais em busca da efetivação desses sentidos.<sup>26</sup>

Atualmente, a conjugalidade apresenta uma dupla tendência: dar centralidade ao afeto e, ao mesmo tempo, reduzir sua influência como elemento que confere identidade, particularmente às mulheres. Os laços conjugais tendem a ser mais orientados pela autonomia, passíveis de *finitude* e de recomeço, expressando, em especial, um movimento de busca de relações orientadas por identidades afetivas e sexuais. Ou seja, trata-se de mudanças que não envolvem apenas novas formas de conjugalidade e o enfraquecimento do casamento como arranjo institucional e eterno, mas também o sentido subjetivo que ele foi adquirindo.

<sup>26</sup> Torres (2001).

Tabela 4

## Percepção do respondente sobre as afirmações

Sexo	Resposta	A	B	C	D	E	F	G
Feminino	Concorda	43,8	11,9	60,5	62,1	69,7	65,8	85,5
	Não concorda nem discorda	14,9	2,4	5,0	5,7	4,2	4,7	1,8
	Discorda	41,2	85,7	34,5	32,2	26,1	29,5	12,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	970	1.002	998	995	997	986	993
Masculino	Concorda	56,6	12,5	65,1	57,4	68,2	66,9	86,8
	Não concorda nem discorda	10,6	1,7	4,5	5,2	3,3	4,4	2,0
	Discorda	32,8	85,9	30,4	37,4	28,5	28,7	11,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	956	969	968	970	964	956	967
Total geral (N)		1.926	1.971	1.966	1.965	1.961	1.942	1.960

A. Os casados são geralmente mais felizes que os solteiros.

B. É melhor um casamento ruim do que não estar casado.

C. Quem quer ter filhos deve se casar.

D. Pai/mãe sozinho pode criar filho tão bem quanto casal.

E. Está certo casal viver junto sem querer se casar.

F. É uma boa idéia para um casal que queira casar viver junto um tempo antes do casamento.

G. O divórcio é a melhor solução para um casal que não consegue resolver seus problemas de relacionamento.

Este bloco de questões permite analisar como essas tendências vão se constituindo no Brasil como valores e percepções, além do já constatado em estatísticas. As respostas contidas na tabela 4 apontam a tendência de enfraquecimento institucional do casamento e de valorização de conjugalidades centradas em satisfações individuais, com maior margem de manobra para as mulheres. É certo que o casamento, quando associado à idéia de ter parceiro (A), continua sendo algo importante para a felicidade, mas desde que satisfaça às expectativas de ambos os cônjuges, e não apenas pela simples preservação da instituição. O dado mais importante a destacar é que, ao contrário do que costuma indicar o senso comum, na pesquisa, são as mulheres que tendem mais a rejeitar o caráter formal do casamento. A prevalência de um ideal de felicidade sobre a formalidade é corroborada pelas respostas ao item G, relacionadas com o divórcio.

A tendência verificada acima é constatada também em respostas que remetem ao que se pode definir como o *sentido moral do casamento* (questões E e F). Os quesitos C e D não são propriamente "morais", nem estão vinculados ao significado do casamento para a conquista da felicidade. Podem ser lidos como mais rela-

cionados com o suporte e/ou a infra-estrutura que a suposta estabilidade conjugal permitiria. Também não são, embora aparentem ser, contraditórios. O quesito C remete à situação ideal para a procriação, ao passo que o D remete à possibilidade de isso ocorrer sem requerer, necessariamente, a conjugalidade. A maioria dos homens e mulheres concorda com o enunciado C, mas, ao mesmo tempo, aceita, embora com índices ligeiramente menores, o enunciado D. É interessante observar que há uma certa coerência entre as duas respostas, segundo o sexo. Comparativamente, as mulheres tendem a aceitar mais esta última possibilidade. Nesse caso, além da opinião corrente de que é melhor que os filhos convivam no ambiente em que os pais estão, há provavelmente o peso simbólico da maternidade e da percepção da "incapacidade" masculina para exercer essa tarefa, quando dissociada da figura materna. O casamento parece, portanto, ser importante para a criação dos filhos, mas condicionado a uma situação satisfatória individual de conjugalidade.

Para captar melhor o lugar do casamento na construção da felicidade, procuramos identificar a situação conjugal daqueles que *discordaram totalmente* na resposta ao item A, segundo o sexo. Entre as mulheres, 54,3% viviam em relação conjugal, ao passo que 45,7% se declaravam solteiras. Já entre os homens a relação se inverte. São os solteiros que mais discordam da afirmação, 59,2%, contra 40,8% de casados. Quanto à idade, os homens mais jovens são os que mais discordam, enquanto, entre as mulheres, as que se situam na faixa dos 25 aos 39 anos, provavelmente com experiência conjugal, são as que mais discordam. É interessante destacar ainda que, na faixa dos 50 anos ou mais, o percentual de mulheres que discordam é bem mais expressivo do que o de homens — 15,7% contra 9,9%. O fato de o maior grau de rejeição à idéia de felicidade via casamento corresponder às mulheres casadas, em idade reprodutiva ou com mais tempo de casamento, reforça a análise de que as experiências conjugais, pautadas pelos atuais padrões, atuam como elemento de conflito.

Se o casamento parece não ocupar lugar de grande destaque no conceito de felicidade, a não ser sob determinadas condições, o mesmo não se pode dizer dos filhos. Nesse caso, a pesquisa tende a corroborar a centralidade dos filhos nos projetos individuais e conjugais contemporâneos, como algo que confere sentido à própria existência.<sup>27</sup> E o conceito de felicidade tende a estar altamente associado

<sup>27</sup> Torres (2001), Bozon (2003), Duran (2000), Sorj e Goldemberg (2001).

aos filhos, conforme mostram os itens A e B da tabela 5. Ter e criar filhos parece ser extremamente importante para homens e mulheres, sem muita discrepância entre os sexos quanto à intensidade dessa importância. Contudo, se a resposta A remete à centralidade, entre um conjunto de fatores, a resposta B é um tanto excludente, pois estabelece esta como a questão que confere sentido à vida. Observa-se, então, uma redução de mais de 20 pontos percentuais entre os que concordam, o que sugere que, embora este seja um fator importante, não é o único. A elevada aceitação do trabalho como fonte de realização pessoal, para ambos os sexos, aponta nesse sentido. A existência de filhos parece ser central, mas o sentimento de felicidade se constitui a partir de distintas dimensões e as respostas revelam que, tanto para homens quanto para mulheres, a realização passa também pela idéia de identidade profissional. A conciliação dessas duas dimensões e a forma pela qual elas ocorrem na prática constituem um outro problema.

Tabela 5  
Percepção do respondente sobre as afirmações

Sexo	Resposta	A	B	C
Feminino	Concorda	96,9	75,3	95,1
	Não concorda nem discorda	0,6	4,1	1,4
	Discorda	2,5	20,7	3,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Masculino	N	991	983	995
	Concorda	95,5	72,8	95,7
	Não concorda nem discorda	1,5	5,6	1,4
	Discorda	3,0	21,6	2,9
	Total	100,0	100,0	100,0
N		956	960	969
Total geral (N)		1.947	1.943	1.964

A. Acompanhar a educação e o crescimento de uma criança é a maior alegria da vida.

B. Pessoas que nunca tiveram filhos levam vidas vazias.

C. Exercer atividade profissional é importante para as pessoas se sentirem realizadas e felizes.

Ainda no âmbito das percepções, analisaremos brevemente<sup>28</sup> alguns itens do bloco de questões que definimos como “valores morais”, porque não estão tão

<sup>28</sup> Para uma análise mais completa ver Araujo e Scalco (2004).

vinculados a compartilhamento e, sim, mais relacionados com *direitos individuais e dimensões de autoridade*, embora remetam também a relações de gênero. O uso da autoridade e da punição como recurso de controle familiar é uma das características do modelo patriarcal de família que envolve também noções de fidelidade e de obediência, implícitas na conjugalidade e percebidas como pertencimento ao outro. A tendência a uma maior simetria entre os membros da família nos fez esperar que os inquiridos tendessem a recusar o uso da força como recurso para a solução de conflitos.<sup>29</sup>

Nesta pesquisa, a maioria dos homens e das mulheres recusa o uso da punição ou da ameaça como forma de controle conjugal e exercício da autoridade na relação entre pais e filhos. Contudo, nota-se que as mulheres tendem a ter posições ligeiramente mais modernas do que os homens, com percentuais mais elevados de recusa. Por outro lado, não é desprezível o percentual de mulheres, e sobretudo de homens, que ainda consideram válidos tais recursos, fato que provavelmente ajuda a explicar os elevados percentuais de registros de violência intrafamiliar e de gênero. Mas, como tendência, as respostas indicam um enfraquecimento da autoridade e maior reciprocidade para com o “outro”.

Entre as questões que definimos como “morais”, sem dúvida o tema do aborto continua emblemático para o debate sobre valores modernos e relações de gênero, uma vez que remete ao direito individual das mulheres sobre seu corpo e, ao mesmo tempo, está fortemente marcado por aspectos religiosos. Como supúnhamos, a tabela 2 do anexo 2 deste capítulo mostra que o aborto, como direito da mulher — itens A e H —, ainda é predominantemente rejeitado, devendo sua prática ser punida. Embora mais homens do que mulheres tendam a ser favoráveis à prisão, a recusa à idéia do direito da mulher parece ser mais elevada entre as próprias mulheres. Por outro lado, pelo tema ainda significar um tabu no país, os índices de concordância com o quesito H não podem ser desprezados. Mas, embora se rejeite a idéia do direito abstrato, merecem destaque os elevados índices de aceitação do aborto nos casos de risco de vida da mãe, anomalia fetal e estupro,

<sup>29</sup> Ver tabela 1 do anexo 2 deste capítulo

embora este último apresente um decréscimo, coerente com as duas primeiras respostas. Já os itens E, F e G indicam posições mais abertas em relação aos direitos sexuais; mais uma vez, tais posições são defendidas principalmente pelas mulheres.<sup>30</sup>

Cabe ainda fazer duas observações sobre a análise das percepções. Em geral, as mulheres tendem a ter posições ligeiramente mais igualitárias do que os homens quanto a: a) papel do trabalho na realização profissional; b) capacidade de exercer a maternidade fora do casamento; c) papel do casamento na construção da felicidade; e d) sexualidade. Além disso, nem todas as mulheres pensam do mesmo modo. Há uma diferença,<sup>31</sup> que ficará mais clara quando analisarmos o modelo de trajetória. As mulheres que se incluem na categoria das "ativas" no mercado de trabalho, em contraposição às que se definem como "do lar" e/ou inativas, tendem claramente a valorizar mais o trabalho remunerado fora de casa e a assumir posições que podem ser consideradas mais modernas. Ou seja, o trabalho pago conta na construção dos valores e das percepções. E as atitudes práticas? Em que medida homens e mulheres se aproximam e se diferenciam?

### As práticas conjugais na organização do cotidiano doméstico

Esta não é uma pesquisa sobre usos do tempo, portanto as perguntas sobre atividades referem-se ao que os entrevistados *relatam fazer* na organização e na distribuição de algumas atividades domiciliares em suas vidas e na de seus cônjuges. Além de compreender melhor como questões vitais na condução da vida cotidiana são vivenciadas e conduzidas de acordo com as posições dos indivíduos na estrutura social, e o que vem caracterizando a dimensão organizacional na vida familiar, a pesquisa teve como segundo objetivo verificar em que medida as práticas dos indivíduos são coerentes com suas percepções, sobretudo no caso dos casados.

<sup>30</sup> O item E merece ser visto com cautela, uma vez que suas respostas podem significar tanto uma opinião quanto um fato, ou seja, que, atualmente, a prevenção fica a cargo das mulheres.

<sup>31</sup> Demonstrada de forma mais detalhada em Araújo e Scalón (2004).

### O controle dos recursos financeiros e a tomada de decisões

Um dos elementos considerados importantes para explicar a permanência das assimetrias entre homens e mulheres são as relações de poder, que envolvem aspectos simbólicos e materiais. A dimensão econômica continua relevante para determinar o grau de autonomia nessas relações. Ter dinheiro e controle sobre ele pode significar maior margem de manobra e poder de escolha quanto a manter ou romper uma relação conjugal, por exemplo. Ou ainda poder desempenhar outro papel na dinâmica de consumo, o que, embora questionável, confere um significado de autonomia e inclusão num mundo orientado pelo mercado e pelo consumo. Nesse caso, dispor de renda e controlá-la adquirem maior significado, uma vez que isso pode vir a definir uma identidade: a de consumidor. Não é apenas por motivos econômicos que as mulheres não rompem relações esgotadas ou se submetem a determinadas práticas familiares. Mas, sem dúvida, o controle dos bens é fundamental na consolidação das assimetrias de gênero.

O item "recursos" remete a dois aspectos: à administração dos recursos financeiros e às decisões sobre sua aplicação no cotidiano conjugal, ou seja, quem decide o quê.<sup>32</sup> A tabela 6 mostra a predominância do compartilhamento total no que diz respeito à administração do dinheiro. Em seguida, vem a resposta de que são os esposos que administram a renda. Se a gestão conjunta dos recursos pode refletir uma prática mais igualitária do que a administração masculina, compartilhar todos os recursos não significa necessariamente maior igualdade. O compartilhamento pode indicar também um estado de carência de recursos, no qual a administração dos gastos e o pagamento das despesas familiares requerem a junção do dinheiro.

<sup>32</sup> Há ainda uma questão sobre a proporção da renda que cabe a cada integrante do casal, e esta acompanha o padrão geral, isto é, a tendência de a renda masculina ser maior. Em Araújo e Scalón (2004), analisa-se o assunto detalhadamente, com cruzamentos por condição de atividade e escolaridade, entre outras variáveis.

Tabela 6  
Distribuição dos respondentes segundo a administração do salário por sexo e trabalho

Resposta	Total dos respondentes			Respondentes que trabalham		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Eu administro	33,1	15,5	24,3	32,7	11,5	25,4
Meu esposo administra	10,7	31,5	21,1	10,5	11,5	10,8
Nós juntamos todo o dinheiro	38,4	36,2	37,3	39,8	47,5	42,4
Nós juntamos parte do dinheiro	5,5	5,2	5,3	4,3	8,2	5,6
Cada um mantém o seu separado	12,3	11,6	12,0	12,8	21,3	15,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	544	542	1.086	352	183	535

Analisando os resultados de uma pesquisa portuguesa, que parte da relação entre formas de administração dos recursos financeiros e recortes socioeconômicos das famílias, Aboim e Wall (2002) identificam duas tendências de pensar as diferentes formas de constituição dos laços familiares e conjugais numa perspectiva mais moderna: a *associação* e a *fusão*.<sup>33</sup> A *associação* indica práticas mais autônomas dos membros da família/casal, centradas nos indivíduos, e nas quais o cotidiano é compartilhado, porém condicionado e negociado com base nos espaços individuais. A *fusão* é mais centrada no que os autores denominam “nós-casal” e/ou “nós-família”, isto é, os espaços de negociação individuais são menores, em favor de um sentido menos pessoal e mais grupal/institucional de compartilhamento. A *fusão* tende a predominar nas famílias de estratos mais populares e a *autonomia*, ou uma administração mais individualizada, em famílias pertencentes a camadas mais escolarizadas e com rendas mais elevadas. Nesta pesquisa, os indicadores relacionados com as duas primeiras formas de coesão estão contidos nas questões atinentes às decisões sobre compras, cuidados e administração financeira e também em algumas das questões relacionadas com percepções sobre divisão de papéis na família e envolvimento com trabalho pago. A concentração de respostas no compartilhamento do tipo “junta tudo” indicaria mais uma forma inter-

<sup>33</sup> Torres et al. (2002) identifica ainda a *instituição*, mais próxima de um padrão institucional e tradicional.

mediária e, não, mais tradicional, embora também não completamente autônoma de casal. Tal distinção nos ajuda a visualizar a diversidade das dinâmicas que vão se constituindo a partir de um sentido mais compartilhado e menos tradicional de coesão familiar.

A segunda parte da tabela apresenta apenas as respostas de homens e mulheres que trabalham. A comparação é interessante, pois permite notar uma mudança nos percentuais das respostas das mulheres que de certo modo corrobora a hipótese levantada por Aboim e Wall, mas revela também o reforço da *fusão*. A redução do primeiro item está relacionada com o aumento dos itens seguintes. A administração compartilhada aumenta cerca de 10%. Mas, proporcionalmente, o mais relevante é o aumento da proporção de mulheres que juntam apenas parte da renda ou a mantêm separada. Esse dado reforça a análise anterior que apontava para o papel dos recursos econômicos no que diz respeito às possibilidades de autonomia das mulheres ou à simetria entre o casal.

Já a tabela 7 mostra que, nas três situações aventadas — educação dos filhos, atividades de fim de semana, compras grandes para casa —, predomina a decisão compartilhada. As respostas referentes a alguns tipos de decisões no âmbito doméstico apontam, de fato, para uma relação menos centrada no padrão patriarcal de autoridade masculina e para práticas decisórias mais equilibradas, já que compartilhar decisões significa compartilhar o controle e algum tipo de poder sobre prioridades e interesses. Por outro lado, é interessante observar as diferenças nas opiniões de homens e mulheres, com os primeiros percebendo um compartilhamento bem maior. Contudo, atribuir a tomada de decisões às mulheres pode significar apenas a permanência de suas responsabilidades quanto a questões domésticas, consideradas mais adequadas a elas. Nesse tocante, cabe notar que os índices decrescem no item “comprar as coisas grandes para a casa”. Observe-se que esse diferencial, em que os homens percebem as práticas como mais compartilhadas, acompanha muitas das respostas que envolvem divisão de tarefas, conforme verificaremos a seguir. Por outro lado, considerando as duas tendências indicadas, é possível pensar numa *relação mais equilibrada*, ainda predominantemente marcada pela *fusão*, mas também com o aumento desse traço moderno, mais *associativo*, de organização da vida conjugal.

Tabela 7

Decisões sobre a vida doméstica segundo o sexo

Sexo	Resposta	A	B	C
Feminino	Geralmente eu	24,6	19,9	20,4
	Geralmente meu esposo	11,3	13,1	17,3
	Às vezes um ou outro	20,4	17,8	14,5
	Nós decidimos juntos	43,5	49,3	46,5
	Outra pessoa decide	0,2	—	1,2
	Total	100,0	100,0	100,0
	N	529	544	565
Masculino	Geralmente eu	14,8	12,5	21,8
	Geralmente minha esposa	10,5	11,6	12,7
	Às vezes um ou outro	18,2	19,8	13,6
	Nós decidimos juntos	56,3	56,0	50,9
	Outra pessoa decide	0,2	0,2	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0
	N	512	536	550
Total geral(N)		1.041	1.080	1.115

A. Quem decide como educar os filhos?

B. Quem decide as atividades de fim de semana?

C. Quem decide comprar as coisas grandes para a casa?

### Atividades domésticas e sua divisão entre o casal

As atividades relacionadas com a reprodução, e que envolvem a divisão de um conjunto de ações necessárias à organização e ao funcionamento dos domicílios, o cuidado com as crianças e o uso do tempo "livre", isto é, o tempo destinado ao lazer ou ao descanso, são moldadas pelas mudanças socioculturais. Por isso, englobam necessidades que sofrem alterações no tempo e no espaço. A reprodução da vida e como ela se efetua variam historicamente e entre as culturas, de acordo com os contextos nos quais os indivíduos estão inseridos; envolvem recursos tecnológicos, econômicos e organizacionais, e ainda o momento do ciclo de vida das pessoas.

De igual modo, as formas que a divisão do trabalho doméstico assume são mediadas pelas condições das ações dos indivíduos, por seus valores e escolhas, assim como pelos contextos, pelos aspectos impulsionadores ou limitadores de determinadas tendências. O tempo de trabalho pago também condiciona o tempo de trabalho doméstico. Apesar de tais influências e variações, o fato é que há um padrão praticamente universal ao longo da história: o trabalho definido como "reprodutivo" ou doméstico é visto como feminino, e o trabalho definido como "produtivo" ou remunerado é visto como masculino. A esse padrão, e a suas cor-

respondentes vantagens e desvantagens, tem sido atribuída parte considerável das razões para o predomínio masculino em posições importantes da hierarquia socioeconômica e do controle das instituições. Análises recentes sobre a divisão sexual do trabalho mostram que esses fatores podem ser mais ou menos relevantes, porém, apesar das modificações ocorridas no mundo do trabalho e da tendência crescente à participação da mulher na esfera pública, não são tão determinantes para alterar substantivamente as características quase universais da divisão sexual do trabalho doméstico, que tendem a apresentar poucas alterações de contexto para contexto.<sup>34</sup> No Brasil, essas características não são diferentes, conforme evidenciam vários dos estudos já citados neste capítulo.

A tabela 8 condensa o conjunto das atividades domésticas cotidianas sobre as quais os entrevistados foram solicitados a opinar, sem considerar o cuidado com as crianças. Entre as oito atividades arroladas, os homens só respondem por mais de 50% na atividade "pequenos consertos domésticos". A atividade "ir ao banco pagar contas", a mais associada à dinâmica financeira e ao mundo público, também apresenta um percentual mais elevado de participação masculina. Note-se que ambas são atividades que, a rigor, não exigem um ritmo cotidiano ou mesmo semanal. Mas chega a ser surpreendente a discrepância em atividades consideradas mais domésticas e tipicamente femininas, que têm sido territórios praticamente inexplorados para os homens e assim parecem permanecer, como "lavar e passar roupa" e "cozinhar", indicando quão tradicionais continuam sendo algumas dessas práticas. Situações menos assimétricas são notadas quanto à compra de comida. Os aspectos discutidos anteriormente em relação ao "cuidado", tradicionalmente associado com o feminino, revelam-se no item B. Nessa parte da pesquisa, o cuidado refere-se a familiares doentes.<sup>35</sup> Como se observa, o envolvimento masculino é muito pequeno, se comparado ao das mulheres. Retomando as reflexões iniciais sobre o lugar do "cuidado" para pensar seu significado no contexto do Brasil atual, cabe considerar que, ao lado das limitações comparativas e das tensões nas quais as mulheres se vêem envolvidas por conta dessa atribuição, a situação, no caso da maioria das brasileiras é mais grave, devido à precariedade dos serviços públicos de saúde e assistência e ao perfil econômico da população.

<sup>34</sup> Hirata (2002); Torres et al. (2002); Dedecca (2003).

<sup>35</sup> Cabe registrar que, nesta questão específica, o percentual de não-respostas foi muito elevado — 34,4% — o que compromete uma avaliação mais precisa. Embora não tenha sido detectado qualquer problema no pré-teste, uma possível explicação é que os entrevistados tenderam a associar a possibilidade de pessoas estarem doentes no momento da entrevista. De todo modo, 63,6% responderam a questão.

Tabela 8  
Distribuição dos entrevistados por tarefas domésticas

Distribuição dos entrevistados por tarefas domésticas	A		B		C		D		E		F		G		H	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Sempre eu	2,3	73,9	12,4	6,2	47,9	17,1	39,7	3,7	64,3	3,9	69,9	5,6	59,8	36,1	31,9	
Certamente eu	1,9	11,4	24,8	4,5	9,9	7,2	13,3	1,8	13,8	2,1	12,0	2,8	13,5	12,1	5,8	
Igualmente	6,9	3,7	5,3	8,3	39,3	34,3	26,4	14,8	8,5	13,8	8,5	18,9	10,3	25,3	19,5	
Certamente o cônjuge	38,1	0,7	5,3	36,4	18,9	2,5	18,8	8,7	33,7	1,0	32,7	1,4	30,3	2,4	10,7	
Sempre o cônjuge	41,5	0,5	5,0	26,9	22,6	2,1	18,7	6,1	35,4	0,7	39,0	0,9	32,1	1,4	15,2	
Cuida pessoa da família	4,0	6,0	3,6	8,6	7,9	6,9	2,6	4,9	5,6	7,5	4,8	5,1	5,6	9,8	4,3	
Outros	5,2	3,8	2,1	2,7	1,6	0,9	1,3	0,9	5,0	4,1	3,8	2,2	4,6	2,9	1,2	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
N	569	587	433	434	561	579	568	587	567	585	566	585	567	584	562	

A. Lava e passa roupa; B. Faz pequenos consertos; C. Cuida dos familiares doentes; D. Compra comida; E. Limpa a casa; F. Cozinha; G. Lava os pratos; H. Vai ao banco/paga contas.

Diferentemente do item relacionado com a *administração do dinheiro*, no caso das *atividades domésticas* a resposta “igualmente ou os dois juntos” indica um padrão mais igualitário. A única atividade que se aproxima um pouco mais desse padrão, ou melhor, que apresenta menos assimetria, é a referente à “compra de comida”. A ida ao supermercado, talvez até porque envolva o controle de gastos, tende a ser um pouco mais compartilhada. Por outro lado, a tabela 3 do anexo 2 deste capítulo mostra a relação entre o trabalho pago e as práticas de homens e mulheres. A condição de atividade tende a mudar um tanto a distribuição das tarefas. As mulheres tendem a reduzir um pouco o seu envolvimento com o trabalho doméstico, ao passo que seus cônjuges se envolvem um pouco mais. Até onde essas alterações percentuais têm significado estatístico é algo que verificaremos mais adiante.

Os dados para o Brasil confirmam o que vem sendo constatado por vários estudos: a divisão sexual do trabalho doméstico ainda continua sendo amplamente dominada pelo padrão tradicional. É provável que os índices aqui exibidos já reflitam algumas mudanças em relação a décadas anteriores, como apontam estudos mais localizados. Aguiar (2003) constatou isso em vários tipos de atividades domésticas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De igual modo, Hirata (2002:350) comparou dois períodos distintos e constatou maior repartição do trabalho doméstico entre trabalhadores e trabalhadoras industriais de alguns centros urbanos no Brasil. Mas, segundo a autora, tais mudanças “têm um caráter restrito e tópicos, e não atingem o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres”.

Um padrão de respostas — com alguns aspectos curiosos e ao mesmo tempo reveladores — emerge desses dados, fazendo-nos pensar nas referências e dimensões em que homens e mulheres se apóiam para construir suas percepções. Primeiro, temos o padrão clássico de divisão de papéis, que ainda mostra elevado enraizamento na cultura brasileira e, ao mesmo tempo, significativo distanciamento das opiniões emitidas anteriormente, no item relativo às percepções. Segundo, quando comparamos as respostas de acordo com o sexo, notamos que, sistematicamente, o percentual de homens que respondem ser sempre eles que realizam as tarefas é mais elevado do que o de mulheres que atribuem ao cônjuge a responsabilidade pela realização das tarefas. Ou seja, os homens acham que fazem mais do que o percebido pelas mulheres. Terceiro, há também percepções distintas sobre a divisão igualitária das tarefas domésticas: o percentual de homens que respondem



dividir igualmente as tarefas é sistematicamente maior do que o de mulheres. Por fim, embora neste capítulo o dado esteja diluído na categoria "outros", verificamos também que os homens atribuem, sistematicamente, mais tarefas às empregadas domésticas do que as mulheres o fazem. Conquanto não estejam sendo comparadas respostas de casais e, sim, de indivíduos casados, esse padrão de resposta assinala uma importante distinção entre as percepções feminina e masculina. Tal distinção será mais bem visualizada quando, mediante a análise das correlações, tratarmos das horas efetivamente trabalhadas no ambiente doméstico e sentimento de justiça ou injustiça. Mas desde já fica claro que a falta de sintonia não se verifica apenas entre o que pensam e o que dizem que fazem, mas também entre o que os homens acham que fazem e o que acham que suas mulheres fazem e vice-versa.

### Cuidado com os filhos

Como já vimos, na sociedade, o "cuidado" é tradicionalmente associado às mulheres. E o lugar do cuidado na vida da mulher tem sido determinante para suas possibilidades de escolha em relação à vida em geral. Como observa Duran (2000), excluindo-se os limites biológicos relacionados com a função da gestação, todos os outros aspectos envolvidos no cuidado podem ser efetivamente desempenhados por homens ou mulheres. Ou seja, *a associação entre "cuidado" e mulher é uma questão de gênero*. As imagens contemporâneas do homem moderno ressaltam aspectos antes não destacados, como a afetividade ou o maior envolvimento com os filhos. Mas essa tendência vem se firmando lentamente, embora em ritmo mais acelerado do que o referente ao item "tarefas domésticas". O "cuidado", expresso no envolvimento/compartilhamento das atividades necessárias à criação dos filhos, também foi observado nesta pesquisa.

Como mostra a tabela 9, a divisão de trabalho entre os membros de um casal no que diz respeito ao cuidado com os filhos sugere poucas mudanças nos padrões tradicionais. Com exceção do item D, embora haja algum envolvimento dos homens em todos os outros itens, 70% ou mais das mulheres responderam que eram elas mesmas que faziam as atividades listadas, imputando ao cônjuge uma participação inexpressiva. As respostas masculinas, por sua vez, corroboraram as respostas femininas, pois atribuíram a principal responsabilidade as esposas; apenas em três itens (C, D e G) os que responderam ser sempre eles ou geralmente eles que realizavam a atividade ultrapassaram os 10%.

Tabela 9  
Divisão no cuidado dos filhos, segundo o sexo

Sexo	Resposta	A	B	C	D	E	F	G
Feminino	Sempre eu	67,9	68,0	56,6	45,6	61,6	60,5	55,7
	Geralmente eu	18,3	16,5	17,5	16,9	15,7	15,7	18,7
	Juntos	3,9	6,0	14,7	26,0	16,5	15,4	9,9
	Geralmente meu cônjuge	1,2	1,5	1,6	4,5	0,8	2,7	2,6
	Sempre meu cônjuge	0,9	0,6	1,3	0,3	0,6	0,9	0,7
	Outra pessoa da família	7,2	7,5	8,4	6,6	4,8	4,8	12,5
	Outros	0,6	—	—	—	—	—	—
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	333	334	320	331	357	332	273
Masculino	Sempre eu	5,1	5,4	4,9	4,0	5,8	5,0	7,4
	Geralmente eu	4,3	2,7	5,7	7,0	3,4	3,1	6,0
	Juntos	16,8	19,9	30,5	54,9	36,4	34,5	29,2
	Geralmente meu cônjuge	33,2	32,2	25,2	11,0	22,3	24,5	21,3
	Sempre meu cônjuge	32,8	33,3	24,4	16,1	25,8	28,4	25,5
	Outra pessoa da família	7,4	6,5	9,3	6,6	5,8	4,6	10,2
	Outros	0,4	—	—	0,4	0,3	—	0,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	256	261	246	273	291	261	216
Total geral (N)	691	595	566	604	648	593	489	

- A. Quem tem a responsabilidade de vestir e dar banho nas crianças?  
 B. Quem tem a responsabilidade de dar comida às crianças?  
 C. Quem tem a responsabilidade de acompanhar as atividades escolares das crianças?  
 D. Quem tem a responsabilidade de brincar com as crianças?  
 E. Quem tem a responsabilidade de levar as crianças ao médico?  
 F. Quem tem a responsabilidade de pôr as crianças para dormir?  
 G. Quem tem a responsabilidade de levar e/ou pegar as crianças na escola?

O ocorrido com as outras atividades domésticas volta a ocorrer neste caso: a percepção dos homens quanto a seu envolvimento tende a ser "mais otimista" do que a percepção das mulheres sobre o envolvimento masculino. Os homens dizem que fazem ou compartilham mais atividades do que as mulheres acham que seus cônjuges de fato fazem ou compartilham. É de se notar que tanto homens quanto mulheres atribuem a "outra pessoa da família" um percentual razoável de responsabilidade para com essas atividades. As mulheres atribuem um percentual geralmente maior que seus cônjuges. Supomos que essa outra pessoa seja, na maioria dos casos, a avó, ou, eventualmente, um irmão.

As respostas referentes a quem fica com os filhos menores de 10 anos<sup>36</sup> confirmam o que foi dito acima. Quando não estão na escola, os filhos recebem cuidados, primeiramente, da mãe (57,6%) e, em segundo lugar, dos avós (12,1%), o que, supomos, deve se referir predominantemente à avó. No caso das mulheres sem cônjuge, o apoio dos avós é ainda mais relevante (20%).

A literatura recente tem chamado a atenção para o fato de que, mesmo sendo tímidas as mudanças nos padrões de divisão de trabalho doméstico, é no envolvimento masculino com os filhos que se percebe um quadro mais positivo. Os dados indicam uma tendência para o compartilhamento de algumas atividades (também nesse caso, na percepção dos homens o compartilhamento é maior do que na percepção das mulheres), mas essa tendência ainda é bastante tímida, como se pode inferir das respostas dos entrevistados. Pouco parece ter mudado a característica identificada por Bruschini (1990) alguns anos atrás: o rarefeito envolvimento dos homens ocorre mais em atividades lúdicas, de lazer e externas ao espaço doméstico. Assim, predomina uma atitude ainda marcadamente tradicional em relação ao "cuidado", centrada na manutenção da responsabilidade feminina: 65,6% acham que a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido, é possível falar da permanência de uma forte associação entre afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe é, antes de tudo, *cuidar* dos filhos.

Mais uma vez é necessário contextualizar as respostas, chamando a atenção para a ausência de uma prática mais enraizada de locais públicos que cuidem de crianças, como creches ou pré-escolas. Como se pode ver no anexo II deste livro, apenas 14,4% das crianças até dois anos freqüentam creches e, destas, só metade freqüenta creche do governo. No caso do Brasil, há o agravante de os espaços públicos serem considerados muito precários. Trabalhamos com uma população que, por não dispor de acesso a esse tipo de serviço, pode ter uma visão estereotipada dessas instituições: crianças sem afeto, malcuidadas etc. É provável, pois, que as opções predominantes revelem uma percepção tradicional, que tende a ser reforçada por uma realidade bastante adversa.

### Tempo de lazer, tempo pessoal e divisão sexual do trabalho

Na pesquisa, também se procurou averiguar como a dinâmica entre tempo de lazer e divisão sexual do trabalho se manifesta. A tabela 10 contém sete tipos de

<sup>36</sup> Ver anexo I deste livro: variável 71

atividades relacionadas a isso, e as respostas são reveladoras dos padrões que vêm sendo discutidos.

Tabela 10  
Freqüência das atividades do respondente nos finais de semana,  
segundo o sexo

Sexo	Resposta	A	B	C	D	E	F	G
Feminino	Freqüentemente	38,9	17,0	16,1	24,4	59,1	34,2	38,7
	Quase sempre	17,6	11,0	13,0	13,2	17,2	13,3	18,1
	Às vezes	22,9	33,5	29,1	28,9	12,1	20,0	20,9
	Raramente	17,2	30,6	30,8	20,7	7,7	19,8	14,6
	Nunca	3,5	7,9	11,1	12,8	3,9	12,7	7,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	1.006	1.010	1.008	893	1.008	1.003	1.005
Masculino	Freqüentemente	38,9	15,2	24,2	17,9	19,0	21,9	31,1
	Quase sempre	17,6	11,1	17,5	12,9	8,9	15,1	16,7
	Às vezes	22,9	34,0	27,0	25,8	21,0	26,3	22,4
	Raramente	17,2	32,4	24,3	24,4	23,3	24,1	16,5
	Nunca	3,5	7,3	7,0	18,9	27,7	12,6	13,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	979	979	976	814	974	976	970
Tctal geral (N)		2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000

- A. Você fica em casa vendo TV no final de semana.  
 B. Você visita parentes no final de semana.  
 C. Você encontra amigos no final de semana.  
 D. Você passeia com os filhos no final de semana.  
 E. Você arruma a casa no final de semana.  
 F. Você faz consertos domésticos no final de semana.  
 G. Você faz compras para casa no final de semana.

Como se pode notar, o uso dos finais de semana para atividades de trabalho é bastante freqüente, sobretudo entre as mulheres. Observando-se os itens A, B, C e D, mais relacionados com a dimensão do lazer, percebe-se que, dessas atividades, a que as pessoas fazem com maior freqüência é a A — assistir à televisão. Como as outras três atividades envolvem deslocamentos, sair de casa e prováveis gastos, a distribuição das respostas pode estar condicionada a fatores econômicos.

Sem desconsiderar a dimensão do prazer presente nessas tarefas, importa atentar para os itens B e D, que remetem a atividades que poderíamos definir como atividades *para* outros: passear com os filhos ou visitar parentes. As mulheres, mais do que os homens, respondem fazer essas duas atividades frequentemente ou quase sempre. No que diz respeito à atividade de lazer mais social — encontrar os amigos (C) —, 41,7% dos homens respondem que o fazem frequentemente ou quase sempre, ao passo que apenas 29% das mulheres dizem o mesmo. Os três outros itens (E, F e G) estão relacionados com o uso do tempo de lazer como tempo de trabalho doméstico. As mulheres, frequentemente ou quase sempre, usam mais o final de semana para arrumar a casa, realizar consertos domésticos e fazer compras para a casa.

O tempo de lazer das mulheres aparece na pesquisa relacionado com o tempo do “outro” — da casa, dos filhos, do cuidado —, enquanto o tempo de lazer dos homens tende a ser mais dedicado ao “outro” e mais usado em proveito próprio (obviamente, isso não cobre um conjunto de outras atividades, que permitiriam uma avaliação mais ampla). Esses dados apenas corroboram o que já vem sendo constatado por estudos acerca da redução do tempo de lazer das mulheres. Nesse ponto, é interessante voltar às considerações tecidas por Dedecca (2003), quando este assinala a crescente redução do chamado tempo livre ou tempo pessoal e o conseqüente aumento do tempo dedicado ao trabalho pago, sobretudo entre as mulheres, em decorrência de fatores como, por exemplo, mudanças na organização social do trabalho remunerado e a centralidade do consumo como valor social. No caso das mulheres, o quadro se agrava porque, além dos fatores mencionados, constata-se que seu ingresso no mercado de trabalho não implicou maior divisão do trabalho doméstico.<sup>37</sup> Este é também o cenário nos países desenvolvidos, inclusive aqueles identificados como Estados de bem-estar social, embora suas condições sejam menos adversas do que em outros contextos. Uma pesquisa realizada na Espanha<sup>38</sup> constatou que, para a maioria das mulheres, nem mesmo as férias trazem uma redução no tempo que dedicam ao trabalho doméstico e lhes garante maior tempo de lazer. Como observou Segal (1999), a ênfase

<sup>37</sup> Hirata (2002), Bathvany (2000), Torres et al. (2002), Dedecca (2003), Venturini e Recaman (2002)

<sup>38</sup> Duran (2000)

dada à vida familiar tradicional, num contexto de desequilíbrio entre cuidados e empregos e de cortes de gastos públicos, continua a sobrecarregar as mulheres, reduzindo seu tempo de lazer e suas possibilidades de ganho.

Diante desses dados, como considerar a relação entre o que pensam e o que fazem ou dizem fazer os entrevistados? Em outras palavras, qual a relação entre certos valores, percepções sobre relações de gênero na família e práticas domésticas?

### A trajetória de percepções e práticas na construção de uma divisão mais justa das atividades domésticas

Nesta parte, o objetivo é analisar as relações entre percepções e atitudes quanto à divisão do trabalho doméstico, a partir de um *modelo estatístico de correlações multivariadas*. Buscamos compreender em que medida as percepções mais igualitárias sobre o papel da mulher na vida pública e na vida privada têm impacto sobre a divisão das tarefas domésticas.

Como já vimos, esse impacto tem sido muito pequeno. Algumas das pesquisas já mencionadas, baseadas em séries temporais e em aferições mais diretas do uso do tempo doméstico, demonstram que, em uma década, o aumento do tempo dedicado ao trabalho doméstico pelos homens se alterou pouco, coisa de alguns minutos. Essa constatação levou a redefinições das ênfases conferidas às dimensões objetivas e subjetivas e à compreensão de que a divisão sexual do trabalho doméstico está fortemente enraizada na cultura, além de ser influenciada por outros fatores estruturais.

Com base nessas considerações e coerentes com o lugar relevante conferido à cultura na parte inicial deste trabalho, compreendemos que esse tipo de modelo nos ajuda a visualizar melhor as distintas dimensões que a pesquisa permite captar. Consideramos como uma hipótese subliminar que valores gerais mais conservadores tendem a produzir percepções de gênero mais conservadoras, que, conseqüentemente, se refletem numa divisão do trabalho doméstico mais desigual. Por isso, tentamos verificar em que medida alguns valores mais gerais, que transcendem as relações de gênero e não estão relacionados apenas com as mulheres, têm implicações sobre a maneira de os indivíduos perceberem as relações de gênero e as práticas familiares.

Primeiro, as correlações bivariadas<sup>39</sup> entre os três índices criados para traduzir valores morais, percepções e práticas mostraram que existe associação positiva entre valores morais e percepções sobre o lugar da mulher na dinâmica entre o trabalho pago e a família, tanto para os homens quanto para as mulheres. Isso significa que, quanto mais modernos são os "valores morais", mais igualitárias são as percepções sobre gênero, trabalho e família. No entanto, a correlação entre valores modernos e práticas igualitaristas só é significativa no caso dos homens. Uma hipótese que pode ser levantada a partir desse resultado é que as mulheres, independentemente de seus valores e de suas percepções de gênero, têm avaliação homogênea sobre a divisão do trabalho doméstico, certamente vendo essa distribuição como mais injusta.<sup>40</sup>

Pode-se medir as práticas domésticas de duas formas: mediante o indicador denominado "prática", construído a partir de um conjunto de variáveis que discriminam as atividades que os indivíduos realizam em casa e sua frequência; utilizando-se a variável que pergunta, diretamente, o número médio de horas por semana que os respondentes gastam com o trabalho doméstico (variável 64). Surpreendentemente, essas duas variáveis não estão correlacionadas, nem no caso dos homens nem no das mulheres. Isto é, a maneira de as pessoas perceberem sua participação na divisão do trabalho doméstico não corresponde ao tempo que elas declaram dedicar a ele. Outra variável relevante é a que responde à questão: "Qual o número de horas gasto com trabalho doméstico por seu(sua) esposo(a)?" Também essa resposta não está correlacionada com a variável construída a partir de uma lista de atividades e o tipo de divisão doméstica. Entretanto, as variáveis que registram as horas gastas com tarefas domésticas estão relacionadas (variáveis 64 e 65). Essa correlação é positiva, ou seja, à medida que o número de horas de trabalho do respondente aumenta, aumenta também o número de horas que ele informa que seu cônjuge trabalha, e vice-versa, se informa menos horas, também registra menos horas para seu cônjuge. Os resultados das correlações estão no quadro a seguir.

<sup>39</sup> Correlações bivariadas são aquelas que inserem a relação entre duas variáveis. Quando o número de variáveis ultrapassa dois, a análise passa a ser denominada multivariada.

<sup>40</sup> Ver a tabela 13 deste capítulo

## Correlações

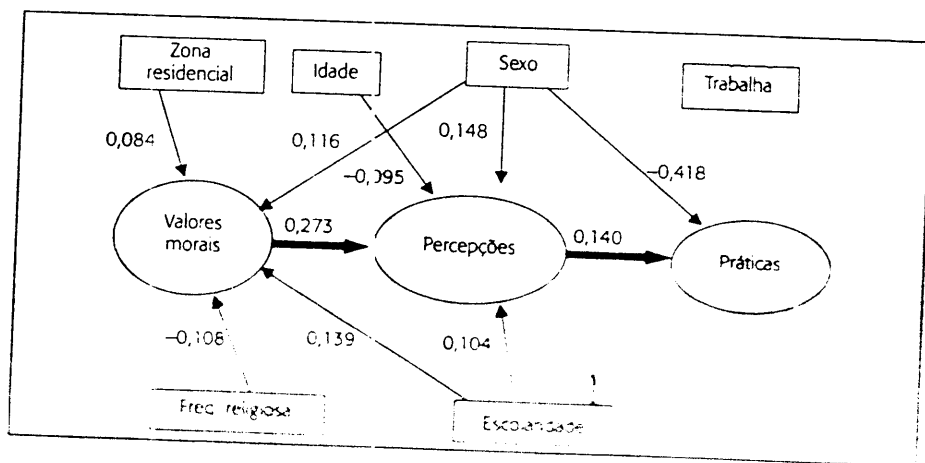
Sexo			Prática 2	Nº de horas gastas com trabalhos domésticos	Esposo: nº de horas gastas com trabalhos domésticos
Masculino	Prática 2	Correlação de Pearson	1	0,055	-0,087
		Significância (2-caudas)		0,457	0,205
		N	272	183	216
	Nº de horas gastas com trabalhos domésticos	Correlação de Pearson	0,055	1	0,375*
		Significância (2-caudas)	0,457		0,000
		N	183	350	316
Esposo: nº de horas gastas com trabalhos domésticos	Correlação de Pearson	-0,087	0,375*	1	
	Significância (2-caudas)	0,205	0,000		
	N	216	316	441	
Feminino	Prática 2	Correlação de Pearson		-0,040	0,034
		Significância (2-caudas)		0,526	0,699
		N	305	249	135
	Nº de horas gastas com trabalhos domésticos	Correlação de Pearson	-0,040	1	0,475*
		Significância (2-caudas)	0,526		0,000
		N	249	504	271
Esposo: nº de horas gastas com trabalhos domésticos	Correlação de Pearson	0,034	0,475*	1	
	Significância (2-caudas)	0,699	0,000		
	N	135	271	278	

\* A correlação é significativa no nível de 0,01 (2-caudas).

Note-se que as correlações foram realizadas segundo o gênero do respondente; uma análise geral talvez produzisse resultados diferentes. Neste caso, interessa distinguir o comportamento e a opinião de homens e mulheres. É importante observar a diferença, por gênero, da média de horas gastas com trabalhos domésticos: 17,33 (homens) e 37,37 (mulheres). Como era de esperar o inverso também ocorre, quando é informada a média dos cônjuges, a relação se inverte: os homens dizem que suas esposas gastam 35,59 horas, e as mulheres, que seus maridos gastam 16 horas. As médias registradas para o índice "prática" repetem o padrão observado nas variáveis de tempo (variáveis 64 e 65), pois médias maiores indicam uma percepção de distribuição das tarefas domésticas mais igualitária e, portanto, mais favorável ao respondente. Por isso, os homens registram médias de 30,57 e as mulheres de 24,27. Ou seja, os homens acham que as tarefas são mais bem distribuídas, enquanto, na percepção das mulheres, a distribuição é mais assimétrica e desfavorável.

Com base no discutido e nos dados, retomamos a hipótese de que as diferenças nas práticas domésticas estariam vinculadas a percepções mais ou menos tradicionais sobre o lugar da mulher no mundo do trabalho e também na esfera privada, ou seja, da vida doméstica. Sem desconsiderar as observações anteriores, presumimos que a variação nas percepções poderia ser explicada pelos valores morais. Assim, valores morais mais liberais e modernos levariam a percepções mais igualitárias e, estas, à prática de uma melhor distribuição das tarefas domésticas. Variáveis sociodemográficas explicariam, por seu turno, os valores morais. Essas hipóteses permitem estruturar um modelo causal. Embora tal modelo esteja longe de esgotar a complexa multicausalidade existente na construção social do gênero e em suas práticas, ele nos permite trabalhar com as diversas dimensões das variáveis incluídas no survey, ir além de sua simples descrição e tentar compreender as várias correlações que se estabelecem entre essas dimensões. O modelo que melhor se ajusta a esse tipo de construção de hipótese é o modelo de análise de trajetórias (*path analysis*). Entre as variáveis sociodemográficas foram incluídas: sexo, idade, escolaridade, zona residencial urbana/rural, frequência a culto religioso e condição de ocupação (estar trabalhando ou não). As variáveis nominais foram transformadas em dicotômicas, com valores 0 (zero) e 1 (um). No caso do gênero, o valor 1 foi atribuído às mulheres; na zona residencial, o valor 1 corresponde à urbana; nas variáveis de trabalho, o valor 1 foi atribuído aos que trabalham. O primeiro modelo é geral e incluiu todos os entrevistados que responderam às questões (figura 1).

Figura 1  
Modelo geral, incluindo todos os entrevistados



Os resultados do coeficiente beta padronizado<sup>41</sup> indicaram que zona residencial, sexo, frequência religiosa e escolaridade têm relação significativa com valores morais: as pessoas que vivem em áreas urbanas, são mais educadas, pertencem ao sexo feminino e têm menor participação religiosa, tendem a assumir posições mais modernas no que diz respeito aos valores morais arrolados neste trabalho. O fato de estar inserido ou não no mercado de trabalho, assim como a idade do respondente não influenciam as opiniões sobre questões morais. A variável de maior impacto é a escolaridade, seguida por sexo, frequência religiosa e zona residencial. Condizentemente com outras pesquisas que vêm sugerindo certo conservadorismo dos jovens no que diz respeito a valores morais, constatamos também que ser jovem ou idoso não tem importância significativa nos valores morais dos indivíduos.

Uma segunda hipótese testada foi a relação das variáveis sociodemográficas e do índice que mensura os valores morais com o índice que reporta percepções acerca de gênero, trabalho e família — nomeado de “percepções”. Nesse índice não estão incluídos apenas itens de percepção, também figuram itens de opinião. Os “valores morais” são os que exercem maior influência sobre as percepções; quanto mais igualitários, mais igualitárias são as percepções. Sexo e escolaridade também têm relação significativa com as percepções, no mesmo sentido tomado quando a variável dependente era “valores morais” — ou seja, mulheres e pessoas mais escolarizadas têm percepções mais igualitárias. A idade registrou correlação negativa: quando aumenta o valor da variável idade, diminui o da variável percepção. No caso das percepções de gênero, idade conta: pessoas mais jovens registram índices mais modernos. O fato de ser mulher, como era de esperar, não só tem mais relevância no caso das percepções do que no de valores morais, como apresenta, como variável independente, o mais elevado grau de significância. Já religiosidade e zona residencial parecem não ter influência direta sobre as percepções, mas influenciar somente os valores morais.

A última trajetória do nosso modelo inclui como variável dependente o índice “prática”, que se refere à divisão das tarefas domésticas. Quanto maior o índice, melhor é a percepção ou o juízo do respondente sobre a distribuição das

<sup>41</sup> Coeficientes resultantes da análise de regressão que expressam o peso relativo de cada variável independente sobre a variável dependente.

tarefas, traduzindo, portanto, a *sensação* de serem as práticas mais igualitárias e as tarefas domésticas mais bem divididas entre os cônjuges.

Existe relação entre percepção e prática, o que indica que opiniões igualitárias se traduzem em atitudes menos conservadoras, sempre considerando que se está falando de como a distribuição do trabalho doméstico é percebida e sentida pelos respondentes. Contudo, *somente uma variável sociodemográfica tem relação significativa com a distribuição do trabalho doméstico: o sexo*; o sentido dessa correlação é negativo. Nesse caso, a distribuição das práticas está diretamente associada ao sexo: ser mulher implica o reconhecimento de que cabe a ela a maior parte do trabalho doméstico. Deve-se salientar que essa variável também é pautada por percepção e opinião, já que os respondentes *opinam* sobre quanto fazem na divisão do trabalho doméstico.

Concluída a análise de trajetória, é necessário indicar os efeitos diretos e indiretos de cada variável independente sobre a variável dependente. No que diz respeito às "percepções", temos os efeitos via valores morais de sexo, idade e escolaridade. Os resultados, a partir de cada coeficiente beta padronizado, encontram-se na tabela 11.

Tabela 11

Coefficientes beta padronizados para as variáveis explicativas de percepção

Variável	Efeito direto	Efeito indireto	Efeito total
Sexo	0,148	0,040	0,188
Escolaridade	0,104	0,028	0,132
Idade	-0,095	-	-0,095
Valores morais	0,273	-	0,273

Vejamos os efeitos diretos e indiretos sobre o índice "práticas". Neste caso, estamos observando os efeitos das percepções e do sexo sobre as práticas.

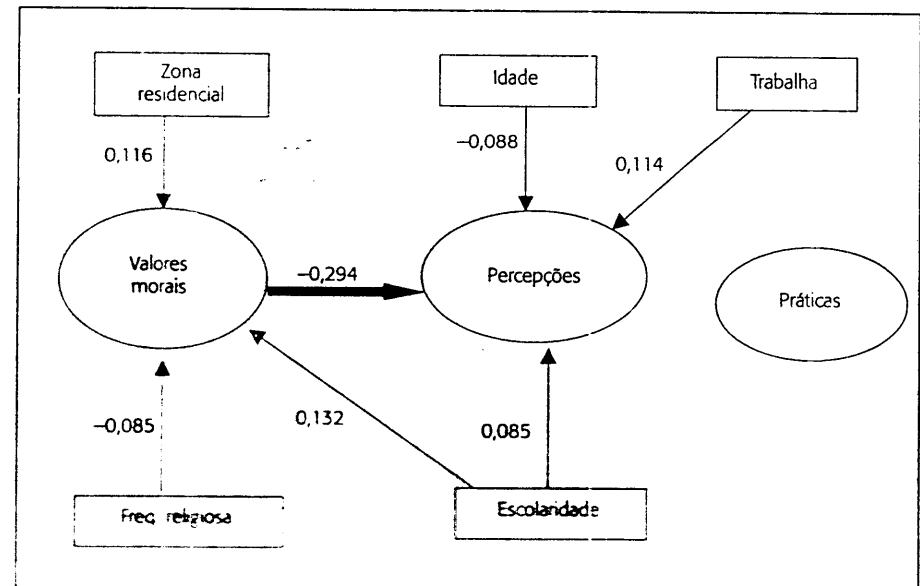
Tabela 12

Coefficientes beta padronizados para as variáveis explicativas de práticas

Variável	Efeito direto	Efeito indireto via moral	Efeito indireto via percepção	Efeito total
Sexo	-0,416	0,004	0,021	0,443
Percepção	0,140	-	-	0,140

É revelador o fato de o indivíduo possuir ou não um trabalho remunerado ter efeito nulo sobre percepções e práticas. Mas esse fenômeno pode ser explicado pela alta taxa de inserção dos homens na força de trabalho, que representa praticamente a totalidade dos respondentes do sexo masculino, influenciando assim o índice. Por isso, a análise não estaria completa sem que o modelo de trajetórias fosse aplicado somente às mulheres, até porque o interesse desta pesquisa não é apenas estudar as diferenças de percepção entre homens e mulheres, mas também as diferenças de percepção entre mulheres com perfis sociodemográficos distintos. Cabe, pois, verificar se o fato de as mulheres estarem ou não inseridas no mercado de trabalho tem impacto sobre suas percepções, assim como os diferenciais relativos a educação, geração, área de residência, entre outros. Ou seja, não se trata de explicar as diferenças de opinião e percepção da população como um todo, mas, em especial, de explicar as diferenças na população feminina, isto é, o que faz com que as mulheres se diferenciem nessa dimensão das práticas, dos valores e das percepções quanto a seu lugar nas esferas pública e privada (figura 2).

Figura 2  
Um modelo para as mulheres



Os resultados indicam que zona residencial, frequência religiosa e escolaridade têm relação significativa com os valores morais: as mulheres que vivem em áreas urbanas, são mais instruídas e têm menor participação religiosa, tendem a assumir posições mais modernas no que diz respeito a valores morais. O fato de estarem inseridas ou não no mercado de trabalho continua não exercendo influência sobre as opiniões referentes a questões morais, como no caso da população como um todo. Entre as mulheres, a variável de maior impacto é a escolaridade, seguida de zona residencial e frequência religiosa. Nessa primeira fase do modelo, o resultado dos dados das mulheres foi similar ao observado nos da população em geral.

Contudo, quando a regressão tem como variável dependente o índice de percepção, surgem algumas diferenças. A variável de condição na ocupação mostra poder explicativo: as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho têm percepções mais igualitárias e modernas. Mas "valores morais" continua sendo a variável com maior peso no modelo, tendo a idade e a escolaridade menor impacto que a inserção na força de trabalho, nesta ordem.

Na última trajetória, uma surpresa: nenhuma variável tem relação significativa com a percepção sobre a igualdade ou a desigualdade na divisão das tarefas domésticas. Essa percepção depende única e exclusivamente de um fator: o sexo do respondente. Talvez isso nem seja tão surpreendente assim, porquanto esse resultado indica que mulheres de diferentes níveis educacionais, áreas de residência e gerações, que trabalham fora ou não e têm distintas percepções e valores morais, percebem-se com uma experiência comum: a assimetria das tarefas domésticas. Em trabalho mais detalhado sobre os resultados desta pesquisa<sup>42</sup> mostramos que, em termos percentuais, há algumas diferenças entre os índices de envolvimento das mulheres com o trabalho doméstico de acordo com a condição de atividade. E isso tem certa lógica. Trabalhar fora tende a implicar determinado número de horas disponíveis para o trabalho doméstico. Porém, o que essa parte da análise revela é que isso não constitui condição significativa e suficiente para mudar substancialmente as posições das mulheres e dos homens em relação ao trabalho doméstico. Por outro lado, como o índice "percepção" mostrou-se significativo para o total da população, pode-se concluir que esse efeito se deve à opinião dos homens; ou seja, **homens com percepções e opiniões**

<sup>42</sup> Araújo e Scalon (2004).

mais igualitárias tendem a perceber suas práticas domésticas também como mais igualitárias.

Importa ainda analisar a relação entre o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico (variável 64) e a percepção dos entrevistados sobre se o que lhes cabe nas tarefas domésticas é justo (variável 66), apresentada na tabela 13.

Tabela 13  
Horas no trabalho/Percepção de justiça

Sexo	Resposta	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão	95% do intervalo de confiança	
						Limite mínimo	Limite máximo
Masculino	Mais que o justo	31	21,03	21,366	3,837	13,2	28,87
	Justo	188	18,93	21,758	1,587	15,8	22,06
	Menos que o justo	117	12,46	18,065	1,67	9,15	15,77
	Total	336	16,67	20,758	1,13	14,65	19,09
Feminino	Mais que o justo	218	39,44	22,552	1,527	36,43	42,46
	Justo	238	35,2	21,3	1,381	32,48	37,92
	Menos que o justo	15	29,53	18,45	4,764	19,33	39,75
	Total	471	36,98	21,908	1,009	35	38,97
Anova (análise de variância)							
Sexo		Soma de quadrados	Graus de liberdade	Média quadrática	F	Significância	
Masculino	Entre grupos	3.609,351	2	1.804,676	4,290	0,014	
	Intragrupos	140.082,1	333	420,667			
	Total	143.691,5	335				
Feminino	Entre grupos	2.912,573	2	1.456,286	3,061	0,048	
	Intragrupos	222.659,3	468	475,768			
	Total	225.571,9	470				

Homens e mulheres foram analisados separadamente. A análise de variância mostra que existe uma associação significativa entre as horas de fato dedicadas ao trabalho doméstico e o senso de justiça em participar dele. Isto é, homens que relatam fazer mais do que o justo, de fato, dedicam mais horas às tarefas domésticas do que aqueles que dizem fazer o justo, e estes, por sua vez, dedicam mais tempo do que os que reconhecem fazer menos que o justo. O que chama a atenção

é a discrepância nas médias de horas trabalhadas entre os sexos; as mulheres dedicam às tarefas domésticas, em média, mais que o dobro de horas dedicadas pelos homens, e isto em todos os três grupos: o dos que fazem mais que o justo, o justo e menos que o justo.

É interessante observar que o número de mulheres que dizem fazer mais do que o justo ou o justo é bem maior do que o de homens. Já o número de mulheres que dizem fazer menos do que o justo é bastante reduzido: 15 casos. Da mesma forma, o número de homens que dizem fazer mais do que o justo é pequeno: 31 casos. Quando considerado o número efetivo de horas dedicadas ao trabalho doméstico, verifica-se que os homens que acreditam fazer “mais do que o justo” trabalham em média menos horas do que as mulheres que reconhecem fazer “menos do que o justo”, embora esses dados devam ser considerados com cautela, uma vez que o número de casos é pequeno. De qualquer maneira, as médias de horas já indicam discrepância entre a dedicação das mulheres e dos homens às atividades domésticas. Mas os resultados acima também indicam certa discrepância entre o que as mulheres dizem fazer efetivamente e o sentido que atribuem a essa responsabilidade, porque, embora reconheçam trabalhar muito mais, não predomina entre as mulheres o senso de *injustiça*. Quanto aos homens, embora reconheçam fazer muito menos, e a percepção de que fazem “menos que o justo” seja bem maior do que entre as mulheres, o que indica algum olhar crítico sobre o sentido de justiça, o fato é que o que predomina entre eles é o senso de *justiça*.

As respostas sobre a frequência com que discordam da divisão do trabalho doméstico (variável 67) reforçam a suspeita da discrepância já mencionada, dada a baixa frequência de conflitos registrados: 78,8% das mulheres e 81,2% dos homens responderam que nunca ou raramente têm conflitos sobre a divisão das atividades domésticas.<sup>43</sup> É interessante observar que, mesmo entre as mulheres que se identificaram como *ativas*, 77,8% dizem que quase nunca ou raramente têm conflitos com o cônjuge. Embora esse dado indique um fraco grau de tensão, os dados relacionados com o número de horas, a distribuição de atividades e a avaliação de justiça permitem considerar a possibilidade de que essa tensão, motivada pelas respostas anteriores sobre percepções e o crescente envolvimento feminino com o trabalho remunerado, seja mais elevada, mesmo quando não se traduz em conflitos explícitos.

<sup>43</sup> A pergunta não incluía atividades com os filhos

## Relação entre bem-estar, felicidade, vida familiar e trabalho

Um fator importante na análise da conciliação entre trabalho e família é a capacidade que o indivíduo tem de distribuir seu tempo entre as diferentes esferas de sua vida — privada e pública. Obviamente, a satisfação individual com a vida familiar e também com a vida profissional está vinculada a uma avaliação positiva dessa divisão do tempo; percepção contrária pode ser geradora de estresse e insatisfação.

Considerando-se os dados analisados, como se sentem os entrevistados em relação à conciliação do tempo e ao senso de satisfação pessoal? Os dados da tabela 14 mostram que as mulheres tendem a sentir maior pressão em relação ao excesso de atividades domésticas, o que de fato era de se esperar, uma vez que são elas que dedicam mais tempo à casa. Essa pressão se manifesta em relação tanto à conciliação quanto à sensação de estresse, em casa e no trabalho. Por outro lado, é revelador que um elevado percentual de homens concorde que suas vidas em casa quase nunca são estressantes (item B). Considerando as perguntas sobre o cansaço e as dificuldades encontradas para realizar atividades de trabalho e atividades domésticas (variável 67), parece não haver grande dissimilaridade na percepção de homens e mulheres, embora uma proporção maior de homens (31,7%) do que de mulheres (28,7%) afirme chegar em casa cansada demais. Mas as mulheres (23,8%) freqüentemente ou quase sempre sentem mais dificuldade para cumprir as responsabilidades familiares do que os homens (13,8%). Entretanto, homens e mulheres, em proporções muito similares, acabam rejeitando afirmativas de que chegam em casa muito cansados, chegam no trabalho muito cansados, acham difícil cumprir as responsabilidades domésticas e têm dificuldade para se concentrar no trabalho.

Alguns estudos comparativos já mostraram que o brasileiro tende a se considerar feliz mais freqüentemente que outros povos. Por isso, não surpreende que 94,9% dos homens e 91,3% das mulheres se digam “muito felizes” ou “razoavelmente felizes” (variável 68). Mas por que os homens são ligeiramente mais felizes que as mulheres? Essa resposta é impossível de obter dado o número de variáveis explicativas que poderiam estar contidas nessa equação. Mas, certamente, o grau de satisfação com o trabalho e com a vida familiar são variáveis importantes entre os milhares de indicadores que poderiam explicar a felicidade. De fato, 81,5% dos homens estão “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com seu trabalho (variável 78) e



90,3%, com a vida familiar (variável 79), enquanto, entre as mulheres, esses índices decrescem, respectivamente, para 76,9 e 86,9%. Essa percepção converge com os dados "duros" do mercado de trabalho: as mulheres de fato ocupam posições menos privilegiadas que os homens. Por outro lado, pode-se considerar o peso dos fatores relacionados com encargos domésticos, expectativas afetivas e cuidados familiares como elemento interveniente nesse sentimento de menor felicidade das mulheres quando comparadas aos homens. Vale lembrar as observações feitas na primeira parte deste capítulo sobre o acréscimo de novas formas de tensão na vida da mulher.

Tabela 14  
Percepção do respondente sobre conciliação do tempo entre o trabalho e a casa

Sexo	Resposta	A	B	C	D
Feminino	Concorda totalmente	61,2	40,7	46,5	35,4
	Concorda em parte	14,6	15,6	11,4	11,5
	Não concorda nem discorda	5,3	8,1	5,6	7,7
	Discorda em parte	5,2	10,4	8,2	9,6
	Discorda totalmente	13,7	25,2	28,3	35,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	946	927	734	731
Masculino	Concorda totalmente	43,6	48,3	46,0	39,6
	Concorda em parte	12,9	16,4	12,0	11,6
	Não concorda nem discorda	8,6	6,1	6,8	7,4
	Discorda em parte	6,6	8,5	5,9	8,6
	Discorda totalmente	28,3	20,8	29,3	32,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	881	920	798	793
	Total geral (N)	1.827	1.847	1.532	1.524

A. O tempo acaba sempre antes de fazer as coisas da casa.

B. Minha vida em casa quase nunca é estressante.

C. O tempo acaba sempre antes de fazer as coisas do trabalho.

D. Meu trabalho quase nunca é estressante.

Como melhorar a relação entre vida familiar e trabalho, tendo em vista as questões anteriores? Como vimos, no que diz respeito aos brasileiros em geral, não há um sentimento de profunda exaustão nessa conciliação. Mas é interessante observar que, à pergunta sobre o que fariam para melhorar essa relação — pergun-

ta que solicitava opções por ordem de preferência em relação a um conjunto de estratégias (variável 84) —, tanto homens quanto mulheres responderam como primeira opção *poder trabalhar mais para ganhar mais dinheiro* (37% dos homens e 30% das mulheres). *Mais tempo para a vida familiar* foi a segunda alternativa mais escolhida como primeira opção (26% dos homens e 24,5% das mulheres). Como segunda opção, a alternativa mais escolhida foi *ter mais tempo para o lazer* (26,1% dos homens e 23,9% das mulheres).

As escolhas mencionadas parecem indicar dois dados relevantes: o primeiro diz respeito a uma posição mais pragmática em relação à busca da felicidade, associada à idéia de ganhos monetários. Revela, por um lado, uma sintonia com a característica mais pragmática e monetarizada que a vida social vem adquirindo nos últimos tempos e com o trabalho como lugar de viabilização dessa tendência. Claro que aqui é necessário considerar o fato de se estar lidando com uma população predominantemente de baixa renda, cuja aspiração à melhoria de seus ganhos torna-se elemento central para a viabilização de outras esferas de satisfação. Chamam a atenção ainda as primeiras opções feitas pelas mulheres, que se assemelham, no tipo de atividade, às opções dos homens e estão relacionadas com o trabalho e o lazer, acompanhando essa tendência mais pragmática já mencionada.

### Algumas considerações finais

Retomando as perguntas levantadas no início deste capítulo, pode-se dizer que, também no Brasil, vivenciamos mudanças importantes nos padrões de organização familiar e na forma pela qual as relações de gênero se constituem e recorram essa dinâmica, visando a conciliação com o trabalho pago. Esse processo, porém, comporta dimensões aparentemente contraditórias: valores e práticas que tendem para o mais moderno convivem com outros ainda bastante conservadores. Mas se estamos falando de um processo tão complexo e de um país com as características do nosso, não é possível esperar uma característica dicotômica, do tipo "ou/ou", isto é, ou temos uma sociedade moderna ou uma sociedade tradicional. Como era de esperar, e condizentemente com outros achados empíricos, as percepções que dizem respeito a valores se mostram bem mais modernas ou mais próximas de um sentido igualitário do que as percepções sobre práticas domésti-

cas, ou sobre como as pessoas relatam o que fazem e como compartilham a dinâmica do cotidiano familiar.

As percepções dos entrevistados revelam mudanças de valores em direção a uma perspectiva mais igualitária, marcada pelo enfraquecimento da hierarquia, pela aceitação de uma simetria maior nas relações de gênero e geracionais, e pela aceitação de uma igualdade maior entre homens e mulheres na vida pública, particularmente em relação ao trabalho. Contudo, como não dispomos de uma referência que sirva como termo de comparação com períodos anteriores, e tendo em vista os dados que coletamos, seria mais apropriado falar de maiores *expectativas de compartilhamento* da convivência, do que propriamente de uma *cultura de compartilhamento*.

Comparando o cenário atual com o de algumas décadas atrás, não é sem fundamento afirmar que, no Brasil, as relações de gênero na família mudaram. Entretanto, acompanhando os traços gerais dessa tendência mundial, essa característica, que podemos definir como “moderna”, mantém, na natureza de sua interação, o princípio tradicional da divisão sexual do trabalho — mulheres e homens com papéis diferenciados — e a predominância do padrão de domesticidade, que confere desvantagens às mulheres na vida social em geral.

Contudo, como assinalamos inicialmente e é possível observar nos dados coletados, esse padrão não é destituído de variações internas. Ele é mediado por aspectos culturais e socioeconômicos que lhe determinam configurações particulares de acordo com determinadas variáveis socioeconômicas e/ou com os valores mais gerais que orientam as ações. Ou seja, fatores internos, como o sentido que os entrevistados atribuem às questões, importam, assim como fatores externos. O lugar do indivíduo na estrutura social, os recursos econômicos e certo tipo de capital social tendem a produzir diferenciações nas formas de perceber a coesão familiar e de organizar suas dinâmicas. A análise de multivariância, através do modelo de trajetória, indica que determinados fatores socioeconômicos contribuem para valores morais e percepções mais igualitários. A escolaridade importa na formação de valores morais mais modernos. Se, no caso dos homens, a condição de ser ativo não altera muito seus valores, no das mulheres, percebe-se que, além da escolaridade, a condição de ocupação, ou seja, de estar ou não inserida no mercado de trabalho tende a ser muito importante, o que mostra a relevância do

trabalho remunerado como elemento de redefinição de valores. Assim, percepções mais igualitárias menos hierarquizadas tendem a ser encontradas em indivíduos de áreas urbanas, com maior escolaridade, menos religiosidade e mais jovens. De igual modo, mediante o que definimos como “efeito indireto”, pode-se notar que práticas percebidas como mais compartilhadas também estão relacionadas com esses perfis. Mas, o mais relevante — o sexo — permanece como variável central, tendo mais peso.

Alguns aspectos aqui tratados são indícios significativos das tendências mencionadas no início do capítulo e permitem que falemos de uma centralidade do *afeto* na constituição das conjugalidades e no caráter mais plástico das relações. O lugar ocupado pelo afeto também se revela na imporância assumida pelos filhos como dimensão que confere sentido à vida. A tendência à individuação se manifesta na prevalência do “eu” como elemento orientador da ação afetiva com vistas à constituição de laços conjugais. Entretanto, a interseção entre as características modernas que vão se conformando e as tradicionais surge quando essa prevalência do “eu” se dissipa, em se tratando de situações que envolvem o papel maternal das mulheres. Assim, há posições mais abertas e menos tradicionais para o envolvimento feminino com a vida profissional, mas essas posições não parecem implicar ou vir acompanhadas de redefinições do papel maternal e da centralidade da maternidade na vida doméstica. E o fato é que ainda surpreende a elevada aceitação da idéia do homem provedor e da mulher dona-de-casa.

Essa tendência mais moderna aparece também em outro grupo de respostas, relacionado com a dinâmica cotidiana que envolve *decisões e poder*. Considerando-se as formas de compartilhamento, que envolvem tanto a administração de recursos financeiros quanto decisões acerca de compras e educação dos filhos, é possível observar que predomina a dinâmica compartilhada, centrada, porém, na característica da  *fusão*, já discutida. Se não há evidências de um padrão de autonomia no modelo moderno de individuação, também não parece haver preponderância de respostas que apontem para a prática da autoridade hierárquica masculina de modo disseminado, embora seja possível encontrar ainda uma parcela considerável de dinâmicas conjugais cuja condução é definida pelos homens.

Há uma atitude positiva de homens e mulheres, e uma demanda maior destas últimas, no que diz respeito ao envolvimento masculino com a vida familiar, mas isso ainda não corresponde ao efetivo envolvimento prático com as atividades domésticas, percebido como residual mesmo pelos homens. Assim, pode-se concluir que há *expectativas positivas* nesse sentido, mas destituídas de *práticas positivas*. Ainda que outras pesquisas tenham constatado que esse envolvimento em geral ocorre no cuidado com os filhos, neste estudo as responsabilidades masculinas para com os filhos também podem ser consideradas tímidas. Efetivamente, quando as percepções dos homens são mais favoráveis ao trabalho pago das mulheres e a um envolvimento masculino maior com o trabalho doméstico, não são acompanhadas de uma atitude mais compartilhada em relação às atividades domésticas. Isso fica claro na avaliação de metade dos entrevistados sobre a justiça de sua contribuição doméstica, mesmo quando reconhecem um número de horas desproporcional dedicado a essas atividades.

No que diz respeito ao compartilhamento das práticas, o modelo de conciliação dos papéis permanece forte. Quando observamos apenas as mulheres ativas, notamos que relatam, ainda que de forma ligeira, menor envolvimento com as atividades domésticas. Mas o fato de serem ativas também altera muito pouco as práticas masculinas. Isso pode ser observado nas respostas daqueles que disseram que suas esposas eram ativas. Apesar disso, as respostas sobre o senso de justiça ou injustiça quanto ao que fazem revelam essa mescla de valores modernos e tradicionais: não predomina entre as mulheres ou entre os homens uma percepção explícita de injustiça, mas a predominância, em ambos, da avaliação de que fazem o justo revela essas contradições, que se manifestam também na frequência dos conflitos. Mais uma vez importa considerar que essas percepções variam um pouco, conforme o grau de escolaridade e a condição de atividade, o que define claramente que as tendências gerais não se apresentam uniforme e independentemente das inserções na estrutura social.

Ficou evidenciado também que as observações iniciais acerca das responsabilidades com o cuidado são válidas para o caso brasileiro e precisam ser consideradas mais detalhadamente em futuras reflexões e nas políticas públicas. Embora não seja possível aferir as responsabilidades do Estado com mais precisão, dado o exíguo número de perguntas a respeito, ficou claro que, em relação às crianças, não existe uma política pública de apoio. O cuidado é predominantemente privado e continua sendo uma atribuição feminina e doméstica.

Outro aspecto a destacar é o lugar que o trabalho como inserção profissional e atividade remunerada ocupa na vida das mulheres. Diferentemente do que destacam alguns estudos, e sobretudo do veiculado frequentemente pela mídia, todas as pistas encontradas na pesquisa indicam a valorização do trabalho profissional das mulheres. A afirmação generalizante de que as mulheres querem "ficar em casa" não se sustenta, pois há evidências sobre o significado do trabalho como fonte de realização pessoal e de melhoria das condições de vida da família. A concordância com o lugar do trabalho e as opções por conciliação entre família e trabalho não apontam para a predominância da *insatisfação com o trabalho* e, sim, para um modelo de *conciliação* permeado por tensões. Em geral, as mulheres que trabalham têm percepções mais críticas acerca das práticas tradicionais e apresentam opiniões mais favoráveis à igualdade de gênero.

Se aspectos socioeconômicos e demográficos, como escolaridade, idade e área residencial, interferem na forma de os indivíduos perceberem suas relações afetivas e seus lugares sociais, particularmente os lugares das mulheres, nos revelam também o peso da dimensão cultural das construções simbólicas sobre as atribuições e os lugares sociais de homens e mulheres na divisão social do trabalho. A dimensão do gênero é preponderante, e o sexo determina os limites das práticas. Ou seja, o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico e as atribuições de homens e mulheres relacionadas com o trabalho de reprodução cotidiana da vida social permanecem como um dos aspectos menos permeáveis às mudanças que marcam o período contemporâneo.

Estamos, pois, diante de uma tendência mais moderna — mais igualitária — na forma de perceber vários aspectos que compõem as relações entre homens e mulheres; e ainda bastante tradicional na forma de perceber as práticas. Classicamente, nos estudos feministas, o conceito de moderno remeteu a uma igualdade de direitos e de espaços, incluindo-se aí a superação do "confinamento" das mulheres à esfera privada doméstica. Durante muito tempo esteve implícito ou explícito o pressuposto de que tal superação — o acesso ao trabalho e a conquista da igualdade jurídica — permitiria a igualdade no âmbito privado, igualdade esta que abangeria a divisão sexual do trabalho doméstico, possibilitando a sua redefinição. A interpretação do que seria uma sociedade moderna passou a incorporar tais pressupostos. Chegamos ao século XXI constatando que os direitos e o ingresso das mulheres na esfera pública acabaram com seu confinamento, na medida em que houve um trânsito em direção a esfera pública, assim como possibilitaram uma maior autonomia da mulher nas próprias relações privadas. Porém, no que

diz respeito à clássica divisão do trabalho doméstico, pode-se dizer que esse trânsito tem sido solitário, quase de mão única. A trajetória dos homens em direção a um maior envolvimento doméstico tem sido em ritmo lento. A associação implícita e, de certo modo, esperada entre modernização e igualdade de gênero como um deslocamento concomitante e linear não tem ocorrido nos países mais desenvolvidos, e o Brasil parece reproduzir essa forma ambígua de deslocamento.

As tendências observadas não destoam dos achados de outras pesquisas em países considerados mais desenvolvidos, e mostram que as dimensões culturais e subjetivas que estruturam as relações de gênero constituem uma base sólida e bastante resistente às transformações dos padrões tradicionais. Nesse sentido, reafirmamos o indicado no início deste capítulo. Embora não seja uma variável independente, a cultura importa. Pode-se dizer que, em geral, os resultados apontam para uma sociedade menos machista do que costuma supor o senso comum. Porém ainda distante de um marco igualitário. Diante de tamanha persistência, cabe-nos indagar, visando futuras reflexões, sobre o que constituiria uma agenda contemporânea. Assim como em outras arenas, seria o projeto de modernidade incapaz de viabilizar tal ideal? Ou, ao contrário, estariam as feministas equivocadas ao associarem esses dois vetores de transformação e, como sugerem algumas análises, haveriam que se concentrar na valorização de ambas as esferas, sem associá-las necessariamente a um livre e solidário trânsito e a uma ruptura com a dicotomia (masculina) que hoje permanece orientando a organização de tais espaços.

Os desdobramentos desta pesquisa<sup>44</sup> permitirão aprofundar melhor essas questões. Mas, desde já, é possível indicar a relevância de alguns temas a serem tratados. Um primeiro seria a volta ao debate sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e os elementos sociais e culturais envolvidos nesse processo. Neste caso, não se pode desconsiderar, por exemplo, o fato de que a jornada de trabalho continua ocupando tempo considerável das pessoas inseridas no mercado e isso tem implicações nas possibilidades de estabelecimento de outra dinâmica interna à família. Outro seria a articulação entre atividades necessárias à reprodução social e políticas públicas. Um terceiro, articulado ao primeiro, estaria relacionado com um debate mais amplo sobre a organização do tempo na sociedade contemporânea, envolvendo o problema da separação das esferas — pública e privada —, e o lugar das relações interpessoais não orientadas por imperativos econômicos na organização e reprodução da vida.

<sup>44</sup> A comparação dos resultados com outros países

## Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia; WALL, Karin. Tipos de família em Portugal — interações, valores e contextos. *Análise Social — Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 37, n. 163, p. 475-506, 2002.
- AGUIAR, Neuma. Gênero e divisão do trabalho: um estudo dos usos do tempo pela população de Belo Horizonte. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, XI., set. 2003, Campinas. *Anais...* Campinas, 2003. (Trabalho apresentado na mesa-redonda Relações de Gênero, Família e Trabalho no Brasil: Tendências, Práticas e Valores).
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1996.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Práticas e percepções de homens e mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho*. Rio de Janeiro: Faperj, nov. 2004. (Relatório de pesquisa.)
- BATTHYÁNY, Karina. Estado, família, políticas sociais: ¿cuien se hace cargo de los cuidados y las responsabilidades familiares? *Revista de Ciencias Sociales*, n. 18, p. 83-95, set. 2000.
- BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1995.
- BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra B. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.
- BOLTANSKI, L.; CHIEAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade — a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 20, p. 131-156, 2003.
- . *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família*. São Paulo: FCC, Vértice, 1990.
- . Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência de discriminações? Brasil (1985/95). In: ROCHA, M. Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão salarial*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- DEDECCA, Claudio. *Tempo, trabalho e gênero*. Disponível em: Acesso em 21 nov. 2003.
- DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- DURAN, María Angels. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 18, p. 56-69, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As transformações da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- . *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1994.
- HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra B. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.
- ; HUMPHREY, J. Division sexuelle du travail dans l'industrie brésilienne. In: AUBERT, N.; ENRIQUEZ, E.; GAULEJAC, V. de (Dir.). *Le sex du pouvoir*. Paris: EPI, 1986.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. *Rising tide: gender equality & cultural change around the world*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- JELLIN, Elizabeth. Familia y genero: notas para el debate. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 394-413, 1995.
- MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 493-508, 2003.
- NORRIS, Pippa. Conclusion. In: NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, J. (Eds.). *Gender and party politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- ; INGLEHART, Ronald. Cultural barriers to women's leadership; a worldwide comparison. In: WORLD CONGRESS OF THE INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2000, Quebec. *Annals...* Quebec, Canada: International Political Science Association, 2000. (Paper presented to Special Session 16. Social Cleavages and Election).
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PERISTA, Heloisa. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social — Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 37, n. 163, p. 447-473, 2002.
- SEGAL, Lynne. *Why feminism?* New York: Columbia University Press, 1999.
- SINGLY, François de. A sociologia da família na França nos últimos trinta anos. *Interseções*, n. 5, 2001.
- SORJ, Bila; GOLDEMBERG, Miriam. Um novo modelo de família: coesão e centramento nos filhos. *Interseções*, n. 5, 2001.
- TORRES, Anália. Casamento e gênero: mudanças nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Interseções*, v. 3, n. 2, p. 53-70, jul./dez. 2001.
- et al. *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa: CIES/ISCTE, 2002.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais — identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções*, v. 3, n. 2, p. 45-52, jul./dez. 2001.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. Afinal, o que querem as mulheres? *Teoria e Debate*, n. 50, 2002.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. London: Blackwell, 1992.

## Anexo 1

### Correlação entre os três índices, segundo o sexo do respondente

Sexo			Moral	Moderno	Prática 2
Masculino	Moral	Correlação de Pearson	1	0,307**	-0,023
		Significância (2-caudas)		0,000	0,726
		N	809	654	242
Masculino	Moderno	Correlação de Pearson	0,307**	1	0,141*
		Significância (2-caudas)	0,000		0,043
		N	654	751	208
Masculino	Prática 2	Correlação de Pearson	-0,023	0,141*	1
		Significância (2-caudas)	0,726	0,043	
		N	242	208	272
Feminino	Moral	Correlação de Pearson	1	0,344**	-0,067
		Significância (2-caudas)		0,000	0,289
		N	820	674	254
Feminino	Moderno	Correlação de Pearson	0,344**	1	0,088
		Significância (2-caudas)	0,000		0,164
		N	674	768	250
Feminino	Prática 2	Correlação de Pearson	-0,067	0,088	1
		Significância (2-caudas)	0,289	0,164	
		N	254	250	305

\* A correlação é significativa no nível de 0,05 (2-caudas).

\*\* A correlação é significativa no nível de 0,01 (2-caudas).

## Anexo 2

Tabela 1  
Opiniões sobre o uso de punições na vida familiar

Sexo	Resposta	A	B	C	D
Feminino	Concorda totalmente	16,0	20,2	18,1	25,2
	Concorda em parte	13,3	6,5	7,8	7,8
	Não concorda nem discorda	3,5	2,9	4,9	2,3
	Discorda em parte	10,8	8,0	8,4	6,9
	Discorda totalmente	56,4	62,4	60,9	57,7
Tota		100,0	100,0	100,0	100,0
N		996	992	946	984

Sexo	Resposta	A	B	C	D
Masculino	Concorda totalmente	15,9	28,4	21,9	29,2
	Concorda em parte	14,4	7,6	9,9	7,6
	Não concorda nem discorda	3,4	2,7	4,1	2,5
	Discorda em parte	8,9	8,4	8,7	6,9
	Discorda totalmente	57,4	52,9	55,4	53,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N		969	962	931	962
	Total geral (N)	1.965	1.944	1.877	1.946

A. O castigo físico é uma forma aceitável de educar os filhos.

B. O homem deve punir a mulher em caso de infidelidade.

C. A ameaça é eficaz em caso de adultério.

D. A mulher deve punir o marido em caso de infidelidade.

Tabela 2

## Percepções morais sobre sexualidade e direitos da mulher

Sexo	Resposta	A	B	C	D	E	F	G	H
Feminino	Concorda totalmente	41,3	74,1	63,8	60,5	48,6	78,4	21,0	16,8
	Concorda em parte	12,1	10,1	9,4	7,0	15,6	9,0	6,9	11,0
	Não concorda nem discorda	5,5	3,1	3,5	4,3	6,6	2,7	3,5	4,8
	Discorda em parte	9,0	2,2	4,9	5,1	6,6	2,6	10,3	10,2
	Discorda totalmente	32,2	10,4	18,4	23,0	22,5	7,4	58,2	57,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N		970	978	953	972	994	976	979	983
	Total geral (N)	1.916	1.927	1.897	1.910	1.961	1.926	1.930	1.931
Masculino	Concorda totalmente	45,8	72,5	64,4	61,4	47,4	69,3	24,3	20,4
	Concorda em parte	13,2	11,7	8,6	6,8	14,1	10,0	10,0	8,6
	Não concorda nem discorda	5,4	2,1	4,8	3,8	7,2	3,3	6,6	6,4
	Discorda em parte	7,7	3,3	5,4	5,3	7,1	4,1	10,2	7,5
	Discorda totalmente	27,9	10,4	16,8	22,6	24,2	13,4	48,9	57,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N		946	949	944	938	967	950	951	948
	Total geral (N)	1.916	1.927	1.897	1.910	1.961	1.926	1.930	1.931

A. A mulher que faz aborto deve ser presa.

B. O aborto deve ser garantido em caso de risco de vida para a mãe.

C. O aborto deve ser garantido em caso de anomalia fetal.

D. O aborto deve ser garantido em caso de estupro.

E. Prevenção da gravidez é responsabilidade da mulher.

F. O preservativo deve ser usado por todos os casais.

G. A mulher casada deve fazer sexo com o marido quando ele quiser.

H. O aborto é um direito da mulher.

Tabela 3  
Distribuição dos entrevistados por tarefas domésticas\*

Sexo	Resposta	A	B	C	D	E	F	G	H	
Masculino	Sempre eu	2,5	55,4	7,5	17,5	4,0	4,0	5,4	34,6	
	Geralmente eu	1,1	24,2	2,1	7,0	1,1	1,1	1,1	11,8	
	Igualmente	6,7	5,2	40,3	34,8	15,2	15,5	21,1	26,5	
	Geralmente meu cônjuge	38,5	5,2	18,8	19,1	33,0	30,8	29,7	11,3	
	Sempre meu cônjuge	42,3	4,5	22,1	18,2	37,0	40,4	32,1	10,6	
	Outra pessoa da família	3,6	2,9	7,5	2,0	4,3	4,0	5,4	4,1	
	Outros	5,4	2,5	1,8	1,6	5,4	4,0	5,2	1,1	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	N		447	442	335	446	446	445	445	442
		Total geral (N)	1.916	1.927	1.897	1.910	1.961	1.926	1.930	1.931
Feminino	Sempre eu	63,8	12,5	40,3	32,8	51,9	58,3	46,8	29,7	
	Geralmente eu	14,6	3,8	11,7	14,2	16,2	12,4	14,3	5,0	
	Igualmente	5,6	9,5	35,7	29,5	12,8	12,8	15,5	23,2	
	Geralmente meu cônjuge	1,5	34,8	2,0	10,1	1,5	2,6	3,0	20,1	
	Sempre meu cônjuge	1,1	29,2	2,0	6,7	1,1	1,9	1,5	13,9	
	Outra pessoa da família	7,1	7,2	6,1	5,2	9,4	7,5	12,8	6,9	
	Outros	6,3	3,0	2,0	1,5	7,1	4,5	6,0	1,2	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	N		268	264	196	268	266	266	265	259
		Total geral (N)	1.916	1.927	1.897	1.910	1.961	1.926	1.930	1.931

A. Lava e passa roupa.

B. Faz pequenos consertos.

C. Cuida dos familiares doentes.

D. Compra comida.

E. Limpa a casa.

F. Cozinha.

G. Lava os pratos.

H. Vai ao banco/paga contas.

\* Lembramos que as perguntas sobre práticas foram aplicadas apenas aos que tinham cônjuges.

## Anexo 3

## Índice

Morais	Igualitária/Moderna	Conservadora/Tradicional
85A	5	1
85B	5	1
85C	5	1
85D	5	1
85E	5	1
85F	1	5
85G	1	5
85H	1	5
85J	1	5
85L	1	5
61B	5	1
61E	1	5
61F	1	5

Percepções	Igualitária/Moderna	Conservadora/Tradicional
58A	1	5
58B	1	5
58D	5	1
58E	5	1
58F	5	1
58G	1	5
58M	1	5
58I	5	1
58J	1	5
58K	1	5
58L	1	5
59	2	1
60A	1	3
60C	1	3
60D	1	3
61C	5	1
61D	1	5
61G	1	5
61I	1	5
61J	1	5
61K	1	5
61L	1	5
61M	1	5
85A	5	1

Práticas	Igualitária/Moderna	Conservadora/Tradicional
63A	3	1
63B	3	1
63C	3	1
63D	3	1
63E	3	1
63F	3	1
63G	3	1
63H	3	1
68A	4	1
68B	4	1
68C	4	1
72A	3	1 ou 5
72B	3	1 ou 5
72C	3	1 ou 5
72D	3	1 ou 5
72E	3	1 ou 5
72F	3	1 ou 5
72G	3	1 ou 5

## Percepções sobre esferas separadas de gênero

*Bila Sorj\**

Existem boas razões para se pensar que, nas últimas duas décadas do século XX, houve uma grande transformação nas identidades e nas práticas de gênero no Brasil. Sociólogos, demógrafos e economistas encontraram importantes evidências da ocorrência de um amplo processo de reestruturação das relações de gênero nas mais variadas dimensões da vida social.

O ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, particularmente as casadas com filhos dependentes, fez com que as famílias passassem a contar, cada vez mais, com ambos os cônjuges como provedores. Segundo a Pnad, a taxa de participação das mulheres casadas passou de 27,4 para 37,7% de 1981 a 1990. Nos anos 1990, a taxa de participação das mulheres cônjuges continuou crescendo e está bem próxima da taxa de participação das mulheres chefes de família, que representam normalmente um dos principais sustentáculos das famílias monoparentais.

Ao que tudo indica, o fenômeno da entrada das mulheres no mercado de trabalho é irreversível. Independentemente de conjunturas recessivas ou expansivas, a participação feminina no mercado de trabalho vem crescendo. As mulheres

---

\* Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutora em sociologia pela Universidade de Manchester, Inglaterra.



casadas não estariam procurando esse mercado apenas para fazer frente às dificuldades econômicas experimentadas pelas famílias, pois não se pode desconsiderar que as mudanças culturais relacionadas com o papel de gênero valorizam a independência e a autonomia das mulheres.<sup>1</sup> Sendo assim, as famílias formadas por casais terão que lidar cada vez mais com as responsabilidades familiares, tendo como referência a inserção de ambos os cônjuges no mercado de trabalho.

O declínio da família nuclear formada por um casal e seus filhos e a ascensão das famílias monoparentais femininas, o aumento das taxas de separação e divórcio e a queda da fecundidade mostram um acelerado processo de mudanças na estrutura das famílias brasileiras. O aumento do nível de escolaridade das mulheres, por sua vez, promoveu novas oportunidades de ação prática e de entendimento do mundo e delas próprias. O importante movimento feminista que emergiu nesse período contribuiu consideravelmente para a redefinição das identidades de gênero, ao conceber as desigualdades de gênero como moralmente injustas.

Todas essas mudanças tiveram grande impacto na legitimidade do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, que reserva ao homem o espaço da produção econômica e à mulher os cuidados da família. A nova posição assumida pelas mulheres nas práticas econômicas, políticas, educacionais colaboram para a disseminação de valores igualitários nas relações de gênero.

Todavia, há também boas razões para se pensar que, apesar de tantas mudanças na posição social das mulheres, o ideal igualitarista ainda está longe de se realizar. Se é verdade que as mulheres se incorporaram ao mercado de trabalho, ele ainda é claramente organizado com base no sexo dos trabalhadores. De fato, muitos autores mostram que as atividades realizadas por mulheres são sempre mais precárias, seja lá qual for o indicador com que se pretenda medi-las: renda, horas trabalhadas, formalização da ocupação etc.<sup>2</sup> Além disso, em diferentes sociedades, não importando o nível de desenvolvimento em que estejam, as mulheres continuam sendo praticamente as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico.<sup>3</sup>

As mudanças estruturais mencionadas, que dão ampla margem a interpretações contraditórias, ora de um otimismo triunfalista, ora de um pessimismo desanimador, levantam questões sobre mudanças nos valores morais e nas atitu-

<sup>1</sup> Bruschini e Lombardi (2003).

<sup>2</sup> Lavinas (1997).

<sup>3</sup> Famille et al. (1991).

des em relação à família e aos papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos. Estariam esses valores mudando? Pode-se encontrar variações nas percepções e nas atitudes quanto à igualdade de gênero na família em uma mesma sociedade?

Fazendo uso dos dados do survey "Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada", tentaremos identificar algumas tendências na percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho em 10 questões selecionadas.

Mais adiante, veremos que a participação no mercado de trabalho, o nível de educação e a geração influenciam positivamente as atitudes em relação à igualdade de gênero.

### Percepções de esferas separadas de gênero

O movimento feminista do século XX, especialmente em suas três últimas décadas, teve considerável impacto na transformação de nossas percepções sobre as relações de gênero. Desigualdades até então aceitas como justas passaram a ser socialmente deslegitimadas, como por exemplo a exclusão das mulheres do exercício do voto, das oportunidades educacionais e do mercado de trabalho, para citar apenas as mais óbvias. Entretanto, nem todas as desigualdades de gênero são percebidas como injustas. A percepção de que aos homens e às mulheres correspondem esferas de ação distintas ainda desfruta de ampla legitimidade entre nós, como pode ser observado na questão 1 da tabela 1 — 52,4% dos homens e 45,1% das mulheres concordam que "o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família".

Tabela 1  
Percepção, por sexo (%)

Afirmação	Concorda		Discorda		Não concorda nem discorda	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1. O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família.	52,4	45,1	40,5	49,7	7,1	5,3
2. Os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem atualmente.	66,9	79,7	27,0	16,9	6,1	3,4
3. Os homens deveriam cuidar mais das crianças do que cuidam atualmente.	81,6	86,8	14,5	10,6	3,9	2,6

Continua

Afirmção	Concorda		Discorda		Não concorda nem discorda	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
4. Os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas.	70,2	81,6	24,5	16,0	5,4	2,4
5. A mãe que trabalha fora pode dar a sua família um melhor nível de vida.	84,7	92,4	11,9	5,8	3,4	1,8
6. Ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente.	84,7	92,4	11,9	5,8	3,4	1,8
7. Ser dona-de-casa é tão gratificante quanto trabalhar fora.	66,4	60,8	25,4	32,7	8,1	6,4
8. Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos.	71,4	67,0	22,3	26,9	6,3	6,1
9. No final das contas a vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego em tempo integral.	71,8	74,4	22,9	21,7	5,4	4,0
10. Ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar.	92,4	93,6	5,7	5,2	1,8	1,2

A despeito do fato de uma ampla parcela da sociedade considerar que existem esferas de ação distintas para os sexos, constata-se que o aporte financeiro das mulheres à renda familiar é bastante valorizado, como revela a questão 10. Um percentual expressivo de homens (92,4%) e mulheres (93,6%) considera que “ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar”, mas a proporção declina consideravelmente quando está em pauta um maior envolvimento masculino nas tarefas domésticas. Apenas 66,9% dos homens e 79,7% das mulheres concordam que “os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem” (questão 2). Vale ressaltar que o envolvimento masculino no cuidado com as crianças é mais desejável do que em outras tarefas domésticas, tanto para os homens quanto para as mulheres, como se pode ver comparando-se as respostas às questões 3 e 2.

Essa comparação revela que, enquanto a contribuição feminina para o sustento da família já se encontra amplamente legitimada, a contribuição masculina nas atividades domésticas não goza da mesma aceitação. Fica evidente que essas duas dimensões não caminham juntas, pelo menos não na mesma velocidade. A associação do feminino com o doméstico constitui um *habitus* muito resistente a

mudanças. Segundo alguns autores, esse *habitus* se conserva porque a posição das mulheres no mercado de trabalho é muito precária. Se elas trabalham em horários reduzidos, se seus empregos são flexíveis, se suas carreiras são menos atraentes etc., a percepção da afinidade “natural” entre o feminino e o espaço doméstico encontra boas justificativas para persistir.

A comparação das respostas de homens e mulheres às 10 questões selecionadas revela uma significativa convergência, tanto no que diz respeito às atitudes mais igualitaristas, quanto àquelas em que o papel tradicional de gênero é mais valorizado. Não é possível identificar padrões contrastantes/opostos de valores culturais sustentados por homens e mulheres. Entretanto, há importantes variações na intensidade com que homens e mulheres aderem aos valores tradicionais e igualitários. As mulheres apresentam, sistematicamente, atitudes mais favoráveis à igualdade entre os sexos do que os homens. A distância entre as percepções masculina e a feminina varia entre dois extremos: 12,8 pontos percentuais na questão 2 (“os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem atualmente”) e 1,2 ponto percentual na questão 10 (“ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar”). A maior diferença de atitudes entre os sexos se encontra, portanto, na avaliação do *status quo* doméstico. As mulheres se mostram muito mais insatisfeitas do que os homens.

A resposta que mais divide as mulheres é à questão 1 (“o trabalho do homem é ganhar dinheiro, e trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”), uma vez que 45,1% concordam e 49,7% discordam da afirmação. É surpreendente o apoio de quase metade das mulheres à visão de esferas separadas de gênero no trabalho e na família, tendo em vista as mudanças sociais ocorridas no estatuto da mulher brasileira nas últimas décadas. Esse resultado levanta importantes questões sobre o poder das ideologias patriarcais no país e seu nível de enraizamento entre as mulheres. Sugere também que os ideais igualitaristas feministas são menos compartilhados do que geralmente se reconhece.

Finalmente, é necessário salientar que não se encontra um padrão consistente de juízos morais sobre os papéis de gênero no trabalho e na família. As respostas apontam para um importante campo de ambivalência, sugerindo a convivência de valores tradicionais e igualitários no sistema cultural dos brasileiros. Assim, por exemplo, é surpreendente que o quesito 6 (“ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente”) conte com a concordância de 92,4% das mulheres e 84,7% dos homens, e o quesito 7 (“ser

dona-de-casa é tão gratificante quanto trabalhar fora”) tenha percentuais de concordância menores, embora ainda elevados, de 60,8% das mulheres e 66,4% dos homens.

### Estrutura social e percepções sobre igualdade de gênero

Que fatores individuais podem explicar melhor o apoio à igualdade de gênero? Pretendo mostrar que a participação no mercado de trabalho, o nível de educação e a geração influenciam positivamente as atitudes em relação à igualdade de gênero. Essa hipótese baseia-se na idéia de que a participação no mercado de trabalho confere às mulheres alguma medida de independência financeira do cônjuge provedor e aumenta seu espaço de autonomia na família e de desenvolvimento pessoal.

Supõe-se que as mulheres nessa situação tendam a valorizar mais o trabalho remunerado do que aquelas que se dedicam ao lar, que teriam interesse em valorizar o *status* doméstico da mulher. Espera-se também que mulheres mais instruídas experimentem trajetórias ocupacionais mais estáveis e valorizadas do que as menos instruídas. Além disso, estão mais bem informadas e familiarizadas com os novos ideais, favoráveis à igualdade de gênero. Assim, as mulheres mais instruídas apresentariam um maior distanciamento do modelo tradicional de gênero que atribui aos homens o papel de provedor do lar e, às mulheres, o de responsáveis pelos cuidados com a família.

Finalmente, espera-se que as gerações mais jovens sejam mais favoráveis à igualdade de gêneros na família e no trabalho do que a geração de seus pais ou avós. Isso, presumindo-se que o processo de socialização predominante no período formativo da infância e da adolescência deixe fortes marcas no sistema de crenças das pessoas. De fato, pode-se afirmar que as gerações mais jovens cresceram no período em que se verificaram significativas mudanças no estatuto da mulher no país — mudanças socioeconômicas e legais, novos direitos e a institucionalização do movimento feminista — e, portanto, estiveram, em sua fase formativa, expostas ao ideário igualitarista de gênero. É verdade que os dados obtidos não permitem desagregar os efeitos da geração dos efeitos do ciclo de vida familiar que supõem que as pessoas podem alterar as atitudes e os valores à medida que passam da juventude para a idade madura e para a terceira idade. De qualquer forma, presumi que os valores relativos à igualdade de gênero são adquiridos na experi-

ência formativa da infância e da adolescência e que as diferentes gerações expressam valores adquiridos nesse momento inicial do ciclo de vida.

Para verificar esta hipótese, escolhi trabalhar as respostas dadas à afirmação “o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. Esta afirmação, que já se tornou emblemática da percepção tradicional dos papéis de gênero, tem um caráter absolutista e universal, na medida em que não enuncia qualquer circunstância específica que poderia funcionar como justificativa pragmática para a sua aceitação, como o momento do ciclo de vida, o estado conjugal, a presença de filhos, a baixa qualidade dos empregos femininos, a dificuldade de acesso a creches. Ademais, trata-se da questão que mais divide homens e mulheres. Como se observa na tabela 2, a participação no mercado de trabalho reduz o apoio de mulheres e homens à noção de esferas separadas de gênero.

Tabela 2  
Percepção, por sexo e trabalho (%)  
*O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família*

Percepção	Trabalha			Não trabalha*		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Concorda	47,2	33,3	41,9	60,3	51,6	54,9
Discorda	45,3	61,1	51,4	32,9	43,1	39,2
Não concorda nem discorda	7,5	5,6	6,7	6,8	5,3	5,8

\* Os que não trabalham são aqueles que estão fora do mercado de trabalho, como aposentados, estudantes, donas-de-casa e desempregados.

No caso das mulheres, a diferença na concordância com o conteúdo da frase entre as que trabalham e as que não trabalham é de 18,3 pontos percentuais. Entre os homens ocorre tendência semelhante, embora a proporção seja inferior: 13,1 pontos percentuais separam as percepções dos homens que trabalham e dos que não trabalham. Assim, a participação no mercado de trabalho está fortemente associada à visão mais igualitária dos papéis de gênero de ambos sexos. O nível de escolaridade também aparece fortemente relacionado a uma perspectiva mais igualitária dos papéis de gênero, como mostra a tabela 3

Tabela 3

Percepção, por nível de instrução (%)  
*O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família*

Percepção	Sem instrução			1º ciclo do ens. fundamental			2º ciclo do ens. fundamental			Ensino médio			Ensino superior ou mais		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	Concorda	81,0	68,6	74,2	70,0	61,0	65,6	56,0	43,8	49,9	27,0	30,6	28,9	20,9	17,0
Discorda	16,7	23,5	20,4	20,0	33,4	26,6	41,0	51,1	46,1	64,7	64,7	71,4	78,0	74,9	
Não concorda nem discorda	2,4	7,8	5,4	10,0	5,6	7,8	2,9	5,1	4,0	8,4	4,7	6,4	7,7	5,0	6,3

O nível de concordância das mulheres com a frase selecionada ("o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família") declina, sistematicamente, ao longo do ciclo educacional, passando de 68,6% entre as analfabetas para 17% entre aquelas com diploma de ensino superior (um recuo de 51,6% pontos percentuais). O recuo mais significativo ocorre na passagem do 1º ciclo do 1º grau para o 2º ciclo do 1º grau, ou seja, após quatro anos de estudo. Observa-se então uma redução de 17,2 pontos percentuais no apoio à noção de que aos sexos estão reservadas esferas de ação distintas.

Com os homens da-se movimento semelhante, mas a intensidade da mudança ao longo do ciclo educacional é ainda maior. A diferença entre os analfabetos e os que têm nível superior é de 60,1 pontos percentuais. Após quatro anos de estudo, a concordância declina em 14%, mas o recuo mais significativo acontece entre aqueles que passaram do 2º ciclo do 1º grau (56%) para o ensino médio (27%), que corresponde a 29 pontos percentuais. Chega-se à conclusão de que existe uma forte relação entre educação e valores igualitaristas e de que o impacto da educação formal é mais pronunciado entre os homens.

A análise das gerações mostra que há diferenças nas percepções dos papéis sexuais em função da idade, como pode se observar na tabela 4.

Tabela 4

Percepção, por faixa etária (%)  
*O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família*

Percepção	18 a 24 anos			25 a 29 anos			30 a 39 anos			40 a 49 anos			50 anos ou mais		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	Concorda	42,1	35,6	38,9	44,4	41,4	42,9	49,1	38,8	43,9	53,5	49,5	51,4	68,7	58,4
Discorda	50,5	61,1	55,8	49,2	52,3	50,8	44,8	56,6	50,7	41,9	45,6	43,8	21,3	34,0	27,8
Não concorda nem discorda	7,4	3,2	5,3	6,5	6,3	6,3	6,1	4,6	5,4	4,7	49,0	4,8	10,0	7,6	8,8

Os mais jovens, tanto homens quanto mulheres, tendem a aderir a uma perspectiva mais igualitária. A variação do nível de adesão à pergunta entre os extremos das faixas etárias consideradas não é tão acentuada — 26,6% no caso dos homens e 22,8% no das mulheres —, sendo menor do que a variação entre os extremos da estrutura educacional. Assim, 35,6% das mulheres de 18 a 24 anos concordam com a visão tradicional dos papéis sexuais, enquanto entre as mulheres de 50 anos ou mais esse percentual sobe para 58,4%. A adesão atinge 42,1% dos homens de 18 a 24 anos, enquanto entre aqueles de 50 anos ou mais sobe para 68,7%.

Os resultados do survey permitem concluir, portanto, que as atitudes em relação à igualdade de gênero não se distribuem aleatoriamente. A participação no mercado de trabalho, níveis mais elevados de instrução e o pertencimento a gerações mais jovens correlacionam-se positivamente com um ideário mais igualitarista. A educação, em particular, se destacou como um vetor importante de aquisição de um sistema de crenças mais igualitário sobre a relação entre os sexos.

### Referências bibliográficas

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade, homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

FAMILLE et emploi dans l'Europe des douzes. *Eurobaromètre*. Genève: Commission des Communautés Européennes, n. 52, dec. 1991.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, v. 40, n. 1, 1997.

SORJ, Bila. *Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2004. (Relatório final).

### 3

## A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil

Marlise Matos\*

### Tradição, modernização e destradicionalização

Desde o último século para cá pôde-se constatar mudanças profundas nas complexas sociedades industriais contemporâneas, que estão reformulando as bases da economia, da política, da cultura e de toda a vida social. Não há como negar o aumento da participação política das massas e o desenvolvimento das instituições e dos valores democráticos, o crescimento vertiginoso da produção em série, o surgimento da globalização, de novas formas de organização das demandas e de novos padrões de associativismo, entre tantas outras alterações. Tais transformações gerais têm-se dado de maneira ainda mais contundente nos padrões de relacionamento entre e intragêneros, seja na esfera sociointeracional, seja na da experiência de si.<sup>1</sup> Vários autores assinalam transformações englobando arenas as mais distintas com relação ao que se poderia chamar de processo de *destradicionalização*<sup>2</sup> da sociedade.

\* Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); doutora em sociologia pelo IUPERJ, mestre em teoria psicanalítica pela UFRJ e graduada em psicologia pela UFMG.

<sup>1</sup> Giddens (1991); Inglehart (1997); Matos (2000)

<sup>2</sup> Heelas, Scott e Morris (1996); Inglehart (2003:5-66).

Uma variedade de “indícios” sinalizariam tais mudanças, entre os quais nossa perda de confiança em alguns valores que nos guiaram por séculos, valores tradicionais e tidos como de longa duração, geralmente normas religiosas, da família, das formas de autoridade, do sistema político etc. Segundo Heelas, Scott e Morris (1996), seria possível resumir esse diálogo alinhando os autores em dois grandes grupos. O primeiro defenderia a “tese radical” do fim da tradição, chegando ao que Heelas descreve como “a versão triunfalista da tese da destradicionalização”;<sup>3</sup> e o segundo trabalharia com uma versão mais *light* desse processo, defendendo a convivência entre tradição, modernização e o processo de destradicionalização, que alguns autores preferem chamar de pós-modernização ou transformação dos valores materialistas em valores “pós-materialistas”.<sup>4</sup>

Este segundo grupo parece afirmar que a destradicionalização é de fato um fenômeno (ou uma lógica) já instalado em nossa realidade social e política. Contudo, os que se enquadram nesse grupo também defendem a idéia de que tal processo se encontra mesclado com a manutenção de outras dinâmicas arraigadamente tradicionais e de longa duração. É por isso que Giddens e colaboradores (1997) se referem freqüentemente ao nosso momento atual como o de “reinvenção da tradição” ou de “pós-tradicionalismo” das sociedades.

Todavia, há uma unanimidade entre os autores: independentemente do grupo em que estejam, parece tácito e reconhecido que algumas mudanças significativas nos padrões de relacionamento de gênero — nos papéis masculinos e femininos; em atitudes de maior abertura e de tolerância à diversidade sexual, para com gays, lésbicas, travestis etc.; na busca por uma maior igualdade intra e entre gêneros; na maior aprovação do aborto e do divórcio etc. — assinalam a ocorrência de transformações fundamentais na cultura contemporânea. *Surveys* internacionais comparativos — o *World Value Survey* (WVS) e o *European International Survey* (EVS) —<sup>5</sup> têm revelado padrões coerentes de transformação nesse sentido em distintas sociedades com processo de industrialização avançada, concluindo, inclusive, na contracorrente do pensamento hegemônico — que aponta diferenças substantivas entre os valores relativos à política e ao modelo contemporâneo de

<sup>3</sup> Heelas, Scott e Morris (1996: 2).

<sup>4</sup> Inglehart (1997).

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o WVS, consultar os sites <<http://www.wvs.isr.umich.edu>> e <<http://www.worldvaluessurvey.com>> e sobre o EVS <<http://www.evs.kub.nl>>

democracia, sobretudo entre países ocidentais industrializados e de orientação cristã e países islâmicos —, que os cenários de transformações nos valores de gênero (ou sua ausência) seriam os vetores mais evidentes de mudanças rumo à sociedade pós-tradicional ou pós-materialista.

De maneira bem sintética<sup>6</sup> posso afirmar que, quando falo em valores balizados por tradição/tradicionalismo, remeto-me à existência de vinculações geralmente baseadas em forças externas supra-individuais — vozes de autoridade, controle, coerção e destino externos aos indivíduos —, que produzem o efeito de uma sociedade fortemente hierarquizada, segmentada, estável e de pouca mobilidade social. As mais comuns dessas forças são: religião, política, escola e, finalmente, a família, conformando um eixo de padrões interativos claramente assimétricos, desiguais, seja entre homens e mulheres — dinâmica tradicional/patriarcal de gênero —, seja entre pais e filhos — dinâmica tradicional geracional. Tais elementos teriam sido responsáveis pela produção de formas tradicionais de lealdade e solidariedade baseadas em vínculos coesos, ritualizados, consistentes, perenes e fortes em termos de autoridade e controle externos.

O processo de *modernização* — que a meu ver não pode ser pensado como linear — significa a prevalência, por sua vez, de elementos que valorizam a nova capacidade econômica e política das sociedades — nas palavras de Touraine (1997), o “modelo clássico de modernização”. Na economia, ela se deu através do intenso processo de industrialização e, na política, através da democratização/burocratização. Com a industrialização acelerada, o crescimento econômico torna-se dominante e a mobilidade social, mais provável. A transição de sociedades pré-industriais (tradicionais) para industriais (e modernas) é também caracterizada pela racionalização crescente de todas as esferas sociais, como muito bem analisou Weber, nos colocando diante de valores racional-legais que passam a agir na política, na ciência, na economia e na vida social. As prioridades e necessidades materialistas e de consumo assumem caráter decisivo e passam a ditar parte fundamental dos comportamentos.

<sup>6</sup> O leitor que se interessar por uma versão bem mais detalhada e aprofundada dos conceitos aqui apresentados pode recorrer ao trabalho monográfico de Alves (2004), que tematizou também as mudanças de valores para homens e mulheres, desta vez a partir dos dados da pesquisa sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O trabalho foi apresentado como finalização da graduação no Curso de Ciências Sociais da UFMG, em julho de 2004, e contém uma descrição bem mais pormenorizada dessas mudanças, sobretudo no que se refere ao trabalho de Inglehart.

Já o momento da *destradiconalização* (Heelas), da *pós-modernização* (Inglehart) ou da *modernidade de democracia cultural/social* (Touraine), ainda que sem deixar de operar sob a égide dos vetores centrais da modernização — eficiência econômica, autoridade burocrática e racionalidade científica —, acena para um projeto de sociedade mais humana, com mais espaço para a autonomia individual e coletiva, a diversidade e dinâmicas várias de auto-expressividade, incluindo novas considerações estéticas e éticas, e até de gênero. Os valores “pós-modernos” e “pós-materialistas” enfatizariam as diferenças e a diversidade, em vez da hierarquia e da conformidade. Um dos pontos centrais dessa passagem está na inflexão que ocorre com as novas formas de individuação/subjetivação, sejam coletivas ou individuais. Numa sociedade secular-racional que passou por forte desenvolvimento econômico teríamos novas condições sociais da auto-expressividade.

A partir desse eixo, passariam a ser cultivadas — e profundamente refletidas, questionadas — capacidades ou autoridades de foro apenas individual e auto-expressivo: o direito de eleger os representantes em vez de se ficar sujeito a ordenamentos histórico-político exteriores; a descoberta de que a adoção de valores pertence à esfera da escolha individual e não precisa ser imposta ou predeterminada; a liberdade de orientação sexual e escolha nos casamentos, no planejamento familiar, na afiliação religiosa, política, no consumo etc. Ou seja, passamos a conviver também com valores pós-materialistas, que apontam para a auto-expressão individual e para mais tolerância e até para o reconhecimento de distintos estilos éticos e estéticos de existência.

Dessa forma, considero que o processo de destradiconalização relaciona-se diretamente com a emergência de uma nova “sociedade de consumo”<sup>7</sup> e com a irrupção de um modelo de ciência reflexiva e de técnica que passa a modificar intensamente a vida cotidiana, associadas, por certo, a mudanças fundamentais concernentes à vida das mulheres, através sobretudo das intervenções da ciência na reprodução e do rápido desenvolvimento do trabalho assalariado e da escolarização femininos, que são indicadores mais do que contundentes no sentido de uma busca de maior democratização nos valores de gênero.

Tendo feito essas considerações introdutórias fundamentais, é importante informar que, neste capítulo, onde trabalharei com um survey nacional sobre gê-

<sup>7</sup> Baudrillard (1995)

nero, família e trabalho que abarca tanto percepções quanto “práticas”<sup>8</sup> relacionadas às dinâmicas de gênero, pretendo adotar a posição defendida pelo segundo grupo descrito acima. A tese da coexistência de elementos tradicionais e do processo de destradiconalização — passando pela modernização dos costumes — reforça a idéia de que existem sempre muitas experiências que emanam de dinâmicas ainda fortemente transcendentais ao “eu”, bem como merecem destaque aquelas que conflitam com desejos, expectativas e com as idiosincrasias das aspirações propriamente individuais.

Como constataram outros surveys já realizados e em andamento pelo mundo e no Brasil, também aqui estamos passando pelo processo de mudança de valores, sobretudo daqueles que se referem aos gêneros. Como veremos mais adiante nos índices de tradicionalismo e de destradiconalização de gênero, o Brasil já pode ser, no mínimo, considerado um país em transição no que diz respeito a esses valores.<sup>9</sup>

Cabe salientar ainda que um agente importante do processo de transformação nos valores de gênero é, sem dúvida, o movimento feminista. Sabe-se que foi por pressão desse movimento, que questionou e, em última instância, buscou desconstruir as formas prevalentes de instituições patriarcais da sociedade, que se conseguiu realizar parte significativa dessa mudança. As mulheres, enquanto feministas, avançaram bastante em várias direções — sobretudo na saúde, na educação, no mercado de trabalho, na política, na previdência social etc., como veremos mais adiante —, mas houve muito pouco investimento nas mudanças de

<sup>8</sup> Refiro-me aqui às “práticas” de gênero sempre entre aspas para salientar que o presente survey não teve a intenção de mensurar realmente as práticas relacionadas com a divisão do trabalho doméstico e com o cuidado com a casa e os filhos, mas apenas as percepções dos entrevistados sobre tais práticas. Sabendo-se que a metodologia mais adequada para a coleta desse tipo de informação é a técnica da mensuração efetiva dos usos do tempo (o que não é realizado pelo referido survey), o que teremos aqui serão as respostas dos entrevistados sobre como eles(as) percebem a maneira pela qual distribuem seu tempo nessas tarefas. Esta observação é importante, pois a criação dos índices de tradicionalismo e destradiconalização desagregados só fazem sentido tendo este ponto em nosso horizonte de considerações.

<sup>9</sup> Cabe destacar que o survey com o qual trabalharei (do ISSP) não é idêntico aqueles sobre valores que citei acima. Estes são muito mais genéricos, operando em vários níveis analíticos, desde econômicos e políticos até valores mais culturalmente evidentes. Já o survey sobre “Gênero família e trabalho” tematiza especificamente esses aspectos; portanto, se por um lado permitira trabalhar melhor o tema específico, por outro não nos disponibiliza informações sobre as (co)relações possíveis entre gênero e os outros padrões de mudança valorativa.

gênero nas referências cultural e normativa. A esfera da divisão dos trabalhos domésticos e do cuidado dos filhos, pelo menos aqui no Brasil, parece-me ainda praticamente intocada. A meu ver, são especialmente as mulheres as mais diretamente implicadas, e por que não dizer interessadas mesmo, nesse processo de mudanças nos padrões de valoração de gênero, já que são elas que acabam fazendo toda sorte de “acrobacias” existenciais para dar conta das duplas ou triplas jornadas de trabalho advindas, justamente, desse processo ainda incompleto. Mas, como veremos a seguir, não são apenas as mulheres que estão passando por tais transformações. Uma pesquisa qualitativa que realizei recentemente sobre as masculinidades no Rio de Janeiro constatou esse processo de destradicionalização de gênero também em alguns homens, o que indica que estes também estão vivenciando mudanças de valores.

### Destradicionalização e masculinidades

Entre os anos de 1999 e 2001 realizei uma pesquisa qualitativa — *Dimensões da masculinidade “à brasileira”* —, financiada pelo Prodir III e a Fundação MacArthur. Essa pesquisa explorou dimensões específicas da masculinidade brasileira nas classes médias e populares da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido realizada mediante 27 entrevistas em profundidade com homens de orientação heteroerótica e homoerótica-gay, de ambos os estratos sociais. Interessava-me verificar a possibilidade de mudanças nos padrões de gênero no que tangia às formas de se representar e pensar as masculinidades a partir, especialmente, de quatro vetores de forças (em sua dinâmica urbana de final de século na cidade do Rio de Janeiro): a) sexualidade e erotismo; b) afetividade e emocionalidade; c) corporalidade de gênero masculina; e, finalmente, d) sociabilidade masculina de gênero.

Esses vetores compunham, ao mesmo tempo, várias dimensões das masculinidades: simbolismos, estereótipos, significados, valores e sentidos, que seriam particulares e também compartilhados, assim como aspectos energético-pulsionais, emocionais e libidinais, inconscientes e conscientes; refletindo, mais uma vez, o caráter contingente das identidades de gênero localizadas, situacional e historicamente, em contraposição a possibilidade de pensá-las como fixas, determinadas, transcendentais e universais.

Uma das principais conclusões desse trabalho foi confirmar, mais uma vez,<sup>10</sup> a existência do processo de destradicionalização já aludido, com referência àquele quadro “novo” dos arranjos sociais de gênero que incidem, particularmente, sobre o que Giddens (1990) designou como “a situação na qual a construção do eu se torna um projeto reflexivo”.<sup>11</sup>

As inúmeras mudanças sociais ocorridas, especialmente nos últimos 30 anos no Brasil, nos confrontaram, sem dúvida, com uma acelerada modernização dos costumes e a emergência de novos códigos interpretativos, simbólicos da dimensão identitária e cultural presente nos gêneros em sua dinâmica urbana específica. Também segundo as conclusões da referida pesquisa ficou evidente a percepção de que os homens estavam se deixando permeiar por esse conjunto de transformações.

Os homens ocupam posição de poder privilegiada na cultura brasileira, mas não é mais possível afirmar que somente eles sejam os agentes do processo intenso, duradouro, de manutenção e reprodução de formatos tradicionais de relacionamentos/arranjos de gênero. Continuamos a operar sob a ótica da “dominação masculina”.<sup>12</sup> Mas a pesquisa permitiu identificar algumas experiências masculinas que remetiam à possibilidade de reinvenção das masculinidades a partir dos parâmetros investigados, embora, naquele momento, não houvesse condições de vislumbrar com clareza se o mesmo estaria ocorrendo num quadro macrosociológico.

Como o estudo foi eminentemente qualitativo e de escopo reduzido, permanecia a questão: o processo de destradicionalização das masculinidades poderia ser generalizável para parcelas maiores de homens brasileiros? Qual seria o impacto mais amplo desse processo no Brasil? Interessava-me investigar — e, para tanto, este survey sobre “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada” seria uma oportunidade privilegiada — o que estaria ocorrendo no comportamento dos homens (e das mulheres) de maneira mais abrangente. Uma amostra representativa de toda a população brasileira, contendo respostas para alguns desses

<sup>10</sup> Já que em minha tese de doutoramento — *Reinvenções dos vínculos amorosos* — trabalhei com esse processo se dando nos padrões de estabelecimento dos vínculos amorosos, especificamente entre parceiras gays, lésbicas e heterossexuais “alternativas”.

<sup>11</sup> Ver Giddens, 1990: 116 e 1991.

<sup>12</sup> Bourdieu (1990).



elementos de mudança nos valores de gênero ofereceu um campo bastante fértil de análise.

Para a pesquisa sobre as masculinidades, foi necessário relativizar a experiência de uma “crise” na masculinidade que poderia levar à posição — inteiramente questionável, a meu ver — de uma “vitimização do masculino”,<sup>13</sup> especialmente daqueles homens dos segmentos urbanos altos e médios da população brasileira. Na referida pesquisa considere um equívoco apressado pressupor: a) que os homens dos segmentos populares não estivessem submetidos a vetores de transformação e mudança em suas referências identificatórias masculinas (processo de destradicionalização); e b) que, de maneira genérica, os homens das classes médias e altas estivessem, de fato, em “crise” com suas respectivas posições “dominantes” e que seriam eles os vetores primordiais do processo de destradicionalização de gênero, numa ótica das masculinidades.

Os dois equívocos são espécies estranhas de reducionismo e simplificação argumentativa que, além de empobrecedoramente deterministas, seriam arbitrários, correndo o risco, inclusive, de vir a esvaziar de potencialidade transformadora parte significativa de população masculina brasileira. Ou pior, ainda poderiam nos levar a outra armadilha: a da reificação estereotipada das mais antigas estratégias de dominação de classe, que sempre alocaram aos setores mais privilegiados o vetor emancipatório e anunciador de mudanças.

Portanto, com o *survey* sobre “Gênero, família e trabalho”, pretendi investigar, a partir de uma ótica quantitativa e mais abrangente da população masculina e feminina brasileira, que incluiu uma investigação relativamente detalhada das “práticas” e percepções de gênero no trabalho doméstico e no cuidado dos filhos, a possibilidade da existência (ou não) desse processo de destradicionalização que, qualitativamente, vinha se fazendo tão fortemente presente em trabalhos anteriores. A idéia inicial, portanto, foi criar um *índice de tradicionalismo de gênero* e outro de *destradicionalização*, a partir das questões elencadas pelo *survey* nacional. Ainda que eu saiba que um índice funciona como um indicador de uma dada situação e/ou experiência que se encontra já estabelecida, em vez de falar da experiência de “destradicionalismo” de gênero, estou intencionalmente me referindo mesmo ao processo de destradicionalização tal como descrito acima. Sei perfeita-

<sup>13</sup> Oliveira (2000)

mente que esse *survey* não mede processos, por se tratar de um único recorte espaço-temporal. Mesmo assim insisto na designação de “destradicionalização” para o índice, justamente para enfatizar seu caráter processual, ainda que tal destradicionalização já seja um elemento perceptível nas respostas dos brasileiros às questões investigadas no *survey*. É importantíssimo destacar que tanto homens quanto mulheres são agentes desse processo de transformação. Interessava-me, como feminista, identificar as semelhanças, e sobretudo as diferenças entre homens e mulheres no que tange aos dois índices criados.<sup>14</sup> Mas pareceu-me ainda mais desafiador perceber o processo de mudança para as masculinidades, já que os homens são tidos como os agentes mais imediatos da manutenção nos valores tradicionais de gênero.

### A criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero<sup>15</sup>

A primeira tentativa de me aproximar da elaboração destes índices resultou em sua interpretação como pólos opostos de uma dinâmica social.<sup>16</sup> Criou-se, portanto, um índice único de tradicionalismo/destradicionalização de gênero. Depois, e em função sobretudo de dois argumentos teóricos que se apresentaram como fundamentais, achei por bem elaborar não um único indicador, mas dois. Isso porque: acredito na existência concomitante de ambos os processos na sociedade brasileira, não fazendo sentido manter um único indicador, pois este nos faria pensar na existência de uma passagem (ou mesmo de uma conversão) do tradicionalismo para a destradicionalização, o que não creio que de fato esteja ocorrendo; e percebo que o tradicionalismo e a destradicionalização de gênero não são simplesmente processos opostos, dinâmicas sociais que refletem antagonismos simétricos, apenas com sinais de sentido invertidos, para os padrões de

<sup>14</sup> Mas, como se verá, não foi possível identificar padrões distintos para homens e mulheres nesse momento.

<sup>15</sup> Gostaria de agradecer a fundamental participação, ajuda e apoio de Mauro Lucio Jerônimo tanto na elaboração e tabulação dos índices, quanto na parte analítica dos dados. Sem sua preciosa colaboração este trabalho não teria sido realizado.

<sup>16</sup> Cabe aqui também um agradecimento à colaboração e ao apoio de João Claudio de Matos Almeida que, na primeira abordagem dos índices, foi não só meu interlocutor mas também o executor das primeiras abordagens ao banco de dados.

gênero; em função de minha adesão aos valores da diversidade social, que incorpora uma perspectiva analítica que não identifica diferença com diversidade, pareceu-me contraditório mensurar por um único índice tais transformações. Os dois processos se encontram em curso na sociedade brasileira e possuem relações de imbricamento, sobreposição, aliança e dissensão muito mais sutis e complexas do que a mera situação de oposição binária. Nesse sentido, ser tradicional não significa simplesmente o oposto binário de destradicional, do ponto de vista das relações de gênero.

Ambos os fenômenos provavelmente atuam de forma muito mais tênue nas nossas percepções e sobretudo nas nossas práticas de gênero. Partindo, portanto, da idéia de reformulação do índice único para a construção de dois indicadores, trabalhei com o conjunto de variáveis produzidas no questionário proposto no survey "Gênero, família e trabalho" e todo o banco de dados foi retrabalhado a partir da idéia original da criação de dois grandes índices: o de tradicionalismo de gênero e o de destradicionalização de gênero. O objetivo principal da tarefa foi analisar em detalhe a dinâmica relacional entre os gêneros — masculino e feminino — no que tange às variáveis contidas no referido banco, desta vez com relação a sua aproximação ou distanciamento do tema da tradição ou da destradicionalização. A tarefa foi levada a cabo escolhendo-se as questões que enfocavam percepções e as questões que remetiam a percepções de práticas de gênero. Daí a necessidade de desmembrar os índices pela "percepção" e pela percepção das "práticas", já que as práticas mesmo só podem ser avaliadas e medidas mediante outro instrumento de pesquisa, como *surveys* de uso do tempo.

Analisei detalhadamente questão por questão, de forma a poder classificar o conteúdo das respostas segundo os dois eixos propostos — tradicional *versus* destradicional —, atribuindo a cada questão/variável escolhida uma ponderação, de acordo com sua maior ou menor aproximação desses dois vetores.<sup>17</sup> Nem todas as questões propostas no survey foram utilizadas, por motivos óbvios, sendo algumas simplesmente descartadas.

O extremo *tradicionalismo* significou, do ponto de vista analítico, padrões de resposta que revelavam uma clara assimetria, hierarquia e desigualdade entre

<sup>17</sup> No final deste capítulo um anexo metodológico explicita as variáveis que compuseram os índices, bem como os direcionamentos valorativos e os respectivos pesos atribuídos a cada variável, de acordo com a escala proposta de resposta e também de acordo com o sexo do respondente.

os gêneros. Nas palavras de Beck (1997:25), o modo de vida tradicional é um cenário de encaixe perfeito, onde "a classe supõe a família nuclear, que presume os papéis dos sexos, que presume a divisão do trabalho entre homens e mulheres, que presume o casamento". Já o extremo da *destradicionalização* nos remete a uma maior simetria, igualdade e equanimidade entre os padrões de vinculação de gênero, demonstrando a postura de maior adequação que os autores definem como valores pós-materialistas — aqueles muito caros a democracia contemporânea e em que se concebe a relação entre e intragêneros num patamar de maior igualdade, liberdade e justiça.

Do ponto de vista específico das relações de gênero, a constatação da existência de um vetor de destradicionalização poderia demonstrar se também o Brasil está passando pelo movimento de mudança no sentido da democratização dos padrões valorativos referentes mais especificamente ao espaço doméstico — sobretudo na divisão sexual dos papéis no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos e pessoas doentes na família —, o que evidenciaria também o que se pode designar por "libertação da vida privada por meio do consumo de massa", juntamente com a "atenuação das normas sociais de comportamento pessoal".<sup>18</sup>

Incluí, portanto, na classificação também as percepções e "práticas" concernentes à *avaliação positiva e mais compartilhada* como uma postura *destradicional* e à *avaliação negativa e não-compartilhada* como *tradicional* sobre: a participação da mulher no mercado de trabalho, a possibilidade de resolução positiva dos conflitos advindos do "trabalhar fora" das mulheres e das tarefas domésticas como cuidar da casa e dos filhos, a divisão mais equânime da renda do casal e do trabalho doméstico, o divórcio/separação e o cuidado compartilhado dos filhos (inclusive após a separação), o estabelecimento de vínculos afetivos estáveis e a coabitação sem a necessidade de formalização prévia pelo casamento, o compartilhar atividades de atenção, cuidado e educação dos filhos, o não-recorso a castigos físicos (seja na criação dos filhos, seja em episódios de infidelidade conjugal), a prevenção compartilhada e responsável da gravidez, a liberdade feminina de fazer sexo com o marido, a percepção dos respondentes quanto à realização de tarefas domésticas (lavar e passar roupa, fazer pequenos consertos, cuidar de pessoas doentes na família, limpar a casa, fazer comida e lavar pratos) e, fi-

<sup>18</sup> Touraine (1997)

nalmente, a percepção destes sobre as práticas necessárias à educação, à socialização e ao cuidado com os filhos (dar banho, levar/buscar na escola, alimentar, brincar, levar ao médico, acompanhar nas atividades da escola e pôr para dormir).

## Os resultados dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil

Os resultados dos índices são elucidativos. Começamos por algumas das estatísticas descritivas referentes aos mesmos:

Estatísticas descritivas dos índices de tradicionalismo e destradicionalização de gênero (total, na percepção e nas "práticas")

Índice	N	Varição	Mínima	Máxima	Média	Desvio-padrão
Índice de destradicionalização — percepção	2.000	26,50	0,00	26,50	14,9132	3,8504
Índice de tradicionalismo — percepção	2.000	24,00	0,00	24,00	11,2717	3,6807
Índice de tradicionalismo — prática	2.000	13,00	0,00	13,00	2,8420	3,2864
Índice de destradicionalização — prática	2.000	11,00	0,00	11,00	0,7229	1,1504
Índice total — tradicionalismo	2.000	33,00	0,00	33,00	14,1138	5,2660
Índice total — destradicionalização	2.000	30,00	0,00	30,00	15,6361	3,9947
Valid N (listwise)	2.000					

Fonte: "Gênero, trabalho e família", 2003.

Como se pode observar na tabela acima, há uma distribuição muito semelhante entre os dois índices totais de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero. Isso permite afirmar — o que é uma constatação em nada irrelevante — que existe já a percepção de um processo de destradicionalização de gênero no Brasil e que os patamares de distribuição dessa destradicionalização assemelham-se, surpreendentemente, aos do tradicionalismo. Os números da tabela revelam que a distribuição dos dois índices, assim como dos outros índices desagregados pelas percepções e pelas "práticas", é tão semelhante que não é possível afirmar a existência de diferenças estatísticas realmente significativas entre eles.

A não-existência dessas diferenças do ponto de vista estatístico — os valores das médias, das medianas e dos desvios-padrões, por exemplo, são muito pró-

ximos — por si só já é um dado muito significativo. O mais comum seria esperar uma preponderância maior do tradicionalismo de gênero, já que, como se sabe, o Brasil é tido como um país ainda bem conservador do ponto de vista das relações de gênero.

A sociedade brasileira está permeada de elementos e instituições de cunho tradicionalmente patriarcal que se consolidaram e se estabeleceram há bastante tempo, tendo tais elementos ocupado vários espaços da vida societal pública e sobretudo da vida privada. No mínimo, vivemos o dilema de uma cultura cindida entre padrões de emocionalidade, coletivismo e solidariedade — perceptíveis em rituais culturais coletivos como o carnaval e o futebol, em muitas outras manifestações criativas de nossa cultura popular, nas redes de apoio e assistência etc. — e padrões de autoritarismo, patrimonialismo, corporativismo, bem como altos graus de violência e corrupção. Somos certamente um país que tem muita dificuldade para separar direitos de privilégios e onde os padrões de dominação masculina se fazem presentes em todas as arenas, mesmo naqueles espaços em que os movimentos de mulheres obtiveram avanços e conquistas.

No mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo discriminadas e ganham menos. Cerca de um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres e ainda persistem índices gritantes de miséria e pobreza — que aceleradamente se "feminiliza". Mesmo sendo as mulheres mais escolarizadas do que os homens, as profissões de maior legitimidade e prestígio social continuam sob o domínio masculino. As iniciativas para aumentar o espaço de atuação da mulher no mundo político não vêm surtindo os efeitos esperados, pois continuamos sub-representadas em todas as instâncias parlamentares e esferas de decisão. A violência doméstica e de gênero parece ocorrer em índices epidêmicos e gravíssimos por todo o país. Diante desse quadro, parece-me clara a existência de um processo de destradicionalização de gênero, e em patamares de distribuição próximos dos valores do tradicionalismo.

Quando os índices são desagregados pelas percepções e pelas "práticas", evidencia-se uma direção indicativa e gradativa de como nos percebemos, do ponto de vista desses valores de gênero, nos índices criados. Parece-me que, quantitativamente, há uma percepção maior da destradicionalização, seguida da percepção de tradicionalismo, vindo depois o tradicionalismo nas "práticas" e, finalmente, a destradicionalização nas "práticas". Adiante, ao desagregarmos os

índices pelos dois sexos, tecerei algumas considerações sobre tal “direcionamento”. Fica-nos, portanto, a indicação de que a destradicionalização de gênero já parece ser um elemento atuante nas percepções dos(as) brasileiros(as), mas uma percepção que não parece vir acompanhada da destradicionalização do ponto de vista das “práticas” de gênero.

Nas figuras 1 e 2, constata-se que o tradicionalismo tem uma distribuição mais homogênea do que a destradicionalização. Tal homogeneidade pode indicar o que já se sabe: que, diferentemente da destradicionalização, o tradicionalismo já trilhou um longo caminho, lenta e continuamente construído e distribuído em nossa população. Vejamos, pois, os gráficos da distribuição das respostas nos índices totais de tradicionalismo e de destradicionalização:

Figura 1  
Distribuição — Índice total de tradicionalismo

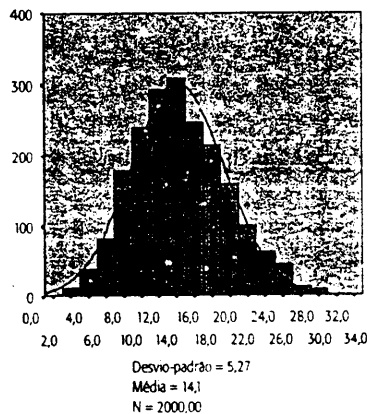
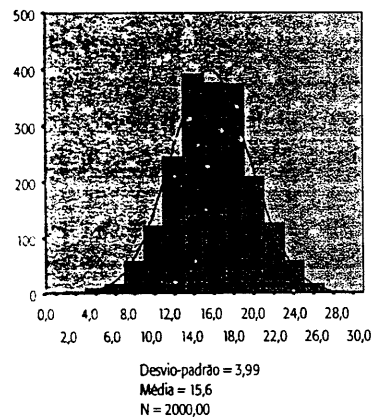


Figura 2  
Distribuição — Índice total de destradicionalização



O que se observa — ressaltando-se mais uma vez que as duas distribuições, do ponto de vista estatístico, apresentam muito mais semelhanças do que diferenças, pois ambas se comportam como “normais”, sendo suas estatísticas descritivas bem parecidas — é que as respostas ao tradicionalismo estão mais dispersas, concentrando-se entre valores um pouco mais baixos (10 a 18), se comparadas à distribuição das respostas da destradicionalização, que estão um pouco menos dispersas e se acentuam entre valores mais elevados (14 a 20). A

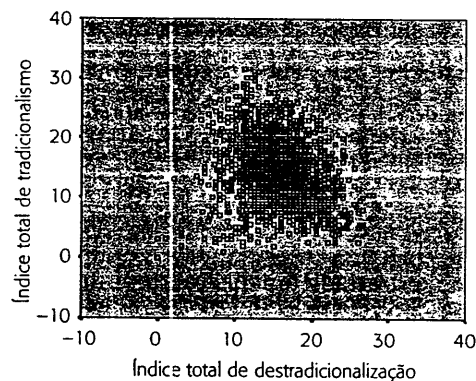
distribuição do índice de destradicionalização apresenta um pico de respostas concentrado e um pouco maior do que o do tradicionalismo, tendo, pois, menor dispersão e tendência à centralização. Assim, a variabilidade do tradicionalismo parece menor que a da destradicionalização, sendo a primeira mais dispersa e a segunda mais concentrada no meio. Pode-se supor, então, que o tradicionalismo de gênero — já consolidado em nossa população — apresenta aspectos ou bolsões/cristalizações de tradicionalismo, que estão homogeneamente espalhados e que parecem se distribuir e se manter, enquanto outros vão sendo transformados, modificados.

Já a distribuição da destradicionalização tem uma variabilidade maior; ao se concentrar mais em valores um pouco mais altos (sobretudo entre 14 e 18), ela é menos homogênea. Esses aspectos indicam uma sensibilidade maior dos respondentes a esse vetor. A tendência maior à centralização da distribuição do índice de destradicionalização pode estar revelando — diferentemente do tradicionalismo — que os brasileiros estariam caminhando um pouco mais juntos ou ainda mais próximos neste sentido, e que a mudança para a destradicionalização estaria atuando de forma mais igual na nossa população como um todo.

Cabe aqui uma observação metodológica importante: em alguns gráficos a seguir veremos que a escala de respostas aos índices criados se abrem para valores negativos (−10 ou −2, por exemplo). Claro que não é possível a existência de respostas negativas para os índices, já que estes são somatórios de respostas sempre com valores positivos. O que acontece é que alguns respondentes obtiveram valores de resposta muito próximos de zero, o que leva o programa utilizado na análise dos dados a abrir as escalas para valores negativos. Aliás, cabe salientar também que a não-existência de casos de *missing* nos índices também tem a ver com esse aspecto: todas as pessoas entrevistadas deram respostas que, somadas, assumem valores que seriam superiores a zero. Ainda que a abertura da escala possa levar, em alguns gráficos, a interpretações equivocadas, preferi manter esses casos e não colocá-los como *missing*, pois de fato há respostas para os índices criados, ainda que em graus muito pequenos.

Figura 3

Dispersão das respostas – Índice total de tradicionalismo × Índice total de destradicalização de gênero



A partir da figura 3, pode-se observar como os padrões de repostas se dispersam, tendo o índice total de destradicalização como eixo X e o índice total de tradicionalismo como eixo Y. Tal dispersão, à primeira vista, parece (mais uma vez) homogênea e distribuída de forma equilibrada entre os dois tipos de índices, o que volta a reforçar a idéia inicial da existência de percepções igualmente visíveis em ambos os sentidos dos índices criados. Mas, quando se visualiza tal dispersão pelos dois sexos, começam a surgir outros elementos analíticos interessantes.

Figura 4

Dispersão das respostas – Índice total de tradicionalismo × Índice total de destradicalização de gênero × sexo do respondente

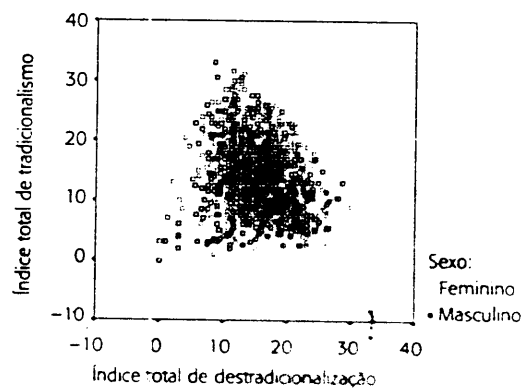


Figura 5

Dispersão – sexo masculino

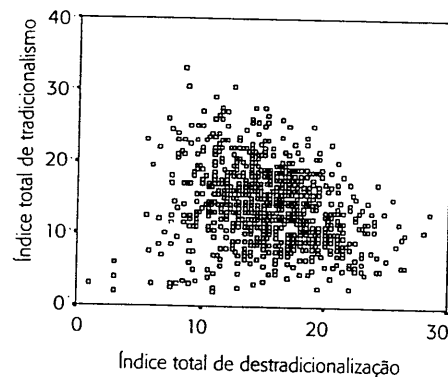
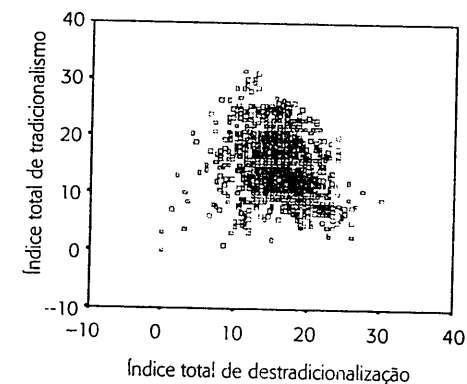


Figura 6

Dispersão – sexo feminino



Ainda que não se possa dizer que existam diferenças estatisticamente significativas entre as respostas de homens e mulheres com relação aos dois índices (ver figuras 7 e 8), pode-se, a partir das figuras 5 e 6, começar a vislumbrar algumas "tendências" de comportamento: no caso dos homens, a dispersão de respostas está mais próxima do eixo da destradicalização (eixo X) e é mais difusa do que a das mulheres. Já no caso das mulheres, a dispersão de respostas é menor e estas parecem se acumular um pouco mais na direção dos valores mais altos do eixo do tradicionalismo (eixo Y).

Figura 7

Boxplot – Índice total de tradicionalismo × sexo do respondente

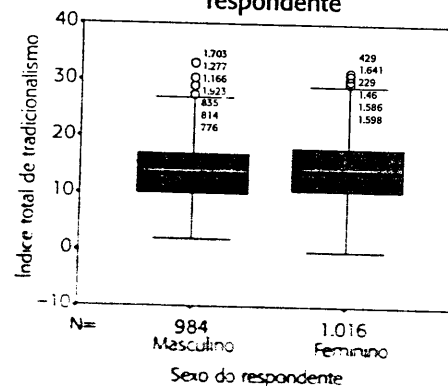
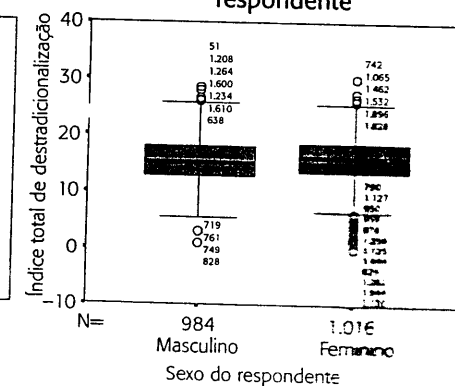


Figura 8

Boxplot – Índice de destradicalização × sexo do respondente



Nessas outras figuras a distribuição, por assim dizer, "mais fina" do índice de destradicionalização (figura 8) se confirma (aparecendo, explicitamente, a distribuição mais "grossa" das mulheres no eixo do tradicionalismo), reforçando a idéia da existência de uma tendência mais para a concentração feminina na percepção da destradicionalização. Além disso, as medianas estão realmente bem próximas, em ambos os sexos e em ambos os índices, o que reforça a não-existência mesmo de diferenças significativas. Mas constata-se novamente a presença de um maior número de valores atípicos na distribuição das mulheres na destradicionalização, o que poderia estar indicando uma distribuição mais heterogênea que a masculina, sobretudo na destradicionalização. Pode-se "estranhar" esses resultados, pois o esperado seria uma destradicionalização mais "atuante" no caso das mulheres, já que elas seriam as maiores interessadas em mudanças no sentido da democratização nos padrões de relacionamento de gênero. Contudo, é claro aqui um equilíbrio ou uma simetria entre os dois sexos e em ambos os índices criados, com alguma discrepância de respostas femininas, justamente na destradicionalização.

Vejamos as dispersões das respostas, nas figuras 9 e 10, desagregadas pelas percepções e pelas "práticas" do tradicionalismo e da destradicionalização.

Figura 9

Dispersão — Índice de tradicionalismo  
"Práticas" e percepções

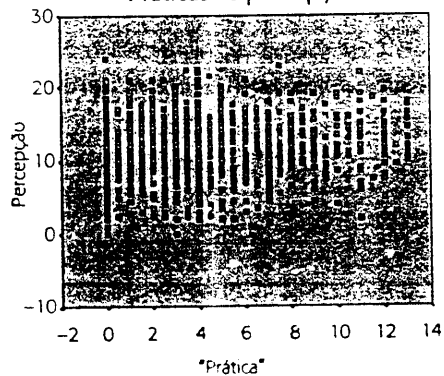
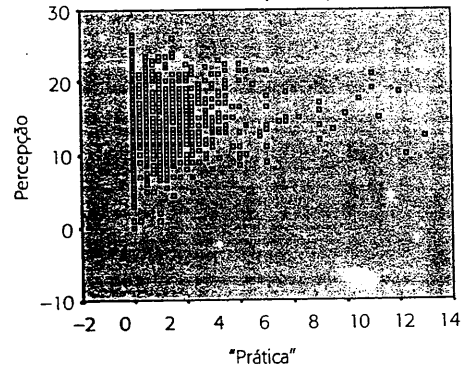


Figura 10

Dispersão — Índice de destradicionalização  
"Práticas" e percepções



O que se observa aqui reforça as leituras anteriores. A distribuição da percepção do tradicionalismo de gênero parece homogeneamente dispersa, mas o comportamento das respostas a percepção da destradicionalização apresenta maior

variabilidade, denotando uma patente concentração no eixo da percepção da destradicionalização, que vai se dispersando à medida que se desloca no sentido da percepção da destradicionalização, agora nas "práticas" de gênero. Esses elementos são ainda mais reforçados quando se examinam essas mesmas dispersões nos dois sexos. Vejamos primeiro o índice de tradicionalismo de gênero.

Figura 11

Dispersão — Índice de tradicionalismo nas "práticas" e percepções × sexo do respondente

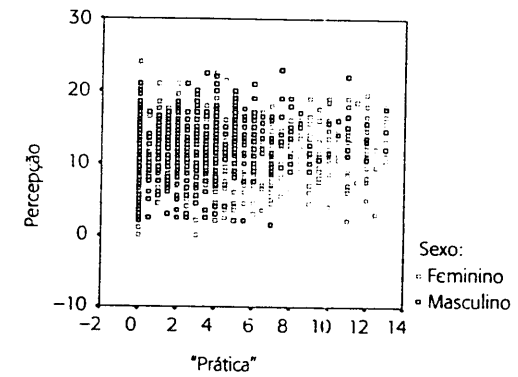


Figura 12

Dispersão — Índice de tradicionalismo nas "práticas" e percepções  
Sexo masculino

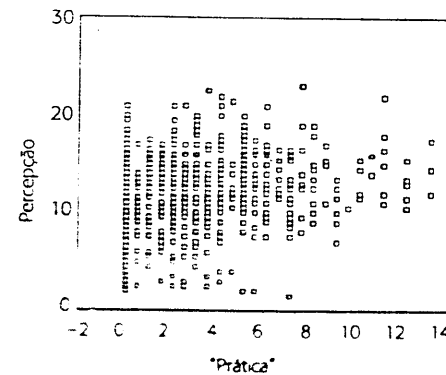
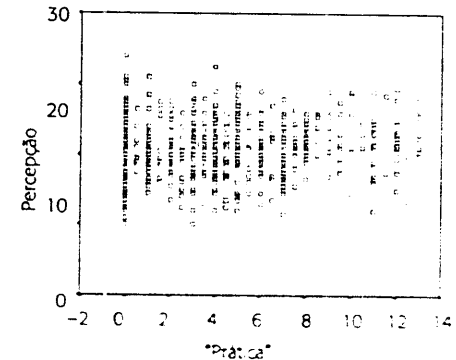


Figura 13

Dispersão — Índice de tradicionalismo nas "práticas" e percepções  
Sexo feminino



Pode-se ver que a distribuição masculina no tradicionalismo vai diminuindo um pouco na direção das "práticas". Em contraposição, no caso das mulheres, a distribuição da percepção do tradicionalismo é muito mais equilibrada e homogeneamente distribuída entre os dois eixos, com forte presença (sobretudo em comparação com os homens) do tradicionalismo feminino no eixo das "práticas". Cabe ressaltar também que a percepção do tradicionalismo feminino aparece em patamares ligeiramente menores que a dos homens e se encontra distribuída por valores um pouco mais altos nas "práticas" do que no caso dos homens. Essa dispersão volta a confirmar minha afirmação anterior de uma maior tendência à percepção de destradicionalização e uma maior "prática" de tradicionalismo de gênero nas mulheres do que nos homens, ainda que estatisticamente essas diferenças não sejam substantivas.

Nos índices de destradicionalização, de forma elucidativa, essas tendências quase chegam a se inverter. Vejamos as figuras 14 a 16.

Figura 14

Dispersão – Índice de destradicionalização nas "práticas" e percepções x sexo do respondente

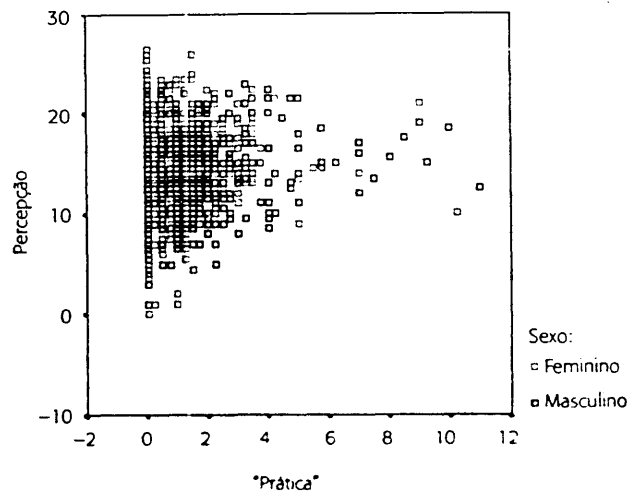


Figura 15  
Dispersão – Índice de  
destradicionalização nas "práticas"  
e percepções  
Sexo masculino

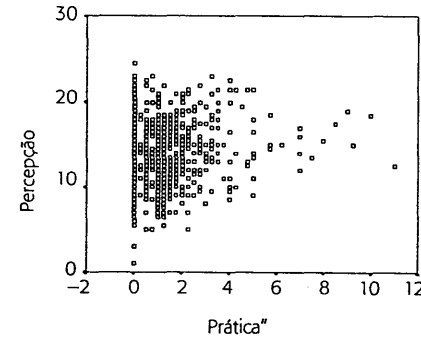
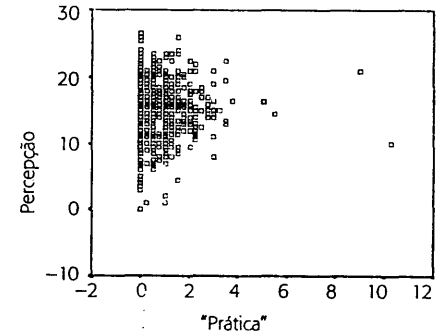


Figura 16  
Dispersão – Índice de  
destradicionalização nas "práticas"  
e percepções  
Sexo feminino

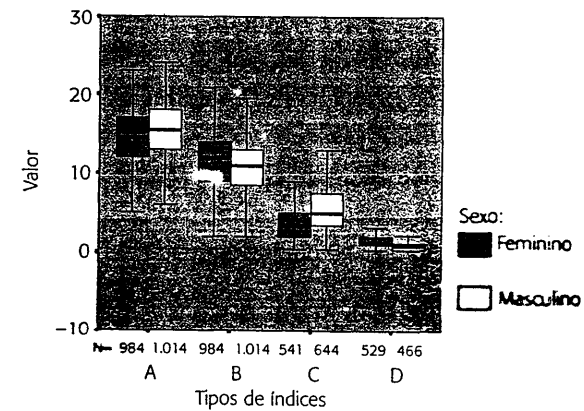


Observa-se aqui, mais uma vez, a quase ausência das "práticas" de destradicionalização no caso das mulheres, já que elas declaram exercer "práticas" bem mais tradicionais do que os homens. Já no sexo masculino, ainda que também os homens se percebam mais destradicionalistas do que são na prática, declaram ter práticas de destradicionalização num volume maior de respostas do que as mulheres.

Na figura 17, temos uma visão geral dos quatro índices, desagregados por sexo.

Figura 17

Boxplot dos índices de tradicionalismo e destradicionalização de gênero, desagregados, nas "práticas" e percepções, por sexo



Obs.: A = Destradicionalização-percepção; B = Tradicionalismo-percepção; C = Tradicionalismo-"prática"; e D = Destradicionalização-"prática"

Agora pode-se ter uma visão comparativa dos quatro índices em sua distribuição pelos dois sexos. Em termos quantitativos, ainda que as diferenças entre homens e mulheres não sejam estatisticamente significativas, como afirmado desde o início, evidencia-se em sua distribuição uma mesma “direção” ou “tendência”. Essa tendência, que vai da percepção da destradicionalização (A), passa pelo tradicionalismo nas percepções (B), segue na direção do tradicionalismo nas “práticas” (C) e termina com a percepção da destradicionalização nas “práticas” (D), parece ser a mesma para os dois sexos, com algumas diferenças sutis, se bem que importantes.

Parece-me, porém, no mínimo curioso que os homens estejam respondendo, por um lado, de forma coerente com aquilo que as teorias de gênero nos informam: percebendo-se mais tradicionais do que as mulheres e também “agindo” de forma tradicional, mas denotando uma percepção de “práticas” destradicionais ligeiramente mais elevada do que a das mulheres. Já as mulheres parecem ir na contramão daquilo que, em tese, seriam seus interesses: embora tenham uma percepção maior de destradicionalização se comparadas aos homens, exibem ainda boa percepção de tradicionalismo e, significativamente, a menor destradicionalização nas “práticas” (ou um maior tradicionalismo nas “práticas”, o que acaba se equivalendo).

Essa “tendência” ou “direção” parece revelar que estamos todos — homens e mulheres — já permeáveis aos vetores de transformação na percepção dos valores de gênero: caminhamos, sem dúvida também aqui no Brasil, na direção de uma maior democratização dos valores de gênero. Contudo, o caminho está obviamente inconcluso. É claro que esse processo ainda não se concretizou nem para os homens nem para as mulheres brasileiras; sequer se consolidou, já que nós, mulheres, somos incapazes de fazer repercutir essas mesmas transformações em nossas ações práticas (ou em nossas percepções da prática, que foi o que o presente survey avaliou), sobretudo no que tange à divisão do trabalho doméstico e ao cuidado com filhos e pessoas doentes. Com isso não quero dizer que as mulheres sejam “mais tradicionais” do que os homens, apenas saliento a dificuldade, que parece evidente até em dados empíricos, de se negociar a prática do trabalho doméstico com os homens.

Resta ainda investigar e descobrir se o avanço da democratização nos valores de gênero da porta de casa para dentro estaria sendo mais obstaculizado pelo excesso de tradicionalismo nos valores dos homens — que “preferem” os benefi-

cios diretos e indiretos de não ter que lidar com o mundo do trabalho doméstico e/ou do cuidado com os filhos ou com os doentes na família —, ou nos valores das mulheres, que se apresentam nesta pesquisa como “incapazes” ou “incompetentes” para realizar a seu favor a negociação fundamental e necessária desses papéis, ou ainda se o nó se encontra em alguma fórmula composta desses dois fatores.

## Conclusões

É possível constatar um processo de mudança nos padrões valorativos de gênero (várias pesquisas de cunho qualitativo já vinham sinalizando isso), pelo menos no que se refere a essa temática em sua articulação mais direta com o trabalho doméstico e a família no Brasil. Identifica-se um *quantum* de destradicionalização de gênero nada desprezível para um país com todas as características de tradicionalismo — nas mais variadas esferas da vida social e política — que já conhecemos, seja no mundo público, seja no mundo privado.

Uma importante conclusão deste capítulo diz respeito à necessidade urgente de aprimorar esses índices criados, e inclusive de estabelecer medidas mais “sensíveis”, por assim dizer, que possam captar com maior riqueza de detalhes os pontos que se tentou demarcar. É importante salientar que este *survey* não me parece ser o melhor instrumento de medida para o campo das práticas de gênero. Assim, alguns de meus resultados também refletem problemas metodológicos concernentes à escolha deste instrumento, preparado especialmente para medir as percepções de gênero das pessoas, muito mais do que suas práticas.

Foi possível verificar que os homens estão passando, de forma evidente, por um processo de transformação nos valores de gênero. Parece-me igualmente possível identificar um processo de transformação nas percepções e apresentações de si masculinas (naquilo que definiria facetas da identidade de gênero masculina), que já tomam, consistentemente, a direção do vetor da destradicionalização e da democratização dos valores de gênero (apresentando patamares maiores de incidência de respostas ao índice de percepção de destradicionalização do que ao índice de percepção de tradicionalismo — ver figura 17). Contudo, essa transformação parece incompleta, não tendo se expandido, concretamente, para além das fronteiras identitárias e transbordado para a práxis de gênero, para o dia-a-dia, o cotidiano, sobretudo no que diz respeito à esfera mais íntima da divisão do trabalho no mundo doméstico e no cuidado com os filhos e doentes na família.



Ainda nesse campo do mundo privado, o das relações na intimidade — mesmo que os avanços talvez sejam mais significativos em outros pontos, como nos novos arranjos conjugais, na maior tolerância à homossexualidade e ao divórcio, por exemplo —, permanecem padrões tradicionais de vinculação de gênero, sendo a dominação masculina exercida de forma convencional, atribuindo posições e papéis já secularmente conhecidos aos gêneros. Há indícios, porém, da existência de um vetor direcionando também as práticas no sentido da transformação, pois existem exemplos, quantitativamente ainda pequenos, de homens que se percebem atuando também nessa direção.

Do ponto de vista feminino, o que mais me chamou a atenção foi o grande descompasso entre a instância da percepção e da apresentação pública de si e a práxis, que permanece arraigadamente tradicional (mas aqui cabe lembrar a ressalva metodológica feita anteriormente). Parece-me que o grande divisor de águas para a experiência da destradicionalização de gênero vivida no feminino é e continua sendo a compatibilização do trabalho público com aquele que precisa ser exercido na esfera privada. As mulheres que enfrentam o desafio de conjugar trabalho fora de casa com trabalho no lar parecem ainda “prisioneiras” do tradicionalismo dos papéis de gênero: cuidar da casa e dos filhos ainda são tarefas percebidas como tipicamente femininas no Brasil, sendo pouquíssimo (ou quase nada) negociadas com os parceiros masculinos.

Essa conclusão me leva a pensar num *gap*, um vazio, um “impensado de gênero” deixado pelos movimentos feministas no Brasil: fomos capazes, enquanto ativistas da causa feminina, de muitos avanços do ponto de vista das políticas de saúde e dos direitos bioéticos e reprodutivos, das políticas sociais — sobretudo educação, mercado de trabalho e previdência social — e da política partidária (adoção de políticas afirmativas de cotas para os partidos etc.), mas alguns de nossos padrões e papéis culturais mais íntimos de gênero permanecem intocados.

A quase “esquizofrenia” aqui constatada entre percepção de si no mundo das referências articuladas ao mundo público (verificável nas respostas à bateria de questões relacionadas às percepções dos valores de gênero elencadas nesta pesquisa) e percepção de vivências práticas/pragmáticas no dia-a-dia da negociação da vida em família, sobretudo nas relações entre os sexos, parece-me um tema instigante e merecedor de posterior detalhamento e investigação.

Falta-nos ainda criar, através da regressão linear, modelos que possam nos dizer quante cada uma das principais variáveis sociodemográficas também pesquisadas pelo survey, como escolaridade, zona de residência, idade etc., pode-

ria explicar o tradicionalismo e a destradicionalização de gênero. Essa empreitada certamente qualificará muito melhor esses primeiríssimos “achados” empíricos aqui apresentados.

No entanto, ainda que tenhamos mais algumas descrições, certamente essas primeiras pequenas diferenças entre as percepções masculinas e femininas permanecerão como um desafio aos nossos futuros projetos de investigação. Esses achados deveriam também nos orientar no sentido de, desde já, refletir politicamente sobre aqueles pontos obscuros, insondáveis, que fazem com que as engrenagens de gênero, ainda que solidamente orientadas no sentido de um conjunto de mudanças que sinalizam os ventos da destradicionalização, da democratização e dos valores pós-materialistas, parecem ranger ainda com muito vigor no tocante a papéis tradicionais na intimidade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Para um avanço substantivamente democrático nessa direção, faz-se necessária uma capacidade de negociação dessas experiências muito maior entre (ou mesmo intra) sexos, sobretudo para nós, mulheres.

Parece-me que estamos ainda há anos-luz do momento em que seremos amplamente reconhecidas e valorizadas na esfera pública e política deste país, tendo realmente sido capazes de, democraticamente, negociar com nossos(as) parceiros(as) a participação no espaço privado da casa e do cuidado com os filhos, mesmo com os nossos próprios filhos, já que o tradicionalismo nos valores de gênero das mães também pode ser “transmitido” via socialização.

Ainda que tenhamos — não plenamente, é certo, pois a pobreza feminina ainda é assustadoramente grande — conquistado “um teto todo nosso”, sob esse teto continuamos a exercer as funções de donas-de-casa e de “maternagem” da forma tradicional que conhecemos, demonstrando ser bem menos hábeis em negociar essas tarefas do que nossa identidade profissional no mercado de trabalho, por exemplo.

Por que será que as conquistas na educação/escolarização, no mercado de trabalho e na vida pública e política ainda não são acompanhadas de conquistas na esfera íntima do trabalho doméstico? Será este o preço civilizatório a ser pago pelas conquistas das mulheres — duplas, triplas jornadas de trabalho? Até quando?

## Referências bibliográficas

- ALVES, Rivana Aparecida. *Tradição e pós-modernidade: uma discussão sobre nossos valores a partir da pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte* Jul 2004 Monografia (Conclusão de Curso de Ciências Sociais) — UFMG, Belo Horizonte, 2004

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Araraquara, SP: Unesp, 1990.

———. *A transformação da intimidade*. Araraquara, SP: Unesp, 1991.

———. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

———; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

HEELAS, Paul; SCOTT, Lash; MORRIS, P. *Destraditionalization: critical reflections on authority and identity*. London: Blackwell, 1996.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and post-modernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.

——— (Ed.). *Human values and social change*. Boston: Bill, 2003

———; BAKER, Wayne E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, Feb. 2000.

———; SIMÕES, Solange. *Values and environmental change — a cross-cultural and longitudinal approach (proposal summary)*. 2001. ms.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2000.

———. *Dimensões da masculinidade “à brasileira”*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. MacArthur Foundation, 2002. (Relatório de Pesquisa, Prodir III).

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Crises, valores e vivências da masculinidade. *Novos Estudos Cebrap*, n. 56, mar. 2000.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TOURAINÉ, Alan. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: Edusc, 1997.

## Anexo metodológico

### Conjunto das variáveis que compõem os índices

Tradicionalismo de gênero e destradicionalização de gênero nas percepções (31 variáveis)

- Bloco V58 (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l);
- Bloco V61 (a, b, c, d, e, f, h, i, j, m) — foram retiradas do índice as questões g, k e l, por problemas na formulação das questões;
- Bloco V85 (a, b, c, d, e, i, j, k, l) — foram retiradas do índice as questões f, g e h, sobre aborto, por se considerar que, muito polêmicas, poderiam influenciar bastante o direcionamento dos valores.

Tradicionalismo de gênero e destradicionalização de gênero nas práticas (14 variáveis):

- Bloco V63 (a, b, c, e, f, g) — foram retiradas do índice as questões d e h, por problemas de indefinição no vetor de direção dos valores;
- Bloco V72 (a, b, c, d, e, f, g, h).

## Metodologia

### Variável V58

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V58	A	1. Concorda totalmente	1,0	Uma mãe que trabalha fora pode dar a sua família um melhor nível de vida.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	B	1. Concorda totalmente	1,0	Ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	C	1. Concorda totalmente	1,0	Ser dona-de-casa é tão gratificante quanto trabalhar fora.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V58	D	1. Concorda totalmente	1,0	Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V58	E	1. Concorda totalmente	1,0	No final das contas, a vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V58	F	1. Concorda totalmente	1,0	Crianças pequenas (até cinco anos) sofrem mais quando a mãe trabalha.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V58	G	1. Concorda totalmente	1,0	Uma mãe que trabalhe fora pode estabelecer uma relação tão carinhosa e dedicada com seus filhos quanto uma mãe que não trabalhe fora.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	H	1. Concorda totalmente	1,0	Ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	I	1. Concorda totalmente	1,0	O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V58	J	1. Concorda totalmente	1,0	Os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem atualmente.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	K	1. Concorda totalmente	1,0	Os homens deveriam cuidar mais das crianças do que cuidam atualmente.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V58	L	1. Concorda totalmente	1,0	Os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional

## Variável V61

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V61	A	1. Concorda totalmente	1,0	Os casados são geralmente mais felizes do que os solteiros.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V61	B	1. Concorda totalmente	1,0	É melhor ter um casamento ruim do que não estar casado.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V61	C	1. Concorda totalmente	1,0	Quem quer ter filhos deve casar.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V61	D	1. Concorda totalmente	1,0	Um pai/mãe sozinho(a) pode criar o(a) filho(a) tão bem quanto um casal que vive junto.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V61	E	1. Concorda totalmente	1,0	Está certo um casal viver junto mesmo sem querer casar no papel.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V61	F	1. Concorda totalmente	1,0	É uma boa idéia para um casal que quer se casar, viver junto antes do casamento.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V61	H	1. Concorda totalmente	1,0	Acompanhar a educação e o crescimento de uma criança é a maior alegria da vida.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V61	I	1. Concorda totalmente	1,0	Pessoas que nunca tiveram filhos levam vidas vazias.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V61	J	1. Concorda totalmente	1,0	Exercer uma atividade profissional é importante para as pessoas se sentirem realizadas/felizes.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V61	M	1. Concorda totalmente	1,0	Os homens que trabalham devem receber licença-paternidade por ocasião do nascimento do(a) filho(a).	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional

## Variável 63

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido para homem	Sentido para mulher
V 63	A	1. Sempre eu	1,0	Lavar e passar roupa.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V 63	B	1. Sempre eu	1,0	Fazer pequenos consertos.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V 63	C	1. Sempre eu	1,0	Cuidar de familiares doentes.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—

Continua

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido para homem	Sentido para mulher
V 63	E	1. Sempre eu	1,0	Limpar a casa.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V 63	F	1. Sempre eu	1,0	Cozinhar.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V 63	G	1. Sempre eu	1,0	Lavar os pratos.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—

## Variável V85

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V85	A	1. Concorda totalmente	1,0	O castigo físico é uma forma aceitável de educar e disciplinar os filhos.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V85	B	1. Concorda totalmente	1,0	O homem tem o direito de punir sua mulher em caso de infidelidade.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional

Continua

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido do índice
V85	C	1. Concorda totalmente	1,0	Um "susto" através de ameaça pode ser eficaz em caso de adultério.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V85	D	1. Concorda totalmente	1,0	A mulher tem o direito de punir seu marido em caso de infidelidade.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V85	E	1. Concorda totalmente	1,0	A mulher que faz aborto deve ser presa, independentemente...	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V85	I	1. Concorda totalmente	1,0	A prevenção da gravidez é responsabilidade da mulher.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V85	J	1. Concorda totalmente	1,0	Devido aos riscos de transmissão de DST e HIV, o preservativo deve ser usado por todos os casais, independentemente de quanto tempo estejam juntos.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Tradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional
V85	K	1. Concorda totalmente	1,0	A mulher casada deve fazer sexo com o marido sempre que ele quiser.	Tradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Tradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		Destradicional
		5. Discorda totalmente	1,0		Destradicional
V85	L	1. Concorda totalmente	1,0	O aborto é um direito da mulher.	Destradicional
		2. Concorda em parte	1,0		Destradicional
		3. Não concorda nem discorda	0,5		—
		4. Discorda em parte	1,0		—
		5. Discorda totalmente	1,0		Tradicional

## Variável V72

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido para homem	Sentido para mulher
V72	A	1. Sempre eu	1,0	Vestir e dar banho.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		—	—
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		Tradicional	Destradicional
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V72	B	1. Sempre eu	1,0	Dar comida.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V72	C	1. Sempre eu	1,0	Ajudar nos deveres e acompanhar as atividades da escola.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V72	D	1. Sempre eu	1,0	Brincar.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V72	E	1. Sempre eu	1,0	Levar ao médico.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—

Bloco de variável	Letra da variável	Escala de resposta	Peso atribuído	Enunciado	Sentido para homem	Sentido para mulher
V72	F	1. Sempre eu	1,0	Pôr para dormir.	Destradicional	Tradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Tradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Destradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Destradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—
V72	G	1. Sempre eu	1,0	Levar ou pegar na escola.	Destradicional	Destradicional
		2. Geralmente eu	0,5		Destradicional	Destradicional
		3. Igual ou os dois juntos	0,25		—	—
		4. Geralmente meu esposo(a)	0,5		Tradicional	Tradicional
		5. Sempre meu esposo	1,0		Tradicional	Tradicional
		6. É feito por outra pessoa da família	0		—	—
		7. Empregada doméstica	0		—	—
		8. Outros	0		—	—

## 4

## A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis?

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira\*

O modelo de família que se baseia nos papéis de homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral experimentou um declínio significativo ao longo da segunda metade do século XX. Essa tendência é encontrada tanto nos países do capitalismo central quanto nos países de sua periferia. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas uma quarta parte dos domicílios correspondia a esse modelo familiar em 1990.<sup>1</sup> O declínio desse padrão familiar reflete as profundas transformações que ocorreram na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade, com repercussões na condição feminina.<sup>2</sup> Essas transformações guardam, por sua vez, estreita associação com as mudanças geradas pelo processo de reorganização do capitalismo em escala mundial.

Trata-se de uma verdadeira revolução, que tem se processado nos costumes, na sexualidade, no casamento, afetando de forma marcante o padrão de família. A conformação da sociedade já não corresponde mais de forma inquestionável ao

\* Pesquisadora e professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em sociologia pelo IUPERJ

<sup>1</sup> Castells (1999)

<sup>2</sup> Giddens (2000)

modelo masculino.<sup>3</sup> As mudanças que têm se processado no espaço privado, como o aumento do número de divórcios, uniões consensuais e nascimentos fora do casamento, a diminuição do número de filhos, o aumento do espaçamento do nascimento dos filhos e da idade média de casar, e os arranjos alternativos de família vêm provocando alterações na condição da mulher tanto no espaço privado quanto no espaço público da vida social.

Portanto, a família-padrão que vigorou com mais intensidade até os anos 1950, na qual a mulher é dona-de-casa em tempo integral e o marido é o único provedor, vai perdendo a dominância em resposta às novas condições sociais, econômicas e culturais. A mulher brasileira do início do século XXI se distingue claramente da mulher brasileira da década de 1950. Nessa década, o universo da mulher brasileira era o da domesticidade. As barreiras sociais eram fortes, fazendo com que ela não tivesse visibilidade fora do casamento e da família. A força da matriz patriarcal ainda era intensa. Isso se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas “prendas domésticas”.<sup>4</sup>

O modelo de dona-de-casa em tempo integral, tão valorizado ao longo das décadas passadas e que implicava, inclusive, uma situação de *status*, experimentou um crescente esvaziamento. Em contrapartida, o espaço público do trabalho, antes de domínio masculino, passou a ser compartilhado por mulheres casadas e mães, que vislumbraram no exercício do trabalho remunerado uma possibilidade de realização pessoal fora do espaço privado da família.

Essas transformações refletem o processo de individuação da mulher, o que repercute de forma evidente na autoridade patriarcal, desmantelando a estruturação da família tradicional, na qual o “chefe” detinha o poder de controle e de decisão sobre todos os membros do grupo familiar.

### Algumas ideias iniciais

O modelo de família com núcleo patriarcal — homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral — é calcado em uma estrutura hierárquica que pressupõe um conjunto de práticas e de valores. Esse modelo baseia-se na dicotomia dos papéis sexuais familiares. Vale lembrar que a conceituação de papel não só

<sup>3</sup> Touraine (1999)

<sup>4</sup> Oliveira (1997)

compreende o posicionamento do indivíduo no grupo familiar e na sociedade em geral, como também se refere aos modelos culturais e aos sistemas de valores. Os papéis sexuais familiares estão associados a valores e a normas, bem como a funções que são atribuídas separadamente ao homem e à mulher.<sup>5</sup> Esses papéis são marcadamente diferentes e as funções a eles associadas são socialmente valorizadas de forma desigual. As funções mais valorizadas são, em geral, aquelas desenvolvidas pelo homem. Desse modo, os papéis familiares — masculino e feminino — estão relacionados de forma complexa a uma posição de *status*, que na sociedade urbano-industrial é definida de acordo com a profissão, o rendimento e o estilo de vida.<sup>6</sup>

Caberia ao homem o exercício das atividades de natureza instrumental de provisão e de intermediação com o espaço público. Essas atividades se expressam pela vinculação masculina com o emprego remunerado e com a provisão da família. Já à mulher cômputo caberia o desempenho das atividades expressivas e afetivas, que estão voltadas para o espaço privado da família. Essas atividades se relacionam com o cuidado dos filhos e do marido, bem como com o trabalho doméstico.<sup>7</sup> Esse tipo de família retirou, gradativamente, da mulher muitas de suas antigas atribuições, já que o grupo familiar deixou de constituir um centro de produção a partir da Revolução Industrial. A realização desse modelo familiar impôs educar as mulheres para o desempenho das tarefas domésticas. A nova domesticidade visou transformar as mulheres em “esposas afetuosas e mães racionais”.<sup>8</sup>

A dicotomia dos papéis sexuais familiares é entendida em termos de complementaridade e de funcionalidade.<sup>9</sup> A especialização dos papéis masculino e feminino visaria, em última instância, a manutenção da família e o fornecimento das bases para a socialização da criança. Essa complementaridade ou funcionalidade se dá, porém, desigualmente. O papel instrumental do homem está ligado à sua função de provedor e de elo de ligação com o espaço público, em razão de seu

<sup>5</sup> Zelditch (1968)

<sup>6</sup> Segalen (2000)

<sup>7</sup> Zelditch (1968)

<sup>8</sup> Lasch (1961)

<sup>9</sup> Parsons e Bales (1968)

envolvimento com o trabalho remunerado. A função de provedor, que é essencial para a sobrevivência da família, garante o papel de liderança ou de chefia da família para o homem, legitimando, por sua vez, a dominação masculina sobre os demais membros do grupo familiar.

Dessa forma, o modelo de família — homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral — reflete a assimetria sexual, centralizando todo o poder no homem “chefe de família”/provedor. A mulher cônjuge, dona-de-casa em tempo integral, a quem é atribuído o papel de esposa, mãe e de responsável pelo trabalho doméstico, ocupa uma posição subordinada nessa relação assimétrica. Essa posição guarda estreita relação com sua exclusão do espaço público do trabalho e com a conseqüente dependência econômica ao homem/“chefe de família” e provedor. A mulher cônjuge ou a esposa é, por definição e por *status*, não provedora. Ser cônjuge ou esposa significa, portanto, não ser provedor. Assim, a relação homem/“chefe” e mulher/cônjuge é marcada pela diferenciação dos papéis e pelo fato de que a função de provedor, que tem prestígio social, é a principal atribuição do “chefe de família”.

É preciso lembrar que o tipo de família, que se baseia na divisão dos papéis hierárquicos homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral, é o *locus* preferencial da dominação masculina. É esse modelo que viabiliza a divisão sexual do trabalho na família, ao articular o emprego remunerado exercido pelo homem no espaço público do trabalho com o trabalho doméstico realizado pela mulher no espaço privado da família. Esse arranjo familiar, que variou de intensidade nos diversos contextos sociais e ao longo do tempo, se fortaleceu em razão da marginalização imposta à mulher no espaço público do trabalho, sobretudo nos empregos de maior prestígio e remuneração. A ideologia das “esferas separadas” leva a considerar o espaço privado da família como o lugar “natural” da mulher, e o emprego remunerado e o mercado como o espaço masculino por excelência.

O ponto que cabe discutir é o da dissociação ocorrida entre o papel de “chefe de família” e a função de provedor. Essa mudança reflete, em última instância, o rearranjo da participação dos homens e, de modo particular, das mulheres na sociedade, em resposta aos processos mais amplos de transformação social. Antes, a função de provedor era exercida unicamente pelo homem, a quem é socialmente atribuído o papel de “chefe de família”. Assim, o papel de “chefe de família” e a função de provedor estavam intimamente associados, cabendo ao homem o seu exercício. Hoje, a provisão da família não é mais assegurada apenas pelo

“chefe de família”. Os outros membros da unidade familiar passaram a contribuir para o orçamento doméstico, cabendo à mulher cônjuge trabalhadora remunerada um papel importante.

A proposta deste trabalho é buscar indicações que permitam uma melhor compreensão das questões acima referidas. As indagações a serem feitas são as seguintes: qual é de fato a importância da contribuição da mulher cônjuge ativa para a provisão da família? Em que medida sua contribuição se destaca da dos demais membros da família? Será que a mulher cônjuge ativa adquiriu, de forma efetiva, o papel de co-provedora, ou mesmo, em alguns casos, de provedora da família? Por fim, em que medida a percepção sobre a renda familiar ideal continua sendo guiada por valores tradicionais de natureza patriarcal? Ressalte-se que o interesse pelo tema da provisão familiar surgiu a partir do desenvolvimento de trabalhos anteriores, nos quais ficou evidenciada sua importância para a análise das transformações levadas a efeito na condição feminina.<sup>10</sup>

A base empírica do trabalho está referida às informações levantadas pela pesquisa “Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo”, coordenada pelo PPCIS da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). Cumpre esclarecer que o universo de análise da pesquisa compreende 1.625 pessoas de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, residentes no contexto urbano do país.<sup>11</sup> É preciso explicitar o fato de que essa pesquisa não permite trabalhar diretamente com a unidade familiar. A unidade de análise da pesquisa é a pessoa de 18 anos ou mais que respondeu aos quesitos sociodemográficos e de opinião. Mas os dados sobre o sexo, a condição na família do respondente, o rendimento do respondente, o rendimento do cônjuge do respondente, bem como sobre o rendimento da família do respondente estão contidos no conjunto das informações sociodemográficas da pesquisa. A partir desses dados foi possível gerar uma informação combinada dos dados de sexo e da condição na família, que era de crucial importância para a proposta deste trabalho. As informações sobre rendimento, que estão todas associadas à figura do respondente, permitiram também recons-

<sup>10</sup> Oliveira (2001), Olinto e Oliveira (2004), Oliveira (2004)

<sup>11</sup> Agradeço a socióloga Ana Caillaux, que, com dedicação e competência, construiu o banco de dados utilizado neste trabalho.



truir não só sua situação de rendimento, como também a de seu cônjuge e a de sua família, o que era necessário para a construção das categorias de participação na renda da família que serviram de base para a proposta deste trabalho.

Cabe ainda assinalar que o presente trabalho foi estruturado segundo quatro níveis analíticos distintos. O primeiro pretende examinar a relação entre o papel de “chefe da família” e a função de provedor. Para tanto, se recorrerá ao exame da provisão familiar, considerando, separadamente, a contribuição do chefe da família, da mulher cônjuge e dos filhos de ambos os sexos. Em seguida, o foco da análise se dirigirá para o exame dos dois tipos contrastantes da categoria mulher cônjuge, que compreendem as donas-de-casa em tempo integral e as trabalhadoras assalariadas em tempo integral. O terceiro nível de análise contempla, de modo particular, as categorias do homem e da mulher de referência. O quarto nível trata da análise das percepções sobre a renda ideal, segundo as distintas categorias familiares.

## Análise dos dados

### “Chefe de família” x pessoa de referência x provedor: a redefinição de papéis

De início, cabe trazer para o nosso quadro de análise a categoria “pessoa de referência na família”, que substituiu, especialmente nos inquéritos estatísticos dos órgãos oficiais, a categoria “chefe de família”. Essa substituição se fez necessária em razão do estabelecimento do princípio de igualdade entre os cônjuges, introduzido pela Constituição Federal de 1988. A substituição da categoria “chefe de família” pela categoria “pessoa de referência na família” objetivou superar o pressuposto implícito sobre a hierarquia de gênero na família que está contido na primeira, satisfazendo às novas exigências legais, que não mais aceitam a existência do papel de um “chefe” de família. O princípio da igualdade entre os cônjuges foi reafirmado pelo novo Código Civil, em vigor desde 2003, que pretendeu adaptar as leis brasileiras no campo da família às novas práticas sociais vigentes.

Assim, a introdução da categoria “pessoa de referência na família” representou um avanço significativo em termos de linguagem, por se referir igualmente tanto ao homem quanto à mulher, que podem, pelo menos idealmente,

assumir o papel de destaque na família.<sup>12</sup> Esse destaque, embora não definido de forma clara, está implicitamente referido à função de provedor. No entanto, o intento da superação do pressuposto de uma hierarquia de gênero na família não foi, de fato, assegurado. A matriz cultural dominante, assentada em valores patriarcais, continua associando a categoria “pessoa de referência” ao papel de “chefe de família”, que permanece sendo, por sua vez, identificado com a figura masculina. Portanto, a categoria “pessoa de referência”, instituída para substituir a categoria de “chefe”, com a finalidade de eliminar, pelo menos no nível da linguagem, as desigualdades intrafamiliares de gênero, continua sendo entendida como sinônimo da chefia familiar masculina. E mais do que isso: continua sendo considerada expressão da provisão única masculina. De qualquer modo, optou-se pela utilização da categoria “pessoa de referência na família” ao longo desta análise porque ela assume, pelo menos em termos de propósito, uma maior “neutralidade”, além também do fato de a categoria “chefe de família” não ter mais respaldo legal.

O primeiro passo desta análise é questionar a associação que continua sendo comumente feita entre o papel da pessoa de referência e a função de provedor, outrora exercida apenas pelo homem. O exame da tabela 1 revela que o diferencial do rendimento familiar *per capita* nas famílias que têm o homem como referência é expressivo, quando se controla a situação de atividade da mulher cônjuge. Com efeito, 17,8% das famílias em que o homem é referência estão situadas na faixa de dois salários mínimos ou mais de rendimento familiar *per capita* quando a mulher cônjuge é ativa. Essa proporção cai para 6,5% quando a mulher cônjuge é dona-de-casa em tempo integral. Fica, pois, evidenciado que o papel de referência na família não está mais necessariamente associado à função de provedor único.

A provisão única familiar se enfraqueceu durante o processo de modernização autoritária que teve lugar na sociedade brasileira ao longo dos anos 1970. Nesse período, a manutenção da família passou a depender da contribuição de outros membros da unidade familiar, além do homem referência. Pesquisas diversas<sup>13</sup> revelaram que a estratégia utilizada pela família urbana em resposta às transformações experimentadas pelo país, de ordem econômica, social e demográfica, foi a da intensificação do trabalho familiar. Essa estratégia foi viabilizada pela entrada de outros membros, além do

<sup>12</sup> Oliveira (2001).

<sup>13</sup> Silva (1979 e 1982), Bilac (1978).

homem referência, na força de trabalho, bem como pelo aumento da jornada de trabalho daqueles que já estavam efetivamente engajados no mercado de trabalho, ou mesmo pela utilização conjunta desses dois mecanismos. Cabe lembrar que data desse período uma inserção mais pronunciada da mulher cônjuge e, em menor escala, dos filhos ou de outros parentes na força de trabalho.<sup>14</sup> Essa tendência se manteve nas décadas seguintes, sendo impulsionada pela crise econômica que se abateu sobre a sociedade brasileira a partir dos anos 1980 e pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho em função da mudança do paradigma produtivo.

Tabela 1

Rendimento familiar *per capita* das famílias que têm o homem como referência, segundo a condição de atividade da mulher cônjuge — Brasil urbano, 2003

Rendimento familiar <i>per capita</i>	Quando a mulher cônjuge é ativa	Quando a cônjuge é dona-de-casa em tempo integral
Total	100,0 (174)	100,0 (154)
Até ¼ SM	7,5	16,2
De ¼ SM a ½ SM	25,3	29,9
De ½ SM a 1 SM	28,7	30,5
De 1 SM a 2 SMs	20,7	16,9
2 SMs ou mais	17,8	6,5

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

O segundo passo desta análise objetiva avaliar a importância do papel da mulher cônjuge na provisão da família. Para tanto foi construída uma tipologia de provisão familiar, bem como uma definição operacional das categorias de participação dos membros da família no orçamento doméstico, que refletem três situações distintas quanto à provisão familiar. A primeira refere-se à categoria de dependente, que compreende a situação dos integrantes do grupo familiar que estão economicamente subordinados ao provedor ou aos provedores da família. Nessa categoria foram incluídos os membros da família que contribuem com até menos de 30% da renda familiar. A segunda categoria, a de co-provedor, foi definida no intervalo de contribuição de 30% a menos de 70% da renda familiar, englobando aqueles que contribuem significativamente para a renda da família e contrapondo-

<sup>14</sup> Oliveira (1990).

se à figura do único provedor. A terceira categoria contempla aquele que pode ser caracterizado como o provedor principal da família, pois cabe a ele a contribuição de 70% ou mais da renda familiar.

Cumpra esclarecer que as categorias de participação na renda familiar foram construídas de forma relacional, tomando por base a categoria do provedor. Outro ponto que merece ser mencionado é que, apesar da arbitrariedade que preside, em geral, a construção de categorias, classificações ou tipologias, julga-se que esse recurso metodológico atende aos propósitos desta análise, na medida em que as categorias de participação na renda familiar previamente definidas refletem, ao meu juízo, situações bastante diferenciadas quanto ao grau de comprometimento com o orçamento familiar.

A leitura da tabela 2 fornece informações esclarecedoras. Mostra que o homem referência continua desempenhando um papel significativo na provisão familiar. Cerca de 53,5% dos homens referência contribuem com 70% ou mais da renda familiar. Portanto, pode-se afirmar que o homem referência continua desempenhando o papel de provedor principal. No entanto, outras indicações sinalizam a necessidade de melhor qualificar tal afirmação. Essas indicações dizem respeito à presença também importante do homem referência nas categorias de contribuição de até menos de 30% e de 30% a menos de 70%, da ordem de 13,5% e de 33%, respectivamente. Nesses casos, o homem referência compartilha a provisão da família com outros membros do grupo familiar, em particular com o filho homem e com a mulher cônjuge.

Tabela 2

Participação na renda familiar das pessoas de 18 anos ou mais, segundo a condição na família e sexo, nas famílias que têm o homem como referência — Brasil urbano, 2003

Participação na renda familiar	Condição na família				
	Homem pessoa de referência	Mulher cônjuge	Filho	Filha	Outros*
Total	100,0 (415)	100,0 (334)	100,0 (221)	100,0 (167)	100,0 (24)
Até menos de 30%	13,5	61,1	56,6	74,0	62,5
De 30% a menos de 70%	33,0	32,3	36,2	22,0	20,8**
70% ou mais	53,5	6,6	7,2	4,0	16,7**

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* A categoria compreende os demais membros da família.

\*\* Os dados não são representativos.

Ainda é digna de nota a representação das mulheres cônjuges na categoria de dependente econômica. A maior parte das mulheres cônjuges (61,1%) contribui com até menos de 30% para a renda da família, o que faz com que continuem mantendo uma relação de subordinação com o provedor principal, ou com os outros provedores do grupo familiar. Mas, de qualquer modo, há indícios de mudança. Não é nada desprezível a participação das mulheres cônjuges na categoria de contribuição de 30% a menos de 70%, em torno de 32,3%, o que denota o fato de elas estarem assumindo a função de co-provisão de suas famílias. Essa tendência expressa, em grande medida, a importância do papel econômico assumido pela mulher cônjuge na família urbana brasileira em período recente. O aspecto que cabe enfatizar é o da pouca visibilidade social desse novo papel da mulher cônjuge. Cumpre ainda assinalar que as filhas participam, em maior proporção, da categoria de dependentes econômicas no grupo familiar (tabela 2).

A inclusão da variável grau de escolaridade no exame da relação entre a provisão familiar e a condição na família traz também indicações relevantes (tabelas 3 e 4). É preciso, porém, destacar que o universo de análise dessas tabelas é distinto do apresentado na tabela anterior. O exame da relação entre a provisão familiar e a condição na família, segundo o controle do grau de escolaridade, está referido apenas às pessoas de 18 anos ou mais que têm rendimentos. Nesse caso, a participação da mulher cônjuge na renda familiar ganha relevo. De um lado, declina a sua representação na categoria de dependente econômica (25,3%) e, de outro, aumenta a sua proporção nas categorias de co-provisão (62,1%) e de provedora (12,7%). Isso ocorre, sobretudo, entre as mulheres cônjuges que se situam nos dois extremos da distribuição de escolaridade. São as mulheres cônjuges sem instrução e com primário incompleto (65,4%) e aquelas com secundário completo ou mais (66,7%) que exercem, de modo preferencial, a função da provisão compartilhada. Já o filho homem tem um peso maior na provisão familiar compartilhada no grupo com escolaridade intermediária (primário completo e secundário incompleto).

Quanto aos mais escolarizados — secundário completo ou mais —, um aspecto merece ser ressaltado. A mulher cônjuge exerce de modo efetivo a função de co-provedora (66,7%), distanciando-se significativamente do filho homem. Além disso, o homem referência passa a não desempenhar mais, majoritariamente, a função de provedor principal (46,2%). O homem referência mais escolarizado

participa, em maior proporção, da categoria de co-provisão (53,8%). Pode-se, pois, afirmar que o grau de escolaridade tem um efeito claro sobre a relação entre a provisão familiar e a condição na família.

Tabela 3

Categorias de participação na renda familiar das pessoas de 18 anos ou mais, segundo a condição na família, sexo e grau de escolaridade nas famílias que têm o homem como referência — Brasil urbano, 2003

Condição na família, sexo e grau de escolaridade	Categorias de participação na renda familiar			
	Total	Dependente	Co-provedor	Provedor
Homem referência	100 (371)	3,2	36,9	59,9
Mulher cônjuge	100 (174)	25,3	62,1	12,6
Filho	100 (129)	25,3	62,0	12,4
Filha	100 (79)	45,6	46,8	7,6
<i>Grau I (sem instrução e primário incompleto)</i>				
□ Homem referência	100 (267)	4,1	32,9	63,0
□ Mulher cônjuge	100 (104)	21,2	65,4	13,4
□ Filho	100 (59)	20,4	62,7	16,9
□ Filha	100 (21)	28,6	61,9	9,5*
<i>Grau II (primário completo e secundário incompleto)</i>				
□ Homem referência	100 (65)	1,5*	43,1	55,4
□ Mulher cônjuge	100 (43)	35,9	51,2	12,9*
□ Filho	100 (54)	25,9	64,8	9,3*
□ Filha	100 (35)	65,7	31,4	2,9*
<i>Grau III (secundário completo ou mais)</i>				
□ Homem referência	100 (39)	—	53,8	46,2
□ Mulher cônjuge	100 (27)	18,5*	66,7	14,8*
□ Filho	100 (16)	43,7	50,0	6,3*
□ Filha	100 (23)	30,4	56,6	13,0*

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* Os dados não são representativos.

Tabela 4

Categorias de participação na renda familiar das pessoas de 18 anos ou mais, segundo a ordem de participação e o grau de escolaridade — Brasil urbano, 2003

Ordem de participação*/ grau de escolaridade	Categorias de participação na renda familiar		
	Dependente	Co-provedor	Provedor
1ª	Filha	Mulher cônjuge e filho	Homem referência
2ª	Mulher cônjuge e filho	Filha	Mulher cônjuge e filho
3ª	Homem referência	Homem referência	Filho
4ª			

Continua

Ordem de participação*/ grau de escolaridade	Categorias de participação na renda familiar		
	Dependente	Co-provedor	Provedor
<i>Grau I (sem instrução e primário incompleto)</i>			
1ª	Filha	Mulher cônjuge	Homem referência
2ª	Mulher cônjuge e filho	Filho	Filho
3ª	Homem referência	Filha	Mulher cônjuge
4ª		Homem referência	—**
<i>Grau II (primário completo e secundário incompleto)</i>			
1ª	Filha	Filho	Homem referência
2ª	Mulher cônjuge	Mulher cônjuge	—**
3ª	Filho	Homem referência	—**
4ª	—**	Filha	—**
<i>Grau III (secundário completo ou mais)</i>			
1ª	Filho	Mulher cônjuge	Homem referência
2ª	Filha	Filha	—**
3ª	—**	Homem referência	—**
4ª	—**	Filho	—**

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* A ordem de classificação foi definida em função das proporções registradas em cada categoria de participação na renda familiar.

\*\* Os dados não são representativos.

A relação entre a provisão familiar e a condição na família também é influenciada pela situação de emprego (tabelas 5 e 6). Quando o foco da análise é a população ativa ocupada, a mulher cônjuge passa a desempenhar a função de co-provedora de forma mais pronunciada. Cerca de 69% das mulheres cônjuges ativas ocupadas estão situadas nessa categoria de provisão familiar. Entre os filhos homens na mesma situação de emprego essa proporção atinge 62,3%. Outra informação importante é o fato de a mulher cônjuge com emprego assalariado em tempo integral constituir a categoria de co-provedor por excelência (80,9%). Ressalte-se que sua participação na categoria de provedora é da ordem de 14,3%. O desempenho da função de co-provisão pelas mulheres cônjuges é também expressiva entre aquelas alocadas no grupo de profissionais liberais e autônomos (65,7%). Nesse grupo, a proporção de filhos homens inseridos nessa categoria é praticamente similar (64,9%). Por outro lado, no emprego assalariado de tempo parcial a mulher cônjuge ativa ocupada perde a posição de co-provedora principal para os filhos homens e, em menor escala, para as filhas.

Tabela 5  
Categorias de participação na renda familiar das pessoas de 18 anos ou mais, segundo a condição na família e a situação de emprego — Brasil urbano, 2003

Condição na família e situação de emprego	Categorias de participação na renda familiar			
	Total	Dependente	Co-provedor	Provedor
<i>Ativos ocupados</i>				
<input type="checkbox"/> Homem referência	100 (242)	2,2	39,2	58,6
<input type="checkbox"/> Mulher cônjuge	100 (107)	17,8	69,2	13,0
<input type="checkbox"/> Filho	100 (114)	25,4	62,3	12,3
<input type="checkbox"/> Filha	100 (68)	42,6	52,9	4,5*
<i>Profissional liberal/autônomo</i>				
<input type="checkbox"/> Homem referência	100 (112)	3,6*	37,5	58,9
<input type="checkbox"/> Mulher cônjuge	100 (35)	28,6	65,7	5,7*
<input type="checkbox"/> Filho	100 (37)	24,3	64,9	10,8*
<input type="checkbox"/> Filha	100 (21)	54,2	45,8	—
<i>Empregado em tempo integral</i>				
<input type="checkbox"/> Homem referência	100 (100)	—	42,0	58,0
<input type="checkbox"/> Mulher cônjuge	100 (42)	4,8*	80,9	14,3
<input type="checkbox"/> Filho homem	100 (52)	26,0	58,0	16,0
<input type="checkbox"/> Filha mulher	100 (21)	42,9	47,6	9,5*
<i>Empregado de tempo parcial</i>				
<input type="checkbox"/> Homem referência	100 (30)	3,3*	36,7	60,0
<input type="checkbox"/> Mulher cônjuge	100 (27)	22,2	55,6	22,2*
<input type="checkbox"/> Filho	100 (21)	23,8	71,4	4,8*
<input type="checkbox"/> Filha	100 (22)	31,8	63,7	4,5*

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* Os dados não são representativos.

Tabela 6  
Categorias de participação na renda familiar das pessoas de 18 anos ou mais, segundo a ordem de participação e a situação de emprego — Brasil urbano, 2003

Ordem de participação/ situação de emprego*	Categorias de participação na renda familiar		
	Dependente	Co-provedor	Provedor
<i>Ativos ocupados</i>			
1ª	Filha	Mulher cônjuge	Homem referência
2ª	Filho	Filho	Mulher cônjuge
3ª	Mulher cônjuge	Filha	Filho
4ª	Homem referência	Homem referência	—**
<i>Profissional liberal/autônomo</i>			
1ª	Filha	Mulher cônjuge e filho	Homem referência
2ª	Mulher cônjuge	Filha	—**
3ª	Filho	Homem referência	—**
4ª	—**		—**

Continua

Ordem de participação/ situação de emprego*	Categorias de participação na renda familiar		
	Dependente	Co-provedor	Provedor
<i>Empregado em tempo integral</i>			
1ª	Filha	Mulher cônjuge	Homem referência
2ª	Filho	Filho	Filho
3ª		Filha	Mulher cônjuge
4ª	—**	Homem referência	—**
<i>Empregado de tempo parcial</i>			
1ª	Filha	Filho	Homem referência
2ª	Mulher cônjuge	Filha	—**
3ª		Mulher cônjuge	—**
4ª	—**	Homem referência	—**

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* A ordem de classificação foi definida em função das proporções registradas em cada categoria de participação na renda familiar.

\*\* Os dados não são representativos.

O exame do elenco dessas informações mostrou que a categoria mulher cônjuge não é um conjunto homogêneo; uma parte bastante significativa permanece ainda em condição de dependência econômica, expressando, assim, a posição de inferioridade da categoria mulher cônjuge na matriz sexual familiar. A representação desse segmento, de cerca de 61,1% do total das mulheres cônjuges, altera-se significativamente quando se controla a situação de atividade da mulher cônjuge, caindo para 17,8% entre as ativas ocupadas. No caso das assalariadas em tempo integral, essa proporção na condição de dependência não é significativa. Importa, portanto, ressaltar que foi o trabalho assalariado em tempo integral que possibilitou à mulher cônjuge incorporar a função de co-provedora e, em menor proporção, a função de provedora principal (14,3%) nas famílias encabeçadas pelo homem referência.

### *As mulheres cônjuges: dependência x autonomia econômica*

As representantes por excelência dos dois tipos que integram o conjunto das mulheres cônjuges, expressando o contraponto dependência x autonomia econômica, são as categorias da dona-de-casa em tempo integral e da trabalhadora assalariada em tempo integral. As primeiras representam cerca de 79% das mulheres cônjuges inseridas na categoria "dependente econômica" da classificação de participação na provisão familiar. Já as mulheres cônjuges assalariadas em tempo integral concentram-se na categoria "co-provisão", na qual 80% do total estão inseridas.

A proposta deste tópico é buscar alguns elementos que permitam caracterizar os dois tipos polares da categoria mulher cônjuge. O primeiro diz respeito ao diferencial etário (tabela 7). As donas-de-casa em tempo integral têm um perfil etário mais envelhecido do que o encontrado para as trabalhadoras em tempo integral. A grande diferença situa-se na faixa etária de 50 anos ou mais. A presença das mulheres cônjuges donas-de-casa em tempo integral é da ordem de 20% nessa classe de idade. Já a participação das trabalhadoras assalariadas em tempo integral nessa faixa etária não chega a ter representatividade estatística. A geração dessas mulheres é, portanto, um fator importante de distinção entre elas. Isso se reforça quando a comparação é feita com as faixas etárias de 25-29 anos e de 30-39 anos, nas quais o comprometimento feminino com o trabalho reprodutivo é maior.

Cumprе ressaltar que a proporção de trabalhadoras assalariadas em tempo integral supera a de mulheres cônjuges donas-de-casa em tempo integral nessas faixas etárias, sobretudo na classe de 25-29 anos. Essa tendência revela que as trabalhadoras assalariadas em tempo integral já internalizaram o exercício de uma atividade econômica em seu cotidiano. As mulheres cônjuges mais jovens rejeitam a condição de donas-de-casa em tempo integral, que já fez parte do ideário feminino até os anos 1950, premidas pela necessidade de compartilhar com seus cônjuges a provisão da família. Ou também devido ao seu maior acesso à escolaridade e aos valores modernizadores do papel da mulher.

O maior acesso à escolaridade é outro traço distintivo entre as mulheres cônjuges donas-de-casa em tempo integral e as trabalhadoras assalariadas em tempo integral (tabela 7). O diferencial de escolaridade é bastante expressivo entre elas, denotando também o efeito da geração. As mulheres cônjuges donas-de-casa em tempo integral, que são mais velhas, não tiveram as mesmas oportunidades educacionais que as mulheres cônjuges mais jovens, que vêm no acesso a níveis mais elevados de escolaridade a possibilidade de romper com os padrões tradicionais de gênero. O acesso ao segundo grau completo e, sobretudo, ao ensino superior possibilita à mulher o contato com os valores que permitem o questionamento de seu papel subordinado na matriz sexual familiar. A diferença de participação entre os dois tipos polares de mulheres cônjuges é pronunciado nesse nível de ensino, favorecendo as trabalhadoras assalariadas em tempo integral.

Tabela 7  
Algumas características sociodemográficas dos dois tipos  
da categoria mulheres cônjuges — Brasil urbano, 2003

Algumas características sociodemográficas	Mulher cônjuge assalariada em tempo integral	Mulher cônjuge dona-de-casa em tempo integral
<i>Distribuição etária</i>	100,0 (47)	100,0 (175)
□ 18-24 anos	19,1	8,6
□ 25-29 anos	21,3	11,4
□ 30-39 anos	34,0	29,7
□ 40-49 anos	21,3	30,3
□ 50 anos ou mais	4,3*	20,0
<i>Grau de escolaridade</i>	100,0 (47)	100,0 (175)
□ Grau I (sem instrução e primário incompleto)	40,4	80,0
□ Grau II (primário completo e secundário incompleto)	27,7	18,3
□ Grau III (secundário completo ou mais)	31,9	1,7

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

\* Os dados não são representativos.

Em linhas gerais, as diferenças de idade e de escolaridade encontradas entre os dois tipos da categoria mulher cônjuge expressam, em última instância, o efeito da geração. É de se esperar, pois, que o maior acesso à escolaridade entre as mulheres mais jovens leve ao declínio gradativo do número de donas-de-casa em tempo integral, se mantidas as condições atuais de demanda de mão-de-obra. Como se viu, as mulheres cônjuges mais jovens, que são também mais escolarizadas do que as de gerações anteriores, já incorporaram na prática a conciliação casa/trabalho. A expressiva proporção de mulheres cônjuges assalariadas em tempo integral na faixa etária de 25-39 anos indica que essa parcela da população feminina rompeu com o padrão tradicional da atividade feminina. O casamento e os filhos não são mais impedimentos para o exercício do trabalho remunerado.

A mudança da condição da mulher cônjuge de dona-de-casa em tempo integral para a de trabalhadora assalariada em tempo integral possibilitou à mulher cônjuge a aquisição de uma nova identidade, que não está mais restrita apenas a

família. Essa mudança permite também redefinir a categoria da mulher cônjuge, ao assegurar a ela a aquisição de um *status* econômico. A mulher cônjuge assalariada em tempo integral passou a incorporar a função de co-provedora e, em menor proporção, de provedora principal nas famílias que têm o homem como referência. A categoria de cônjuge associada à figura feminina perde o seu caráter de subordinação no âmbito da família, com impactos evidentes sobre a condição feminina no espaço público. Sen (2000) afirma que a incorporação da função de co-provedora torna a mulher cônjuge uma agente de mudança que tem um papel crucial na mudança social em geral.

Sua contribuição [da mulher] para a prosperidade da família, neste caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos dos outros. Além disso, com frequência o emprego fora de "casa" tem efeitos "educativos", expondo a mulher ao mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente. Analogamente, a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la bem mais informada e qualificada. Assim, o poder feminino — independência econômica e emancipação social — pode ter grande projeção sobre as forças e os princípios organizadores que governam as divisões dentro da família e na sociedade e pode, em particular, influenciar o que é implicitamente aceito como "intitamentos" das mulheres.

### Mulher referência x homem referência

A reflexão sobre a provisão da família e a redefinição dos papéis familiares de gênero leva à consideração de ainda outro aspecto importante. Será que quando a mulher se torna referência de suas famílias ela assegura a função de provedora principal? Ou seja, será que a mulher referência desempenha, efetivamente, a função de provedora principal, que constitui o papel instrumental da categoria "pessoa de referência na família"? A análise dos dados revela que a mulher referência participa proporcionalmente, de forma mais significativa, da categoria de dependência econômica do que o homem referência (tabela 8). Cerca de 34,2% das mulheres referência integram essa categoria, contra 13,5% dos homens referência.

Tabela 8  
 Categorias de participação na renda familiar, segundo  
 a condição na família — Brasil urbano, 2003

Categorias de participação na renda familiar	Homem referência	Mulher referência
Total	100,0 (415)	100,0 (234)
Dependente	13,5	34,2
Co-provedor	33,0	19,7
Provedor	53,5	46,1

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

Em contraposição, a representação das mulheres referência é mais reduzida na categoria "provedor", na qual atingem a proporção de 46,1%. Cabe lembrar que a participação do homem referência nessa categoria é da ordem de 53,5%. A presença da mulher referência na categoria "co-provisão" é menor (19,7%), se comparada com a do homem referência (33%). A distribuição por idade da mulher referência reflete, por sua vez, um perfil etário mais envelhecido do que o do homem referência (tabela 9). Ela se concentra preferencialmente na faixa etária de 50 anos ou mais — cerca de 45,9%. O maior envelhecimento do perfil etário da mulher referência fica evidenciado não só quando a comparação é feita com o homem referência (tabela 9), mas também quando a base de comparação passa a ser a das mulheres cônjuges assalariadas em tempo integral, ou mesmo as mulheres cônjuges donas-de-casa em tempo integral (ver tabela 7).

Outro traço característico da mulher referência que cabe ser mencionado é seu grau de escolaridade (tabela 9). Sua presença é majoritária no grupo dos sem instrução e dos com primário incompleto (78,2%), contrastando com a situação mais favorável de escolaridade do homem referência. A conjugação desses dados mostra que a mulher referência exerce esse papel muito mais por contingência do que por escolha, diferentemente do que ocorre com o homem. Parte significativa das mulheres referência se encontra na condição de dependentes econômicas (34,2%); menos de 20% são co-provedoras, o que expressa o fato de não terem um cônjuge com quem possam dividir os encargos familiares; e menos da metade (46,1%) pode ser considerada provedora principal.

Tabela 9  
 Algumas características sociodemográficas, segundo a condição na família —  
 Brasil urbano, 2003

Algumas características sociodemográficas	Condição na família	
	Homem referência	Mulher referência
<i>Distribuição etária</i>	100,0 (459)	100,0 (234)
□ 18-24 anos	6,3	7,7
□ 25-29 anos	10,9	8,1
□ 30-39 anos	27,6	19,7
□ 40-49 anos	23,7	19,7
□ 50 anos ou mais	31,5	45,9
<i>Grau de escolaridade</i>	100,0 (459)	100,0 (234)
□ Grau I (sem instrução e primário incompleto)	72,3	78,2
□ Grau II (primário completo e secundário incompleto)	16,8	13,7
□ Grau III (secundário completo ou mais)	10,9	8,1

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

A mulher torna-se referência em suas famílias em razão, sobretudo, da viuvez (45,9% das mulheres referência situam-se na faixa dos 50 anos ou mais), ou do abandono por seus maridos ou companheiros. São, especialmente neste último caso, mulheres que constituem, em grande medida, os segmentos de baixa renda, o que é ilustrado por seu baixo grau de escolaridade.

Portanto, para a mulher ser referência significa muitas vezes não ser provedora e estar em situação de pobreza, o que a distingue claramente do homem referência. O modelo cultural vigente associa a "chefia"/referência à função de provedor, que é desempenhada pelo homem, marido/pai. Assim, quando a mulher passa a desempenhar o papel de referência, ela o faz de forma subordinada. Há uma proximidade maior entre as condições de trabalho da mulher cônjuge e da mulher referência do que entre as do homem e da mulher referência. Isso faz supor que a condição feminina exerce influência mais decisiva no perfil de trabalho das mulheres do que a condição na família.<sup>15</sup> O homem é referência por ser homem e porque cabe a ele, e não à mulher, a função de provedor. Quando a mulher é referência, o exercício desse papel não é acompanhado da função de provisão, que garante a recompensa simbólica que marca o desempenho desse papel familiar.

<sup>15</sup> Quinto e Oliveira, 2004.

O modelo cultural vigente estabelece a referência feminina como contraponto ao modelo de família que se baseia na dominância masculina. Se o parâmetro de análise é a relação dependência econômica x autonomia econômica, não é a mulher referência que deve se contrapor à figura masculina. Esse contraponto só é válido para a parcela das mulheres referência constituída pelas celibatárias, divorciadas ou, mais raramente, pelas viúvas e que tem níveis satisfatórios de escolaridade e de rendimento. Essa parcela é, contudo, menos significativa entre as mulheres referência. O contraponto em pauta é mais claramente encontrado em um dos grupos que compõem a categoria da mulher cônjuge. Trata-se da mulher cônjuge assalariada em tempo integral, que exerce de fato o papel de co-provedora, ainda que seja menos representativa daquelas que são provedoras principais. Estas últimas chegam a alcançar uma proporção nada desprezível entre as mulheres cônjuges ativas assalariadas em tempo integral — cerca de 14,3%.

### A percepção da renda ideal: a manutenção dos papéis familiares de gênero

Os dados examinados apontam no sentido da redefinição dos papéis familiares de gênero no que diz respeito à provisão da família. A passagem da mulher cônjuge de dona-de-casa em tempo integral para trabalhadora assalariada em tempo integral enfraqueceu os alicerces do modelo de família assentado na ética do provedor. Os papéis feminino e masculino na família não apresentam mais a mesma rigidez de tempos passados. A mulher cônjuge ativa, sobretudo a assalariada em tempo integral, passou a dividir muitas vezes as responsabilidades econômicas com o marido/"chefe"/pessoa de referência. A provisão única está sendo gradativamente substituída pela provisão compartilhada entre os cônjuges nas famílias que têm o homem como referência. Mas em que medida essa prática tem sido percebida ou é aceita pelos distintos membros da família urbana brasileira? A busca de resposta para essa questão levou ao exame da tabela 10, que trata da percepção da renda ideal por parte dos integrantes da família.

A primeira observação a ser feita é que há uma clara distinção na percepção da renda ideal dependendo da condição na família (tabela 10). O homem referência expressa a visão mais conservadora. Cerca de 48,7% deles consideram que o homem tem que ganhar mais do que a mulher. Já a mulher cônjuge tem uma visão mais comprometida com os valores modernizadores da família, defendendo o prin-

cípio de igualdade entre os cônjuges no que diz respeito à renda familiar ideal (56,8%). No entanto, existem diferenças entre os dois tipos polares de mulheres cônjuges (tabela 11). As mulheres cônjuges assalariadas em tempo integral, que constituem o tipo da autonomia econômica, defendem mais enfaticamente a igualdade de ganhos entre homens e mulheres. Já as que formam o pólo da dependência econômica, as donas-de-casa em tempo integral, se aproximam mais de uma visão conservadora sobre a renda ideal.

Curiosamente, a mulher referência advoga um ponto de vista mais inovador do que o expresso pelo homem referência quanto à renda ideal (ver tabela 12). Mas é entre os filhos, em particular entre as filhas, que essa visão se evidencia de forma mais clara, sugerindo a importância do efeito combinado de gênero e de geração para o entendimento da relação entre a percepção da renda ideal e a condição na família. Com efeito, 71,4% das filhas defendem a igualdade de ganhos entre homens e mulheres na família. Entre os filhos, essa proporção atingiu 52,2% (tabela 10).

Tabela 10  
Percepção da renda ideal, segundo a condição na família das pessoas com 18 anos ou mais e o grau de escolaridade — Brasil urbano, 2003

Condição na família/grau de escolaridade	Renda ideal			
	Total	O homem deve ganhar mais do que a mulher	O homem deve ganhar o mesmo que a mulher	O homem deve ganhar menos que a mulher
Homem referência	100 (421)	48,7	48,9	2,4
Mulher cônjuge	100 (359)	41,2	56,8	1,9
Filho	100 (233)	42,1	52,2	1,4
Filha	100 (189)	25,9	71,4	2,6
<i>Grau I (sem instrução e primário incompleto)</i>				
□ Homem referência	100 (309)	54,4	43,0	2,6
□ Mulher cônjuge	100 (243)	46,9	51,4	1,7
□ Filho	100 (99)	52,5	45,5	2,0
□ Filha	100 (66)	37,9	56,1	6,0
<i>Grau II (primário completo e secundário incompleto)</i>				
□ Homem referência	100 (68)	38,2	58,9	2,9
□ Mulher cônjuge	100 (82)	32,9	63,4	3,7
□ Filho	100 (104)	36,5	61,6	1,9
□ Filha	100 (83)	21,7	77,1	1,2
<i>Grau III (secundário completo ou mais)</i>				
□ Homem referência	100 (44)	25,0	75,0	—
□ Mulher cônjuge	100 (34)	20,6	79,4	—
□ Filho	100 (30)	26,7	73,3	—
□ Filha	100 (40)	15,0	—	—

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".



Cumpra também ressaltar o impacto do grau de escolaridade na análise da relação entre renda ideal e condição na família (tabela 10). Esse impacto pode ser visualizado comparando-se os graus extremos de escolaridade. Tomando-se por base de comparação o homem referência, fica evidenciado que, entre aqueles sem instrução e com primário incompleto, cerca de 54,4% defendem o ponto de vista de que o homem deve ganhar mais, contra 25% dos que têm secundário completo ou maior escolaridade. A mesma tendência se mantém quando o foco de análise passa ser o da mulher cônjuge, muito embora não com a mesma intensidade. No extremo inferior de escolaridade, 46,9% consideram que o homem deve ganhar mais. Já no extremo superior, a proporção passa para 20,6%. Entre as filhas, as proporções são, respectivamente, 37,9 e 15%. A distinção de gênero se mantém, muito embora o efeito da escolaridade pareça suplantá-la, o que é uma clara indicação da associação existente entre conservadorismo e pouca escolaridade.

Tabela 11

Percepção da renda ideal, segundo os dois tipos polares da categoria mulher cônjuge — Brasil urbano, 2003

Renda ideal	Mulher cônjuge trabalhadora assalariada em tempo integral	Mulher cônjuge dona-de-casa em tempo integral
Total	100,0 (47)	100,0 (175)
O homem deve ganhar mais que a mulher	31,9	47,7
O homem deve ganhar igual à mulher	66,0	50,1
O homem deve ganhar menos que a mulher	2,1	1,7

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

Tabela 12

Percepção da renda ideal, segundo a condição na família — Brasil urbano, 2003

Renda ideal	Homem referência	Mulher referência
Total	100,0 (421)	100,0 (239)
O homem deve ganhar mais que a mulher	48,7	35,9
O homem deve ganhar igual à mulher	48,9	53,4
O homem deve ganhar menos que a mulher	2,4	3,4
Não sabe	—	7,3

Fonte: Pesquisa "Gênero, família e trabalho: práticas e percepções no Brasil contemporâneo".

Para concluir, pode-se afirmar que uma parcela representativa da categoria mulher cônjuge — as trabalhadoras assalariadas em tempo integral — não está cumprindo mais na prática o papel subordinado na hierarquia familiar de gênero. A transformação da mulher cônjuge de dona-de-casa em tempo integral em trabalhadora remunerada teve um claro efeito sobre a condição feminina. Essa mudança vem permitindo que a mulher cônjuge incorpore a função de co-provedora, principalmente aquelas com nível maior de escolaridade e alocadas no emprego assalariado em tempo integral. Além do mais, uma proporção digna de nota (14,3%) das mulheres cônjuges assalariadas em tempo integral incorporou a função de provedora principal, que é a que legitima o papel de "chefe"/pessoa de referência. No outro lado desse processo está uma parcela também expressiva das mulheres cônjuges, que permanecem ainda na condição de dependentes econômicas de suas famílias (62,9%). Cabe ressaltar que o homem referência já não é mais o único provedor e, em alguns casos, não é mais o provedor principal, como no grupo dos mais escolarizados.

Mas, apesar disso, a função de provedor continua sendo associada, no plano simbólico, ao papel da pessoa de referência na família. E como esse papel é de atribuição masculina, a função de provedor continua também expressando a figura masculina. Essa associação faz com que a presença significativa da mulher cônjuge assalariada em tempo integral na co-provisão das famílias encabeçadas pelo homem referência não tenha ainda a necessária visibilidade social. Por outro lado, a presença ainda pronunciada de parte do conjunto das mulheres cônjuges na categoria de dependentes econômicas contribui, em grande medida, para a permanência da associação existente entre a função de provisão, o papel de referência na família e a figura masculina. A matriz cultural dominante continua estabelecendo que o "chefe" ou a pessoa de referência na família é o homem. É ele, e exclusivamente ele, que deve prover a sua família. Não se pode, portanto, deixar de considerar o significado simbólico que reveste a função de provedor.

Dessa forma, o papel da mulher cônjuge no âmbito da família permanece, no plano simbólico, refletindo o pólo subordinado da relação assimétrica que caracteriza os papéis familiares dos homens e das mulheres. A mulher cônjuge continua sendo socialmente percebida como não-provedora, não fazendo portanto jus à recompensa simbólica que acompanha o papel de "chefe"/referência na família.

Assiste-se hoje a um tipo diferente de dominação de gênero, que se distingue do poder masculino exercido durante a sociedade patriarcal. A atual matriz de

desigualdades por gênero se configura de outra forma. Já não ocorre mais a separação entre os espaços público e privado na vida das mulheres cônjuges. Elas estão cada vez mais integradas ao espaço público, na qualidade tanto de trabalhadoras remuneradas, como de co-provedoras ou mesmo de provedoras principais. Entretanto, no plano simbólico, permanece a associação do feminino com o espaço privado da família. O descompasso entre as práticas sociais e os valores calcados na cultura patriarcal dificulta a identificação da nova identidade social do homem, que não é mais o único provedor da família, nem o provedor principal, no caso do grupo mais escolarizado.

Esse descompasso também impede a identificação da nova identidade social da mulher cônjuge ativa ocupada, sobretudo da trabalhadora assalariada em tempo integral, que passou a compartilhar efetivamente da provisão da família. O descompasso entre as práticas e os valores não permite à mulher cônjuge dividir com seu cônjuge a posição de prestígio social conferida pela função de provedor. Nem da também a visibilidade necessária àquela parcela das mulheres cônjuges que exerce a função de provedor nas famílias encabeçadas pelo homem referência.

## Referências bibliográficas

- BILAC, E. D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade; a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GIDDENS, A. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.
- LASCH, C. A. *Refúgio num mundo sem coração – a família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da Pnad 2001 para o Brasil urbano. *Mulher Trabalho*, v. 4, fev. 2004.
- OLIVEIRA, Z. L. C. Crisis, situación familiar y trabajo urbano. In: AGUIAR, N. *Mujer y crisis. Respuestas ante la recesión*. S.l. Nueva Sociedad, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Tempo de mudança: o trabalho de escritório sob novas configurações e antigos formatos, os dilemas da cidadania das mulheres* 1997. Tese (Doutorado) — IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

- \_\_\_\_\_. Sistema integrado de indicadores de gênero: uma proposta de construção de um índice cultural de gênero. In: \_\_\_\_\_.; FRENDRICH, C. M. B.; RAUPP, J. A. *A condição feminina na sociedade brasileira. Sistema integrado de indicadores de gênero: trabalho e educação*. S.l.: Unifem, GTZ, Ibm, 2001.
- \_\_\_\_\_. Política de informação na área de gênero. In: CIFORM, VI., 28 a 30 jun. 2004, Salvador. *Anais...* Salvador, 2004.
- PARSONS, T.; BALES, R. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe: Free Press, 1968.
- SEGALEN, M. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 2000.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, L. A. M. A oposição entre o trabalho doméstico e o trabalho feminino remunerado. In: LOPES, J. S. Leite et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação* Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Estratégia de vida e jornada de trabalho. In: SILVA, L. M. *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos, 6).
- TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ZELDITCH, M. Role differentiation in a small decision-making group. In: PARSONS, T.; BALES, R. *Family, socialization and interaction process* Glencoe, Il: Free Press, 1968.

## Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar

*Felícia Silva Picanço\**

A divisão entre os sexos está presente em todas as dimensões da sociedade e tematizá-la implica, por um lado, como salienta Bourdieu (2002), pensar a dominação masculina a partir de modos de pensamento que são, eles próprios, produtos dessa dominação, por outro, ampliar tais modos de pensamento a fim de produzir novos e/ou outros diagnósticos do fenômeno, seja a partir de novas formas de tematizá-lo, seja buscando outras referências. Essas duas vertentes estão presentes na literatura recente sobre gênero e família como modos de compreender as mudanças e as permanências das quais nossas práticas são produtoras e reprodutoras, tanto assim que cresce o número de estudos sobre família “classe média”, famílias inter-raciais e interétnicas, casamentos e identidades homossexuais etc.

O trabalho foi um dos primeiros temas em pauta no processo de legitimação dos estudos sobre as mulheres, impulsionados pela perspectiva de que grande parte da subordinação feminina tanto no trabalho, quanto na vida familiar, era explicada pela exclusão das mulheres do mercado de trabalho. As perspectivas

---

\* Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Uerj; mestre em sociologia pelo IUPERJ

interpretativas sobre a questão de gênero foram incorporando outras dimensões para além da dinâmica produtiva da sociedade, e a família, sua reestruturação e cultura foram postas em evidência.<sup>1</sup> O lugar ocupado na estrutura familiar (chefe, cônjuge, filha etc.), a dinâmica reprodutiva (presença ou ausência de filhos, idade, número de filhos etc.), os novos arranjos familiares e as definições culturais sobre os gêneros se consolidaram como elementos condicionantes da distribuição das mulheres na estrutura ocupacional da sociedade, assim como suas chances de desenhar determinadas trajetórias ocupacionais e a desigualdade de renda.

Aos poucos, a inserção produtiva como eixo central foi se diluindo no contexto teórico de revogada da centralidade da categoria trabalho, e outras leituras foram se consolidando, quando cresceu a preocupação com a visibilidade do trabalho doméstico. Nessa perspectiva, nem o trabalho fora de casa pode ser reduzido à forma de autonomização da mulher ante a dominação masculina ou ao desejo de auto-realização resultante do processo de individualização da sociedade moderna, nem tampouco é apenas resultado dos efeitos perversos do sistema capitalista excludente e alienante ou de um imperativo econômico para a reprodução da família. Certamente um pouco de cada.

A entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho são processos inseridos em distintos contextos societários e que têm distintas motivações. Pode-se colocar em evidência dois conjuntos de motivações: o primeiro agrega motivações, como a realização individual, o desejo de autonomia e de independência, que estão ligados aos valores mais modernos resultantes tanto das lutas feministas por direitos iguais, quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea apresentado sob a forma do culto a si; o segundo agrega a necessidade econômica, o imperativo econômico, para a complementação da renda familiar, em especial em sociedades tão desiguais quanto a brasileira. Disso deriva dois sentidos, que não se excluem mutuamente, para o ato de a mulher estar inserida no mercado de trabalho, ou desejar estar inserida, no caso das desempregadas: o trabalho vivido como satisfação e busca de realização pessoal e autonomia, e o trabalho como obrigação e necessidade.

O trabalho doméstico, por sua vez, traz a marca dos valores tradicionais das sociedades ocidentais e suas motivações são menos visíveis, já que na sua defini-

ção está presente o agente: a mulher. Mas as mudanças operadas no sentido da diversificação do repertório sociocultural sobre o masculino e o feminino colocaram em evidência outros sentidos para o ato do trabalho doméstico: obrigação da manutenção da vida familiar e do lar, cujas tarefas devem ser divididas ou estruturadas de forma a contemplar os projetos individuais dos membros da família. Esse sentido acompanha o repertório tradicional de que o ato do trabalho doméstico é tarefa das mulheres porque esse é o lugar das mulheres. O quadro resume o que foi dito.

Valores	Trabalho fora		Trabalho doméstico	
	Motivações	Sentido	Motivações	Sentido
Mais modernos	Realização individual, desejo de autonomia	Realização, satisfação e independência	Manutenção da vida familiar e do lar	Obrigação compartilhada
Tradicionalis	Necessidade econômica	Obrigação e dependência	Gestão da família e do lar	Definição do lugar ocupado na vida

No Brasil, o campo da pesquisa sobre a mulher é farto e vem dando conta dessas possibilidades interpretativas correntes. As pesquisas sobre gênero e trabalho orientaram-se desde cedo na direção da mensuração da desigualdade da estrutura ocupacional, através das series temporais construídas com base nas análises de dados das Pnads, censos, PEDs, bem como nas investigações que utilizam metodologias qualitativas sobre empresas, ramos de atividade, ocupações específicas, grupos sociais específicos etc. Desses estudos, pode-se concluir sem dúvida que, nas últimas décadas, o Brasil experimentou mudanças demográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas significativas. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política, a melhoria de seu nível educacional, a redução da fecundidade, a postergação da maternidade, a redução da resistência a novos atributos para os papéis feminino e masculino são algumas delas.

No entanto, os ritmos de tais mudanças parecem seguir descompassados. Afinal, os dados apontam que a divisão sexual do trabalho doméstico e do mercado de trabalho muda muito mais lentamente. Disso resulta a persistência da alta desigualdade na distribuição das mulheres na estrutura ocupacional, na renda e na distribuição das tarefas domésticas, fenômenos que se retroalimentam.

Tendo em vista esse diagnóstico macrossocial, as pesquisas de natureza qualitativa apontam na direção da produção de soluções conciliatórias entre trabalho da mulher e vida familiar, no âmbito tanto das práticas, quanto das representa-

<sup>1</sup> Heilborn e Sorj (1996).

ções. Ou seja, arranjos familiares estão sendo construídos a partir da constituição de redes familiares e não-familiares para a criação dos filhos, assim como novos significados para família, mulher e homem estão sendo produzidos, convivendo e sendo negociados com os significados mais tradicionais.<sup>2</sup>

Se, por um lado, os levantamentos quantitativos que investigam a inserção das mulheres no mercado de trabalho produzem fartos dados sobre a desigualdade e terminam por evidenciar o alto grau de permanência dos valores tradicionais objetivados nas características da distribuição das mulheres na estrutura sócio-ocupacional da sociedade; por outro, os estudos qualitativos sobre as representações sociais de gênero nos locais de trabalho e fora deles produzem um conjunto de informações sobre a diversidade de valores, desde os mais tradicionais até os mais modernos e suas combinações, pondo em evidência a complexidade da produção e da reprodução dessa desigualdade, bem como atentando para esferas ou dimensões onde se produzem tanto práticas quanto representações mais igualitárias ou menos hierarquizadas.

Diante disso, uma lacuna salta aos olhos dos que estudam o gênero: uma investigação quantitativa sobre representações e percepções dos papéis sociais do homem e da mulher nas esferas produtiva e familiar. Nesse sentido, a pesquisa "Gênero, trabalho e família" constitui um ponto de partida importante, por ser uma experiência pioneira de tentar combinar o levantamento de dados quantitativos, a investigação sobre desigualdade de gênero e representações sociais sobre a mulher e o homem dentro e fora do trabalho. A pesquisa inova por permitir construir várias dimensões para análise quantitativa das representações. Para tanto, trabalha com "máximas" de uma ordem simbólica centrada no homem — um inconsciente androcêntrico, diria Bourdieu (2002) — e "máximas" de uma ordem simbólica mais igualitária. E, ao solicitar a manifestação dos indivíduos em relação a essas "máximas", é capaz de tornar visível alguns elementos fundamentais das representações coletivas sobre o feminino e o masculino na sociedade brasileira contemporânea.

A partir dos achados das(os) estudiosas(os) de gênero que apontam na direção de mudanças e permanências nas práticas e representações, duas indagações, resumidas em uma só, parecem importantes para o caso brasileiro: quais os im-

<sup>2</sup> Velho (2001), Sorj e Goldemberg (2001).

pactos da inserção da mulher no mercado de trabalho e da sua participação no orçamento familiar<sup>3</sup> nas representações dos papéis sociais masculino e feminino na vida familiar, doméstica e do trabalho? Mais especificamente: existem diferenças significativas entre homens e mulheres que estão em diferentes situações ocupacionais (empregada, desempregada, do lar ou aposentada) ou que contribuem de maneira diferenciada para a renda familiar em relação às suas opiniões sobre o lugar e as atividades da mulher e do homem na vida?

É possível afirmar que as mulheres inseridas na esfera produtiva da vida fora de casa e aquelas que contribuem mais para a renda familiar tendem a construir representações que rejeitam mais valores tradicionais da ordem androcêntrica? A inserção produtiva fora do ambiente doméstico e a autonomia financeira favorecem a expansão do repertório sociocultural da mulher? Até que ponto as trabalhadoras e provedoras estão mais propensas a combinar valores tradicionais e modernos em suas definições e opiniões sobre o lugar do homem e da mulher na vida familiar? E quais são as combinações mais visíveis?

Para tentar responder a essas questões, dividi este capítulo em duas grandes seções. A primeira tem como objetivo mapear a adesão dos grupos sociais — homens e mulheres, segundo sua situação ocupacional e contribuição para a renda familiar — a valores mais desiguais e a valores mais igualitários. Quanto aos valores mais desiguais, tratarei de duas questões: a concordância ou não com afirmações que refletem a definição de "lugares" exclusivos para a mulher e o homem; e a opinião sobre a compatibilização entre as atividades de trabalho e de esposa/mãe, opinião medida pela adesão a saídas que indicam a crença na incompatibilidade total, na compatibilidade total ou na conciliação. Quanto aos valores mais igualitários, tratarei de outras duas questões: a opinião sobre a contribuição da mulher e do homem para a renda familiar e a opinião sobre a contribuição do homem no trabalho doméstico. Dessa forma, estou interessada em pôr em evidência o grau de adesão ao modelo da mulher dedicada à casa e aos filhos e do homem provedor, bem como o grau e a forma de adesão ao modelo da mulher participe da atividade produtiva fora de casa e do homem participe da atividade doméstica.

<sup>3</sup> Para compor as categorias de participação na renda familiar, me inspirei nas categorias elaboradas por Zuleica de Oliveira apresentadas no capítulo 5 deste livro. Foram definidas três categorias a partir do percentual representado pela renda individual na renda familiar: até 30% (dependente), mais de 30 a 70% (co-provedora) e acima de 70% (provedora).

A segunda seção tem como objetivo mapear a adesão desses grupos a opiniões que expressam percepções do impacto do trabalho da mulher na vida familiar. De um lado, a adesão a percepções negativas e, portanto, uma representação negativa do trabalho feminino; de outro, a adesão a percepções positivas, a uma representação positiva do trabalho feminino.

### A população selecionada e suas características

A pesquisa "Gênero, trabalho e família" foi realizada com 2 mil indivíduos — 984 homens (49,2%) e 1.016 mulheres (50,8%). Do total de homens, 656 são chefes e cônjuges, o que representa 66,7% dos homens. E do total de mulheres, 753 são chefes e cônjuges, ou 74,1% das mulheres. Selecionei os homens e as mulheres chefes e cônjuges, que somam 1.409 indivíduos e representam 70,6% do total da amostra, como forma de captar, comparativamente, homens e mulheres em posições menos indefinidas na vida social.

Desses 1.409 indivíduos, 46,6% são homens e 53,4%, mulheres. Entre as mulheres, 38,1% são chefes, mais da metade sem cônjuge, e 61,9% são cônjuges. No que diz respeito à idade as diferenças são pequenas, mas existem, já que 20,5% das mulheres têm entre 18 e 29 anos, 25,4%, entre 30 e 39 anos, 23%, entre 40 e 49 anos e 31,2% têm 50 anos ou mais, sendo os percentuais dos homens, respectivamente, 15,2, 26,8, 23 e 34,9%. Não se trata de uma população muito jovem, mas é uma população bastante equilibrada do ponto de vista etário.

Das mulheres, apenas 32,8% trabalham, 12,5% estão desempregadas, 37,6% são "do lar" e 17,1% estão aposentadas. Os percentuais são bem distintos para os homens, uma vez que 60,1% trabalham, 15,2% estão desempregados e 23,9% aposentados. Entre todas as mulheres, 30,9% são "do lar", vivem conjugalmente e têm filhos, e 19,9% — o segundo maior percentual — trabalham, vivem conjugalmente e têm filhos. Entre os homens, 39% têm cônjuges "do lar" e 33,2%, cônjuges que trabalham.

Será que esse percentual "do lar" muda ao longo das gerações? Chama a atenção o fato de, em todas as faixas etárias, o percentual de mulheres "do lar" ser alto, até mesmo entre as mulheres mais jovens,<sup>4</sup> grupo em que prevalecem mulhe-

<sup>4</sup> Entre as mulheres de 18-29 anos 35,7% eram "do lar", 42,2% trabalhavam e 18,8% estavam desempregadas. Esses percentuais passam para 40,8, 40,3 e 17,3% entre as mulheres de 30-39 anos e para 31,5, 18,7 e 2,6% entre as mulheres de 50 anos ou mais.

res economicamente ativas (empregadas e desempregadas). No caso dos homens, a presença de cônjuge "do lar" também não varia tanto segundo a faixa etária, pois, entre os homens de 18-29 anos, 30-39 anos e 50 anos ou mais, os percentuais de cônjuges "do lar" são, respectivamente, 38, 34 e 41,5%.

As distintas situações ocupacionais têm reflexos diretos na participação da mulher na renda familiar. Do total das mulheres, 42,9% têm renda individual correspondente, no máximo, a 30% da renda familiar (são as dependentes, grupo que também inclui as que não têm renda); 25,4% têm renda individual correspondente a 31-70% da renda familiar (co-provedoras), e 25,5% têm renda que corresponde a mais de 70% da renda familiar (provedoras). Ao se analisar a relação entre situação ocupacional e contribuição para a renda familiar, observa-se que 28,6% das mulheres são "do lar" e dependentes, 15,3% trabalham e são co-provedoras, e 11,7% trabalham e são provedoras.

No entanto, quanto mais jovens, mais dependentes são as mulheres, e quanto mais velhas, mais co-provedoras e provedoras. Isso porque as mulheres de 18-29 anos estão em situação de forte dependência, estejam empregadas, desempregadas ou sejam "do lar". As mulheres das demais faixas reduzem sua dependência de diversas formas. Enquanto entre as mulheres 30-39 anos cresce a participação das que trabalham e são co-provedoras, nas demais faixas aumentam os percentuais de mulheres provedoras nas situações de desempregadas, "do lar" e aposentadas. As mulheres mais jovens estão em situação de possível desvantagem no que diz respeito à autonomia, mas não há dados suficientes para afirmar que a maior participação das mulheres na renda familiar é um processo que ocorre ao longo da vida, via melhorias na forma de inserção no mercado de trabalho.

Todos esses dados são reveladores de um contexto societário complexo. Em primeiro lugar, porque verifica-se que ainda está muito ativo o modelo de homem provedor, seja pelo prisma da existência de tantas mulheres "do lar" vivendo conjugalmente e com filhos, seja pelo prisma da dependência. Em segundo, porque o percentual de mulheres co-provedoras e provedoras é o mesmo (50%) — elas ocupam lugares diferentes, pois mais de 70% das provedoras são chefes de família e, entre as co-provedoras, 70% são cônjuges. A complexidade desse contexto advém do fato de haver uma convivência quase equitativa entre os modelos do homem provedor e da mulher participe. A questão é saber se, nas representações, essa semelhança também existe.

## Mapeando as opiniões que refletem representações dos papéis sociais do homem e da mulher

Quando perguntadas sobre a vida familiar e o trabalho da mulher, seja do ponto de vista negativo do trabalho, seja do positivo, as mulheres concordam muito mais do que discordam. Essa concordância não está muito distante da dos homens, o que indica o peso das representações coletivas dos papéis sociais feminino e masculino. No entanto, há uma variação interessante no grau de concordância e discordância segundo a situação ocupacional, principalmente no caso das mulheres. Assim, investiguei se e de que modo o fato de estar trabalhando altera a percepção das mulheres e dos homens chefes e cônjuges com relação à compatibilização vida familiar/trabalho. A investigação começou analisando as afirmações consideradas importantes para captar valores e definições dos papéis sociais de homens e mulheres. E continuou com a análise das afirmações em que estão embutidos um valor negativo e um valor positivo para o ingresso feminino no mercado de trabalho no que diz respeito à vida familiar.

### O lugar da mulher

“Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos” — essa afirmação não exclui os papéis femininos de trabalhadora, esposa e mãe, mas contrapõe o desejo culturalmente produzido pelo trabalho a um desejo “natural”, o de ser esposa e mãe. É comum que homens e mulheres (70 e 68,7%, respectivamente) concordem com essa máxima, uma máxima cultural tão imperativa que torna as mulheres sem cônjuge aquelas que proporcionalmente mais aderem a ela.

Não se deve desprezar o fato de 23,2% das mulheres e 18,8% dos homens discordarem. A discordância é maior entre as mulheres empregadas e desempregadas, e muito menor entre as aposentadas e do lar. Sem dúvida, o modelo preferido ainda é o da naturalização das mulheres mães no lar, embora o modelo sofra um desgaste quando se trata de mulheres inseridas no mercado de trabalho. Isso indica que estar no mundo público da produção através do trabalho, mesmo experimentando a sua ausência, orienta a opinião sobre a representação social do desejo da mulher. Talvez por isso sejam as mulheres co-provedoras as que discordam um pouco mais, muito pouco por sinal, se comparadas com as dependentes e provedoras.

Embora dentro do mesmo conjunto de valores da afirmação acima, a afirmação de que “o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa” não recebe tanta adesão. Mais do que isso, divide as mulheres em partes quase iguais: 47% concordam e 45% discordam. Os percentuais de concordância e discordância se diferenciam quando se trata de mulheres empregadas ou desempregadas, caso em que a discordância supera 50%, enquanto não passa dos 36% para as do lar e as aposentadas.

Em intensidade diferente, a participação na renda familiar gera diferenças interessantes, na medida em que são as co-provedoras as que mais discordam e as provedoras as que mais concordam, ficando no meio as dependentes. O esperado seria que fossem as dependentes as que mais concordassem, pois a concordância com essa afirmação seria uma forma de legitimar um lugar, o de dentro de casa, dada a pouca participação na renda familiar. Não é isso que acontece: as provedoras são as que apresentam maior percentual de concordância. Ser provedora é, para a mulher, uma situação desfavorável, por isso a concordância pode ser interpretada como um pedido de melhoria de situação.

O que parece, então, estar em desgaste é a imagem do homem como provedor, marcada pela oposição com a imagem da mulher “reduzida” aos cuidados com a casa. A rejeição não se refere, necessariamente, aos valores do feminino vinculado ao mundo doméstico e do masculino ao mundo público e, sim, às representações do feminino e do masculino a partir de imagens estanques, opostas e excludentes.<sup>5</sup>

Entre a concordância maior com a afirmação de que “trabalhar é bom...” e a menor com a de que o “trabalho do homem é ganhar dinheiro...” está a concordância com a afirmação de que “ser dona-de-casa é tão gratificante quanto trabalhar fora”. Novamente, a experiência de trabalho faz diferença, pois as mulheres “do lar” e as aposentadas apresentam os percentuais mais altos de concordância, enquanto as mulheres que trabalham se distanciam delas e se aproximam dos homens que trabalham. Nesse sentido, para aqueles(as) que trabalham, a equiparação entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa é largamente aceita, mas não tão aceita quanto para aqueles(as) que não trabalham, excetuando-se as de-

<sup>5</sup> Tal conclusão é patente também quando se cruzam as duas afirmações. Nem mesmo as mulheres que dizem concordar com a afirmação de que “trabalhar é bom, mas...” apresentam um alto percentual de concordância com a afirmação de que o “trabalho do homem é ganhar dinheiro...”.

sempregadas. Essa harmonia entre as mulheres que trabalham e as desempregadas coloca o trabalho como eixo fundamental para as mulheres na orientação dessas opiniões e as escalas de valor nelas embutidas em direção à maior valorização do trabalho fora.

A situação ocupacional consegue criar diferenças significativas entre as mulheres, mas a participação na renda familiar não. O fato de as mulheres serem dependentes, co-provedoras ou provedoras não tem impacto sobre a concordância com a equiparação entre trabalho doméstico e trabalho fora de casa, pois os percentuais são quase idênticos ao total das mulheres. A participação maior na renda familiar não leva as mulheres a valorizar mais aquilo que seria um dos alicerces dessa maior participação — o trabalho. A maior dependência também não as leva a valorizar mais um lugar próprio.

Os percentuais de concordância e discordância com as afirmações acima sugerem uma tensão entre a valorização da mulher na vida doméstica, haja vista a alta concordância com “o que as mulheres querem mesmo é lar/filhos” e “ser dona de casa é tão gratificante quanto trabalhar fora”, e o fechamento em torno dessa vida doméstica, haja vista a menor concordância com a restrição da vida da mulher ao ambiente doméstico. Nessa tensão, as mulheres que experimentam a inserção no mundo produtivo tendem mais a rejeitar essa representação do feminino, mas nem sempre a situação de participação na renda familiar faz diferença.

A tensão revela que se está lidando com formas não-homogêneas de representação do feminino. Combinando-se as respostas às duas primeiras afirmações — “trabalhar é bom, ...quer lar e filhos” e “o papel do homem é ganhar..., da mulher é cuidar da casa”, observa-se que pouco mais de 40% dos indivíduos concordam com as duas ao mesmo tempo, sendo os homens os mais certos disso (45,6% dos homens e 38,4% das mulheres). O segundo maior percentual, tanto para homens (20%), quanto para mulheres (26%), é o que combina a concordância com a afirmação de que as mulheres querem é ter lar/filhos e a discordância de que seu lugar seja dentro de casa. Tal combinação poderia soar contraditória, mas implica, de um lado, a aceitação da representação mãe/esposa como prioritária na definição do feminino, distante da imagem da mulher “que trabalha” (profissional e produtiva fora de casa). de outro, a rejeição da imagem do homem provedor e da mulher restrita ao espaço doméstico. O terceiro maior percentual é bem menos representativo do ponto de vista numérico, mas muito representativo do ponto de vista simbólico, pois 11% dos homens e 15,4% das mulheres discordam das duas

afirmações; e entre as mulheres que trabalham esse percentual atinge 25%, em contraposição aos 9,5% entre as mulheres “do lar”. Os percentuais entre homens e mulheres estão hierarquizados da mesma forma, a ponto de permitirem se dizer que estão inseridos em uma mesma ordem simbólica de dominação masculina, na qual contam as experiências distintas de gênero. Em que pese à forte adesão aos valores tradicionais, as diferenças encontradas permitem dizer que as mulheres rejeitam mais o ideal de homem provedor quando estão na esfera pública do trabalho.

Participar da esfera pública do trabalho parece sem dúvida ser um diferencial mais significativo do que participar na renda familiar. As mulheres provedoras tendem um pouco mais do que as outras a concordar com as duas afirmações. Ou seja, não desejam a condição de provedoras. As mulheres que podem ser consideradas mais distantes dos valores tradicionais são as que participam de maneira mais equitativa na renda familiar, pois 19% discordam das duas afirmações.

Dos arranjos possíveis entre situação ocupacional e participação na renda familiar extrai-se um resultado surpreendente. Embora as mulheres que trabalham e são co-provedoras sejam as que menos concordam com as duas afirmações ao mesmo tempo, as que trabalham e são dependentes são as que mais discordam das duas afirmações ao mesmo tempo, porque o primeiro grupo de mulheres acredita mais intensamente que as mulheres querem mesmo é ter lar e filhos. As que trabalham e são dependentes estão mais polarizadas entre os valores tradicionais e modernos do que as demais, o que sugere mais de perto ainda a tensão revelada.

A ausência de pesquisas anteriores não permite análise de tendências, mas pode-se explorar os dados tendo como indagação como, no momento atual, distintas gerações representam os papéis masculino e feminino. Isso permite, em alguma medida, especular sobre o passado e o futuro dessas representações. Dentro das faixas etárias, chama a atenção que, entre as mulheres com menos de 40 anos, as jovens de 18-29 anos apresentem ao mesmo tempo uma percentagem maior de concordância com “trabalhar é bom, ...quer lar e filhos” e de rejeição com a afirmação “o papel do homem é ganhar..., e da mulher é cuidar da casa”. É importante salientar que a diferença entre os percentuais de rejeição é menor do que entre os percentuais de concordância.

Essas não são jovens quaisquer, são cônjuges ou chefes de família, já com filhos em sua grande maioria, ou seja, são mulheres com experiência e responsabilidade de vida significativas. Sendo assim, são parte importante da juventude que, em vez de incorporar as novas representações sobre o masculino e o feminino



em pauta na sociedade brasileira e amplamente veiculadas pela mídia, adere com mais força ainda que as gerações dos 30 e 40 anos aos valores tradicionais. As diferenças encontradas entre as mulheres das diversas situações ocupacionais podem ser relativizadas, pois tanto as jovens "do lar" quanto as que trabalham é que estão impulsionando essa adesão. O mesmo ocorre com a situação da participação na contribuição na renda familiar, que não aparece como algo significativo.

O que aproximaria as mulheres mais jovens, de 18 a 29 anos, das mais velhas, com mais de 50 anos, no que diz respeito à adesão aos valores tradicionais? Analisando-se relações entre as variáveis para tentar interpretar as diferenças encontradas, uma das respostas possíveis parece ser o que as ciências sociais têm chamado de "reencantamento" do mundo através do aumento da religiosidade, em especial a adesão às religiões evangélicas. Tais religiões, em especial, reproduzem nos seus códigos os valores tradicionais da dominação masculina presentes na sociedade. E como na adesão às novas religiões há o elemento reflexivo, não sendo essa adesão apenas fruto da "alienação" ou da tradição e, sim, de escolha (dentro de um conjunto de possibilidades), é imperativo se fixar no repertório simbólico fornecido para que o pertencimento e a orientação das práticas se realize. Tais observações explicam em grande parte por que as mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais são as que mais concordam com as afirmações aqui analisadas e as que apresentam a segunda menor rejeição (observação que por si só daria ensejo a nova investigação), e por que as mais jovens e as mais velhas se aproximam quanto se trata de adesão aos valores mais tradicionais. Afinal, as mulheres de 18-29 anos e as com mais de 50 anos são as que apresentam os maiores percentuais de mulheres que declararam seguir religiões classificadas como evangélicas e protestantes tradicionais e que concordam com as duas afirmações.

Embora a adesão à religião evangélica seja um elemento significativo para compreender a aproximação entre as mais novas e as mais velhas, não basta, pois não foram encontrados entre as mulheres de 30-39 anos evangélicas percentuais relativos<sup>6</sup> de concordância com as duas afirmações semelhantes aos encontrados entre as mulheres de 18-29 anos evangélicas e as mulheres de 50 anos ou mais evangélicas. Entre as mulheres de 30-39 anos evangélicas, bem como entre as de

<sup>6</sup> A tabela só apresenta os percentuais totais, para que o leitor tenha a dimensão da percentagem total de mulheres em cada faixa etária e religião. Não são mostrados os percentuais relativos de cada faixa etária segundo a religião, mas não é difícil tirar uma conclusão.

40-49 anos evangélicas, há a tendência de concordar mais com a afirmação "trabalhar é bom..." e de discordar de "o papel do homem...", tendência fortemente impulsionada pelas mulheres que trabalham. Entre as jovens de 18-29 anos evangélicas, as que trabalham também apresentam elevada percentagem de concordância com as duas afirmações.<sup>7</sup> Mesmo quando as adesões religiosas invocam a exclusão de outros valores societários, as mulheres de 30-39 anos e de 40-49 anos que trabalham acabam flexibilizando mais as representações do feminino, possivelmente por compatibilizarem mais seus valores com sua inserção na vida. Há algo nas jovens e nas mulheres de 50 anos ou mais que as tornam mais reféns da interpretação excludente, mesmo estando inseridas no mundo produtivo.

### *Outra forma de definir o lugar da mulher: opiniões sobre tempo ideal de trabalho da mulher*

Tal como esperado e observado, continua existindo um conjunto de homens e mulheres que reproduz os valores tradicionais, mas mesmo assim há uma forte rejeição ao papel do homem provedor e da mulher exclusivamente dona-de-casa. Os lugares da mulher são conhecidos dentro e fora de casa, mas não reconhecidos de maneira equitativa, uma vez que, no fundo, as mulheres querem mesmo é lar e filhos.

Essa ambigüidade no reconhecimento do lugar do trabalho na vida da mulher pode ser mais bem analisada quando a aceitação ou a negação da atividade produtiva fora de casa é apresentada em termos de período de tempo ideal para não causar danos à vida familiar. Assim, qual seria o período de tempo ideal — integral, meio expediente ou não trabalhar — de trabalho para as mulheres em determinadas situações, como: a) depois de casar e antes de ter filhos; b) quando tem um filho pequeno; c) depois que o filho caçula entra para a escola; ou d) depois que os filhos já foram morar fora de casa?

O esperado era que a adesão ao trabalho integral da mulher estivesse condicionada ao ritmo da maternidade, pois quase 50% dos indivíduos opinaram que, depois de casar e antes de ter filhos, a mulher deveria trabalhar em tempo integral.

<sup>7</sup> O mais interessante é que não se trata de uma questão de escolaridade, pois, comparando-se as mais jovens evangélicas com pouca escolaridade e as mulheres de 30-39 evangélicas com pouca escolaridade, as primeiras tendem a concordar mais com as duas afirmações.

No entanto, quando se combina essa resposta às dadas para as demais situações — quando tem filho pequeno, depois que o filho caçula entra para a escola e depois que os filhos já foram morar fora de casa —, verifica-se que apenas 11,2% dos indivíduos opinaram que, em todas as situações, as mulheres devem trabalhar em tempo integral, tendo homens e mulheres que trabalham percentuais próximos. No extremo oposto — não trabalhar fora em nenhuma situação — estão 10,1% dos indivíduos, mas trata-se de uma opinião fortemente masculina, pois emitida por 14,2% dos homens e 6,6% das mulheres. Entre um pólo e outro estão três tipos de saídas conciliatórias: a) combina-se a aceitação do meio expediente em situações em que a existência de filhos exige a presença das mães, como quando os filhos são pequenos e/ou quando o filho caçula vai para a escola, com a aceitação do trabalho em tempo integral nas demais situações; b) considera-se que as mulheres devem trabalhar meio expediente seja qual for a situação; c) combina-se a opinião de que as mulheres não devem trabalhar quando há filhos, com a aceitação de que, em outras circunstâncias, trabalhem em tempo integral ou meio expediente.

As adesões às opiniões polarizadas e às saídas conciliatórias estão hierarquizadas de maneiras distintas, segundo o sexo. Enquanto as mulheres preferem a primeira saída conciliatória — a que combina o meio expediente em situações em que a existência de filhos exige a presença das mães e o trabalho em tempo integral em outras —, os homens ficam com a saída na qual as mulheres não devem trabalhar quando têm filhos e, em outras circunstâncias, trabalhem em tempo integral ou meio expediente. Para as mulheres, em último lugar está a opinião de que elas não devem trabalhar em nenhuma circunstância, opinião que ocupa o terceiro lugar para os homens. Desse modo, as saídas conciliatórias sobre a compatibilização do trabalho com a maternidade, sem que para tanto as mulheres deixem o mercado de trabalho, são uma posição mais feminina, especialmente para as mulheres que trabalham.

O fato de as mulheres estarem inseridas na esfera produtiva as impulsiona em direção à opinião de sua manutenção no mercado de trabalho ao longo do ciclo da maternidade, independentemente da situação. Já a situação da participação na renda familiar parece ter menos peso nessa opinião, pois os percentuais a favor do tempo integral em todas as situações não variam entre as dependentes, as co-provedoras e as provedoras. Vale ressaltar, porém, que as co-provedoras são as que menos aderem a opinião de restrição total das mulheres no mercado de trabalho.

É interessante chamar a atenção para o fato de que a situação de provedora da família e a de dependência aproximam as mulheres do ponto de vista simbólico, pois, quando se trata de opiniões não-conciliatórias, ou seja, meio expediente e restrição em todas as situações, os percentuais de adesão estão mais próximos entre elas do que entre elas e as que participam de forma mais equitativa na renda familiar. A diferença entre as dependentes e as provedoras é que, enquanto as mulheres do lar são as que elevam a percentagem de adesão ao meio expediente e à restrição total ao trabalho feminino para as mulheres dependentes, entre as mulheres provedoras quem empurra esses percentuais para cima são as aposentadas, assim como as que trabalham e as desempregadas. Nesse sentido, no primeiro grupo, é a dedicação ao lar que leva as mulheres a ter opiniões tão restritivas, enquanto no segundo, é provavelmente a difícil situação de prover a renda familiar e dar conta da vida do lar que as torna mais conservadoras, embora na prática não o sejam ou não tenham sido.

Chama a atenção que a adesão feminina e masculina à opinião de que a mulher não deve trabalhar em nenhuma circunstância está fortemente ligada aos indivíduos com renda familiar muito baixa. Essa conclusão poderia configurar um paradoxo, na medida em que seria lícito supor que ter renda baixa implica incentivar o trabalho feminino para a melhoria da renda, mas já vimos no início que o descompasso entre os grupos sociais pode ser explicado pelo maior repertório cultural das classes médias, que, afinal, são mais escolarizadas e têm compromisso com certo discurso "moderno". É muito provável que, nas classes de renda mais baixa, exista um descompasso entre as opiniões e as práticas.

### *Adesão a valores mais igualitários entre homens e mulheres*

As afirmações analisadas foram construídas com base em um modelo mais tradicional e desigual de definição dos papéis sociais de homens e mulheres. Mas como anda a aceitação e a rejeição das definições de papéis baseados em valores mais igualitários?

Para tentar captar essa informação, vamos analisar a concordância e a discordância em relação a duas afirmações que representam valores mais igualitários: "ambos, homens e mulheres, devem contribuir para renda familiar" e "os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas", juntamente com

a questão sobre o que seria melhor, o homem ganhar mais dinheiro que a mulher, igual à mulher ou menos que a mulher.

Dada a alta adesão aos valores tradicionais vista anteriormente, não era de esperar uma concordância quase unânime com a afirmação de que homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar. Mas mais de 90% de todos os indivíduos concordam com isso, havendo pouca variação em relação ao sexo e à situação ocupacional. Entre as poucas mulheres que discordam, os maiores percentuais correspondem às que trabalham (6,9%) e às do lar (5,7%). Na tentativa de entender o que estaria contribuindo para isso, constatei que as mulheres que discordam da contribuição de homens e mulheres para a renda familiar e trabalham ou são do lar são também as que mais opinaram que, no trabalho doméstico, cabe a elas fazer muito mais. Aí, então, estaria uma divisão econômica da distribuição desigual das tarefas domésticas? Essa é ainda, a meu ver, uma questão sem resposta.

Em relação à situação da participação na renda familiar, as diferenças entre os percentuais de concordância são bem pequenas, mas existem e aproximam as mulheres provedoras dos homens provedores, no sentido de que são os que menos concordam. Isso demonstra, mais uma vez, a tendência de as mulheres provedoras aderirem aos valores mais tradicionais.

O elevado percentual de concordância com a afirmação anterior não se repete na mesma intensidade no caso da afirmação referente à divisão eqüitativa das tarefas domésticas, mas pode ser considerado alto, afinal são 67,8% dos homens e 78,8% das mulheres. Entre as mulheres há diferenças, pois as que trabalham, muito provavelmente por serem as que sentem o peso da dupla jornada de trabalho e têm acesso a outros valores, são as que mais concordam com a divisão eqüitativa (84,6%), enquanto as do lar (74,2%) e as aposentadas (73,6%) são as que menos concordam e, portanto, mais se aproximam dos homens.

As mulheres provedoras e os homens provedores são os que apresentam os menores percentuais de concordância, enquanto as mulheres e os homens co-provedores, em intensidades diferentes, são os que mais concordam. A experiência de ter as mulheres contribuindo de forma mais significativa para a renda familiar produz impactos positivos nas opiniões mais favoráveis à divisão do trabalho doméstico, mas não está em pauta se isso efetivamente ocorre.

A concordância com a afirmação de que homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar não implica necessariamente a opinião de que a contribuição deva ser igualitária, pois, enquanto a concordância com a contribuição de

ambos corresponde a 90%, os que aderem à opinião de que o homem deve ganhar igual à mulher chegam a 53,4% das mulheres e 43,3% dos homens. Já aqueles que aderem à opinião de que o homem deve ganhar mais que a mulher somam 40% das mulheres e 46% dos homens. Entre as mulheres que trabalham, os percentuais passam para 61 e 29,1%, o que as afasta bastante das do lar (49,1 e 45,2%) e das aposentadas (38 e 51,2%), estando estas últimas mais próximas dos homens. Sendo assim, ainda que haja alta concordância com a desigualdade de renda, sem dúvida a experiência de trabalho, bem como a expectativa de estar no mercado de trabalho — caso das desempregadas — mobilizam as mulheres em direção ao descolamento do valor tradicional e à valorização do seu trabalho via a renda.

A situação da participação na renda familiar também influi na opinião, embora não tanto quanto a situação de trabalho. Os homens e mulheres co-provedores são mais igualitários na prática e na representação, pois são os que apresentam os maiores percentuais de opinião de que o homem deve ganhar igual à mulher. Os homens provedores e as mulheres dependentes, mesmo quando prevalece a opinião da igualdade, são os que apresentam os maiores percentuais de adesão à opinião de que o homem deve ganhar mais do que a mulher. Nesse sentido, há uma compatibilidade significativa entre a situação vivida e suas representações.

Quando se combinam as opiniões sobre a contribuição de ambos e a renda ideal, pode-se evidenciar a adesão às representações mais igualitárias. Entre os homens, 41% concordam com a participação de ambos na renda, mas acham que os homens devem ganhar mais; 40,2% concordam com a participação e afirmam que o homem deve ganhar igual à mulher, e apenas 3,4% discordam da participação do homem e da mulher na renda familiar ao mesmo tempo em que acham melhor o homem ganhar mais que a mulher. Entre as mulheres, esses percentuais são 35,3, 50,2 e 2,7%, respectivamente. Percebe-se que os homens estão mais divididos e as mulheres estão mais à frente.

As variações em relação à situação ocupacional e à participação na renda familiar obedecem ao que se viu anteriormente. As mulheres que trabalham e as desempregadas, assim como os homens e mulheres co-provedores são os que apresentam maiores percentuais de adesão aos valores mais igualitários. Desse modo, considerando os arranjos possíveis das situações ocupacionais e de participação na renda, as mulheres que trabalham e são co-provedoras são as mais igualitárias em suas representações.

Se os homens aceitam as mulheres como partícipes na renda e, para muitos, elas devem ganhar igual, como isso se combina com a opinião sobre a divisão do trabalho doméstico? O esperado era que os homens e mulheres — mais estas últimas — que concordam com a participação da mulher na renda familiar e com o fato de os homens ganharem igual à mulher tendessem a concordar mais com a divisão eqüitativa das tarefas, mas ainda assim encontramos 14% de homens e 10% de mulheres que discordam dessa divisão. Estamos lidando com um ponto fundamental: o imperativo econômico visível na concordância com a participação da mulher na renda, mas a resistência em assumir o trabalho doméstico como parte da vida do casal.

### *Como se combinam as definições de papéis*

A partir do que foi dito, então, os homens tendem a ter uma perspectiva mais igualitária quando se trata da renda do que quando se trata de valorizar o lugar do trabalho como um lugar do feminino, haja vista a baixa adesão ao trabalho em tempo integral feminino e a concordância com a afirmação de que o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o da mulher é cuidar da casa.

Entre os homens que concordam com a contribuição de ambos para a renda familiar e ao mesmo tempo acreditam que os homens devem ganhar mais do que as mulheres, observa-se que 53,9% concordam com as afirmações de que “trabalhar é bom, ...quer lar e filhos” e “o papel do homem é ganhar... e o da mulher é cuidar da casa” e apenas 6,6% rejeitam as duas. Além disso, 17,7% desses homens acham que as mulheres não devem trabalhar em nenhuma circunstância. Para as mulheres, os três percentuais são, respectivamente, 53, 7,9 e 10,2%. Entre aqueles que concordam com a participação do homem e da mulher na renda e que acham que ambos deveriam ganhar o mesmo, observa-se que a concordância com as duas afirmações cai para 35,6%, a discordância sobe para 14,8% e a opinião de que as mulheres não devem trabalhar em nenhuma circunstância cai para 7,6%. Para as mulheres, esses percentuais são 26,1, 22,9 e 3,4%.

De modo geral, o alargamento da visão dos homens em relação a contribuição feminina para a renda está ainda muito mais vinculado a necessidade econômica para a reprodução da família do que a um descolamento da representação tradicional dos papéis femininos e masculinos.

Isso não significa nem obscurecer, nem superestimar os indivíduos que parecem se deslocar dos valores mais tradicionais na redefinição dos papéis femininos e masculinos nessas dimensões apresentadas. As afirmações e questões escolhidas para as análises são muito representativas dos valores societários em relação aos papéis de homens e mulheres. Por isso é que se pode definir dois pólos a partir delas. O pólo mais tradicional, como aquele que agrega os indivíduos que concordam com as afirmações “trabalhar é bom, ...quer lar e filhos” e “o papel do homem é ganhar..., e o da mulher é cuidar da casa”, rejeitam o trabalho da mulher em qualquer circunstância e discordam da afirmação “homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar” ao mesmo tempo que acham que o homem deveria ganhar mais que a mulher. E o pólo mais “moderno” — aquele que agrega os indivíduos que discordam das duas afirmações “trabalhar é bom, ...quer lar e filhos” e “o papel do homem é ganhar..., e o da mulher é cuidar da casa”, aceitam o trabalho em tempo integral da mulher em qualquer circunstância e concordam com a afirmação “homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar” ao mesmo tempo que acham que o homem deveria ganhar igual à mulher.

No pólo mais tradicional, encontram-se 1,5% dos homens e apenas 0,1% das mulheres. Enquanto, no pólo mais moderno, estão 1,7% dos homens e 1,6% das mulheres, percentuais que quase dobram quando se trata daqueles que trabalham. Como toda opinião polarizada na sociedade contemporânea, esses são lugares de pouca adesão, onde prevalece a bricolagem entre as opiniões que permitem falar em valores tradicionais que “negociam” com outros mais modernos e com situações objetivas como, por exemplo, a necessidade da renda feminina na casa. Há algo sendo expresso com essa adesão. Os percentuais citados mostram que o fato de menos mulheres estarem no pólo tradicional não implica dizer que elas são mais “modernas”, no sentido de estarem mais concentradas no pólo moderno, mas, sim, que elas se distanciam mais do que os homens do pólo tradicional. Com isso, as mulheres tendem a negociar sua função materna e sua função provedora, aderindo ao trabalho integral ou parcial, sem sair do mercado de trabalho nas diversas situações, e a rejeitar mais os lugares excludentes.

A situação ocupacional aparece nessa dinâmica como mais importante do que a contribuição para a renda familiar. Vimos em algumas análises que as diferenças existentes entre as dependentes, as co-provedoras e as provedoras não são tão expressivas. As mulheres provedoras (mais intensamente) e as co-provedoras (em muitos casos) estão mais envolvidas com a sobrevivência econômica da fami-

lia do que com os valores descolados do modelo tradicional. No entanto, a condição de economicamente ativas, em contraposição às mulheres relegadas ao lar, parece contribuir mais para esse descolamento, possivelmente porque ambas precisam dar sentido às suas ações e, portanto, precisam de valores que as orientem.

### Mapeando as opiniões que refletem os impactos do trabalho da mulher na vida familiar

Se as definições dos papéis sociais dos homens e das mulheres estão marcadas pelos elementos analisados, qual a adesão às representações do impacto do trabalho feminino na vida familiar?

#### *Impacto negativo*

Tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, "a vida familiar fica prejudicada se a mulher trabalha em tempo integral" e, por mais que pareça estranho, são as mulheres (73,4%) que concordam um pouco mais que os homens (71,2%) com essa afirmação. As mulheres que trabalham e as desempregadas são as que menos concordam com isso, mas a distância entre elas é maior do que a existente entre as que trabalham e as "do lar". Em certa medida, as mulheres que trabalham têm que compatibilizar a presença dos filhos, o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, talvez por isso não sejam tantas as que discordam desse prejuízo. A experiência do desemprego, por sua vez, parece fazer com que as mulheres valorizem ainda mais o trabalho fora. As mulheres dependentes são as que mais concordam, até porque muitas são "do lar".

Homens e mulheres concordam mais (quase 90%) com a afirmação de que as "crianças pequenas sofrem mais quando a mãe trabalha". As diferenças encontradas são pequenas, mas as mulheres que trabalham e as desempregadas são as que menos concordam com essa afirmação. No que diz respeito à situação da participação na renda familiar, os homens co-provedores são os que menos concordam, mesmo se comparados com as mulheres dependentes, co-provedoras e provedoras. Assim, a representação de mulher mãe dedicada aos filhos parece ser mais imperativa para as próprias mulheres do que para os homens.

A visão negativa examinada sob a perspectiva da discordância da afirmação de que "a mãe que trabalha de carinho na mesma intensidade das que não trabalham" pode ser considerada alta se comparada com as discordâncias quanto às

demaís questões. Mesmo assim, é alta também a opinião de que a saída da mulher do âmbito doméstico tem custos de várias ordens, inclusive o afetivo, principalmente para as mulheres do lar e as aposentadas, superando inclusive os percentuais dos homens. Mais uma vez a representação mulher como mãe dedicada aos filhos é mais forte para esse grupo de mulheres. E as mulheres dependentes é que são um pouco mais resistentes à negação desse prejuízo.

As mulheres ainda estão fortemente vinculadas (em alguns casos mais do que os homens) à imagem de o ingresso feminino no mercado de trabalho constituir uma perda para a vida familiar. E isso fica mais nítido quando se combinam as respostas às três afirmações anteriores e constata-se que 25% dos homens e das mulheres concordam com as afirmações de que a vida familiar fica prejudicada quando a mulher trabalha e de que as crianças pequenas sofrem, ao tempo que discordam da afirmação de que a mãe que trabalha fora pode estabelecer uma relação tão carinhosa com seus filhos quanto a que não trabalha fora. Enquanto a adesão a uma visão tão negativa tem esse patamar, o outro extremo, o daqueles que discordam totalmente da visão de perda, só agrega cerca de 3% dos homens e das mulheres. Fora dos extremos é que se encontra a grande percentagem de homens e mulheres (cerca de 40%). Ou seja, para grande parte dos indivíduos, mesmo que o trabalho fora de casa não seja a situação ideal, pois afeta a vida familiar e as crianças pequenas sofrem, o lugar do afeto mãe-filho não é tocado. De qualquer forma, do ponto de vista cultural e econômico, as mudanças ocorridas que tornaram imperativo o trabalho das mulheres fora de casa não parecem suficientes para reduzir a adesão à representação de que o trabalho da mulher significa perda, ainda que muitos considerem intocável a esfera afetiva da relação mãe-filho.

As mulheres desempregadas são as que menos aderem a uma visão tão negativa, e nem entre as mulheres que trabalham há tanta rejeição. Entre as mulheres dependentes, co-provedoras e provedoras, as diferenças encontradas em relação à adesão a uma opinião negativa do trabalho não são significativas. Assim, a adesão vista como representação negativa do trabalho da mulher evidencia que não se está muito longe da imagem da mulher como mãe dedicada aos filhos e cuja função no trabalho é prover o lar, sendo isso, porém, prejudicial à vida familiar.

### *Impacto positivo*

As afirmações analisadas expressam o que classifico de adesão à representação negativa do impacto do trabalho feminino. Para analisar a adesão à representação positiva do trabalho feminino, utilizei as opiniões sobre as afirmações “a mãe que trabalha fora pode dar a sua família um melhor nível de vida” e “ter emprego é a melhor forma de a mulher se tornar independente”.

A despeito do alto índice de adesão às opiniões negativas em relação ao ingresso feminino no mercado de trabalho, mais de 70% dos indivíduos concordam com a afirmação de que “a mãe que trabalha fora pode dar a sua família um melhor nível de vida”. São as mulheres que mais concordam, em especial as desempregadas, não obstante haver uma surpreendente concordância das mulheres do lar. O que pode estar ligando distintas experiências ocupacionais e opiniões parecidas? É possível que a concepção de nível de vida esteja ligada ao nível econômico da família, logo, o que é bem aceito é a renda proporcionada pelo trabalho da mulher e, não, necessariamente, o nível de vida proporcionado pela realização da mulher como profissional. As mulheres provedoras “não se iludem”, diriam alguns, afinal são elas que menos concordam com essa afirmação.

A interpretação da independência como independência econômica pode explicar, nesse cenário não tão descolado das imagens tradicionais das mulheres, o alto índice de concordância com a afirmação de que “ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente”, que entre as mulheres chega a 90%. As mulheres que trabalham (90,3%) e as “do lar” (89%) não aderem tanto quanto as desempregadas (96%). As mulheres que trabalham não consideram, mais do que qualquer outro grupo de mulheres, a força no trabalho como fonte de independência. Há uma crença geral que perpassa a situação ocupacional.

Nem a condição de trabalho aparece como significativa nem a condição de ser co-provedora parece estimular mais a adesão à opinião da independência via trabalho; pelo contrário, o percentual de concordância é um pouco menor do que no caso das dependentes e das provedoras.

A combinação das duas afirmações gera uma variável que mede a adesão a uma visão mais positiva do trabalho feminino, adesão essa de 62% entre os homens e de 72% entre as mulheres. As mulheres que trabalham são as que mais aderem. Já no que diz respeito à situação da participação na renda familiar, as mulheres provedoras são as que menos aderem, talvez porque experimentem trabalhar fora sem as melhorias advindas da anexação da renda.

### *Entre impactos negativos e positivos*

Os pólos podem ser definidos. O mais moderno como aquele composto pelos que discordam do impacto negativo e concordam com o positivo, e o mais tradicional como aquele composto pelos que concordam com os impactos negativos e discordam dos positivos. São poucos os que se encontram nos pólos: 2,3% dos homens e 2,8% das mulheres são “modernos”, enquanto 3,2% dos homens e 1,2% das mulheres são “tradicionais”. Entre os pólos, no caso tanto de homens quanto de mulheres, situa-se a combinação das opiniões de que existe prejuízo para a vida familiar, a criança sofre, mas a mãe que trabalha pode estabelecer uma relação carinhosa, gerar melhoria no nível familiar e ser independente via trabalho. É essa combinação que mais agrega os indivíduos (cerca de 30%), seguida da que muda um detalhe importante: a mãe que trabalha não estabelece relação carinhosa com o filho (opinião de 14% dos homens e de 12% das mulheres).

Em relação a essas combinações, é interessante notar que a situação ocupacional produz impacto quando se comparam as mulheres que estão trabalhando com as do lar, dado que as primeiras são mais propensas a estar no pólo mais moderno e na combinação que mais agrega os indivíduos, e menos no mais tradicional. Em relação à participação na renda familiar, as adesões obedecem ao ritmo mais geral.

### *Considerações finais*

Não há dúvida de que estamos em processo de descolamento de valores mais tradicionais sobre o ser homem e mulher na sociedade, e com isso revisitam-se as definições dos papéis masculinos e femininos, bem como se altera o impacto do trabalho feminino sobre a vida familiar e sobre a vida da mulher. Estar em processo não significa dizer que se deve chegar a algum lugar predeterminado e que esse lugar seria a adesão cada vez maior ao que foi chamado aqui de pólo moderno nos dois grandes itens analisados. Esse é um mito criado pelas crenças de determinados grupos das camadas médias brasileiras. Estar em processo é achar indícios de que as dinâmicas macrosociais, a inserção do mercado de trabalho, a participação na renda familiar, a redução da fecundidade etc., vividas subjetivamente pelas mulheres, tornam as desigualdades entre homens e mulheres, bem como entre as próprias mulheres, menos agudas. No Brasil, ainda há muito a fazer para que esses condicionantes permitam falar em impactos muito significativos sobre os lugares das mulheres e seu trabalho.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HEILBORN, Maria Luisa; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília: Sumaré, 1999.
- SORJ, Bila; GOLDENBERG, Miriam. Um novo modelo de família: coesão e centramento nos filhos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 2, 2001.
- VELHO, Gilberto. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 2, 2001.

## 6

# Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico

Carlos Antonio Costa Ribeiro\*

## Introdução

Gênero e classe social são dois princípios básicos da estratificação social. Embora a distinção de gênero seja ainda mais antiga e universal do que a de classe, as teorias sociológicas clássicas sempre deram mais atenção ao estudo das classes sociais como elemento essencial de diferenciação social e ação política. A análise de classes, em particular, insiste em considerar classe social como mais “importante” ou “fundamental” do que gênero, na medida em que seria um mecanismo mais geral de estratificação social, estruturando inclusive diferenças entre mulheres e entre homens.

Essa abordagem que dá primazia às relações de classe sobre as de gênero tem sido constantemente criticada nas ciências sociais contemporâneas. Em oposição a uma visão simplificada, que procura definir o que é mais importante — classe ou gênero —, alguns estudiosos da estratificação social nas sociedades industriais procuram entender os diferentes mecanismos de interação ou não-

\* Professor de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutor em sociologia pela Columbia University (Nova York).

interação entre classe e gênero na produção de desigualdades sociais.<sup>1</sup> Não se trata apenas de constatar a existência de diversas formas de desigualdade entre homens e mulheres, mas, sim, de entender quais as conseqüências dessas formas de desigualdade para o entendimento das relações de classe e de gênero na sociedade moderna.

É justamente a definição e a análise dos mecanismos de interação entre classe e gênero que podem contribuir para o avanço da análise de classe nas relações de gênero, bem como da análise de gênero nas relações de classe. Quando se estuda a interação entre classe e gênero há ainda um outro elemento a ser, necessariamente, levado em conta: a família. Formas de interação de gênero e classe nas famílias certamente contribuem para a estratificação social entre indivíduos fora das famílias e vice-versa.

Neste capítulo, procuro definir algumas formas de interação ou não-interação entre classe e gênero em casais heterossexuais na sociedade brasileira contemporânea. Meu objetivo é tanto contribuir para o entendimento da desigualdade de gênero e classe no Brasil, quanto discutir mecanismos mais gerais de estratificação social nas sociedades contemporâneas. Mais especificamente, trato de três temas relevantes para o entendimento das relações de classe e gênero na sociedade brasileira: a) mobilidade e classes sociais; b) casamento e classes sociais; e c) divisão doméstica do trabalho e classes sociais.

O primeiro tema — mobilidade social — é importante para a discussão sobre a unidade de análise dos estudos de estratificação e para definir a diferença entre as chances de mobilidade de homens e mulheres. Teorias sociológicas funcionalistas, marxistas e weberianas determinam que a unidade básica de estratificação é a família e, não, o indivíduo.<sup>2</sup> Ou seja, a estrutura de classes de uma determinada sociedade deve ser definida pela posição de classe ocupada pelas famílias e não pelos indivíduos. Tendo em vista que, na maioria das famílias, os homens têm posições de classe superiores às das mulheres, a estrutura de classes e seus padrões de mobilidade poderiam ser descritos e analisados a partir do estudo da mobilidade de classe dos homens. Torna-se, pois, fundamental verificar em que medida há diferenças nos padrões de mobilidade de homens e mulheres. Se

<sup>1</sup> Wright (1997).

<sup>2</sup> Sorensen (1994).

houver diferenças então pode-se dizer que há interação entre classe e gênero, sendo portanto necessário incluir alguma forma de distinção de gênero para descrever a própria estrutura de classes, mesmo considerando a família como unidade básica de estratificação. Esses padrões de mobilidade também podem ser estudados por outros motivos, ou seja, para que se possa entender as diferentes trajetórias de mobilidade de homens e mulheres, independentemente de sua posição de classe definida pela família em que vivem; mas, neste segundo caso, também é importante definir a mobilidade intergeracional das mulheres em relação a suas mães.<sup>3</sup> Tendo em vista que há ocupações tipicamente femininas, a comparação da mobilidade das filhas em relação aos pais não é suficiente para definir trajetórias de mobilidade de mulheres. Informações sobre ocupação das mães não são comuns em pesquisas amostrais, mas felizmente estão presentes nos dados que analisarei neste capítulo.

O segundo tema — casamento e classe social — também é relevante, porque está relacionado à questão da unidade básica de estratificação. O estudo dos padrões de casamento de classe pode confirmar ou não a idéia de que os maridos tendem a ter posição ocupacional hierarquicamente superior à das esposas ou companheiras e de que, portanto, a posição ocupacional do marido é um bom indicador da posição de classe em que a família se encontra.<sup>4</sup> Além disso, os padrões de casamento de classe podem servir como um indicador da desigualdade de classe interna em cada família. Embora faça sentido dizer que um casal pode ser considerado uma unidade básica de consumo e nível de vida, não é difícil imaginar que a posição hierárquica diferenciada de cada cônjuge na estrutura ocupacional pode ser um fator importante na distribuição de poder entre homens e mulheres casados ou que vivem juntos.<sup>5</sup> Finalmente, o estudo da associação estatística entre classe de maridos e esposas possibilita definir o grau de permeabilidade de classe do mercado matrimonial.<sup>6</sup> Uma sociedade em que há maior probabilidade de casamentos interclasses deveria ser considerada mais aberta ou fluida do que outra em que há pouca permeabilidade.

<sup>3</sup> DiPrete e Grusky (1990).

<sup>4</sup> Goldthorpe e Erickson (1993).

<sup>5</sup> Ver Zelizer (1997) para uma interessante interpretação sobre o papel do dinheiro na distribuição de poder dos casais.

<sup>6</sup> Wright (1997).



O último tema — o estudo empírico da divisão sexual do trabalho doméstico — permite analisar se a composição de classe dos casais brasileiros tem algum impacto sobre a divisão do trabalho dentro de casa. Por exemplo, será que em casais em que a esposa tem posição direta de classe superior à do marido, os homens tendem a desempenhar mais atividades domésticas? Ou será que a divisão do trabalho doméstico é totalmente definida pelo gênero? Como se verá adiante, a resposta a essa segunda pergunta é positiva, o que me levou a constatar quantitativamente algo de que já tinha quase certeza de ser verdade: a divisão do trabalho doméstico é praticamente inexistente, tendo em vista que mulheres de todas as classes desempenham pelo menos três vezes mais trabalhos domésticos do que seus maridos e companheiros. A quantificação dessa informação também é importante, porque permite comparar o Brasil com outros países.

Para discutir e analisar esses três temas dividi este capítulo em seis seções, além desta introdução. Na segunda, apresento o debate sobre classe, família e gênero e descrevo algumas formas de interação de gênero e classe. Na terceira, apresento brevemente as variáveis do banco de dados da pesquisa ISSP utilizadas, a metodologia e os modelos estatísticos estimados. Na quarta, trato da mobilidade intergeracional de homens e mulheres. Na quinta, descrevo e analiso os padrões de casamento de classe. Na sexta, apresento as análises sobre divisão do trabalho doméstico e composição de classe dos casais. Na conclusão, discuto algumas das implicações teóricas derivadas das análises empíricas efetuadas nas seções anteriores.

### Interconexões entre família, gênero e classe

Todas as teorias clássicas de estratificação e classes sociais pressupõem que a família seja a unidade de estratificação.<sup>7</sup> Os homens, mulheres e crianças de um mesmo núcleo familiar estariam todos na mesma posição na hierarquia de classes, independentemente do trabalho que cada um dos membros da família execute. Em outras palavras, membros de uma mesma família são vistos como partilhando dos mesmos interesses e padrões de consumo, bem como níveis e chances de vida. Partindo dessa perspectiva, não haveria qualquer forma de interação entre classe e

<sup>7</sup> Parsons (1953).

gênero, pois os dois princípios seriam responsáveis por formas totalmente distintas de diferenciação social.

Foi exatamente a essa perspectiva “convencional” que os estudos de gênero fizeram as críticas mais desafiadoras às teorias clássicas de estratificação social e análise de classes.<sup>8</sup> Segundo essas críticas, o crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho remunerado nas sociedades industriais a partir da década de 1960 imporia sérios limites aos estudos de estratificação e análise de classe que partissem da família como unidade básica de estratificação. Tendo em vista que os estudos clássicos consideravam a família não só como uma unidade econômica, mas também como uma comunidade de interesses e opiniões, os estudos de gênero na realidade reivindicavam a necessidade de se estudar aspectos particulares da atividade das mulheres dentro e fora das unidades familiares.

Esta reivindicação deu início a uma série de estudos extremamente importantes sobre a divisão doméstica do trabalho e sobre as características da atividade feminina no mercado de trabalho — por exemplo, Hartman (1979 e 1981), Acker (1973), Lewis (1985), Compton e Mann (1986). No entanto, a perspectiva “convencional” não pode ser apenas taxada de preconceituosa ou sexista. Parece realmente haver razões importantes para que se considere a família como a unidade básica de estratificação.<sup>9</sup> Essa idéia fica muito mais clara nos estudos de desigualdade de renda do que nos estudos de desigualdade de classe. Ao se estudar a distribuição de renda em uma determinada sociedade, deve-se considerar a renda familiar *per capita* e, não, a renda individual, porque só assim se pode derivar a distribuição dos padrões de consumo e bem-estar. Por exemplo, em uma família em que a esposa recebe R\$950 mensais e o marido, R\$50 mensais, deve-se considerar a média entre essas duas rendas como a renda familiar *per capita* (no caso, R\$500 mensais). Essa renda familiar *per capita* é que deve ser comparada para que se possa saber a distribuição de renda no país. Se não se fizesse isso, estar-se-ia superestimando, por exemplo, o número de pobres em determinada sociedade. No caso acima, o marido seria pobre e a mulher não, mas o marido não é pobre de fato, porque, pelo menos em parte, compartilha o nível de consumo da esposa.

<sup>8</sup> Abbot e Sapsford (1987).

<sup>9</sup> Sorensen (1994); Goldthorpe (1983).

Da mesma forma, ao se analisar a estrutura de classes de uma determinada sociedade, deve-se considerar as famílias como unidades e, não, os indivíduos. No caso de classes sociais utiliza-se geralmente a posição no mercado de trabalho e a ocupação como instrumentos de mensuração, em vez da renda. Desse modo, um casal em que o marido é advogado e a esposa operária têxtil estaria em uma única posição de classe. Mas em que posição? Como somar a classe do marido com a da esposa de forma semelhante à empregada com a renda? Embora haja algumas propostas metodológicas para combinar as duas posições de classe,<sup>10</sup> defensores da posição "convencional" argumentam que, pelo fato de a desigualdade de gênero ainda ser tão grande na sociedade moderna, usar apenas a posição de classe dos maridos para definir a estrutura de classes não implica erros de mensuração.<sup>11</sup> Ou seja, o número de maridos em posição de classe mais elevada do que as esposas continua sendo tão grande que não seria necessário levar em conta a posição de classe das esposas para se delinear a estrutura de classes de uma dada sociedade.

De certa forma, os defensores da perspectiva "convencional" estão certos. Estudos empíricos sobre diversas sociedades industriais, inclusive o Brasil, comprovam que os maridos continuam a ter posições mais elevadas no mercado de trabalho do que as esposas.<sup>12</sup> Conseqüentemente, estudos baseados apenas na posição de classe de homens representam fidedignamente a estrutura de classes das sociedades estudadas.<sup>13</sup> Vale lembrar que os defensores da perspectiva "convencional" não são ingênuos, uma vez que consideram que em famílias nas quais a esposa tem posição de classe mais elevada é essa posição que deve ser usada para definir a classe da unidade familiar.<sup>14</sup> Além disso, pessoas solteiras de ambos os sexos entrariam como unidades familiares separadas no cálculo da estrutura de classes. Se a posição relativa de homens e mulheres no mercado de trabalho se modificar, havendo mais igualdade, aí sim será necessário rever a idéia da família como unidade de classe, ou pelo menos será mais comum medir a unidade de classe pela posição de classe das mulheres. No entanto, nas sociedades contemporâneas — e também no Brasil —, a desigualdade de gênero no mercado de traba-

<sup>10</sup> Britten e Heath (1983)

<sup>11</sup> Goldthorpe e Erickson (1993)

<sup>12</sup> Goldthorpe e Erickson (1993); Scalón (1999)

<sup>13</sup> Sorensen (1994)

<sup>14</sup> Erickson (1984)

lho é tão grande que ainda é possível utilizar a posição de classe do marido para definir a posição de classe da unidade familiar.<sup>15</sup>

Embora os estudos que utilizam a posição de classe do marido para definir a estrutura de classes não estejam empiricamente errados, não há a menor dúvida de que são em grande parte limitados porque deixam de analisar importantes aspectos da estratificação ligados às desigualdades de gênero. As unidades familiares não são homogêneas internamente. Quando marido e esposa, cu outros membros da família, ocupam posições distintas na hierarquia ocupacional provavelmente disputarão autoridade e divisão do trabalho dentro da própria família. Será que numa família em que marido e esposa têm posições de classe semelhantes a disputa de poder é diferente do que a que se dá em famílias em que um dos dois tem posição superior? Será que as posições de classe internas à família têm relevância nas inevitáveis disputas de poder entre homens e mulheres?

Para responder a tais perguntas, tem-se que pensar em duas posições de classe paralelas para cada pessoa: uma derivada da sua família nuclear e outra, de sua posição no mercado de trabalho. É justamente essa distinção que o sociólogo norte-americano Erick O. Wright (1997) propõe ao afirmar que cada indivíduo pode ter uma posição de classe direta e outra indireta. A primeira diz respeito à posição de classe derivada do trabalho que o indivíduo desempenha na hierarquia ocupacional, enquanto a segunda deriva da posição de classe dominante no domicílio. Por exemplo, uma secretária casada com um industrial teria uma posição direta na classe dos trabalhadores não-manuais de rotina e, ao mesmo tempo, uma posição indireta na classe dos capitalistas. Segundo essa perspectiva, as pesquisas na área de estratificação e de análise de classes estariam interessadas ora na posição de classe direta, ora na indireta. Essa distinção é analiticamente muito interessante, porque permite uma clareza maior dos objetivos de cada pesquisa.

A partir da idéia de que há posições de classe diretas e indiretas compartilhadas pelo mesmo indivíduo, pode-se pensar de forma mais clara diferentes maneiras de interconexão entre família, classe e gênero. Em cada uma das seções a seguir analisarei diferentes tipos de interação entre classe e gênero, mas antes apresento, brevemente, os grupos de classe elaborados e a metodologia utilizada.

<sup>15</sup> Scalón (1999)

## Metodologia

Para analisar diferentes formas de relação entre classes sociais e gênero classifiquei os grupos ocupacionais de acordo com uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas comparativas de estratificação social. A partir de uma combinação entre posição na divisão do trabalho e títulos ocupacionais, os indivíduos são alocados em diferentes grupos de classe.<sup>16</sup>

Neste capítulo, utilizo apenas três grupos de classe, além de um grupo de pessoas fora do mercado de trabalho, uma vez que, com poucos casos na amostra, tabelas que cruzam mais de quatro categorias ficam com várias células vazias.

O primeiro grupo é o dos profissionais, administradores e pequenos empregadores (ou pequenos proprietários). Os indivíduos deste grupo caracterizam-se ora por terem altos níveis educacionais, que conferem relativa autonomia em relação aos empregadores, ora por serem pequenos empregadores e exercerem controle sobre seus próprios negócios. Em termos de médias de renda mensal e anos de educação completos, este grupo, como se pode ver na tabela 1, encontra-se no topo da hierarquia de classes. Logo abaixo, tem-se a classe dos trabalhadores não-manuais de rotina, ou seja, o pessoal de escritório e do comércio que ocupa uma posição intermediária no processo produtivo das sociedades contemporâneas. O trabalho dos indivíduos desse grupo é supervisionado por algum superior e se concentra geralmente no setor de serviços. Em termos de renda mensal do trabalho e anos completos de escolaridade, este grupo se encontra numa posição intermediária, como fica claro na tabela 1. O terceiro grupo de classe é composto pelos trabalhadores manuais, em geral pouco qualificados, que vão desde estivadores até operários da indústria, passando por trabalhadores rurais. Esta é a classe menos privilegiada no esquema que utilizo nas análises deste capítulo. Obviamente, essa divisão é bastante simplificada, mas mesmo assim representa três posições de classe distintas em termos de renda e educação, bem como das relações de emprego que as caracterizam.

Finalmente, a tabela 1 mostra as médias de renda mensal e anos de educação completos para um quarto grupo de pessoas. Esse grupo não constitui propriamente uma classe social, já que se compõe de pessoas que estão fora do merca-

<sup>16</sup> Ribeiro (2002)

do de trabalho. No caso dos entrevistados do sexo masculino, este grupo contabiliza os desempregados, e no caso dos respondentes do sexo feminino, é constituído pelas mulheres que se definiram como “do lar”, ou seja, por donas-de-casa. Apenas um homem se definiu como “do lar” (como dono-de-casa). Embora esse quarto grupo não constitua um agregado minimamente homogêneo, uma vez que pode ser um conjunto de pessoas com rendas familiares e níveis educacionais distintos, em análises de classe e gênero é importante definir pessoas nessa categoria.

Tabela 1  
Categorias de classe e respectivas médias de renda individual mensal e de anos de educação completos – Brasil, 2003

Discriminação	Renda	Educação
1 Profissionais, administradores e proprietários	1.116	11
2 De rotina não-manual	619	9
3 Trabalhos manuais	378	5
4 “Do lar” ou desempregados	274	6
Coefficiente de correlação	0,40	0,45

Nota: Inclui todos os entrevistados (homens e mulheres).

Os quatro grupos são utilizados para definir a posição de classe direta de homens e mulheres nas análises sobre mobilidade social e casamento. Na seção sobre divisão do trabalho doméstico, a posição direta de classe de maridos e esposas é cruzada, formando diferentes tipos de composições familiares de classe. Esses tipos de família são utilizados nas análises estatísticas como variáveis independentes.

No restante deste capítulo, utilizo três tipos de análises: estatísticas descritivas ou percentuais, para descrever as diferentes distribuições de interesse; modelos log-lineares, para desvendar os padrões de associação entre classes de origem e destino ou classes de maridos e esposas (neste caso, estarei descrevendo as taxas relativas de mobilidade e casamento); e regressões lineares (usando o método dos mínimos quadrados), para analisar o efeito de diversas variáveis independentes sobre a probabilidade de diminuir a desigualdade na divisão do trabalho doméstico.

## Mobilidade social

As análises dos padrões de mobilidade intergeracional entre pais ou mães e seus filhos ou filhas serão interpretadas com o objetivo de: a) delinear diferenças de gênero nas posições de classe; b) verificar o efeito relativo das origens de

classe e da diferença de gênero na determinação das chances de mobilidade social, e c) verificar em que medida a análise dos padrões de mobilidade intergeracional de homens é suficiente para estudar a formação de classes da sociedade. Nos dois primeiros casos, estaremos interessados na posição de classe direta de homens e mulheres, e, no terceiro, na posição de classe indireta definida pela família.

Para verificar se as posições de classe são diferenciadas por gênero, deve-se observar os percentuais das colunas que descrevem o destino de classe nas distribuições baseadas na relação entre classe dos pais e dos filhos e filhas na tabela 2 (a conclusão não muda quando se interpretam os números referentes à comparação da classe de mães e filhos ou filhas).<sup>17</sup> Ao observar os dados que descrevem a posição de classe de homens e mulheres em casais em que ambos estão no mercado de trabalho, fica claro que há mais homens na classe de trabalho manual e mais mulheres na classe de trabalho de rotina não-manual: no trabalho manual estão 67% dos homens e 59% das mulheres, enquanto no trabalho de rotina não-manual se encontram 27% das mulheres e 20% dos homens. Esses dados comprovam que os homens têm mais chances de desempenhar um trabalho manual e as mulheres de entrar no setor de serviços (comércio e escritório). Há indícios claros de uma divisão de gênero entre essas duas posições de classe. Os dados sobre casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho também indicam que 14% de homens e mulheres se encontram na classe dos profissionais.

Esses percentuais devem ser interpretados de maneira um pouco distinta quando se analisam informações referentes a todos os casais. Neste caso, observa-se que, em todas as classes, há um percentual maior de homens em função do fato de 41% das mulheres estarem na categoria "do lar". Ou seja, de cada cinco mulheres casadas, duas são donas-de-casa.

Na última seção deste capítulo analiso a divisão doméstica do trabalho tanto em famílias em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho quanto em famílias com donas-de-casa e homens desempregados. Essas análises indicam se a participação da mulher no mercado de trabalho implica diminuição da desigualdade na divisão do trabalho doméstico

<sup>17</sup> Os percentuais são distintos porque se baseiam em tabelas diferentes cruzando a classe dos pais com os filhos ou filhas e das mães com os filhos ou filhas.

Os dados descritos e apresentados na tabela 2 confirmam as expectativas da literatura sobre estratificação e gênero<sup>18</sup> de que as relações de gênero e de classe se complementam reciprocamente, na medida em que a própria organização da divisão do trabalho se identifica com a distinção de gênero. Dados mais detalhados mostram que certas ocupações são tipicamente desempenhadas por mulheres, enquanto outras são destinadas a homens. Obviamente, essa divisão dos trabalhos entre gêneros funda-se em aspectos culturais que determinam certas atividades como tipicamente masculinas ou femininas. Por exemplo, caminhoneiros ou estivadores em geral são homens, e manicure e telefonista são ocupações desempenhadas na maioria das vezes por mulheres. Dessa forma, as divisões do trabalho e de gênero se complementam na estratificação das sociedades.

Tabela 2  
Distribuição de classes de origem e destino e taxas de mobilidade intergeracional de homens e mulheres, tabelas de mobilidade do pai para o(a) filho(a) e da mãe para o(a) filho(a) — Brasil, 2003  
(%)

Classes sociais	Mobilidade do pai para o filho ou filha							
	Todos				Só respondentes no mercado de trabalho			
	Origem		Destino		Origem		Destino	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1 Profissionais, administradores e proprietários	9	10	12	9	9	12	14	14
2 De rotina não-manual	10	9	18	16	10	9	20	27
3 Trab. manuais urbanos e rurais	81	80	61	35	81	79	67	59
4 "Do lar" ou desempregados	—	—	8	41	—	—	—	—
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Taxas absolutas de mobilidade</i>								
Mobilidade total	36	64			30	38		
Mobilidade ascendente*	20	16			22	27		
Mobilidade descendente*	7	7			8	11		
Entrada no dest. "do lar ou desemprego"	8	41			—	—		
Índice de dissimilidade	—	—			14	20		

Continua

<sup>18</sup> Baron (1984 e 1992), Tilly (1998).

Classes sociais	Mobilidade do pai para o filho ou filha							
	Todos				Só respondentes no mercado de trabalho			
	Origem		Destino		Origem		Destino	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1 Profissionais, administradores e proprietários	3	4	12	8	8	8	11	12
2 De rotina não-manual	4	5	18	16	6	10	18	22
3 Trab. manuais urbanos e rurais	40	50	62	35	86	82	71	66
4 "Do lar" ou desempregados	52	41	8	42	—	—	—	—
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Taxas absolutas de mobilidade</i>								
Mobilidade total	65	57			29	32		
Mobilidade ascendente*	10	8			22	23		
Mobilidade descendente*	3	3			7	8		
Entrada no dest. "do lar ou desemprego"	4	23			—	—		
Saída da origem "do lar ou desemprego"	48	22			—	—		
Imobilidade na cat. "do lar ou desemprego"	4	19			—	—		
Índice de dissimilaridade	44	16			15	16		

\* Estas taxas não incluem a categoria 4 — "do lar ou desemprego" porque não é possível determinar a verticalidade de mobilidade nesses casos.

As análises sobre mobilidade e posição de classe também são importantes para se comparar as chances de mobilidade social de homens e mulheres. A tabela 2 mostra algumas taxas absolutas de mobilidade social para homens e mulheres em casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho e em todos os casais em relação a seus pais e mães.

As taxas de mobilidade absoluta para homens e mulheres casados indicam que 20% dos homens tiveram mobilidade ascendente em relação a seus pais e 10% em relação a suas mães, ao passo que 16% das mulheres tiveram mobilidade ascendente em relação a seus pais e 8% em relação a suas mães. Os dados para a mobilidade em relação a mãe são interessantes, pois mostram que 19% das mulheres donas-de-casa são filhas de donas-de-casa e 23% são filhas de mulheres que estavam no mercado de trabalho. Metade das donas-de-casa são filhas de donas-de-casa. Embora os dados indiquem que os homens têm mais chances de mobili-

dade ascendente, essa interpretação muda quando se observam os dados para os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho. Neste caso, os percentuais são mais próximos: 22% dos homens casados com mulheres que estão no mercado de trabalho tiveram mobilidade ascendente em relação a seus pais e 29% em relação a suas mães. Entre as mulheres que estão no mercado de trabalho, 38% tiveram mobilidade ascendente em relação a seus pais e 32% em relação a suas mães.

Quando se consideram todos os casais, os homens têm mais chances de mobilidade ascendente, mas quando se consideram homens casados com mulheres que estão no mercado de trabalho e mulheres no mercado de trabalho, as chances de mobilidade são melhores para as mulheres. Ou seja, para os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho, as taxas de mobilidade ascendente, mobilidade descendente e imobilidade são mais semelhantes do que as mesmas taxas para ambos os tipos de casais e indicam uma melhor situação das mulheres que estão no mercado de trabalho quando comparadas a seus maridos.

Embora essas comparações de taxas absolutas de mobilidade sejam interessantes, elas não permitem definir o que é mais determinante das chances de mobilidade social: a classe ou o gênero. Para se determinar se os padrões de mobilidade de homens e mulheres com origens na mesma classe são distintos, é preciso lançar mão de modelos estatísticos mais complexos. Na tabela 1 do anexo apresento o resultado do ajuste de três modelos log-lineares a quatro tabelas de mobilidade. Os dados analisados são os seguintes: i) uma tabela cruzando três classes de pais com três classes de destino para homens e mulheres de casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho; ii) uma tabela cruzando três classes de mães com três classes de destino para homens e mulheres de casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho; iii) uma tabela cruzando três classes de pais com três classes de destino para homens e mulheres de todos os tipos de casais; e iv) uma tabela cruzando três classes de pais com três classes de destino para homens e mulheres de todos os tipos de casais.

Utilizei três modelos log-lineares para analisar cada uma dessas tabelas.<sup>19</sup> Esses modelos são interessantes porque seu ajuste aos dados possibilita verificar hipóteses simples e sociologicamente importantes. O primeiro modelo é o de

<sup>19</sup> Ver o ajuste desses modelos na tabela 1 do anexo.

mobilidade perfeita; se esse modelo se ajustar aos dados pode-se dizer que as classes de origem não são relevantes para explicar as chances de mobilidade das pessoas. É muito pouco provável que esse modelo se ajuste aos dados, tendo em vista que, em todas as sociedades estudadas até hoje, ele nunca foi verdadeiro, no entanto serve como modelo de base. O segundo modelo é o de associação constante, que testa a hipótese de que o impacto da origem de classe nas chances de mobilidade é o mesmo para homens e mulheres. Ou seja, se esse modelo se ajustar aos dados, pode-se afirmar que homens e mulheres com a mesma origem de classe têm chances iguais de mobilidade social. O terceiro modelo testa a hipótese de que homens e mulheres com a mesma origem de classe têm chances diferentes de mobilidade social.

O ajuste desses três modelos às quatro tabelas descritas indica que o segundo modelo é o que melhor se ajusta a todas as tabelas. Portanto, não se pode rejeitar a hipótese de que homens e mulheres têm chances iguais de mobilidade social, ou seja, é a classe social de origem (que pode ser medida tanto pela classe da mãe quanto pela do pai) que determina as chances relativas de mobilidade social. Não há diferença de gênero.

As frequências esperadas, derivadas de cada um desses modelos, permitem comparar as chances relativas de mobilidade social de homens e mulheres levando-se em conta sua classe de origem, medida ora pela classe do pai, ora pela da mãe. Vejamos um exemplo dessas chances relativas: os homens e mulheres cujas mães estão na classe dos profissionais e pequenos proprietários (classe 1) têm 12 vezes mais chances de permanecer nesta classe e não descer para a classe dos trabalhadores manuais do que os homens e mulheres cujas mães estão na classe dos trabalhadores manuais. Essas chances relativas são as mesmas para homens e mulheres, mas diferem muito para filhos ou filhas de trabalhadoras manuais e profissionais ou proprietárias.

Essa situação não muda muito quando se considera a classe dos pais, em vez da das mães. Os homens e mulheres cujos pais são profissionais ou pequenos proprietários têm 11 vezes mais chances de permanecer nesta classe do que os homens e mulheres cujos pais são trabalhadores manuais. Essas chances relativas confirmam que há muita desigualdade de oportunidades de mobilidade social entre pessoas com origens de classe distintas, mas não há desigualdade entre homens e mulheres na distribuição dessas oportunidades. Em outras palavras, as chances

relativas de mobilidade social são determinadas antes pela classe de origem do que pelo gênero das pessoas.

Além de indicar que homens e mulheres têm chances semelhantes de mobilidade social, o ajuste do modelo de associação constante às tabelas já referidas reforça a conclusão de trabalhos anteriores de que a estrutura de classes da sociedade brasileira pode ser estudada a partir da análise das chances de mobilidade dos homens chefes de família. Tendo em vista que 41% das mulheres casadas são donas-de-casa e que não há diferença nas chances relativas de mobilidade social de homens e mulheres, é mais prudente descrever a estrutura de classes da sociedade partindo da posição de classe dos maridos como definidora da posição de classe das famílias. Ou seja, se o objetivo for descrever a estrutura de classes brasileira e os padrões de mobilidade que a formam, deve-se continuar analisando os dados referentes aos homens. No entanto, se o objetivo da análise for discutir diferenças na posição de classe direta entre homens e mulheres, deve-se fazer análises comparativas de gênero, como nesta seção.

As análises mostraram, entre outras coisas, que as chances de mobilidade são definidas pela classe de origem e não pelo gênero das pessoas. No que diz respeito às chances de mobilidade social, a classe é mais determinante do que o gênero.

### Casamentos: homogamia e heterogamia

Ao descrever padrões de casamento segundo a classe social dos cônjuges proponho interpretações semelhantes às que sugeri para os padrões de mobilidade social. Esses padrões de casamento indicam: a) se a classe social dos maridos é um bom indicador da classe social da família; b) uma possível distribuição de poder interna aos casais; e c) a rigidez da estrutura de classes em termos da permeabilidade matrimonial de suas fronteiras. No primeiro tipo de interpretação, interessa saber se, em geral os maridos têm posições de classe superiores a suas esposas e quais são essas desigualdades de posições. Caso realmente haja esse tipo de desigualdade interna aos casais, teremos mais evidências de que a posição de classe dos maridos é um bom indicador da posição de classe das famílias. Proponho uma segunda interpretação dos mesmos dados visando verificar a possível distribuição de poder derivada dessa desigualdade interna dos casais. Ou seja, se a desigualdade na posição de classe de maridos e esposas está relacionada a comprometimentos distintos com divisão doméstica do trabalho e/ou com o mercado

de trabalho. Dessa forma, a desigualdade interna, em termos de posição de classes, pode ser estudada não só porque traz mais evidências para se entender a posição de classe das famílias, mas também porque pode ser vista como um indicador da distribuição de poder nos casais brasileiros. Finalmente, as taxas relativas de casamento indicam o grau de fluidez matrimonial de classe. Caso haja fluidez alta (pouca associação) entre as classes de maridos e esposas, então pode-se dizer que há pouca rigidez de classe no mercado matrimonial brasileiro.

A tabela 3 mostra distribuições de classe em todos os casais pesquisados e nos casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho. Também apresenta algumas taxas absolutas de casamento inter e intraclasses.

Tabela 3

Distribuição de classe de maridos e esposas, e taxas absolutas de homogamia e heterogamia de classe para todos os casais e casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho — Brasil, 2003  
(%)

Classes	Todos os casais		Casais no mercado de trabalho	
	Maridos	Esposas	Maridos	Esposas
1 Profissionais, administradores e pequenos proprietários	12	8	18	19
2 Trab. de rotina não-manual	19	11	21	24
3 Trab. manuais urbanos e rurais	63	25	61	57
4 Do lar ou desempregados	7	55	—	—
Total	100	100	100	100
<b>Taxas absolutas de casamento</b>				
<i>Tabela incluindo todos os casais</i>				
Heterogamia total	71	% de casais em que a esposa é "do lar"		52
Homogamia total	29			
Casamentos ascendentes (maridos)	12			
Casamentos ascendentes (esposas)	59	% de casais em que o marido está desempregado		4
Índice de dissimilaridade (todos)	49			
<i>Tabela incluindo casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho</i>				
Heterogamia total	37			
Homogamia total	63			
Casamentos ascendentes (maridos)	21			
Casamentos ascendentes (esposas)	16			
Índice de dissimilaridade (todos)	5			

As duas primeiras colunas da tabela 3 revelam que, nos casais brasileiros, os maridos têm posição de classe superior a das esposas. Por exemplo, estão na clas-

se dos profissionais e pequenos proprietários 12% dos maridos e 8% das esposas. A informação que mais se destaca é a de que 55% das esposas estão fora do mercado de trabalho, isto é, são donas-de-casa ou, em alguns poucos casos, estão desempregadas. Na parte da tabela 3 que apresenta as taxas absolutas de casamento encontram-se outras informações importantes sobre todos os casais. Por exemplo, enquanto 59% das esposas casam com maridos com posições de classe superiores, apenas 12% dos maridos casam com mulheres que têm posições superiores. Essas informações evidenciam que, na grande maioria dos casais brasileiros, os homens têm posições de classe superiores às de suas esposas. Dessa forma, as evidências continuam a indicar que a posição de classe dos maridos parece ser adequada para medir a posição de classe das famílias. Essa conclusão é uma consequência direta da desigualdade de classe entre homens e mulheres, ou seja, é justamente porque os homens têm posições de classe superiores que ainda se deve utilizar essas posições dos homens para definir a estrutura de classes da sociedade como um todo.

Esse tipo de interpretação se modifica um pouco quando se consideram apenas os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho. Nesses casos, há mais igualdade entre marido e mulher. As duas últimas colunas da primeira parte da tabela 3 indicam que, em casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho, a distribuição de classes é mais parecida. Nesses casais, 18% dos maridos e 19% das esposas estão na classe dos profissionais e pequenos proprietários, 21% dos maridos e 24% das esposas estão na classe dos trabalhadores de rotina não-manual, e 61% dos maridos e 57% das esposas estão na classe dos trabalhadores manuais. Além disso, 63% dos casamentos se dão entre homens e mulheres de mesma posição de classe (homogamia total). Um dado interessante sobre esses casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho é que 21% dos homens e 16% das mulheres se casam com pessoas de classes mais altas. O que é surpreendente nesse tipo de casal é que há mais homens casando com mulheres de classes mais altas do que mulheres se casando com homens de classes mais altas. Obviamente, como vimos para os dados referentes a todos os casais, esse padrão não é o dominante nos casais brasileiros, mas apenas nos casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho. De fato, os dados indicam que há pouca desigualdade de classe nos casais em que ambos estão no mercado de trabalho e muita desigualdade de classe nos casais brasileiros em geral.

O terceiro tema que me propus a analisar foi o grau de fluidez no mercado matrimonial brasileiro. Para realizar essas análises, utilizei alguns modelos log-

lineares, cujas estatísticas de ajuste se encontram na tabela 2 do anexo, para desvendar o grau de associação entre as classes dos maridos e das esposas. O modelo selecionado para descrever a associação estatística na tabela 4 que inclui todos os casais (inclusive maridos desempregados e mulheres do lar) revela que há forte associação entre a classe do marido e a da esposa. A melhor maneira de descrever essa associação é apresentar algumas das chances relativas de casamento entre classes. Vejamos alguns exemplos:

- homens da classe dos profissionais e pequenos proprietários têm 17 vezes mais chances de se casar com donas-de-casa do que homens da classe dos trabalhadores manuais;
- homens da classe dos profissionais e pequenos proprietários têm 28 vezes mais chances do que homens da classe dos trabalhadores manuais de se casar com mulheres que estejam na classe dos profissionais, em vez de se casar com mulheres trabalhadoras manuais;
- homens da classe dos profissionais e pequenos proprietários têm 1,8 vez mais chances do que homens da classe dos trabalhadores de rotina não-manual de se casar com mulheres que estejam na classe dos profissionais, em vez de se casar com mulheres que estejam na classe dos trabalhadores de rotina não-manual.

Esses três exemplos representam bem as características da associação entre classes de maridos e esposas no Brasil. Em geral, homens das classes mais altas tendem a se casar ora com mulheres das classes mais altas, ora com donas-de-casa. Há fortes barreiras para casamentos entre a classe dos profissionais e pequenos proprietários e a classe dos trabalhadores manuais. Essas constatações indicam que o mercado matrimonial é fortemente estruturado por barreiras de classe no Brasil. A associação estatística entre classes de maridos e esposas revela que há barreiras rígidas para casamentos entre pessoas de classes altas e baixas, e barreiras fracas para casamentos entre pessoas de classes sociais hierarquicamente próximas. Além disso, o modelo indica que homens das classes altas têm mais chances de se casar com donas-de-casa do que homens das classes baixas.

Todos os dados analisados nesta seção indicam forte homogamia de classes no Brasil. Os homens tendem a se casar seja com mulheres que tenham posições de classe semelhantes as suas ou que sejam donas-de-casa. Os eventuais casais interclasse são geralmente compostos por maridos que têm posição de classe dire-

ta superior à de suas mulheres. Esses padrões revelam forte rigidez e tradicionalismo no mercado matrimonial brasileiro.

## Divisão do trabalho doméstico

Será que os padrões de distribuição de posições de classe entre maridos e esposas que descrevi têm algum efeito sobre a divisão do trabalho doméstico? Embora casamentos em que a esposa esteja em posição de classe superior à do marido sejam pouco freqüentes, será que nesses tipos de casais os homens ajudam mais nas tarefas domésticas? Enfim, será que há algum efeito de classe sobre a divisão do trabalho doméstico, ou essa divisão é puramente determinada pela distinção de gênero?

Para responder a essas perguntas adotei a seguinte estratégia metodológica:

- descrevi as respostas de homens e mulheres casados sobre o montante de trabalho doméstico que seus cônjuges realizam. Analisei separadamente as respostas de homens e mulheres, porque parti do pressuposto de que as percepções de maridos e esposas sobre a divisão do trabalho doméstico são distintas. Por exemplo, os maridos podem achar que fazem mais do que as esposas pensam que eles fazem ou vice-versa;
- analisei a distribuição da percepção sobre a divisão do trabalho doméstico segundo diferentes tipos de composição de classe dos casais. Ou seja, verifiquei se as percentagens de trabalho doméstico atribuídas aos cônjuges por homens e mulheres variam de acordo com a combinação entre classe direta de maridos e esposas. Essas descrições permitem observar se há diferenças na divisão do trabalho doméstico entre, por exemplo, os casais em que os maridos estão em classes inferiores às de suas mulheres e os casais em que estão em classes superiores ou iguais às de suas mulheres;
- finalmente, estimei modelos de regressão múltipla (pelo método dos mínimos quadrados) para verificar quais os principais fatores relacionados à divisão doméstica do trabalho.

Esses três tipos de análise foram realizados tanto para casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho, quanto para todos os casais que incluem mulheres donas-de-casa e maridos desempregados.



### Distribuição percentual da divisão do trabalho doméstico

A tabela 4 mostra a distribuição percentual das respostas que homens e mulheres (em todos os casais e em casais com ambos os cônjuges no mercado de trabalho) deram a uma série de perguntas sobre a divisão do trabalho doméstico. Na última coluna, apresento um índice do trabalho doméstico total que é a soma ponderada das respostas sobre as atividades descritas nas colunas anteriores.<sup>20</sup>

Nos dados para todos os tipos de casais, pode-se ver que 81,9% das mulheres dizem que são sempre elas que fazem o trabalho doméstico, enquanto 36,2% dos maridos dizem que a divisão do trabalho doméstico é igualitária. Obviamente, há uma clara diferença na percepção de maridos e esposas sobre a divisão doméstica do trabalho. As esposas tendem a dizer que fazem quase tudo e os maridos, embora reconheçam que não fazem quase tudo, tendem a dizer que fazem mais do que suas esposas percebem.

Tabela 4

Distribuição percentual da contribuição de cada cônjuge no trabalho doméstico — Brasil, 2003

Frequência	Todos os tipos de casais							
	Lava e passa roupa	Compra comida	Limpa a casa	Cozinha	Lava os pratos	Trabalho doméstico de rotina	Cuida das crianças	Trabalho doméstico total
<i>Respondentes mulheres</i>								
Sempre eu	81,2	42,6	71,6	74,4	69,1	81,5	71,3	81,9
Geralmente eu	12,4	15,8	15,9	12,4	15,1	13,9	25,7	13,9
Igualmente	4,9	27,8	10,6	10,7	11,8	3,5	2,5	3,4
Geralmente meu cônjuge	1,0	8,9	1,3	1,5	3,2	1,1	0,5	0,8
Sempre meu cônjuge	0,5	6,9	0,5	1,0	0,8	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	12,5	21,9	14,1	13,9	15,3	14,7	16,0	14,8
N	388	406	377	394	372	475	202	475
<i>Respondentes homens</i>								
Sempre eu	2,1	17,1	3,6	3,5	5,3	2,3	4,2	2,3
Geralmente eu	1,2	7,4	1,9	2,1	2,9	3,9	8,5	4,3
Igualmente	8,1	36,9	16,6	15,6	21,4	35,2	47,3	36,2
Geralmente meu cônjuge	42,1	19,4	36,1	34,3	33,2	44,4	21,8	44,4
Sempre meu cônjuge	46,4	19,1	41,8	44,4	37,3	14,2	18,2	12,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	42,7	31,8	40,8	41,1	39,0	40,2	36,9	40,1
N	420	444	416	423	416	486	165	486

Continua

<sup>20</sup> Para a metodologia de ponderação, ver Wright, 1997: 306.

Frequência	Casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho							
	Lava e passa roupa	Compra comida	Limpa a casa	Cozinha	Lava os pratos	Trabalho doméstico de rotina	Cuida das crianças	Trabalho doméstico total
<i>Respondentes mulheres</i>								
Sempre eu	73,2	34,5	60,9	65,0	58,9	68,3	63,8	69,1
Geralmente eu	15,3	16,4	18,5	14,1	14,6	23,1	31,9	23,0
Igualmente	8,9	32,2	18,5	17,2	21,2	7,9	0,9	7,2
Geralmente meu cônjuge	1,9	10,5	2,0	2,5	4,6	0,7	0,0	0,7
Sempre meu cônjuge	0,6	6,4	0,0	1,2	0,7	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	14,0	23,5	16,0	16,3	17,4	16,6	17,3	16,6
N	157	171	151	163	151	139	47	139
<i>Respondentes homens</i>								
Sempre eu	1,9	14,9	5,2	5,1	5,2	2,1	2,1	2,1
Geralmente eu	1,3	8,0	2,6	3,2	3,3	5,6	12,5	7,0
Igualmente	12,8	42,9	18,8	19,2	29,4	42,0	56,2	40,6
Geralmente meu cônjuge	42,3	17,7	35,7	32,7	31,4	38,4	16,7	39,8
Sempre meu cônjuge	41,7	16,6	37,7	39,7	30,7	11,9	12,5	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	42,00	30,80	39,90	39,80	37,70	39,20	36,48	39,14
N	156	175	154	156	153	143	48	143

Os padrões são semelhantes para os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho, apesar da leve tendência de maridos e esposas reconhecerem que há um pouquinho mais de divisão do trabalho. Nesses tipos de casais, 69% das mulheres dizem que sempre fazem o trabalho doméstico (ver última coluna) e 40% dos homens, que a distribuição é igualitária. Pode-se imaginar, de acordo com a literatura feminista, que os homens tendem a ser mais indulgentes e as mulheres mais realistas em suas percepções sobre a divisão do trabalho doméstico. Adotando essa perspectiva, pode-se estimar que, em todos os tipos de casais (ou seja, no conjunto que representa os casais brasileiros), as mulheres tendem a fazer 4/5 do trabalho doméstico. Ao se observar os dados para os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho, estima-se que as esposas façam 2/3 do trabalho doméstico. Embora haja, aparentemente, menos desigualdade na distribuição do trabalho entre os casais em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa, os números brasileiros são semelhantes aos de outros países onde os homens tendem a dizer que os maridos fazem entre 20 e 30% do trabalho doméstico.<sup>21</sup> Essa semelhança entre diversos países é impressionante e certamente uma regularidade que convida a maiores especulações teóricas.

<sup>21</sup> Wright (1997: 288)

### Tipos de família e divisão doméstica do trabalho

Numa primeira tentativa de verificar se as diferentes combinações de classes nos casais brasileiros podem ter impacto sobre a divisão do trabalho doméstico, descrevo o percentual do trabalho doméstico que homens e mulheres desses tipos de família declaram que seus cônjuges realizam. Os tipos de família são simplesmente algumas combinações possíveis entre as posições de classe diretas de maridos e esposas. Tendo em vista que, em alguns casos, há poucas famílias, foi necessário fazer algumas simplificações. Para os dados sobre casais que incluem donas-de-casa e homens desempregados, elaborei os seguintes tipos de família:

- a) profissionais casados com profissionais;
- b) profissionais casados com trabalhadores de rotina não-manual;
- c) profissionais casados com trabalhadores manuais;
- d) marido profissional com mulher dona-de-casa;
- e) ambos os cônjuges trabalhadores de rotina não-manual;
- f) marido trabalhador de rotina não-manual e mulher trabalhadora manual;
- g) marido trabalhador de rotina não-manual e mulher dona-de-casa;
- h) marido trabalhador manual e mulher trabalhadora de rotina não-manual;
- i) ambos trabalhadores manuais;
- j) marido trabalhador manual e mulher dona-de-casa;
- k) marido desempregado e mulher empregada em qualquer classe;
- l) ambos fora do mercado de trabalho.

Para os dados que incluem apenas casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho construí sete tipos de família:

- a) ambos profissionais;
- b) profissional casado com trabalhador de rotina não-manual;
- c) profissional casado com trabalhador manual;
- d) ambos trabalhadores de rotina não-manual;
- e) marido trabalhador de rotina não-manual e mulher trabalhadora manual;
- f) marido trabalhador manual e mulher trabalhadora de rotina não-manual;
- g) ambos trabalhadores manuais

A tabela 5 mostra a média de percentual de trabalho doméstico realizado pelo cônjuge em cada um desses tipos de família, segundo a declaração de mari-

dos e esposas. Algumas hipóteses podem ser avaliadas a partir desses dados. Inicialmente, deve-se verificar se a distribuição do trabalho doméstico é mais igualitária em famílias em que ambos os cônjuges estão na mesma classe social. Em seguida, pode-se observar se em casais em que a esposa tem posição de classe mais alta do que o marido a divisão do trabalho doméstico é mais equânime do que em famílias nas quais o marido tem posição de classe mais alta ou semelhante à da esposa.

A primeira observação que devemos destacar é que as mulheres, em qualquer tipo de família, declaram que os maridos fazem cerca de 1/3 do trabalho doméstico. Na realidade, o percentual varia entre 27 e 36% entre os diferentes tipos de casais. É fácil concluir que a variação das respostas não é grande entre os tipos de casais.

Os maridos, por sua vez, declaram que as esposas realizam entre 4/5 e 2/3 do trabalho doméstico. O percentual varia entre 59%, no caso de famílias em que o marido está desempregado e a esposa empregada, em qualquer uma das classes, e 84% no caso em que o marido é trabalhador de rotina não-manual e a esposa trabalhadora manual. Nas respostas dos homens, somente nos casos em que eles estão fora do mercado de trabalho é que há alguma contribuição um pouco maior na divisão do trabalho doméstico. Mas, de modo geral, os dados indicam claramente que o tipo de composição de classe dos casais não tem efeito significativo sobre a divisão do trabalho doméstico.

Tabela 5  
Percentual do trabalho doméstico realizado pelo cônjuge, segundo o respondente — Brasil, 2003

Domicílios com casais					Domicílios em que os cônjuges estão no mercado de trabalho			
Todos os respondentes (N = 746)					Todos os respondentes (N = 376)			
Classe de trab. da esposa	Classe de trab. do marido				Classe de trab. da esposa	Classe de trab. do marido		
	Prof., adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual	Desempregado		Prof., adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual
Prof., adm. e prop.	55	58	63	42	Prof., adm. e prop.	55	58	61
De rotina não-manual	58	44	55	42	De rotina não-manual	58	44	55
Trab. manual	63	55	58	42	Trab. manual	61	55	58
Do lar	56	55	61	41				

Continua

Domicílios com casais					Domicílios em que os cônjuges estão no mercado de trabalho			
Respondentes mulheres (N = 349)					Respondentes mulheres (N = 188)			
Classe de trab. do marido					Classe de trab. do marido			
Classe de trab. da esposa	Prof. adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual	Desempregado	Classe de trab. da esposa	Prof. adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual
Prof., adm. e prop.	36 (a)	35 (b)	35 (c)	36 (k)	Prof., adm. e prop.	36 (a)	35 (b)	36 (c)
De rotina não-manual	35 (b)	30 (e)	34 (h)	36 (k)	De rotina não-manual	35 (b)	30 (d)	34 (f)
Trab. manual	35 (c)	33 (f)	33 (i)	36 (k)	Trab. manual	36 (c)	33 (e)	33 (g)
Do lar	29 (d)	27 (g)	27 (j)	28 (l)				
Respondentes homens (N = 397)					Respondentes homens (N = 188)			
Classe de trab. do marido					Classe de trab. do marido			
Classe de trab. da esposa	Prof. adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual	Desempregado	Classe de trab. da esposa	Prof. adm. e prop.	De rotina não-manual	Trab. manual
Prof., adm. e prop.	71 (a)	73 (b)	70 (c)	59 ((k)	Prof., adm. e prop.	71 (a)	73 (b)	80 (c)
De rotina não-manual	73 (b)	83 (e)	82 (h)	59 (k)	De rotina não-manual	73 (b)	83 (d)	82 (f)
Trab. manual	70 (c)	84 (f)	78 (i)	59 (k)	Trab. manual	80 (c)	84 (e)	78 (g)
Do lar	77 (d)	81 (g)	84 (j)	68 (l)				

Nota: O tipo de família aparece entre parênteses; a explicação está no texto.

## Análises multivariadas

Nas seções anteriores analisei as distribuições percentuais da divisão do trabalho doméstico e desta divisão em famílias com diferentes composições de classe entre maridos e esposas. De modo geral, essas análises indicam que tanto mulheres quanto homens declaram que a maior parte do trabalho doméstico é realizado pelas esposas. Também observei que, aparentemente, não há variação na divisão do trabalho doméstico entre famílias com diferentes composições de classe dos cônjuges. Para realizar um teste final, implementei análises de regressão incluindo diversas variáveis independentes que poderiam estar correlacionadas com a divisão do trabalho doméstico.

Como o principal interesse era verificar se há variação na divisão do trabalho doméstico segundo a composição de classe dos casais, incluí variáveis sobre o tipo de casal em todas as regressões e fui adicionando diversas outras variáveis, como educação (anos completos), renda individual, renda do cônjuge, ideologia de gênero, presença de empregada doméstica, presença de crianças menores de cinco anos no domicílio, idade do respondente e horas que o cônjuge trabalha por

semana. Entre essas variáveis, a única estatisticamente significativa é a educação do respondente. Por isso, a tabela 6 apresenta os modelos que incluem o tipo de família e a educação do respondente. Esta tabela mostra o resultado de quatro regressões múltiplas, estimadas pelo método dos mínimos quadrados. As duas primeiras incluem todos os tipos de arranjos familiares e a educação de respondentes homens e mulheres, e as duas últimas incluem apenas casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho e a educação de respondentes homens e mulheres. As equações estimadas têm a seguinte expressão:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \epsilon$$

onde  $Y$  é a variável dependente (trabalho doméstico),  $\beta_0$  é o termo para a interseção,  $b_1$  define o efeito de  $X_1$ , que é o tipo de família (na realidade  $\beta_1$  é um conjunto de estimadores para dicotomias que têm casais em que ambos os cônjuges são profissionais como categoria de referência),  $\beta_2$  define o efeito de  $X_2$ , que são os anos de educação do respondente, e  $\epsilon$  é o termo de erro.

Tabela 6

Regressão linear da composição de classe do casal e outras variáveis selecionadas no trabalho doméstico do cônjuge

	Homens	(p)	Mulheres	(p)
<i>Todos os casais</i>				
<i>Categorias de classe</i>				
b Profissional + de rotina não-manual	0,07	(0,78)	0,11	(0,70)
c Profissional + trab. manual	0,28	(0,30)	-0,04	(0,90)
d Marido profissional + mulher do lar	0,18	(0,48)	0,25	(0,30)
e Ambos trab. de rotina não-manual	0,48	(0,18)	0,25	(0,31)
f Marido de rotina não-manual + mulher trab. manual	0,44	(0,12)	0,03	(0,90)
g Marido de rotina não-manual + mulher do lar	0,29	(0,21)	0,35	(0,11)
h Marido trab. manual + mulher de rotina não-manual	0,37	(0,17)	0,05	(0,83)
i Ambos trabs. manuais	0,11	(0,63)	-0,06	(0,76)
j Marido trab. manual + mulher do lar	0,41	(0,06)	0,28	(0,18)
k Marido desempregado + mulher empregada	-0,86	(0,01)	0,11	(0,77)
l Ambos desempregados	-0,36	(0,27)	-0,04	(0,50)
Educação do respondente	-0,03	(0,00)	0,25	(0,00)
R <sup>2</sup>	0,14		0,12	
N	397		347	

Continua

	Homens	(p)	Mulheres	(p)
<i>Casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho</i>				
b Profissional + de rotina não-manual	0,04	(0,88)	0,12	(0,72)
c Profissional + trab. manual	0,18	(0,54)	-0,14	(0,65)
d Ambos trab. de rotina não-manual	0,40	(0,31)	0,23	(0,43)
e Marido de rotina não-manual + mulher trab. manual	0,33	(0,31)	-0,06	(0,84)
f Marido trab. manual + mulher de rotina não-manual	0,27	(0,37)	0,03	(0,92)
g Ambos trabs. manuais	-0,05	(0,86)	-0,19	(0,46)
Educação do respondente	-0,06	(0,00)	-0,06	(0,00)
R <sup>2</sup>	0,13		0,11	
N	143		137	

A educação é a única variável estatisticamente significativa ( $p > 0,5$ ) em todas as quatro regressões. No entanto, o efeito é muito pequeno em três modelos; apenas no caso das respondentes mulheres (incluindo todos os tipos de casais) é que se observa um efeito um pouco mais forte, o que indica que mulheres com mais anos de instrução tendem a ter maridos que contribuem mais na divisão do trabalho doméstico. Além do efeito da educação, também se pode observar no modelo para respondentes homens (incluindo todos os tipos de casais) que a variável para casais em que o marido está desempregado também é estatisticamente significativa. O modelo indica, portanto, que maridos desempregados tendem a dizer que contribuem mais no trabalho doméstico.

Tomando por base os quatro modelos, temos que nos limitar às conclusões que acabo de expor. Mas todos esses modelos separam respondentes homens de mulheres. Assim, estimei mais uma regressão, incluindo respondentes de ambos os sexos e o sexo como única variável explicadora da divisão do trabalho doméstico. Esses modelos — para todos os tipos de casais e para casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho — são simples, na medida em que incluem apenas uma variável independente (sexo), mas são extremamente poderosos, pois explicam, respectivamente, 79 e 71% da variação da variável dependente. Em ciências sociais é muito difícil encontrar modelos com tal poder explicativo. O que isso significa?

Significa apenas que a divisão do trabalho doméstico é uma divisão sexual do trabalho em que as esposas fazem muito mais do que seus maridos. Mais precisamente, pode-se dizer que os respondentes homens, nas análises que incluem todos os tipos de casais, declaram que suas esposas fazem 81% de todo o trabalho

doméstico e as mulheres declaram que seus maridos fazem em média apenas 30% desse trabalho. A análise que inclui apenas os casais em que ambos os cônjuges estão no mercado de trabalho indica que os homens declaram que suas esposas realizam em média 78,4% de todo o trabalho doméstico, ao passo que as mulheres declaram que seus maridos fazem em média 33,6% desse trabalho. Essas análises indicam, por um lado, que não há uma diferença dramática entre os casais em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa e os outros tipos de casais e, por outro, que as mulheres tendem a declarar que seus maridos fazem um pouco mais do que eles declaram fazer. Ou seja, enquanto os maridos dizem fazer cerca de 20% do trabalho doméstico, as esposas tendem a dizer que eles fazem algo em torno de 30%. De qualquer forma, não resta dúvida de que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Embora isso não seja novidade, fica comprovado que as mulheres brasileiras de todas as classes sociais enfrentam realmente jornadas duplas.

Tabela 7  
Regressão linear simples de gênero em trabalho doméstico do cônjuge

Discriminação	Todos os casais		Casais no mercado de trabalho	
	Homens e mulheres	(p)	Homens e mulheres	(p)
Gênero	-2,53	(0,00)	-2,23	(0,00)
R <sup>2</sup>	0,79		0,71	
N	746		282	
Média de trabalho doméstico do cônjuge				
Respondente homem	4,04		3,92	
Respondente mulher	1,50		1,68	

## Conclusão

As análises aqui implementadas levam às seguintes conclusões:

- os padrões de mobilidade intergeracionais são definidos pela classe de origem dos indivíduos, sendo os mesmos para homens e mulheres;
- os maridos continuam a ter posições de classe superiores às de suas esposas; e
- a maioria do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres.

Estas conclusões contribuem para a ampliação dos estudos sobre a interação classe/gênero no Brasil contemporâneo.

### Referências bibliográficas

- ABBOT, P.; SAPSFORD, R. *Women and social class*. London: Tavistock, 1987.
- ACKER, J. Women and social stratification: a case of intellectual sexism. *American Journal of Sociology*, v. 78, p. 936-945, 1973.
- BARON, James N. Organizational perspectives on stratification. *Annual Review of Sociology*, v. 10, p. 37-69, 1984.
- . Organizational evidence of ascription in labor markets. In: CORNWALL, Richard; WUNNAVA, Phanindra (Eds.). *New approaches to economic and social analysis of discrimination*. New York: Praeger, 1992.
- BRITTEN, N.; HEATH, A. Women men and social class. In: GAMARNIKOW, Eva et al. (Eds.). *Gender, class and work*. London: Heinemann, 1983.
- COMPTON, R.; MANN, M. (Eds.). *Gender and stratification*. Cambridge: Polity Press, 1986.
- DiPRETE, T.; GRUSKY, D. Structure and trend in the process of stratification for American men and women. *American Journal of Sociology*, v. 93, p. 107-143, 1990.
- ERICKSON, R. Social class of men, women and family. *Sociology*, v. 18, p. 500-514, 1984.
- GOLDTHORPE, J. H. Women and class analysis: in defence of the conventional view. *Sociology*, v. 17, p. 465-488, 1983.
- ; ERICKSON, Robert. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- HARTMAN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism. *Capital & Class*, v. 8, p. 1-33, 1979.
- . The family as the locus of gender, class and political struggle: the example of housework. *Signs*, v. 3, p. 311-394, 1981.
- LEWIS, J. The debate on sex and class. *New Left Review*, p. 108-122, Jan /Feb 1985.
- PARSONS, T. A revised analytical approach to the theory of social stratification. In: BENDIX, R.; LIPSET, S. M. (Eds.) *Class, status and power*. New York: Free Press, 1953.

- RIBEIRO, Carlos A. Costa. *The Brazilian occupational structure*. 2002. Thesis (PhD) — Columbia University, New York, 2002.
- SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCM, 1999.
- SORENSEN, Annemette. Women, family and class. *Annual Review of Sociology*, v. 20, p. 27-47, 1994.
- TILLY, Charles. *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- WRIGHT, Erick O. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ZELIZER, Viviana A. Rotman. *The social meaning of money*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

## As cores da desigualdade de gênero no Brasil

*Rosana Heringer\**

*Dayse Miranda\*\**

### Introdução

O Brasil do início do século XXI é um país que carrega as marcas de uma desigualdade histórica e cristalizada. Vários pesquisadores, como Nelson Valle Silva, Ricardo Paes e Barros, Maria Celi Scalon, entre outros, já se dedicaram a demonstrar que a mobilidade social ascendente é uma possibilidade para poucos neste país e que uma série de fatores associados à trajetória de vida do indivíduo torna praticamente impossível essa ascensão para a maioria dos brasileiros. Resumindo: aqueles, entre nós, que nascem pobres tendem fortemente a permanecer pobres; e os que nascem ricos também mantêm a sua posição. Isso se dá com relativa constância ao longo do tempo, independentemente da estabilidade financeira do país, do sucesso dos planos econômicos ou dos ciclos alternados de crescimento e retração.

As desigualdades, que se reproduzem ao longo do tempo, transformam alguns grupos historicamente discriminados em alvos mais fáceis dessa imobilidade

---

\* Coordenadora-geral de programas da ActionAid Brasil e pesquisadora associada do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes, doutora em sociologia pelo IUPERJ

\*\* Pesquisadora da Cepta (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, mestre em sociologia pelo IUPERJ

social. O caso mais notável no Brasil é o da população afro-brasileira, que acumula, ao longo de muitas décadas, um conjunto de desvantagens que têm como consequência sua permanência entre os mais pobres da população brasileira. Os negros têm mais dificuldades para ascender socialmente no Brasil.<sup>1</sup>

O Brasil passou por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos no que diz respeito às relações raciais. A percepção do país como uma democracia racial desfez-se e, hoje, diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade. Embora ainda esteja também presente a auto-imagem do Brasil como um país homogêneo e indiferenciado, encontra-se progressivamente maior abertura a experiências que procuram beneficiar grupos específicos, historicamente com menor acesso a oportunidades.

Nunca o tema do racismo e do combate às desigualdades raciais esteve tão presente no debate público brasileiro. Seja no Congresso Nacional, seja na mídia, discutem-se propostas e medidas concretas que atendam às históricas demandas do movimento negro brasileiro, que há muito vem se organizando e alimentando o debate sobre essas questões.

Por essa entre outras razões, a oportunidade de analisar os dados resultantes do *survey* realizado no âmbito do projeto do Programa Internacional de Pesquisa Social (ISSP) permitiu-nos ter acesso a um outro olhar sobre os indicadores de gênero, observando a composição de um cenário de desigualdades entre homens e mulheres à luz da questão racial no Brasil.

Para tanto, operacionalizamos o presente estudo a partir da análise das diferenças entre as percepções de homens e mulheres sobre os papéis de gênero no âmbito familiar e no mercado de trabalho, levando em conta as diferenças intra-raciais (entre homens e mulheres negras) e inter-raciais (entre mulheres negras e brancas). Foram realizados cinco testes da hipótese das diferenças entre as percepções de homens e mulheres sobre essa questão e quatro novos testes

<sup>1</sup> O censo brasileiro pede às pessoas que se classifiquem em uma das cinco categorias seguintes: branco, preto, pardo, indígena ou amarelo (oriental). Os dados e a análise aqui apresentados restringem-se às diferenças existentes entre afro-brasileiros e brancos no Brasil. Sabemos que os povos indígenas também são vítimas de discriminação e apresentam, historicamente, baixos indicadores de qualidade de vida. Infelizmente, ainda não tivemos a oportunidade de aprofundar a análise dos indicadores e das políticas voltadas para esta parcela da população, o que tornaria a abordagem desta temática insuficiente neste capítulo.

estatísticos para investigar os diferentes padrões de opinião das mulheres entrevistadas.

Tendo em vista os resultados estatísticos, examinamos em que medida as *desigualdades raciais* são fatores relevantes para se compreender a natureza de valores e práticas que se constituem e se reforçam no cotidiano dos indivíduos aqui entrevistados. O que pensam homens e mulheres sobre os seus respectivos papéis no âmbito da divisão sexual do trabalho doméstico? O que pensam homens e mulheres brancos e negros? Existe alguma diferença? E, em particular, as mulheres brancas e negras compartilham das mesmas opiniões sobre a sua inserção no mercado de trabalho?

Foi a partir desses questionamentos que formulamos a seguinte hipótese: *a percepção de homens e mulheres sobre os seus respectivos papéis no âmbito da divisão sexual do trabalho doméstico está correlacionada, entre outras coisas, à cor/raça*. Em outras palavras, o componente “cor” está associado às distintas percepções dos entrevistados sobre seus papéis na família e sua inserção no mercado de trabalho.

O capítulo está assim estruturado: primeiramente, apresentamos a análise descritiva dos dados utilizados. Em seguida, a partir das correlações entre as variáveis estruturais e sociodemográficas, discutimos os resultados da pesquisa concernentes às desigualdades de gênero e raciais, no âmbito do trabalho e no campo educacional. Apresentamos, então, o conjunto de testes da hipótese das diferenças, o que nos permitiu de certa forma responder ao objetivo central deste trabalho. Por último, tecemos algumas considerações finais.

## Metodologia: análise descritiva dos dados

A base de dados Programa Internacional de Pesquisa Social (ISSP), realizada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003, compõe-se de 2 mil respondentes, abrangendo os casos válidos 894 homens brancos e não-brancos e 946 mulheres brancas e não-brancas.

A análise do perfil da estrutura familiar e das posições dos respondentes no mundo do trabalho deu-se a partir de variáveis sociodemográficas e estruturais, a saber: sexo, estado civil, condição na família, ter ou não filhos, tipo de família, situação de emprego do respondente, renda, grau de escolaridade, situação ocupacional, horas gastas com trabalho doméstico e cor/raça. Esta última, por sua

vez, foi elaborada a partir de formulação da Fibge — agregada com base nas opções de resposta “preto/preta” e “pardo/parda”, e apresentados os resultados segundo as categorias “negro/negra” e “branco/branca”.

Primeiramente, no que diz respeito ao tipo de família ora analisada, 48,3% dos respondentes homens ( $n = 860$ ) e 50,6% das respondentes mulheres ( $n = 883$ ) são casados e têm filhos que ainda residem com os pais. Apenas 9,7% dos homens e 7,6% das mulheres são casados e têm filhos, mas estes não moram com eles. É curioso ressaltar que, no universo feminino, as solteiras se destacam em relação aos demais resultados: 17,7% das respondentes são solteiras e residem com filhos. Por outro lado, dos homens respondentes, apenas 5% são solteiros e vivem com os filhos.

Quando analisamos o universo feminino sob a lente das diferenças raciais, verificamos que, do total das respondentes brancas ( $n = 471$ ), 46,7% são casadas. Dessas mulheres casadas ( $n = 220$ ), 90% têm filhos. Por outro lado, no grupo das respondentes negras ( $n = 475$ ), 38,9% são casadas e 42,5%, solteiras. Ao contrário das mulheres brancas, as solteiras é que são a maioria e 76,4% têm filhos. Como apontam estudos realizados por Scalón (1992) e Berquó (1990), entre outros, por motivos associados à seletividade conjugal e também ao *status* socioeconômico, as mulheres brancas são, com frequência, preferidas em escolhas conjugais, levando a um número maior de mulheres negras que permanecem solteiras.

Tabela 1 -

Condição homens e mulheres na família, segundo a cor/raça — 2003

Branca	Homens	Frequência	Mulheres	Frequência
Chefe de família	69,75	279	31,05	145
Total	100%	400	100%	467
Negra	Homens	Frequência	Mulheres	Frequência
Chefe de família	64,10	275	26,86	123
Total	100%	429	100%	458

Fonte: ISSP (2003).

No que se refere à condição da família dos respondentes, a tabela 1 informa que, tanto na família branca quanto na negra, os homens são predominantemente os responsáveis pela promoção do bem-estar material do lar, pois 70% dos homens entrevistados são chefes de família. Do total dos casos válidos para os homens, 69,75% são brancos e 64,10%, negros. Trata-se de diferenças de gênero

ainda marcadas por padrões patriarcais, que definem os papéis dos homens como provedores do bem-estar material de sua família. Nesse caso, as desigualdades raciais não aparecem como fator estruturante desses papéis.

O mesmo não se pode afirmar quando se analisa essa diferença no universo feminino entrevistado. Ainda que o diferencial, em termos percentuais (de 4,64 pontos), não tenha sido significativo, é consensual na literatura de gênero e trabalho que o acesso da mulher negra ao mercado de trabalho brasileiro ainda enfrenta fortes barreiras estruturais e culturais, o que muitas vezes a impede de romper com papéis tradicionais na divisão sexual do trabalho.

Tomando-se as variáveis estruturais, a pesquisa mostra que 63,5% das mulheres respondentes (mil) e 40,5% dos homens respondentes (971) não trabalham. Trata-se de uma diferença de 18,3 pontos percentuais. Essa lacuna torna-se maior quando se incorpora à análise a variável cor/raça. No grupo dos brancos, por exemplo, a diferença entre homens e mulheres que não trabalham é de 25,5 pontos percentuais. Já no grupo dos negros, 38,6% dos homens (461) e 60% das mulheres (465) não trabalham. Trata-se de uma discrepância de 21,4 pontos percentuais. Vale ressaltar que a diferença intergrupos é menor, uma vez que o percentual de mulheres respondentes brancas que não trabalham é superior ao de mulheres negras que não trabalham (58,7%).

A tabela 2 apresenta o número de horas gastas por homens e mulheres com tarefas domésticas, segundo grupos de cor. No grupo dos brancos, por exemplo, 64,04% dos homens responderam que gastam entre uma a 12 horas com trabalhos domésticos, enquanto apenas 12,2% das mulheres brancas responderam gastar a mesma quantidade de horas.

Tabela 2

Distribuição dos entrevistados segundo horas gastas com trabalhos domésticos

	Branco		Negro	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
De 1 a 12 horas	64,04	12,20	56,95	11,45
De 13 a 25 horas	20,79	19,92	19,87	23,35
De 26 a 48 horas	8,43	45,93	11,26	36,56
De 49 a 70 horas	2,25	16,26	5,30	19,38
Mais de 71 horas por semana	4,49	5,69	6,62	9,25
Total (N)	178	246	151	227

Fonte: ISSP (2003).



Essa diferença é maior quando observamos os percentuais de homens e mulheres que responderam gastar mais de 49 horas com trabalhos domésticos. Tais discrepâncias são também visíveis no grupo dos negros, conforme mostra a tabela 2.

Já no grupo de mulheres brancas e negras, verificamos novamente uma situação de permanência: do total de mulheres brancas respondentes (246), 16,26% disseram que gastam mais de 49 horas por semana com trabalhos domésticos. Do total de mulheres negras respondentes (227), 19,38% gastam a mesma quantidade de horas por semana. Desse modo, a partir dos dados da pesquisa (ISSP), constatamos que muitas mulheres no Brasil ainda continuam responsáveis pela realização dos trabalhos domésticos.

No que concerne às diferenças de gênero no campo educacional, a pesquisa informa que uma grande parcela dos entrevistados (homens e mulheres) apresenta grau de escolaridade baixo: 67,5% dos respondentes declararam ter o grau de escolaridade I, equivalente ao ensino fundamental, e apenas 9,7% disseram ter o grau III (superior ou pós-graduação). Nos gráficos e tabelas subsequentes, veremos como esses percentuais se comportam sob a lente das desigualdades de gênero e racial.

### Um breve quadro das desigualdades raciais no acesso à educação

O acesso à educação é em geral apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados a melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a melhor rendimento. Para um grande contingente da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal fator de mobilidade social ascendente dos indivíduos.

Diante desse quadro, ganha ainda mais importância a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil, e, principalmente, a relação entre esse desempenho e a alocação dos dois grupos no mercado de trabalho.

Se compararmos a situação existente em 1988 e 1996 em relação aos anos de estudo efetivamente cursados pelas pessoas de 15 anos ou mais, verificaremos um aumento da escolaridade dos brasileiros no período. Entretanto, essa ampliação do acesso à escola não se traduziu numa diminuição das desigualdades raciais, já que a proporção de negros entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudo

(equivalente aos que concluíram o ensino médio e possuem curso superior) é de apenas 2,8%, quase quatro vezes menor do que a dos brancos na mesma faixa (10,9%).

A proporção de negros entre os sem instrução ou com menos de um ano de estudo continuava, em 1996, a representar mais do que o dobro da proporção de brancos nessa faixa.<sup>2</sup> Os dados sobre analfabetismo feminino revelam que, para as mulheres brancas, essa taxa é de 7,7%, enquanto para as negras a taxa chega a 18,4%.<sup>3</sup>

Já os dados da pesquisa do ISSP referentes à escolaridade dos entrevistados mostram que homens e mulheres respondentes (brancos e negros) estão distribuídos homogeneamente nos três graus de escolaridade — fundamental, médio e superior ou pós-graduado.

Tabela 3  
Distribuição do grau de escolaridade dos respondentes,  
por gênero e cor

Escolaridade	Brancos		Escolaridade	Negros	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Grau I	63,44	62,69	Grau I	72,49	68,63
Grau II	23,11	23,03	Grau II	21,54	24,21
Grau III	13,44	14,29	Grau III	5,97	7,16
Total (N)	424	469	Total	469	475
	100%	100%		100%	100%

Fonte: ISSP (2003).

Nota: Para os homens, controlando por cor, o qui-quadrado de Pearson foi de 15,990, com o p-valor de 0,000 e grau de liberdade de 2; para as mulheres, também controlando por cor, o qui-quadrado de Pearson foi de 12,616, com o p-valor de 0,002 e grau de liberdade de 2.

Contudo, quando se compara a distribuição de mulheres brancas e negras na tabela 3, verifica-se que apenas 7% das mulheres negras têm nível superior, em contraposição a 14% das mulheres brancas. Da mesma forma, comparando-se a escolaridade de homens brancos e negros, vê-se que apenas 5,97% dos homens

<sup>2</sup> Hasenbalg, Silva e Lima (1999).

<sup>3</sup> Fibge (2004).

negros têm nível superior, enquanto 13,44% dos homens brancos estão nessa faixa de educação.

É interessante ressaltar que, quando realizamos o teste da hipótese das diferenças (qui-quadrado) entre as variáveis de cor e escolaridade, controlando por gênero, notamos que, em ambos os casos (homens e mulheres), o p-valor foi significativo, ainda que os seus respectivos  $\chi^2$  tenham sido baixos, conforme evidencia a tabela. Isso significa afirmar que, para homens e mulheres respondentes, a variável cor está associada significativamente aos seus respectivos níveis de escolaridade. Essas relações também podem ser visualizadas mediante os coeficientes de correlação entre cor, renda e grau de escolaridade, conforme veremos na próxima tabela.

A tabela 4 evidencia que não existe correlação significativa entre o grau de escolaridade dos respondentes e a categoria gênero, pois o p-valor é bem maior que 0,005.

Tabela 4  
Correlações entre gênero, renda, grau de escolaridade e cor/raça

	Gênero	Renda	Cor/raça	Escolaridade
Gênero	1.000 (<0,000)	0,095* (<0,000)	-0,022 (<0,335)	0,022 (<0,320)
Renda	0,095* (<0,000)	1.000 (<0,000)	-0,072 (<0,002)	0,108* (<0,000)
Cor/raça	-0,022 (<0,335)	-0,072 (<0,002)	1.000 (<0,000)	-0,111* (<0,000)
Escolaridade	0,022 (<0,320)	0,108* (<0,000)	-0,111* (<0,000)	1.000 (<0,000)

\* A correlação é significativa no nível de confiança de 99% (0,01 – duas caudas).

Observa-se também que a variável renda está fortemente correlacionada com o grau de escolaridade dos respondentes, com o coeficiente de 0,108 e p-valor de 0,000. Por outro lado, o grau de escolaridade está inversamente correlacionado com a cor dos respondentes, isto é, os brancos possuem maior nível de escolaridade. Essa correlação é estatisticamente significativa no nível de confiança de 99%.

Diante desses indicadores de desigualdades socioeconômicas, ocupacionais e educacionais entre homens e mulheres à luz da questão racial, confirmamos o pouco que se avançou em termos de igualdade de oportunidades para os negros

no Brasil, ou seja, para a inserção dos negros no mercado de trabalho e para seu acesso a faixas de rendimento mais elevadas.

## Um breve quadro das desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil

Mais de um século depois da abolição da escravidão, o trabalho manual continua a ser o lugar reservado para os afro-brasileiros. Em oposição ao que afirmaram as teorias sobre modernização, a estrutura de transição fornecida pelo rápido crescimento econômico nas últimas décadas não parece ter contribuído para diminuir de maneira significativa a distância existente entre os grupos raciais presentes na população.<sup>4</sup>

Como bem demonstram os trabalhos de Hasenbalg (1996), Hasenbalg e Silva (1988), Guimarães (2002), entre outros autores contemporâneos, um importante aspecto de diferenciação no mercado de trabalho brasileiro é a posição desvantajosa ocupada por indivíduos identificados como pretos e pardos. Estes estão majoritariamente presentes nas ocupações de menor prestígio social e que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional. Conseqüentemente, seus rendimentos são substancialmente menores do que os dos brancos.

Esta pesquisa (ISSP) também evidencia como a situação ocupacional dos homens e mulheres entrevistados em nada difere do diagnóstico já apresentado pela literatura sociológica contemporânea (figura 1).<sup>5</sup>

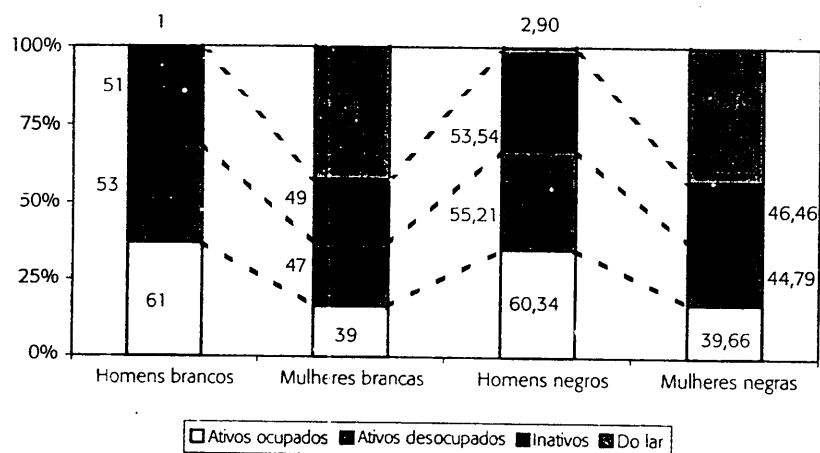
A figura 1 mostra que há associação entre as situações de emprego de homens e mulheres, controlando-se por cor. Em outras palavras, constata-se que a situação de emprego dos homens e mulheres entrevistados está significativamente associada à cor dos entrevistados (p-valor de 0,000).

Em verdade, quando se examina a situação de emprego do grupo dos brancos, nota-se que 61% dos homens brancos são ativos e ocupados, enquanto 39% das mulheres brancas estão ocupadas. No grupo dos negros, essa diferença entre homens e mulheres corresponde a quase 21%.

<sup>4</sup> Hasenbalg (1996:15)

<sup>5</sup> Ver Figueiredo (2002) e Lima (2001), para uma discussão mais detalhada sobre os trabalhos que relacionam cor e trabalho desde a década de 1930

Figura 1  
Distribuição dos entrevistados segundo a situação de emprego,  
gênero e cor/raça, 2003



Nota: Para o grupo de brancos, o qui-quadrado de Pearson é de 164,045, com p-valor de 0,000 e grau de liberdade de 3; para o grupo de negros, o qui-quadrado de Pearson é de 145,232, com p-valor de 0,000 e grau de liberdade de 3.

No que concerne ao grupo de ativos desocupados, constata-se que a diferença entre homens e mulheres brancos é de seis pontos percentuais. Já para os negros, essa lacuna corresponde a 10,42 pontos percentuais. A pesquisa, mais uma vez, confirma a posição desvantajosa dos negros com relação à dos brancos no que tange à sua inserção no mercado de trabalho. Quando se analisa o percentual de homens e mulheres brancos e negros que se autodenominaram “do lar”, observa-se que as mulheres, independentemente da cor, correspondem a quase 100% do total dos casos válidos nessa categoria de emprego.

Os negros brasileiros também têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social e no estabelecimento de negócios próprios. Eles ainda se concentram em atividades manuais, que exigem pouca qualificação e escolaridade formal. Essa situação desvantajosa para os negros também foi identificada pela pesquisa (ISSP) em especial no caso das mulheres negras, conforme se pode observar na tabela 5.

Tabela 5  
Distribuição da situação ocupacional dos respondentes, por gênero e cor

Situação ocupacional	Homens		Mulheres	
	Branco	Negro	Branca	Negra
Profissionais, administradores e empregadores	12,1	3,7	13,7	13,10
Alto nível de rotina não-manual, técnicos e supervisores	7,8	10,7	14,5	7,5
Baixo nível de rotina não-manual, autônomo no comércio	25,2	16,8	29,0	21,3
Trabalhadores manuais	44,2	52,0	41,2	53,8
Trabalhadores rurais	10,7	16,8	1,5	4,4
Total	206,00	244,0	131,00	160,00
	100%	100%	100%	100%

Nota: Para o grupo de brancos, qui-quadrado de Pearson de 13,668, com p-valor de 0,008 e grau de liberdade de 4; para o grupo de negros, qui-quadrado de Pearson de 26,256, com p-valor de 0,000 e grau de liberdade de 4.

A tabela 5 informa que 53,8% das mulheres negras e 41,20% das mulheres brancas estão ocupadas em trabalhos manuais. No que diz respeito às atividades ocupacionais referentes aos trabalhos de rotina não-manual de alto nível, técnico e supervisores, a pesquisa mostra que o percentual de mulheres brancas (14,5%) nessas posições corresponde praticamente ao dobro do percentual de mulheres negras (7,5%). Entretanto, já no grupo masculino, os homens negros (10,7%) são os que mais ocupam essas posições.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 1998, os brancos representam quase 80% dos profissionais de nível superior, os pretos, apenas 3,4% e os pardos, 19,5%.<sup>6</sup> Os percentuais são semelhantes para a categoria ocupacional dos proprietários empregadores, dos dirigentes (assalariados com poder decisório) e dos profissionais liberais. A pesquisa (ISSP) evidencia que apenas 3,7% dos homens negros são “profissionais liberais, empregadores e administradores”. Por outro lado, 12% dos brancos ocupam essas posições.

Outra característica da distribuição da população economicamente ativa por cor é a maior concentração de pretos e pardos nas atividades agrícolas, na indústria da construção e na prestação de serviços, enquanto os brancos estão mais presentes na indústria de transformação e no comércio de mercadorias, o que leva à interpretação de que existem “atividades típicas de negros, enquanto outras são redutos de brancos”,<sup>7</sup> com reflexos diretos sobre os rendimentos desses grupos.

<sup>6</sup> Lima (2001).

<sup>7</sup> Idem, 1999.

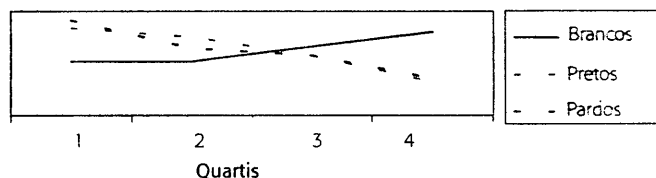
No que se refere à ocupação de atividades agrícolas, a tabela 5 informa que, dos brancos entrevistados, 10,7% são trabalhadores rurais, enquanto 16,8% dos negros realizam esse tipo de atividade.

Ainda com base nos dados da Pnad, observa-se, entre 1992 e 1999, uma pequena redução do número de empregados e um aumento relativo do número de pessoas que trabalham por conta própria (23,2%) e como empregadoras (4,1%). Os dados aqui analisados evidenciam que tanto no grupo de brancos quanto no de não-brancos, as mulheres são as que mais declaram realizar atividades autônomas no comércio.

Em termos de rendimento familiar, estudos como o de Lima (1999) apresentam a distribuição de renda da população economicamente ativa (PEA) brasileira segundo quartis, mediante os dados da Pnad de 1996. Essa divisão permite identificar quantas pessoas se encontram entre os 25% com menor rendimento (quartil 1), nos 25% imediatamente seguintes (quartil 2), nos 25% seguintes (quartil 3) e, finalmente, nos 25% que auferem maior rendimento (quartil 4).

Na figura 2, observa-se que negros e brancos encontram-se inversamente representados nos extremos (25% mais pobres — quartil 1; e 25% mais ricos — quartil 4). Há uma convergência entre a renda de brancos e negros na faixa intermediária e, no quartil 4, de renda mais alta, ocorre a inversão: o número de brancos (32,2%) é o dobro do de pretos (14,1%) e pardos (14,5%). Cerca de 60% dos negros estão concentrados nos dois primeiros quartis, enquanto apenas 40% dos brancos encontram-se nesse grupo.

Figura 2  
Distribuição por quartis de renda — Brasil, 1996



Fonte: Tabulações especiais, Pnads de 1988 e 1996 em Lima (1999).

Quanto às diferenças de rendimento, a presente pesquisa mostra que 36,4% das mulheres negras e 22,1% das brancas declararam receber apenas um salário mínimo. Esses resultados são similares aos dados oficiais da Pnad 2001, na qual as

brancas possuem rendimento médio de R\$583,00, enquanto as negras auferem não mais que R\$296,43. Os dados aqui examinados mostram também que a diferença entre as classes de renda de homens brancos e negros é de 10 pontos percentuais.

Para efeito de análise, é importante ressaltar que a maioria das mulheres entrevistadas respondeu não ter renda. Se compararmos essa distribuição com a dos homens, veremos que existe uma significativa diferença de quase 20 pontos percentuais, isto é, 38,8% das mulheres e 18,8% dos homens declararam não ter renda. Esse diferencial permanece alto quando se analisam as classes de renda superiores: 10,6% dos homens responderam receber entre três e cinco salários mínimos, enquanto apenas 4,4% das mulheres deram a mesma resposta. Essa diferença é estatisticamente significativa no nível de confiança de 95%, sendo  $\chi^2 = 154,137$ , p-valor = 0,000 e grau de liberdade = 7.

A tabela 6 resume um pouco do que tratamos até aqui. Trata-se de saber até que ponto essas diferenças socioeconômicas estão correlacionadas às relações raciais e de gênero.

Tabela 6  
Correlações entre gênero, renda, situação de emprego,  
trabalhar ou não, e cor/raça

	Gênero	Renda	Situação de emprego	Trabalhar ou não	Cor/raça
Gênero	1,000 (<0,000)	0,095** (<0,000)	0,353 (<0,000)	0,230 (<0,000)	-0,022 (<0,335)
Cor/raça	-0,022 (<0,335)	0,072 (<0,002)	0,139 (<0,000)	0,048 (<0,004)	1,000 (<0,000)

\* A correlação é significativa no nível de confiança de 95% (0,05 – duas caudas).

\*\* A correlação é significativa no nível de confiança de 99% (0,01 – duas caudas).

Diante dos coeficientes de correlação expostos na tabela 6, verifica-se que as diferenças de gênero estão correlacionadas significativamente com a situação de emprego (ativos ocupados, ativos desocupados, inativos e do lar). Em seguida, o coeficiente de correlação entre gênero e a variável “trabalhar ou não-trabalhar” apresenta a segunda medida mais forte. Ou seja, as diferenças de gênero estão correlacionadas tanto com a situação de emprego dos

respondentes, quanto com os percentuais dos que trabalham ou não. Já a correlação entre a variável "renda e o gênero" é significativa, embora a medida dessa relação seja fraca.

Quanto às correlações com a variável cor/raça, foram encontrados os seguintes resultados: a) as diferenças raciais estão correlacionadas com a situação de emprego dos respondentes, embora seu coeficiente (0,139) seja menor do que o da correlação com o gênero; b) as diferenças percentuais entre as faixas de renda também estão correlacionadas significativamente com a cor ( $<0,002$ ), o que equivale a dizer que as categorias "brancos" e "negros" estão correlacionadas segundo a distribuição desigual das faixas de renda declaradas pelos entrevistados; c) por último, a variável "trabalhar" também apresenta correlação significativa com a cor dos entrevistados, embora seu coeficiente seja menor (0,048).

Tendo em vista tais resultados, é preciso admitir que a diminuição das desigualdades não se apresenta como uma consequência "natural" do processo de desenvolvimento econômico. Ao contrário, as tendências internacionais contemporâneas apontam no sentido de um crescimento econômico progressivamente produtor e reprodutor de desigualdades.

A busca de estratégias de redução das desigualdades sociais passa, por um lado, pela formulação de novos modelos de desenvolvimento que permitam o crescimento econômico aliado à distribuição de renda e, por outro, pela definição e implementação de políticas que permitam a ampliação das oportunidades para um maior número de indivíduos. Assim, tanto o Estado quanto o setor privado e as organizações da sociedade civil podem vir a ter papel relevante na promoção de maior igualdade no mercado de trabalho.

A seção a seguir busca analisar em que medida esses indicadores socioeconômicos e educacionais, combinados com as diferenças de cor/raça, estão associados às percepções dos entrevistados, particularmente no que remete à divisão sexual do trabalho doméstico. Como os entrevistados homens e mulheres, brancos e negros, definem seus papéis no mundo familiar e do trabalho? Em que medida as mudanças macroestruturais ocorridas nos últimos 10 anos afetaram o imaginário social dos entrevistados sobre as suas responsabilidades familiares e sua inserção no mercado de trabalho? Essas são algumas das questões que nortearão a sequência de testes estatísticos entre as percepções de homens e mulheres, primeiramente, e, em seguida, entre mulheres brancas e negras.

## Padrões de percepções de homens e mulheres sobre seu papel na família e sua inserção no mercado de trabalho: o componente "cor" importa?

Segundo Bruschini (1994 e 2000), um aspecto retomado pelo debate recente sobre as relações sociais na esfera do trabalho e da família é o discurso de valorização familiar. Trata-se de problematizar em que medida é possível combinar a valorização da contribuição das mulheres no âmbito da divisão do trabalho doméstico com sua inserção no mercado de trabalho. Na verdade, sabe-se que as práticas e os valores das famílias brasileiras foram fortemente marcados por visões patriarcalistas e conservadoras, que vêm sendo rompidas e redefinidas por marcos históricos como a intensificação do ingresso da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro a partir de metade da década de 1970.

O processo de rompimento e reconstrução de valores e práticas sociais não se deu de forma homogênea e imediata. Trata-se de uma mudança social particularmente associada aos fatores exógenos e endógenos de um contexto social. No caso das famílias e dos indivíduos respondentes desta pesquisa, percebe-se que essa recente socialização de gênero no âmbito da família e do trabalho pouco avançou. Em consequência disso, é lícito supor que os valores e práticas ora analisados também foram influenciados por processos macroestruturais configurados no âmbito dessa complexa sociedade que é a brasileira.

Foi atenta a essas diferenciações sociodemográficas, econômicas e raciais que a presente pesquisa tentou identificar os padrões de percepção inerentes às diferenças raciais e de gênero. Para isso, primeiramente, foram realizados cinco testes da hipótese das diferenças a partir dos padrões das opiniões dos entrevistados por gênero. Para medir a opinião, trabalhou-se com a *proxy* "os homens devem ganhar dinheiro e as mulheres, cuidar de casa".

Na tabela do teste 1, constatamos que existe associação entre gênero e percepções, isto é, há diferença entre as respostas de homens e mulheres sobre seus respectivos papéis na família e no trabalho. Essa diferença é significativa ( $\chi^2 = 17,087$  e  $p\text{-valor} = 0,000$ ). Em termos percentuais, a diferença entre os entrevistados (homens e mulheres) que concordam com a afirmação de que "os homens devem ganhar dinheiro e as mulheres cuidar das tarefas domésticas" é de sete pontos percentuais. Entre os que discordam, a diferença é de nove pontos.

Tabela 7  
Teste 1 — Existe associação entre percepção e gênero?

	Concordo	Neutro	Discordo	Total
Homens	52,37	7,10	40,53	100%
N	509	69	394	972
Mulheres	45,05	5,29	49,65	100%
N	451	53	497	1.001

Fonte: ISSP (2003).

Nota: Qui-quadrado de Pearson de 17,087, com p-valor de 0,000 e grau de liberdade de 2.

O segundo teste foi feito com as mesmas variáveis, mas controlando por cor. Como resultado, observa-se, na tabela do teste 2, que existem diferenças entre as percepções dos respondentes apenas no grupo dos negros. De acordo com a tabela do teste 2, o coeficiente de associação entre opinião e gênero dos negros é de 14,414, no nível de confiança de 99%.

Tabela 8  
Teste 2 — Existe associação entre percepção e gênero, controlando por cor/raça?

	Homens		Mulheres	
	Branco	Negro	Branca	Negra
Concordo	46,81	55,43	42,46	46,15
Neutro	7,57	7,39	6,47	4,70
Discordo	45,63	37,17	51,08	49,15
Total (N)	423	460	464	468

Fonte: ISSP (2003).

Nota: Para o grupo de brancos, qui-quadrado de Pearson de 2,680, com p-valor de 0,262 e grau de liberdade de 2; para o grupo de negros, qui-quadrado de Pearson de 14,414, com p-valor de 0,001 e grau de liberdade de 2.

O terceiro teste mostra que, no grupo dos brancos, essa diferença entre as opiniões segundo a faixa de renda, no entanto, só foi significativa na faixa equivalente a um salário mínimo.

Tabela 9  
Teste 3 — Existe associação entre percepção e gênero, controlando por cor/raça e renda?

Classes de renda	Branco Coef. Pearson (p-valor)	Negro Coef. Pearson (p-valor)
Até 1 SM	10,276 (<0,006)	7,697 (<0,021)
De 1 a 2 SM	1,684 (<0,431)	16,741 (<0,000)
De 2 a 3 SM	0,106 (<0,948)	10,713 (<0,005)
De 3 a 5 SM	4,061 (<0,131)	2,601 (<0,107)
De 5 a 10 SM	2,602 (<0,272)	0,556 (<0,757)
Acima de 10 SM	2,532 (<0,282)	0,686 (<0,408)
Sem renda	1,217 (<0,544)	0,401 (<0,818)

Fonte: ISSP (2003).

As demais faixas não apresentaram associações significativas. Por outro lado, no grupo dos negros, a diferença é significativa entre as faixas de um e cinco salários mínimos. Esse resultado reflete o quanto a distribuição desigual de renda por cor está indiretamente associada às diferenças de percepções de homens e mulheres.

Na tabela 10, testamos se havia associação entre as diferenças de gênero e percepção, controlando por cor e grau de escolaridade. Como resultado, observamos que a associação entre gênero e percepção existe apenas no grupo de negros com grau de escolaridade igual a 1 (nível fundamental;  $\chi^2$  de 14,102 e p-valor de 0,001). Nos demais níveis, para ambos os grupos, de brancos e negros, a hipótese da diferença é rejeitada.

Tabela 10  
Teste 4 — Existe associação entre percepção e gênero, controlando por cor/raça e grau de escolaridade?

Níveis de escolaridade	Branco Coef. Pearson (p-valor)	Negro Coef. Pearson (p-valor)
Grau I	5,015 (<0,081)	14,102 (<0,001)
Grau II	1,963 (<0,375)	1,866 (<0,392)
Grau III	0,833 (<0,659)	0,141 (<0,932)

Fonte: ISSP (2003).

Finalmente, quando realizamos o teste das diferenças entre percepção e gênero, controlando por cor/raça e ter ou não ter filhos, observamos na tabela 11 do teste 5 que somente no grupo dos negros (com ou sem filhos) é que existe associação entre gênero e percepção. No grupo dos brancos, a hipótese nula (das diferenças de opinião entre homens brancos e negros) foi novamente rejeitada.

Tabela 11

Teste 5 — Existe associação entre percepção e gênero, controlando por cor/raça e ter ou não filhos?

Ter ou não ter filhos	Branco Coef. Pearson (p-valor)	Negro Coef. Pearson (p-valor)
Não	4,781 (<0,092)	7,85 (<0,020)
Sim	1,850 (<0,397)	10,715 (<0,005)

Fonte: ISSP (2003).

Em complemento a esses resultados, realizamos também os testes da hipótese das diferenças entre as mulheres respondentes. Em verdade, com os quatro testes subsequentes, tentamos investigar se, no universo feminino (de brancas e negras), as variáveis renda, grau de escolaridade e ter filhos também influenciavam os padrões de percepção dessas mulheres.

No primeiro teste, constatamos não haver diferença entre as respostas de mulheres brancas e negras, como mostra a tabela 12.

Tabela 12

Teste 1 — Existe associação entre a percepção das mulheres respondentes sobre “os homens devem ganhar dinheiro e as mulheres cuidar da casa” e cor/raça?

Mulheres	Concordo	Neutro	Discordo	Total (N)
Branca	42,46	6,47	51,08	464
Negra	46,15	4,70	49,15	468

Fonte: ISSP (2003).

Nota: Qui-quadrado de Pearson = 2,193 e p-valor = 0,334.

Por isso, resolvemos testar se a hipótese nula continuava a ser rejeitada quando se verificava a existência de associação entre as faixas de renda (salário mínimo) e as percepções das mulheres, controlando por cor.

A tabela 13 do teste 2 informa que há associação entre faixas de renda e percepção das mulheres negras, o que equivale a afirmar que as opiniões das negras diferem segundo as faixas de renda. Isso não ocorre com as brancas, uma vez que o p-valor é bem maior que 0,005.

Tabela 13

Teste 2 — Existe associação entre a percepção e a renda das mulheres respondentes, controlando por cor/raça?

Mulheres	Qui-quadrado de Pearson	(p-valor)
Branca	21,808	(<0,083)
Negra	29,414	(<0,009)

Fonte: ISSP (2003).

No terceiro teste, constatamos que o grau de escolaridade está fortemente associado às percepções de ambos os grupos de mulheres. Isso significa que as percepções das mulheres brancas e negras entrevistadas diferem significativamente segundo seus respectivos níveis de escolaridade, no nível de confiança de 95%.

Tabela 14

Teste 3 — Existe associação entre a percepção e o grau de escolaridade das mulheres respondentes, controlando por cor/raça?

Mulheres	Qui-quadrado de Pearson	(p-valor)
Branca	47,427	(<0,000)
Negra	31,193	(<0,000)

Fonte: ISSP (2003).

Por último, no quarto teste, verificamos que ter ou não filhos está associado às percepções de ambos os grupos de mulheres. Contudo, o  $\chi^2$  das opiniões de brancas e negras, segundo o fato de ter ou não filhos, diferem: o  $\chi^2$  da diferença entre as brancas que têm ou não filhos é de 15,432, enquanto o das negras é de 9,41. Ambos os resultados da diferença são estatisticamente significativos, como mostra a tabela 15.

Tabela 15

Teste 4 — Existe associação entre percepção das mulheres respondentes e ter filhos ou não, controlando por cor/raça?

Mulheres	Qui-quadrado de Pearson	(p-valor)
Branças	15,432	(<0,000)
Negras	9,41	(<0,009)

Fonte: ISSP (2003).

Em suma, pode-se concluir desse conjunto de testes que as diferenças entre as percepções estão associadas quando se analisam as variáveis demográficas (ter filhos ou não), econômicas (renda) e de níveis de escolaridade, e, em alguma medida, quando é introduzido na análise o efeito das desigualdades raciais sobre as relações de gênero.

É interessante assinalar que, para se analisar as diferenças de percepção sobre papéis de gênero, deve-se não só considerar um conjunto de variáveis sociodemográficas, mas também incluir a cor autodeclarada como uma variável relevante. Os estudos sobre arranjos familiares em diferentes grupos raciais no Brasil ainda são pouco disseminados no país. O importante estudo de Teixeira (1987) foi um dos que demonstrou que uma suposta especificidade de um arranjo familiar negro no Brasil está muito mais associado às condições de desigualdade econômica que atingem em particular as famílias negras do que a outros fatores de ordem cultural.

Neste capítulo, pudemos constatar a incidência de diferenças raciais entre percepções sobre papéis de gênero quando associadas a outros fatores como rendimento, escolaridade e o fato de ter ou não filhos.

As desigualdades raciais entre homens e mulheres constituem um tema que ainda demanda mais estudos e análises pelas ciências sociais no Brasil. Os dados gerados pela pesquisa do ISSP permitiram confirmar as tendências que conhecemos através dos dados produzidos pelo IBGE e, mais recentemente, analisados também pelo Ipea, pelo Dieese e outros órgãos de pesquisa.

Diante da fragmentação e da insuficiência de indicadores por cor/raça no Brasil, é muito importante que novos estudos e bases de dados estejam disponíveis para análise fundamentando-se nesta variável específica. Ao mesmo tempo, as informações aqui apresentadas expressam as desigualdades existentes entre os distintos grupos raciais. Por isso, em particular, esperamos que esta análise contri-

buir para o importante momento de debate público sobre estratégias de redução das desigualdades raciais em curso no Brasil.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. Presidência da República. *Construindo a democracia racial*. Brasília: Presidência da República, 1998.
- BRUSCHINI, Cristuna. *Mulher, casa e família*. São Paulo: FCC, Vértice, 1990.
- . O trabalho da mulher brasileira em décadas recentes. *Estudos Feministas*, número especial, p. 179-199, 2ª sem. 1994.
- . Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência de discriminações? Brasil (1985-95). In: ROCHA, M. Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- FIBGE. *Pnads 1996, 1999; síntese dos indicadores sociais*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2000.
- . *Pnad 2003*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2004.
- FIGUEIREDO, Ângela. *As novas elites de cor*. São Paulo: Anna Blume, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classe, raça e democracia*. Brasília: Ed. 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos. *Os números da cor*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.
- ; SILVA, Nelson Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ; ———. *Raça e oportunidades educacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1990. (Estudos Afro-Asiáticos, 18).
- ; ———. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- ; ———. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- ; ———; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- HERINGER, Rosana. *Addressing race inequalities in Brazil: lessons from the United States*. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, The Latin American Program, 1999. (Working Paper Series, 237).



———. *Desigualdades raciais no Brasil*. Brasília: Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, 2000.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra B. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.

INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial). *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. São Paulo: Inspir, Dieese/AFL-CIO, 1999.

LIMA, Márcia. O quadro atual das desigualdades. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

———. *Serviço de branco, serviço de preto: relação entre cor e trabalho no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado) — Ifcs/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

MELO, Hildete Pereira de. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, Ana Alice; ÁVILA, Maria Betânia; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera; MELLEIRO, Waldeli P. (Orgs.). *O mercado de trabalho nos anos 90: revisando a invisibilidade do trabalho feminino*. São Paulo: CUT, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Elena G. et al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: Fibge, 1983.

PORTELA, Adélia L. et al. *Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Salvador: UFBA, 1997. (Coleção Novos Toques).

ROSEMBERG, Fúlvia. Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. 2v. ms.

SCALON, Celi. Cor e seletividade conjugal no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, p. 17-36, dez. 1992.

———. *Mobilidade social no Brasil: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

TEIXEIRA, Moema de Poli. A família negra: exame de algumas questões. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 13, p. 100-109, 1987.

## 8

## Solidariedade familiar intergeracional

Clarice Ehlers Peixoto\*

A solidariedade familiar é um conjunto de direitos e deveres, arranjos e rearranjos, que se expressam através de sentimentos e apoios diversos. A solidariedade tem, assim, uma dimensão material e outra afetiva, que, juntas, constituem a base das relações familiares. É em função da situação social dos doadores e recebedores que se forma o circuito das solidariedades e das transmissões entre as gerações, elementos centrais da reprodução familiar. Para F. de Singly, a reciprocidade e o respeito à independência são os princípios fundamentais nos quais se apóia a solidariedade familiar. Mas, para Godbout (1994:46) mais do que na reciprocidade, é no princípio do dom que se baseia a solidariedade familiar, pois “o sistema de circulação não repousa no equilíbrio, mas numa situação de dívidas mútuas sistematicamente mantidas”. Isto porque os indivíduos sempre se acham em dívida uns com os outros. Em contraposição, nos momentos de crise da solidariedade é que sempre se atribui ao outro a dívida de alguma coisa. Para o autor, a relação de dívida se constrói ao longo do tempo.

Pesquisas qualitativas realizadas anteriormente<sup>1</sup> mostraram que a grande maioria das pessoas de mais de 60 anos ajuda os filhos adultos tanto financeira-

\* Professora de antropologia da Uerj; doutora em antropologia social pela EHESS (Paris).

<sup>1</sup> Peixoto (2000a e 2004)

mente quanto, e principalmente, através da prestação de pequenos serviços. Considerando que o Estado brasileiro intervém muito pouco para minimizar as desigualdades sociais, que as políticas sociais são ainda precárias e que os poucos programas sociais existentes<sup>2</sup> destinam-se a uma parcela restrita da população brasileira, a família é o único apoio que resta. No Brasil, a relação entre família e Estado se dá, sobretudo, por meio da legislação: pensão alimentar, herança e patrimônio familiar são regidos por leis que garantem a alguns membros da família não serem lesados por iniciativas individuais.

Este capítulo procura analisar alguns aspectos da solidariedade familiar apontados pelos dados da pesquisa quantitativa "Gênero, trabalho e família", do ISSP, tendo como contraponto as informações qualitativas contidas nas pesquisas já referidas. Selecionei, do universo pesquisado de 2 mil pessoas, a população de mais de 50 anos (482 pessoas, ou 24% do total dos entrevistados), para verificar a existência de trocas e apoios diversos entre três gerações: avós, pais e netos. Considerando que a pesquisa ISSP não investigou as transferências materiais (tampouco as afetivas) no grupo familiar e que os apoios e serviços ficaram restritos a algumas tarefas domésticas, tomei por base de análise as informações sobre *o cuidado das crianças*: com quem ficam, quem as leva à escola e acompanha nas atividades escolares e quem as leva ao médico. Estas são práticas frequentemente exercidas pelos avós, quando a mãe trabalha fora do domicílio e não tem empregada doméstica, pois, como indicaram as pesquisas qualitativas, "os avós vêm sempre socorrer seus filhos e netos, retomando assim uma segunda carreira parental. Cuidar dos netos ou educá-los é uma tarefa das avós. Raros são os avós que cuidam dos netos cotidianamente, mesmo se alguns deles são chamados para guardas ocasionais".<sup>3</sup>

Entretanto, como os dados sobre escola e visita médica não se referem especificamente aos avós, mas a "outras pessoas da família", procurei confrontar essa variável com outras disponíveis (aposentados, tamanho da família, morar com os filhos etc.)<sup>4</sup> e com pesquisas nacionais e internacionais sobre solidariedade fami-

<sup>2</sup> A bolsa-família foi recentemente reestruturada para integrar o Programa Nacional Fome Zero (2003), que engloba o salário-família e as bolsas escola e alimentação. Até então, o salário-família só era concedido às famílias cujo salário contribuição fosse inferior a 2,3 salários mínimos, sendo atribuído a cada filho de até 14 anos, ou inválido, que tivesse a carteira de vacinação atualizada e estivesse inserido no sistema escolar.

<sup>3</sup> Peixoto (2000a).

<sup>4</sup> Considerando que "avós" é uma das respostas possíveis à pergunta "quem fica com as crianças?" e é, proporcionalmente, o segundo mais alto índice de respostas, ainda que bem abaixo das mães (14 e 30,2%, respectivamente).

liar, na tentativa de objetivar minhas inferências sobre a participação dos avós e das avós na vida familiar.

Há outro ponto a ressaltar. As trocas familiares são bilaterais, já que sempre se retribui o apoio recebido, ainda que dificilmente se compense um serviço com outro do mesmo tipo. Contudo, esta pesquisa não fornece dados sobre reciprocidade familiar, como, por exemplo, quem cuida das pessoas de mais idade ou as ajuda em tarefas como ir ao médico, cuidar da casa/manutenção, resolver problemas bancários e burocráticos etc., o que impossibilitou a análise dos circuitos de trocas entre as gerações. Analisarei, por isso, apenas como os tipos de ajuda que a geração mais velha presta às gerações mais novas, tendo sempre como contraponto as pesquisas qualitativas referidas.

Passemos, então, ao primeiro foco de interesse: a descrição do universo das pessoas de mais de 50 anos.

### Para além dos 50 anos: de quem estamos falando?

Uma simples leitura das informações já indica que nem todos os indivíduos com mais de 50 anos são avós ou estão aposentados, o que já era de se prever, ainda que os aposentados representem 47,5% desse universo de pessoas (229 indivíduos).<sup>5</sup>

Das 482 pessoas com mais de 50 anos, 76% não haviam completado o ensino fundamental, e 14,3% eram analfabetas. O que ressalta nesse grupo etário é que 3,3% dessas pessoas tinham curso superior completo, proporção mais elevada do que a correspondente aos níveis escolares do ensino fundamental e médio: 2,3 e 2,5%, respectivamente.<sup>6</sup> Se nos detivermos nas faixas de renda, veremos que 47% dos homens e 69,7% das mulheres recebiam até R\$200,00, ou seja, menos de um salário mínimo.<sup>7</sup> Com rendimentos precários e níveis de escolaridade muito baixos, a maioria dos entrevistados (62,2%) pertencia às classes trabalhadoras e pobres, evidenciando uma relação direta entre o nível de instrução e o nível de ren-

<sup>5</sup> Segundo os indicadores sociais do IBGE, divulgados em 2003, em 2002, 77,7% da população brasileira de mais de 60 anos eram aposentados e pensionistas.

<sup>6</sup> Considerando o país como um todo, 48,2% das pessoas de 75 anos ou mais possuíam até um ano de estudo, percentual que diminui para o grupo etário dos 60-64 anos, no qual 30,5% não tinham mais do que um ano de estudos em 2002, também segundo o IBGE.

<sup>7</sup> O valor do salário mínimo em 2002 era de R\$240,00.

dimento. Se anexarmos a esse quadro os tipos de atividade exercidos por esses indivíduos, veremos que as categorias mais recorrentes, depois de “aposentados”, são “do lar” (16,6%), “autônomos” (13,7%) ou ainda “empregados em tempo integral” (8,3%).

Estas são, sem dúvida, barreiras que impedem a ultrapassagem das fronteiras da pobreza e que, muitas vezes, intensificam as trocas entre as gerações. Pois, incontestavelmente, os apoios não são os mesmos ao longo da vida familiar e variam conforme as necessidades de uns e outros, tendo significações e demandas diferentes em cada camada social. Como assinalou Pitrou (1992), os efeitos da solidariedade familiar podem atuar no sentido da “promoção social” ou contribuir para a “subsistência” de seus membros. O primeiro caracterizaria as camadas superiores e médias, o segundo, as camadas populares. Se, como afirma a autora, o modelo proposto é mais pertinente para os contextos de desigualdade social mais contrastados, uma vez que, nas camadas favorecidas, “as doações, empréstimos, serviços, relações e herança contribuem para a ascensão rápida e brilhante dos filhos” (efeito promoção social), nas camadas menos favorecidas, a solidariedade familiar implicaria apoios emergenciais, sobretudo, nos casos de doença e de desemprego ou, ainda, nos inúmeros serviços prestados que não demandam ajuda financeira de grande monta, mas que permitem atender às necessidades cotidianas de sobrevivência. Isso, contudo, não significa que esses apoios ao cotidiano doméstico não existam nas famílias mais favorecidas, como apontou Martin em sua pesquisa sobre a solidariedade entre três gerações sucessivas na França. O autor afirma que os que possuem mais bens materiais mobilizam-se mais do que os que têm menos. Tudo indica que não se trata apenas de uma questão de posse ou não de meios materiais, mas de uma diferença de representação social: “as camadas mais modestas não consideram algumas das pequenas ajudas como um apoio recebido dos parentes” (Martin, 1994:30).

Na nossa pesquisa, a maior parte dos indivíduos entrevistados está concentrada nas faixas de renda mais baixas, revelando que, neste universo, a solidariedade familiar se expressa principalmente através dessas ajudas de “subsistência”, como as chama Pitrou. São apoios a todos aqueles serviços que possibilitam a preservação de uma autonomia mínima no modo de vida e em iniciativas individuais como fazer compras, cuidar das crianças e dos doentes, lidar com serviços bancários e burocráticos, pequenos empréstimos de dinheiro, bricolagens diversas...

Interessa ressaltar que somente 6,8% das pessoas de mais de 50 anos têm renda superior a 6,5 salários mínimos (R\$1.600,00). Mas, como já vimos, esse universo é constituído fundamentalmente por aposentados. Portanto, se considerarmos que as aposentadorias não são mais indexadas ao valor dos salários dos empregados ativos, mas a uma taxa de reposição que fica aquém da inflação, as pessoas aposentadas dificilmente recebem o valor correspondente ao que cotizaram durante a vida de trabalho. A passagem para a aposentadoria representa uma queda no rendimento daqueles que não se beneficiam de um regime complementar ou de um sistema de fundo de pensão, acarretando uma deterioração drástica das condições de vida de grande parte da população aposentada ou pensionista. As estatísticas do IBGE informam que 43% da população brasileira de mais de 60 anos tinha, em 2002, rendimento familiar *per capita* inferior a um salário mínimo. Isso significa, em outros termos, que quase metade dos brasileiros dessa faixa etária é pobre.<sup>8</sup>

Outra característica a assinalar nesse universo de pessoas de mais de 50 anos da pesquisa ISSP diz respeito ao tipo de família a que pertencem, ou melhor, ao “número de pessoas que moram juntas”. Elas se distribuem, fundamentalmente, entre famílias compostas de cinco membros ou mais (27% ou 130 pessoas) e famílias com duas pessoas/um casal (25,5% ou 123 pessoas).<sup>9</sup> Considerando que 54% das pessoas entrevistadas são casadas e, dessas, somente 9% têm filhos menores de 10 anos, e ainda que a participação dos avós no cuidado das crianças (“quem fica”) aumenta conforme o tamanho da família, pode-se inferir que existe, nesse universo, uma recorrência da coabitação de gerações. Sempre procurando comparar nossos dados com os de outras pesquisas, ou nelas basear nossas inferências, vejamos os indicadores sociais de 2003 do IBGE: na população brasileira de mais de 60 anos, 12,1% moravam sozinhas, 24,8% moravam com filhos ou parentes, 24,9% viviam com seus cônjuges e sem filhos, e 37,9% moravam com os cônjuges, os filhos ou outros parentes.

Na pesquisa qualitativa sobre aposentados que retornam ao trabalho, observa-se que mais da metade das pessoas entrevistadas coabitava com um(a) filho(a) adulto(a) e até com netos. É importante, porém, assinalar que existem duas mo-

<sup>8</sup> Ver os indicadores sociais de 2003, do IBGE e também Peixoto (2004)

<sup>9</sup> Os demais tipos de família são de três pessoas (18,3%), quatro pessoas (15,8%) e uma pessoa (10,8%).

dalidades diferentes de co-residência: a coabitação permanente e a recoabitação.<sup>10</sup> É ser o proprietário da moradia que determina quem acolherá quem. Pode-se observar ainda que a co-residência é mais freqüente no universo feminino, pois as mulheres recorrem mais ao suporte moral dos filhos logo que enviúvam. Assim, ou vão morar com um dos filhos (quando não são proprietárias) ou um dos filhos (em geral o que não é proprietário) retorna à casa materna, tanto para fazer companhia quanto para ajudar no cotidiano doméstico.

Nessa pesquisa sobre aposentados que continuam trabalhando, afora os filhos que nunca saíram da casa dos pais (casados ou não), foram constatadas duas outras situações que os levam a voltar à casa paterna: o desemprego e o divórcio. A coabitação pode, então, ser lida como um fator que estimula a solidariedade familiar nos períodos mais difíceis da vida dos filhos ou na viuvez dos pais, principalmente da mãe. Talvez isso explique o fato de a pesquisa ISSP apresentar um grande número de famílias compostas por cinco ou mais membros. Mas isso não significa que as trocas intergeracionais tenham aumentado ou diminuído e, sim, que as relações familiares adquiriram uma outra dinâmica.

Na pesquisa ISSP, 64% da população de mais de 50 anos vivem com alguém, a maioria (54%) conjugalmente. A situação oposta — a viuvez — vem logo a seguir (21%), mas isso não significa que viúvos e viúvas morem sós. É muito provável que existam mais viúvas do que viúvos, posto que, nessas gerações, a viuvez é fundamentalmente feminina.<sup>11</sup> Contudo, várias pesquisas sobre sociabilidade na velhice têm mostrado que a solidão não é um sentimento onipresente na viuvez feminina, pois muitas mulheres valorizam a autonomia adquirida após a perda do cônjuge.<sup>12</sup> Se agregarmos às pessoas viúvas as separadas (6,2%) e as divorciadas (3,5%), veremos que quase 31% dessa população de mais de 50 anos já viveram conjugalmente, enquanto 14,5% permanecem solteiras, ainda que algumas tenham tido filhos.

Há que ressaltar que as relações familiares não são regidas somente pela harmonia das relações de troca. Os conflitos entre as gerações, consequência das relações de autoridade e de poder entre pais, filhos e netos, são inerentes à realidade familiar, uma vez que ela é atravessada por sentimentos contraditórios, como

<sup>10</sup> Attias-Donfut e Renaut (1994).

<sup>11</sup> Peixoto (1997).

<sup>12</sup> Ver a respeito os estudos de Motta (1997 e 2004) e Motta, 1998 sobre a sociabilidade na velhice

amor e ódio, generosidade e avareza, solicitude e descaso. Como assinala Lins de Barros, os conflitos existem em todas as relações sociais e, principalmente, quando estas têm caráter afetivo. Diz a autora: “a responsabilidade dos pais no processo de educação dos filhos (...) parece abarcar uma preocupação mais ampla quanto às mudanças sociais, visualizadas nas transformações no âmbito familiar e denunciadas nas interrogações sobre o futuro dos netos. Surgem assim os temas da disciplina, do respeito aos pais ou de normas educativas claras” (Barros, 1987:46). Mas esses aspectos da discórdia familiar não foram investigados pela pesquisa ISSP.

Passemos agora à análise das solidariedades familiares que envolvem os cuidados com as crianças.

### Quem fica, quem cuida, quem cria

Muitas são as trocas cotidianas para cumprir a agenda das tarefas domésticas e, como se sabe, são as mulheres que em geral se organizam em redes de ajuda. São elas também que se encarregam mais de cuidar dos membros dependentes: as crianças, os velhos e os doentes. Os homens, como assinalam Attias-Donfut e outros, “são solidários, essencialmente, para os trabalhos manuais, bricolagens, pequenos reparos... formam uma rede técnica de ajuda”.<sup>13</sup> Isso foi o que se observou também no grupo etário analisado: as mães ficam em casa e cuidam dos filhos muito mais do que os pais (30,2 e 7%, respectivamente). É bem verdade que a maioria delas não trabalha fora (40,7%), dedicando-se inteiramente à família e às crianças. Na verdade, são poucas as mulheres desse grupo etário que têm uma ocupação profissional (apenas 15,6%, incluindo todas as categorias profissionais). É bom lembrar, contudo, que 35,2% das mulheres de mais de 50 anos são aposentadas. Mais do que isso: entre as mães que cuidam dos filhos, pouco mais de um terço está aposentada! Os dados não permitem, contudo, ir mais além na análise: por exemplo, qual seria a idade média desses filhos cujas mães têm 50 anos ou mais.

O que se observa, na pesquisa qualitativa sobre relações entre avós e netos, é que, quando as mães trabalham fora de casa, “ficar”, “cuidar” e “criar” as crianças é uma tarefa das avós.<sup>14</sup> “Ficar” ou “cuidar” pode abarcar um período

<sup>13</sup> Attias-Donfut, Segalen e Lapiere (2002:104).

<sup>14</sup> Raros foram os(as) avós(os) que cuidavam dos netos ou os criavam, embora fossem solidários(as) para ajudas esporádicas, como buscar/levar na escola, passear etc.

indeterminado e até longo, mas nem sempre contínuo. Em geral, são atividades desempenhadas durante algumas horas do dia, quando os netos são pequenos ou estão em idade escolar, ou ainda nos finais de semana. Inversamente, “criar” possibilita a construção de uma relação mais permanente, pois se trata de manter, educar e viver com os netos. Em suma, de substituir um dos pais ou os dois, se as circunstâncias obrigarem a isso e durante o tempo que for necessário.<sup>15</sup>

Esse fenômeno é comum nas camadas populares brasileiras, principalmente (mas não só) quando as filhas divorciadas retornam à casa dos pais porque seus salários são baixos, os aluguéis altos e as pensões alimentícias dadas pelos ex-maridos são também baixas ou inexistentes.<sup>16</sup> Nessas condições, é impossível para as mães que trabalham pagar alguém para cuidar dos filhos durante as horas em que estão fora de casa trabalhando. São, então, as avós que ajudam os filhos(as), assumindo a tarefa de prover e educar os netos.

Assim, não é à toa que nessa pesquisa sobre gênero, família e trabalho, no universo das pessoas de mais de 50 anos, a proporção das que têm empregada doméstica seja muito pequena: 6,6%. Tudo indica que estas não sejam responsáveis pelo cuidado das crianças: não cuidam, não levam à escola nem ao médico. Talvez brinquem quando liberadas dos afazeres domésticos. Ainda que, como já vimos, entre as pessoas de mais de 50 anos poucas sejam aquelas que moram com crianças menores de 10 anos, é importante assinalar que, entre os avós que ficam com as crianças (25%), nenhum tem empregada doméstica. Mais ainda: 17,4% deles pertencem a famílias compostas de cinco membros ou mais.

Vimos no capítulo 1 deste livro que as avós é que dão mais suporte às mulheres sem cônjuge e que têm filhos menores de 10 anos. No universo total investigado, 11,5% das avós cuidam de seus netos, posto que a maior parte dessas crianças não frequenta creches. Desse modo, no grupo aqui analisado (pessoas de mais de 50 anos), os principais apoios oferecidos pelos(as) avós(ós) são “levar à escola” e “acompanhar nas atividades escolares” e “levar ao médico”. “Dar banho e comida”, “pôr para dormir”, “brincar” são tarefas dos pais. Vamos nos deter somente nos tipos de ajuda que filhos e netos recebem dos avós, considerando as “outras pessoas da família” com o **geração dos avós**.

<sup>15</sup> Barros (1987); Peixoto (2000a).

<sup>16</sup> Os processos judiciais são longos e seu custo nem sempre é acessível aos mais pobres. Além disso, há um alto índice de trabalho informal, o que dificulta provar o recebimento de alguma remuneração

### *Levar à escola e acompanhar nas atividades escolares*

A educação e a formação profissional dos netos constituem grande preocupação para os avós brasileiros. Alguns deles, como apontei na pesquisa qualitativa sobre relações intergeracionais, chegam mesmo a vender seu pequeno imóvel ou objetos de valor para pagar os estudos dos netos em escolas particulares, consideradas de melhor qualidade e que permitirão que exerçam, no futuro, uma atividade de mais valorizada. É o que Bourdieu chamou de “estratégias de reconversão”, ou seja, um “ajustamento permanente das práticas familiares às condições externas, independentemente do meio social”.<sup>17</sup>

Em geral, os que cuidam dos netos diariamente os levam e pegam na escola, ficam com eles até os pais chegarem do trabalho e supervisionam os deveres escolares. Mas, em geral, só controlam o tempo que as crianças dedicam aos deveres escolares, pois não se pode esquecer que 90,4% das pessoas entrevistadas têm níveis escolares muito baixos (analfabetos somados aos que não concluíram o ensino fundamental), o que cria uma grande defasagem entre seus níveis de estudo e os dos netos. Assim, nas horas que ficam com as crianças, o principal assunto de conversa entre essas duas gerações gira em torno da vida escolar: professores, colegas, recreio, deveres e provas. Mas não só, também aproveitam para transmitir aos netos certos valores morais e sociais, como o respeito aos outros, sobretudo, aos mais velhos; honestidade; importância dos laços familiares; o valor do trabalho; as histórias de família... pois vários deles acham que os pais de hoje são muito negligentes nessas questões.<sup>18</sup>

Sempre considerando que “outras pessoas da família” são os(as) avós(ós), veremos que eles compartilham com os pais a responsabilidade de levar e pegar as crianças na escola. É interessante observar que 30,8%<sup>19</sup> das mães desempenham sozinhas essa tarefa, sendo a participação dos pais sensivelmente menor (12,5%). Quanto às avós, tudo indica que elas dividem essa responsabilidade com as mães, embora em menor proporção (23,3%).<sup>20</sup> É bem verdade que são mais participativas

<sup>17</sup> Segundo Ferrand (2001:191).

<sup>18</sup> Peixoto (2000a).

<sup>19</sup> Adicionei as variáveis “sempre eu” e “geralmente eu”, segundo o sexo.

<sup>20</sup> Tomei como referência a variável “outra pessoa da família” adicionando os percentuais de ambos os sexos.

até os 69 anos, pois, com o avançar da idade, nem todas se sentem encorajadas a enfrentar, com as crianças, o trânsito e as ruas do Rio de Janeiro. Tudo indica, assim, que os pais demandariam esse apoio das avós um pouco menos do que sugeri. Contudo, é importante ressaltar que várias dessas avós coabitam com filhos casados e que, conforme aumenta o tamanho da família, cresce também a ajuda das avós no cuidado das crianças.

Quanto ao “acompanhamento de deveres e atividades escolares”, as mães também estão muito mais atentas e presentes do que os pais na trajetória escolar dos filhos que têm menos de 10 anos (23,1 e 9,4%, respectivamente).<sup>21</sup> Comparando esses dados com o contexto francês, veremos que as mães francesas também se dedicam mais a esse trabalho pedagógico doméstico, sendo a intervenção dos pais sensivelmente menor, ainda que alguns procurem adquirir enciclopédias, livros, revistas especializadas, etc. para facilitar a elaboração dos deveres escolares.<sup>22</sup> Nesse aspecto, os avós brasileiros tendem a ser sensivelmente mais participativos (42%),<sup>23</sup> o que não impressiona, uma vez que “ficam” e “cuidam” e, por vezes, “vivem” com os netos. Assim, muitos compartilham as despesas escolares, adquirindo material escolar e até computador, pagando cursos de línguas, música, informática ou escolinha de esportes, tanto no Brasil quanto na França. São as transferências materiais que, aliadas às transferências afetivas e aos apoios diversos, formam o circuito das solidariedades intergeracionais, impossíveis de analisar nesta pesquisa.

Essas ajudas para “levar e buscar na escola” e “acompanhar nos deveres escolares” parecem ser muito mais recorrentes nas classes trabalhadoras e populares do que nas classes médias e, mais ainda, entre os aposentados do que na população ativa. Contudo, como assinala Ferrand (2001:192), “práticas educacionais semelhantes não significam necessariamente uma mesma visão dos pais em relação ao sucesso escolar dos filhos. Para as classes privilegiadas, tanto hoje como ontem, o sucesso faz parte de uma continuidade, enquanto para as outras classes sociais, o sucesso escolar representa uma ruptura frente às gerações precedentes,

<sup>21</sup> Ver indicadores sociais de 2003, do IBGE.

<sup>22</sup> Boyer e Condlan (1996-1997).

<sup>23</sup> Motta (1997 e 2004); Motta (1998).

que não vislumbavam essa possibilidade e tampouco tinham por objetivo a continuidade dos estudos”.

A idade é fator preponderante nesse grupo de mais de 50 anos, visto que as responsabilidades vinculadas à vida escolar das crianças começam a rarear quando as pessoas chegam aos 60 anos, e desaparecem aos 70 anos e mais, não importando o vínculo familiar.

### *Levar ao médico*

Ao longo dos anos, observou-se uma transformação no papel dos(as) avós(ós), conseqüência do aumento da esperança de vida e do recuo do modelo patriarcal assimilado a uma autoridade forte da geração mais velha na transmissão dos valores morais familiares. As relações afetivas entre avós(ós) e netos emergem somente nos anos 1930, quando os primeiros se tornam auxiliares dos pais na socialização das crianças.<sup>24</sup> Inúmeras pesquisas sobre solidariedade familiar, qualitativas e quantitativas, realizadas na Europa no decorrer desses anos, mostraram que o processo de nuclearização da família não promoveu uma ruptura absoluta e um distanciamento afetivo dos ascendentes, mesmo porque, com a transformação dos papéis conjugais e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, os pais (particularmente as mães) continuaram a desempenhar um papel fundamental na organização familiar dos filhos casados.

Assim, também aqui, a participação dos(as) avós(ós) no cuidado com os netos se estende às consultas médicas e, principalmente, a momentos de doença, como aponta a pesquisa sobre as relações intergeracionais. Mas a responsabilidade maior no que diz respeito a levar as crianças ao médico cabe, sem dúvida, às mães: 46,2% delas o fazem sozinhas. Os pais raramente levam seus filhos ao médico sem a companhia da cônjuge (12,3%), situação que se modifica quando o casal vai junto ao consultório (18,8%). Fica claro, nessa situação, que o pai tem papel secundário, limitando-se a dar apoio moral e a acompanhar a mulher e os filhos.

As avós, contudo, parecem se responsabilizar mais do que os próprios pais das crianças pela saúde dos netos: cerca de 28%<sup>25</sup> delas acompanham os netos nas visitas médicas. É importante ressaltar que essa ajuda varia conforme

<sup>24</sup> Attias-Donfut e Segalen (1998).

<sup>25</sup> Motta (1997 e 2004); Motta (1998).

a idade das avós: quanto mais velhas, menos elas se responsabilizam pelo cuidado das crianças. Vasconcelos (2002:531) assinala que o apoio dos progenitores (avôs e avós) à organização doméstica e à gestão do cotidiano nas famílias portuguesas “não dizem respeito à sua situação de guarda, mas antes ao seu transporte (ao médico, à escola etc.) e à sua guarda ocasional durante o dia ou à noite”. Nessa pesquisa, o autor aponta a rarefação das solidariedades familiares em Portugal nos dias de hoje: 51% da população portuguesa responderam que não recebem nenhuma ajuda cotidiana. Torres já havia observado essa tendência, em 1997, quando realizou uma pesquisa para o Ministério Português da Solidariedade e da Segurança Social — *Políticas sociais, soluções sócio-educativas e de guarda das crianças*. Para Torres (1997:181), “a baixa adesão aos ‘avós’ como solução ideal de guarda é simultaneamente a tradução de uma vontade e a expressão de uma impossibilidade. Só uma minoria, que raras vezes chega a 20%, encontra nos ascendentes uma solução sócio-educativa para os seus filhos e, mesmo deste subconjunto, muitos são os que não a consideram como situação ideal, mas apenas como solução de recurso”. Há que ressaltar nessa pesquisa realizada na Grande Lisboa que as famílias de mais baixa renda são as que recorrem a estratégias de sobrevivência em que predominam as soluções familiares para a guarda das crianças menores de cinco anos.

Este também foi o resultado de uma pesquisa realizada na Suíça, por J. Kellerhals e outros, sobre as redes de solidariedade existentes nas famílias daquele país. Os pesquisadores suíços verificaram que os tipos de apoio prestados entre as gerações são muito mais ocasionais do que sistemáticos.<sup>26</sup> E no Brasil, como se expressam estas solidariedades?

Tudo indica que as solidariedades intergeracionais são bem mais sistemáticas aqui nos trópicos, posto que a coabitação entre gerações é um fenômeno mais recorrente no Brasil do que na Europa. Mas não só. A proximidade espacial favorece as trocas e os contatos entre as gerações, e a sociabilidade familiar ocupa um lugar importante na frequência das visitas à casa dos pais. O fato de ter pais envelhecidos é preponderante na probabilidade de se morar no mesmo bairro ou na mesma cidade. Mas essa coesão espacial das famílias varia segundo as categorias sociais e os projetos profissionais de cada um. Contudo, estar próxi-

<sup>26</sup> Coenen-Huther, Kellerhals e Almen, 1994.

mo da casa materna sempre é uma garantia para obter ajudas e apoios, sistemáticos ou esporádicos, nem que seja somente para acompanhar os netos nas idas ao médico.

## Considerações finais

Os estudos sobre a família contemporânea apontam para o crescente processo de individualização, pautado na realização de um ego autônomo e na efetivação das satisfações de cada um de seus membros. A centralização na família conjugal, que Singly (1993:51) chama de “família individualista e relacional”, não elimina, contudo, os laços com a parentela. Assim, diz ele, “a lógica da escolha, da eleição, da liberdade, da gratuidade, que governa oficialmente as relações afetivas entre os homens e as mulheres no seio dos casais, se estende, sob modalidades específicas, às outras relações de família, e se conjugam, nos dois casos, com as obrigações, os hábitos, o sentido do ‘dever’ (ou ao menos do que ‘deve ser feito’)”.

Aqui no Brasil, ainda não foram realizadas pesquisas quantitativas consistentes sobre as solidariedades e as relações entre as três e/ou quatro gerações, e os dados desta pesquisa sobre as trocas e apoios familiares são precários para se fazer afirmações sobre os tipos de redes de solidariedade intergeracional, assim como sobre o volume e a frequência das ajudas cotidianas ao longo do ciclo familiar. O que se pode perceber nas informações disponíveis e nas inferências possíveis é que os apoios familiares parecem ser constitutivos da identidade feminina e que são praticados visando garantir a proximidade entre as gerações, o que indica uma tendência sociologicamente já analisada sobre o vínculo privilegiado entre mães-avós e filhas-mães.

Mas não são apenas as gerações mais velhas que ajudam as mais jovens. É importante assinalar que os apoios familiares se fazem igualmente no sentido inverso: quando os pais-avós têm nível de vida modesto, são os filhos adultos e, sobretudo, as filhas que vêm em seu socorro. Solidariedade sim, mas sobretudo um sentimento de dever para com os pais, que, afinal, contribuíram para que eles tivessem melhores condições de vida, dando-lhes educação, ajuda financeira e apoio moral.<sup>27</sup> Este é, por exemplo, o caso de um imigrante português, proprietá-

<sup>27</sup> Attias-Dontut e Renaud, 1994; Barros, 2001.

rio de um botequim, entrevistado na pesquisa sobre aposentados que retornam ao trabalho: ao longo da vida investiu duramente no trabalho para financiar os estudos dos filhos. Hoje, tendo falido e com a mulher muito doente, são os filhos que o ajudam financeiramente.

Vimos ainda que, nesse universo constituído basicamente de famílias provenientes das camadas populares (62,2%), de aposentados (47,5%) e de donas-de-casa (16,6%), a solidariedade se expressa fundamentalmente através de ajuda nas tarefas domésticas cotidianas, mas também por meio de contribuição material e de suporte moral-afetivo, elementos que constituem a base da redistribuição intrafamiliar dos apoios dispensados por uns e outros, morando ou não juntos. Essa solidariedade se dá, principalmente, num circuito de reciprocidade, e a vida cotidiana só é possível através das trocas entre os membros da família.

Contudo, essas relações afetivas podem também ser percebidas como dívidas, o que torna complexos os vínculos de solidariedade. Como afirma Djaoui (1994:149), "a solidariedade não é um dom, mesmo no âmbito da intimidade familiar. Ela pressupõe uma obrigação de retribuição, real ou simbólica, consciente ou inconsciente". Ou seja, considerada uma dívida, ela se transforma em uma contabilidade perpétua, o que, finalmente, dá dinâmica e significação aos vínculos familiares.

## Referências bibliográficas

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État*. Paris: Nathan, 1995.
- ; RENAUT, Sylvie. Vieillir avec ses enfants. Corésidence de toujours et recohobitation. *Communications*, n. 59, p. 29-52, 1994.
- ; SEGALEN, Martine. *Grands-parents; la famille à travers les générations*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- , ———. LAPIERRE, Nicole. *Le nouvel esprit de famille*. Paris: Odile Jacob, 2002.
- BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

- . *Redes sociais e cotidiano de velhos num subúrbio carioca*. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro: Uerj, v. 3, n. 2, p. 233-245, 2001.
- BELTRÃO, Kayzô; OLIVEIRA, Francisco Eduardo. O idoso e a previdência social. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60 anos; os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. p. 307-318.
- BLÖSS, Thierry. *Les liens de famille; sociologie des rapports entre générations*. Paris: PUF, 1997.
- BOYER, Régine; CORIDIAN, Charles. L'école est entrée en force dans la famille. *La Famille Malgré Tout*, Paris: Panoramiques, n. 25, p. 196-200, 1996.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60 anos; os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- CICCHELLI, Vincenzo; CICCHELLI-PUGEAULT, Catherine. *Les théories sociologiques de la famille*. Paris: La Découverte, 1998. (Col. Repères).
- COENEN-HUTHER, Josette; KELLERHALS, Jean; ALLMEN, Malik von. *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Réalités Sociales, 1994.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DECHAUX, Jean-Hugues. Les échanges au sein de la parenté accentuent-ils les inégalités? *Sociétés Contemporaines*, n. 17, 1994.
- DJAOUÏ, Elian. La dynamique de la dette. *Informations Sociales*, Paris, n. 35/36, p. 140-51, 1994.
- FERRAND, Michèle. Famílias e educação dos filhos na França. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro: Uerj, v. 3, n. 2, p. 181-197, 2001.
- GODBOUT, Jacques T. L'affectif, l'obligation et le don. *Informations Sociales*, Paris, n. 35/36, p. 41-48, 1994.
- MARTIN, Claude. À l'épreuve de la désunion. *Informations Sociales*, Paris, n. 35/36, p. 24-33, 1994.
- MINONZIO, J. Solidarités familiales et chômage. *Recherches et Prévisions*, Paris, n. 60, p. 35-47, 2000.
- MOTTA, Alda Britto da. Palavras e convivência: idosos hoje. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 220-223, 1997.



———. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice E. *Família & envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOTTA, Flávia de Mattos. *Velha é a vozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 148-158, 1997.

———. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.

———. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, 2000b.

———. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice E. *Família & envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PITROU, Agnès. *Les solidarités familiales. Vivre sans famille?* Toulouse: Privat, 1992.

SINGLY, François de. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.

———; MESURE, Sylvie. *Le lien familial*. Paris: PUF, 2001.

TORRES, Anália. *Políticas sociais, soluções sócio-educativas e de guarda das crianças*. Lisboa: Cies/ISCTE, 1997.

VASCONCELOS, Pedro. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social (Famílias)*, Lisboa: ISCTE, n. 163, v. 37, p. 507-544, 2002.

## 9

## Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado\*

Paola Cappellin\*\*

### Introdução

A leitura dos resultados da pesquisa de opinião “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada” possibilita visitar os significados do duplo compromisso<sup>1</sup> — familiar e profissional —, não só pelas análises de práticas e experiências, mas, sobretudo, pelas opiniões que esse duplo compromisso suscita em tempos de crise do emprego. Algumas contribuições da problemática do processo civilizador individual<sup>2</sup> e da individualização contemporânea<sup>3</sup> sugerem repensar quanto a conciliação aproxima e/ou tensiona as visões de homens e mulheres. Se

\* Gostaria de agradecer a colaboração de Thiago A. Barbosa de Moraes e Vinícius Fernandes da Silva, alunos do Curso de Ciências Sociais do Ifcs/UFRJ, que contribuíram com perspicácia e interesse nas fases de elaboração da problemática e de análise dos dados. Meus agradecimentos também ao suporte técnico de Anna Caillaux, do Iuperj, que com muita solicitude atendeu aos meus pedidos de dados tabulados ao longo da nem sempre fácil escolha das variáveis. Finalmente, cabe destacar que os debates com os colegas da Uerj e do Iuperj na fase preparatória deste trabalho foram extremamente estimulantes.

\*\* Professora do PPGSA/UFRJ e doutora em sociologia pela Université Paris X, Nanterre.

<sup>1</sup> Cappellin (1979).

<sup>2</sup> Elias (1994).

<sup>3</sup> Beck, 1986; Beck e Gernsheim (2002).

hoje a “biografia das pessoas é desligada de determinações prefixadas e se coloca em suas mãos, aberta e dependente de suas decisões”,<sup>4</sup> a modernização da vida cotidiana parece desenhar-se como um cenário desconcertado. As ênfases que recaem sobre os mecanismos e as conseqüências da individualização estimulam a perceber como a equação da colaboração entre os cônjuges é submetida às avaliações de satisfação e/ou insatisfação.

O ideário cultural que impulsiona os processos de modernização das relações de gênero — enfatizado na literatura sociológica e na difusão das propostas dos movimentos feministas — se apóia muitas vezes no pressuposto de que o grande centro urbano é o território mais fértil, acolhedor e permeável a essas inovações. Minha curiosidade me levou a perseguir esse interesse e a apresentar os resultados do *survey* comparando as ponderações na diversidade centro-periferia da residência urbana das mulheres e dos homens entrevistados: as capitais e os grandes, médios e pequenos centros urbanos.<sup>5</sup>

Este capítulo está subdividido em quatro partes. A primeira explicita algumas dinâmicas do contexto dos anos 2000-04, ressaltando dois movimentos que atuam em desfavor da simples imagem simétrica entre valores e práticas. Poder-se-ia supor que o processo de modernização é capaz de aproximar, de forma equilibrada, as inovações existentes nas expectativas culturais de igualdade com as mudanças ocorridas nas práticas de cooperação, para conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares. Os valores culturais do hedonismo e do individualismo estão hoje disponíveis, justamente quando diminui a institucionalidade das relações no mercado de trabalho, quando profundos constrangimentos convulsionam a estabilidade do emprego.<sup>6</sup> Homens e mulheres parecem não estar, assim, experimentando situações próximas da vida familiar e profissional e, menos ainda, estão expostos aos mesmos constrangimentos nos espaços urbanos de residência.

<sup>4</sup> Beck (1986:195).

<sup>5</sup> A pesquisa parte de um programa internacional de investigação e de criação de bancos de dados — o International Social Survey Program (ISSP) — e se baseia numa amostra de 2 mil pessoas (987 homens e 1.013 mulheres) residentes em 195 municípios urbanos (81%) e rurais (19%) espalhados por todo o território brasileiro, subdivididos em quatro grupos: capitais e regiões metropolitanas, independentemente da população; municípios com mais de 150 mil habitantes, cidades médias, com população entre 150 mil e 50 mil; e pequenos centros, com população inferior a 30 mil habitantes.

<sup>6</sup> Parva (1998); Pereira (1998).

Em seguida, analiso os resultados refletindo sobre os registros de satisfações, avaliações e desafios relativos ao projeto profissional. A primeira tarefa foi averiguar se as respostas dos entrevistados evidenciam críticas à expectativa binária atribuída secularmente: “O trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. A análise prossegue evidenciando as opiniões e os significados atribuídos ao *trabalho da mulher*. Isso ajuda a balizar a uniformidade ou a heterogeneidade das opiniões a respeito das tensões para conciliar esse trabalho com os compromissos familiares. Considerei sempre a situação residencial dos entrevistados.

Depois, passo a comentar os resultados do *survey*, examinando a conciliação pelo eixo oposto: como os compromissos familiares pressionam para remodelar as aspirações e manter a *atividade profissional*. Como ponto de referência, interessa averiguar a aceitação atual da tradicional norma cultural denominada *realização vicária*, segundo a qual a mulher buscava o sucesso pelo êxito decorrente de sua contribuição para o “feito de outra pessoa, em geral marido ou filhos”.<sup>7</sup>

À guisa de conclusão, retomarei a construção da individualização para evidenciar as percepções de homens e mulheres em seus contrastes ou aproximações. Conjugada pelo conteúdo simbólico de gênero, a individualização é um processo que ganha maior especificidade em decorrência dos âmbitos urbanos diferenciados.

### A modernização de valores: autonomia individual e igualdade<sup>8</sup>

No Brasil, quase 30 anos após a formação dos movimentos feministas organizados nas camadas médias e em grupos de trabalhadoras urbanas e rurais, são múltiplos e dispersos os recursos culturais à disposição para renovar os comportamentos de homens e mulheres.<sup>9</sup> Um conjunto amplo de mediações ampara a difusão de aspirações individuais de autonomia e igualdade. Na reformulação dos

<sup>7</sup> Markus (1987).

<sup>8</sup> Fortalece essa perspectiva a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, promovida pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 2001, que entrevistou uma amostra de 2.502 mulheres, distribuídas geograficamente por 187 municípios de 24 estados. Pela aproximação da temática e pela escolha do critério descritivo dos municípios de residência, quando possível farei o confronto dos resultados.

<sup>9</sup> Para dimensionar o grau de penetração do ideário feminista nas diferentes camadas da população, vale lembrar que, no decorrer da pesquisa de opinião da FPA, 82% das entrevistadas declararam conhecer “o que é o feminismo” e 57% consideraram-se “feministas”.

modelos biográficos não cabe dúvida de que as instituições e os códigos atuam com força normativa.<sup>10</sup> Com efeito, a modernização das definições de direitos fundamentais só se tornou possível graças à Constituição de 1988, às recentes leis trabalhistas, às reformas no Código Civil e a algumas ratificações do governo brasileiro a protocolos internacionais da OIT e das Nações Unidas.<sup>11</sup> Alia-se a isso também uma difusa percepção de que aos homens e às mulheres, numa democracia, estão abertos os mais diversos espaços de expressão profissional, política e cultural exaltando a autonomia individual.<sup>12</sup> Essa disponibilidade de símbolos para a construção de identidades dilui a reprodução linear das tradicionais marcas e fronteiras sexuais, próprias do sistema binário assimétrico (masculino versus feminino). A transformação contínua das identidades evidencia-se nos recentes perfis demográficos. Os diferentes arranjos familiares, o reduzido número de filhos, o aumento da escolaridade, o convívio familiar prolongado entre as gerações, a incipiente extensão da educação universitária são alguns de seus indicadores mais visíveis. Contribuíram bastante para isso a difusão maciça, em todo o território nacional, das mensagens da comunicação de massa — TV, jornais, revistas, música, cinema etc. —, que reforçam as referências hedonistas do sucesso individual.<sup>13</sup> Estas apareceram como algo de fácil alcance para os jovens, que foram ludibriados pelo apelo inovador dos padrões de consumo, sobretudo a partir dos anos 1990, e não só nos grandes centros urbanos.<sup>14</sup> A alteração de referências da moral familiar, da vida doméstica, da relação de casal são algumas de suas

<sup>10</sup> Beck (1986). Os resultados da pesquisa da FPA podem apoiar essa percepção sobre o valor atribuído às relações que vinculam a vida às instituições. Entre as mulheres solicitadas a responder quais são os direitos mais importantes na cidadania, 73% apontaram os direitos sociais, 41% os direitos individuais e só 10% os direitos políticos. Ver FPA, 2001:226, pergunta 76.

<sup>11</sup> Cappellin e Lettieri (2004).

<sup>12</sup> Na pesquisa realizada pela FPA, à pergunta “para você o que é democracia” (resposta múltipla), as mulheres entrevistadas apontaram, em primeiro lugar, a liberdade (44%), depois, os direitos individuais (27%) e só em terceiro lugar os direitos políticos, de participação (14%). Ver FPA, 2001:216, pergunta 75 das tabulações gerais.

<sup>13</sup> Alguns sinais são respaldados pelos altos índices de audiência de programas recentes da TV Globo, como: *A grande família*, *Os normais*, *Big Brother*, e as novelas *Mulheres apaixonadas* e *Celebridade*, em 2003/04.

<sup>14</sup> A recente expansão do *fast food* e da alimentação “natural” expressa duas faces da mesma moeda: superar o tradicional cardápio alimentar preparado pela dona-de-casa. Por outro lado, a expansão nacional do desejo de consumo dos telefones celulares, de máquinas digitais, internet, TV a cabo etc expressa a diversidade dos itens desejados, mesmo que não estejam ao alcance de todos.

manifestações. Tudo isso pode proporcionar um clima favorável para se repensar — pelo menos no que se refere às expectativas e à autopercepção — a maternidade como o fundamental compromisso das mulheres.<sup>15</sup> Parece que as pessoas podem desejar para si espaços mais amplos. Isto é, se há um movimento em favor da diluição das fronteiras tradicionais que exaltam o homem provedor e a mulher esposa/dona-de-casa, resta saber com que densidade se generaliza essa renovação; qual o nível de concordância entre as mulheres entrevistadas nos vários centros urbanos; e como se manifesta a disparidade de opiniões quando se confrontam homens e mulheres residentes em centros urbanos de portes diferentes.

### Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego

Num quadro de presumida renovação dos significados atribuídos, esperados e desejados dos “compromissos de articular vida familiar e trabalho”, não se pode deixar de mencionar a interferência da dinâmica recente do mercado de trabalho, que atenuou as influências favoráveis às aspirações de maior autonomia individual de homens e mulheres. Às modalidades de contratação e às formas de emprego que interferem nos anseios de individualização, acrescentaram-se os novos constrangimentos das infra-estruturas disponíveis para resolver os compromissos familiares. Tem sido escasso e muito seletivo o investimento no campo normativo em favor da conciliação entre trabalho e vida familiar.<sup>16</sup> Mais ainda, os arranjos institucionais efetivamente oferecidos à população são ainda bastante frágeis e não se estendem a todo o território brasileiro. É muito precário o acesso a serviços coletivos a fim de que homens e mulheres possam conciliar o trabalho com os compromissos familiares. Assim, a configuração recente do mercado de

<sup>15</sup> A revisão por que passa a maternidade foi registrada pela pesquisa da FPA. À pergunta “quais são as melhores coisas de ser mulher”, 55% responderam a maternidade. Ver FPA, 2001:14, pergunta 5 das tabulações.

<sup>16</sup> A Organização Internacional do Trabalho, em 1981, emitiu a Convenção nº 156, em favor da equidade de oportunidades entre homens e mulheres trabalhadores que assumem responsabilidades familiares. Essa convenção tem como objetivo proporcionar a redução dos constrangimentos e das discriminações sofridas pelos trabalhadores (homens e mulheres) que têm como responsabilidade, ao mesmo tempo, o exercício do emprego e a gestão da família. Nesse caso, a convenção chama a atenção dos governos que a ratificaram para que sejam definidos programas e medidas de desenvolvimento de serviços comunitários para permitir que uma pessoa adulta possa garantir o emprego e cumprir com suas responsabilidades familiares.

trabalho cerceia e camufla o clima cultural favorável à procura de uma margem maior de liberdade e de autonomia para as pessoas.

A repercussão da *crise do emprego* marca, sem dúvida, as respostas colhidas em 2003 no *survey* nacional.<sup>17</sup> Nesse ano chegou-se a patamares inéditos de desemprego: 12% da população economicamente ativa. Alia-se a isso a queda do poder de compra de todas as camadas sociais assalariadas. O Dieese (2004) indica que, desde 1998, o percentual de mulheres desempregadas é superior ao de homens nas grandes regiões metropolitanas. Os novos padrões demográficos — a constituição das famílias, os arranjos domiciliares, os padrões de fertilidade — combinam-se a uma conjuntura demarcada pela redução dos níveis salariais dos que trabalham em setores garantidos e pela altíssima percentagem de vínculos de empregos informais e/ou de trabalhos por conta própria. Como a literatura vem salientando, há a crise das fontes de trabalho, o desemprego como situação não mais excepcional ou provisória, aliados ao fato de que o emprego perdeu sua função protetora.<sup>18</sup>

Se “*ter um emprego é ter um trabalho e um salário, mas também ter um lugar na sociedade*”,<sup>19</sup> os significados da crise do emprego interferem também na relação público/privado e nas tensões produção/reprodução, além de atingir a oferta de *status*, os canais e as modalidades de satisfação pessoal. Efetivamente, a crise do emprego, a queda dos rendimentos médios e a perda do poder de compra dos salários, sob a ótica das relações de gênero, não colocam homens e mulheres numa mesma arena. Se, para a grande maioria das mulheres, a dupla jornada chega a ser indissociável dos compromissos defensivos a favor da reprodução do núcleo familiar, para muitos homens, a ameaça do desemprego e as exigências contratuais de uma extensa jornada de trabalho é que reforçam seu tradicional compromisso de provedor. Assim, as prementes necessidades, se conjugadas por gênero, evidenciam solicitações públi-

<sup>17</sup> Durante o ano de 2001 a pesquisa da FPA ofereceu várias indicações sobre a percepção da população feminina quanto à agenda nacional. O relatório evidencia: “quase a totalidade (96%) das mulheres ouvidas aponta espontaneamente problemas sociais. A menção ao problema do desemprego é apontada por 51% das entrevistadas”. Ver FPA, 2001.

<sup>18</sup> Tomo por base a formulação de Maruani e Reynaud (2001), que apontam que, com relação à sociologia do trabalho tradicional, a sociologia do emprego opera uma triplice remodelação: da sociologia dos trabalhadores a sociologia da população ativa, do estudo da empresa à sociologia do mercado de trabalho; da análise das situações de trabalho para aquela dos movimentos de emprego e desemprego.

<sup>19</sup> Para Maruani e Reynaud (2001) são as condições de acesso, de *status*, da desigual divisão entre o emprego e suas formas que, em conjunto, contribuem para a construção das hierarquias sociais, para a produção de mecanismos de diferenciação, segregação e exclusão.

cas e “privadas” diferenciadas.<sup>20</sup> Às mulheres é solicitado que arquem com o compromisso familiar e, ao mesmo tempo, tenham um sempre maior envolvimento ocupacional extradoméstico, freqüentemente no mercado informal. Aos homens é designado publicamente que procurem preservar o compromisso profissional para o bem-estar da família. Isso faz com que a contribuição dos homens nas tarefas domésticas e na manutenção das relações familiares sejam solicitações “privadas” das “esposas rebeldes”, nem sempre assumidas por eles. Esses constrangimentos da crise do emprego funcionam, assim, como complicadores para proporcionar a equitativa conciliação de emprego e família entre as pessoas — homens e mulheres.

Essas ponderações me levam a propor uma leitura dos resultados da pesquisa “Gênero, trabalho e família”, que tem como universo de referência 2 mil pessoas — 49% de homens e 51% de mulheres residentes em mais de 195 municípios, de diferentes portes. O recorte da base municipal de residência é um bom parâmetro para provocar o diálogo entre realidades diversificadas pelas formas de sociabilidade, pelo peso e complexidade dos constrangimentos que circunscrevem o cotidiano das pessoas e pela densidade da maturidade individual. A literatura brasileira tem assumido as regiões (Sul/Sudeste, Norte/Nordeste) como parâmetro para caracterizar a disparidade do desenvolvimento econômico e a exacerbação das desigualdades sociais.<sup>21</sup> A antiga noção de região, como um subespaço de “longa maturação e construção” pode hoje ser enriquecida pelas idéias de densidade e de fluidez das relações sociais que rompem com a velha dicotomia: o Nordeste atrasado e o Sul maravilha.<sup>22</sup> O recorte municipal permite adotar referências mais atualizadas sobre o grau de difusão de atitudes, desafios, concordâncias e/ou dissonância de opiniões entre homens e mulheres. Nesse sentido, o mosaico da realidade brasileira será aqui considerado pelas referências centro e periferia: a

<sup>20</sup> Chamo de solicitação pública aquela que se apresenta como expectativa coletiva, enquanto privada é aquela que é fruto da solicitação individual das esposas/companheiras no espaço privado da família.

<sup>21</sup> É importante concordar que a base da diversidade espacial pode ser hoje referência para aperfeiçoar a análise das representações e opiniões de gênero, na medida em que as tradições combinam-se com a heterogênea configuração das situações econômicas e sociais. Até os recentes encaminhamentos de descentralização de políticas públicas devem hoje dar conta da autonomia da capacidade legislativa nos fóruns estaduais e municipais. Refiro-me ao debate atual sobre a diversidade regional e as políticas públicas nacionais. Ver Mendes, Souza e MacDowell (2002).

<sup>22</sup> A decantada desigualdade de padrões de vida e de renda da população lida com processos de intercâmbio, influências e estímulos que nem sempre interferem simetricamente nos espaços regionais tradicionais e nos espaços urbanos. Lembro que, no Censo 2000, do IBGE, a ponderação urbano-rural era 84 e 16%, respectivamente.

vida nas capitais e grandes regiões metropolitanas, nas grandes cidades, nos médios e nos pequenos centros urbanos. O perfil médio de homens e mulheres entrevistados pode ser descrito conforme o quadro.

Homem	Mulher
<input type="checkbox"/> Idade entre 30 e 49 anos	<input type="checkbox"/> Idade entre 30 e 49 anos
<input type="checkbox"/> Não atingiu o primeiro grau de escolaridade obrigatória <sup>23</sup>	<input type="checkbox"/> Sem diploma do primeiro grau <sup>26</sup>
<input type="checkbox"/> Ingressou no mercado de trabalho antes dos 13 anos de idade <sup>24</sup>	<input type="checkbox"/> Primeira experiência de trabalho extradoméstico entre os 14 e os 18 anos <sup>27</sup>
<input type="checkbox"/> Atua como trabalhador autônomo	<input type="checkbox"/> Declara-se dona-de-casa, ou atualmente desempregada <sup>28</sup>
<input type="checkbox"/> Declara ter renda superior à da esposa, dona-de-casa, ou, muito raramente, empregada em tempo integral <sup>25</sup>	<input type="checkbox"/> Casada, marido empregado em tempo integral, com renda superior à dela <sup>29</sup>
<input type="checkbox"/> Núcleo familiar em 2003: uma criança com menos de cinco anos e/ou um adolescente de até 17 anos	<input type="checkbox"/> Núcleo familiar em 2003: uma criança com menos de cinco anos e/ou um adolescente de até 17 anos

São casos excepcionais, homens e mulheres:

- com diploma universitário;<sup>30</sup>
- que entraram no mercado de trabalho com 19-24 anos de idade;
- que atuam em profissões de alta qualificação profissional, convivendo com mulheres que exercem profissões de alta qualificação.

<sup>23</sup> Com algumas pequenas diferenciações — mais entre os homens que residiam em pequenos centros urbanos, e entre mulheres que residiam em capitais, os entrevistados freqüentam o segundo ciclo, alternando ou combinando estudo e trabalho; 69% de ambos os sexos não superaram o primeiro grau.

<sup>24</sup> Sobretudo homens de pequenos e médios centros urbanos (48%).

<sup>25</sup> A efetiva equidade de renda entre casais é uma realidade para duas entre 10 pessoas entrevistadas (15%).

<sup>26</sup> Para contextualizar o acesso à escolarização, resgatei que também no caso da geração anterior — as mães de todos os 2 mil entrevistados —, é muito alta a percentagem das que não superaram o primeiro grau (77%); entre os pais, o percentual é 71%. Bem mais seletivo foi o acesso à universidade. Isso só foi possível para 2% dos pais e 1% das mães.

<sup>27</sup> Nas capitais, 38% das mulheres começaram a trabalhar antes de 13 anos, enquanto nos pequenos centros esse percentual cai para 32%. Um pequeno grupo de mulheres (5%), sobretudo das grandes cidades, teve a primeira experiência de trabalho após os 25 anos de idade. Sempre só entre as mulheres, 14% até hoje nunca exerceram uma atividade remunerada, o que é mais freqüente entre as que vivem em pequenos centros urbanos (18%).

<sup>28</sup> É nos grandes centros urbanos que se encontra o mais alto percentual de mulheres entrevistadas (51%) e de esposas (36%) sem remuneração.

<sup>29</sup> So 9% das mulheres declararam auferir renda maior ou muito maior que a dos maridos, em comparação a 53% dos homens entrevistados.

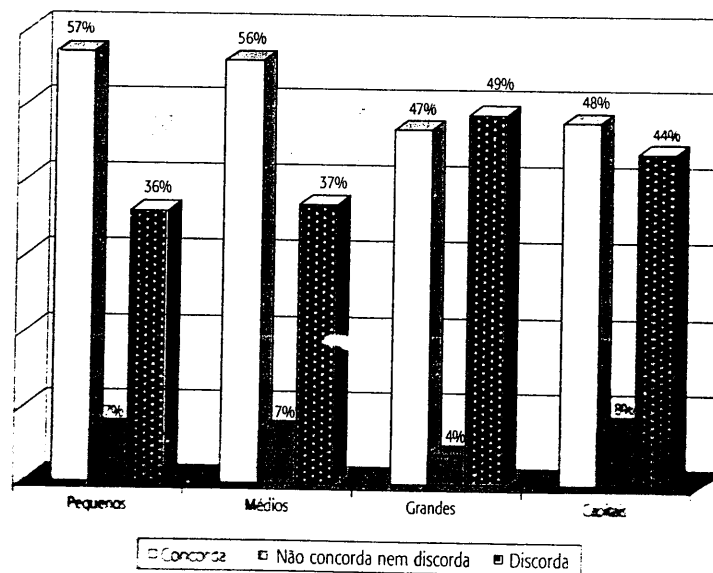
<sup>30</sup> Dos entrevistados, 10% já freqüentaram a universidade. Esse nível de educação é atingido pelos entrevistados que residem nas capitais e grandes regiões metropolitanas, com uma leve desvantagem para os homens em relação às mulheres.

## Trabalho profissional: satisfação e desafios

Entre as formas de sociabilidade, o exercício de atividade profissional extraluar é sem dúvida uma prática que se generalizou e assumiu referência central na vida das pessoas. Com efeito, à pergunta “exercer uma atividade profissional é importante para as pessoas se sentirem realizadas e felizes?” (questão 61J), as respostas de homens (87%) e mulheres (86%), em todas as situações residenciais, foram afirmativas. Essa constatação inova a visão sobretudo das mulheres, educadas para serem socialmente presentes por sua contribuição exclusivamente doméstica. Mas essa quebra da tradição não foi profundamente incorporada, se considerarmos as reações das pessoas à frase clássica “o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família” (questão 58I). Esta é uma referência tradicional da assimetria de perspectivas entre os sexos.

Figura 1

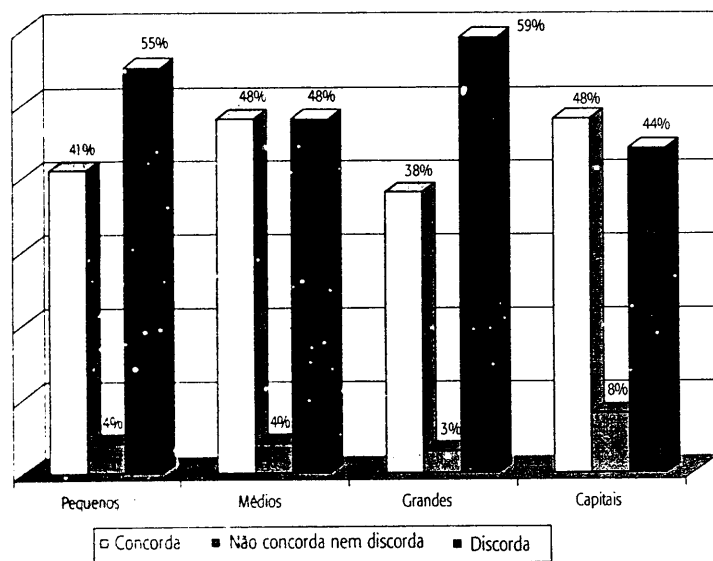
Questão 58I — “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família” — homens (segundo o tamanho dos municípios)



Cinco homens em 10 defenderam ainda esse lema conservador, fato muito mais acentuado entre homens residentes em pequenos (57%) e médios (56%) centros urbanos. Mas, como mostra a figura 2, só quatro mulheres em 10 concordam com essa afirmação.

Figura 2

Questão 58I — “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família” — mulheres (segundo o tamanho dos municípios)

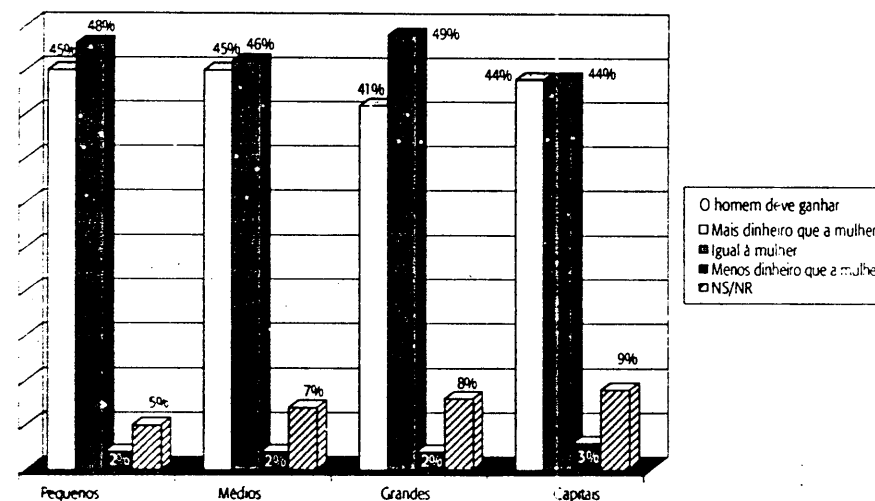


Os índices mais baixos de aceitação desse lema correspondem a mulheres residentes em grandes (38%) e pequenos (41%) centros urbanos. Considerando a simetria de opiniões entre os sexos, é interessante notar que, nas capitais, as opiniões de mulheres e homens se aproximam em todas as alternativas sugeridas para a questão: concordam (48%), discordam (44%), não concordam nem discordam (8%). No jogo dos contrastes entre os sexos, cabe assinalar que, nos pequenos centros urbanos, entre os homens nota-se ainda uma perspectiva conservadora dos compromissos, apesar de esta ter sido alvo de críticas por parte dos movimentos urbanos e rurais das trabalhadoras nos anos 1980-90.

A pergunta “Em um casal, o sr(a) acha que seria melhor o homem ganhar mais dinheiro do que a mulher?” (questão 59) pretende averiguar até que ponto as imagens de gênero quebram essa tradição. A barreira entre a perspectiva exclusiva do homem provedor e da mulher rainha do lar pode influenciar as opiniões dos entrevistados.<sup>31</sup> Numa primeira visão panorâmica dos 2 mil questionários, com relação à renda ideal, 46% dos homens e 56% das mulheres defenderam a ideia de uma “renda ideal” igualitária para o casal. Poucos se sentiram sem condições de emitir opinião sobre esse importante tema. A força da tradição está muito mais presente entre os homens, em todas as situações de residência urbana: capitais e grandes, médios e pequenos centros.

Figura 3

Questão 59 — Renda ideal segundo o tamanho dos municípios — homens

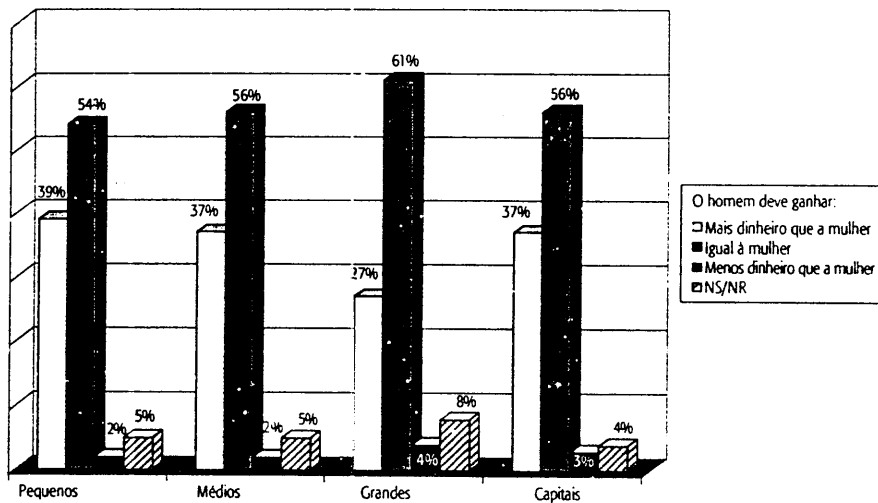


<sup>31</sup> A título de ilustração das referências assimétricas de gênero, a discriminação salarial pode ser vinculada ao valor cultural do machismo. A pesquisa de opinião da FPA resgatou a representação

Entre as mulheres entrevistadas, são sobretudo as que residem em grandes centros urbanos que menos concordam com a afirmação de que o homem deve ter uma renda ideal superior à das mulheres (27%). As mulheres que vivem em pequenos centros estão mais inclinadas a aceitar a visão de que o homem deve ganhar "mais dinheiro do que a mulher" (39%).

Figura 4

Questão 59 — Renda ideal segundo o tamanho dos municípios — mulheres



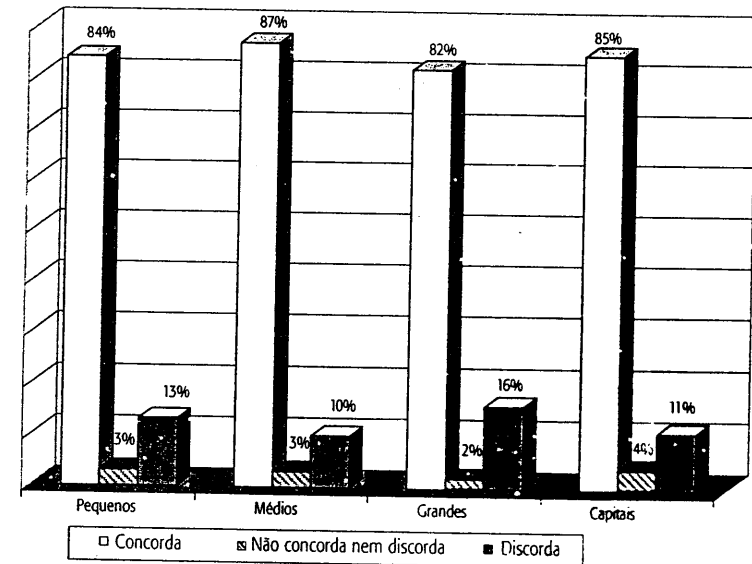
Dando continuidade à tentativa de balizar as adesões aos lemas, a afirmação "Ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente" (questão 58B) se origina no ideário do feminismo e da cultura progressista. Os resultados contrapõem enfaticamente as opiniões de homens e mulheres. No

feminina sobre as "piores coisas de ser mulher" como uma questão que pedia respostas múltiplas. Para 89% das mulheres entrevistadas, o machismo existe como traço cultural brasileiro, explicitado como o poder do homem em relação a mulher (78%). A discriminação social via machismo foi evidenciada nacionalmente por 18% das entrevistadas, principalmente por aquelas que moram em pequenos centros urbanos (20%). Na pergunta "no mundo de hoje quais são para você as principais diferenças que existem entre as mulheres e os homens?", o machismo voltou a ser mencionado nacionalmente (23%), particularmente pelas mulheres do Nordeste (28%) e dos médios centros urbanos (25%). Ver FPA. 2001: 27, pergunta 7

caso dos homens, há forte divergência de opiniões: 85% concordam, enquanto 12% discordam.

Figura 5

Questão 55B — "Ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente" — homens (segundo o tamanho dos municípios)

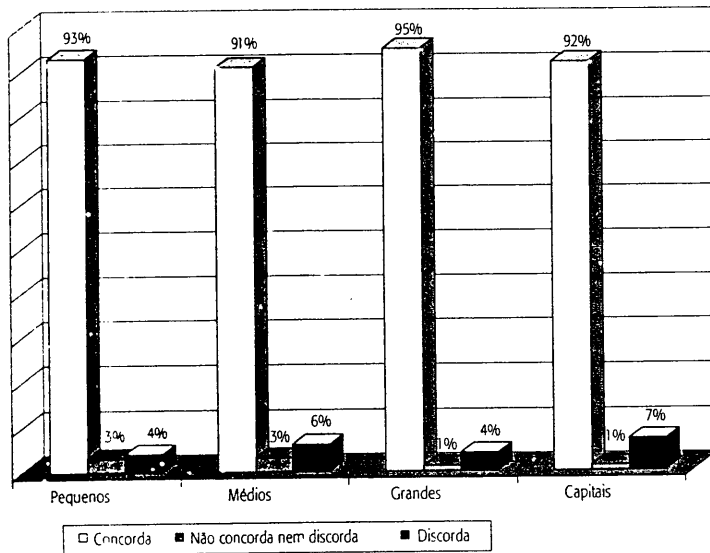


As opiniões, segundo os municípios de residência, mostram que a adesão, entre os homens, nunca atinge o patamar das mulheres. Os homens entrevistados nos centros de médio porte concordam mais (87%) do que os residentes nas capitais (84%). Os que mais discordam da afirmação são os residentes nos grandes centros urbanos (16%).

No caso das mulheres, 92% concordam com essa afirmação, enquanto apenas 6% discordam.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> A ideia de que a presença da mulher no mercado de trabalho é um sinal de maior independência é uma referência clássica. Em apoio a essa percepção, é interessante oferecer alguns subsídios de outras pesquisas de opinião. No estudo da FPA (2001: 24, pergunta 6), ao responderem a pergunta "quais são as piores coisas para uma mulher?", as entrevistadas, em nível nacional, registraram a discriminação no mundo do trabalho como uma das coisas importantes (14%), sobretudo nos grandes centros (16%).

Figura 6  
 Questão 55B — “Ter um emprego é a melhor maneira de uma mulher se tornar independente” — mulheres (segundo o tamanho dos municípios)



A maior adesão a essa afirmação aproxima as mulheres dos grandes centros urbanos (95%) das residentes nos pequenos centros urbanos (93%). O consenso entre elas é marcado pela pouca expressividade da discordância em relação ao tema. As que mais discordam são as mulheres que residem nas capitais (7%) e não as entrevistadas nos pequenos centros urbanos (4%).

A divergência de opiniões é também patente no quesito em que as relações de gênero têm um enfoque tipicamente masculino: “Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos” (questão 58D). Entre os homens, 72% concordam e 22% discordam; enquanto 67% das mulheres o confirmam e 27% o negam. Pela situação residencial, a adesão a esse lema tradicional é maior entre os homens que residem em pequenos centros urbanos (74%), com um percentual que supera até a média nacional.

As percentagens das respostas dos homens não se confirmam entre as mulheres, em nenhuma situação residencial.

As mulheres que vivem em pequenos centros são as que menos concordam (63%) com a opinião de que “trabalhar é bom, mas a maioria das mulheres quer ter um lar e filhos” (questão 58D), se comparadas com as mulheres das capitais (71%). Esse resultado não corresponde à idéia de que a vida nos grandes centros urbanos propicia a renovação dos valores tradicionais de gênero.

Quanto a essa questão, que valoriza implicitamente a maternidade em detrimento do engajamento permanente na profissão, as mulheres dos grandes centros e as dos pequenos centros urbanos discordam quase unanimemente (31%).

Figura 7  
 Questão 58D — “Trabalhar é bom, mas a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos” — homens (segundo o tamanho dos municípios)

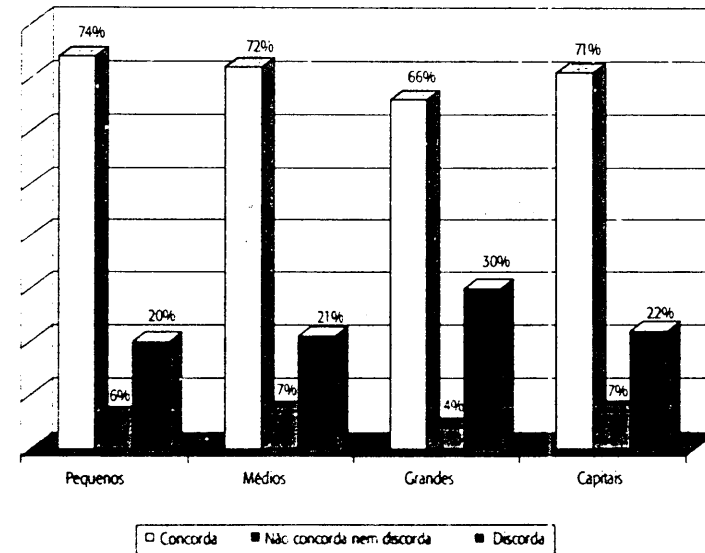
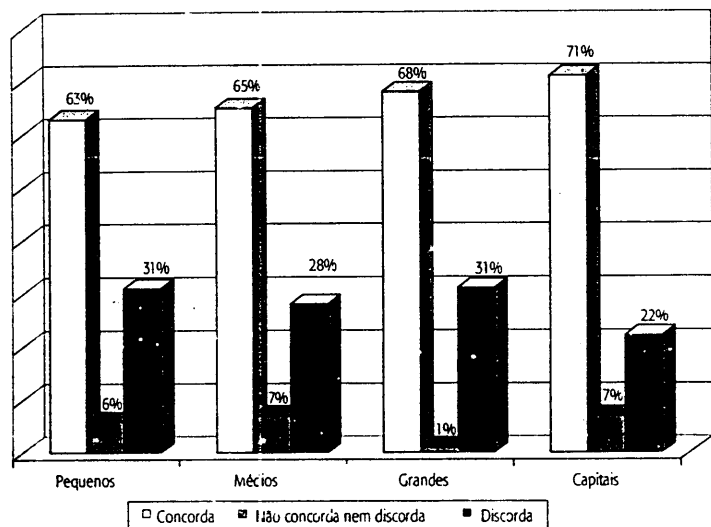




Figura 8

Questão 58D — “Trabalhar é bom, mas a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos” — mulheres (segundo o tamanho dos municípios)



A tradição que resiste a admitir a possibilidade de a mulher conciliar atividades extradomésticas com a responsabilidade familiar pode ser avaliada mais detalhadamente quando se solicita outra opinião: “Ambos, homens e mulheres, devem contribuir para a renda familiar” (questão 58H). A formulação da afirmação deixa transparecer a importância do viés econômico da colaboração feminina para a composição do orçamento doméstico. Nesse quesito, todos concordam com a possibilidade dessa colaboração (92% dos homens e 94% das mulheres). Essa homogeneidade não surpreende. A pergunta, tal como está formulada, não menciona o vínculo, nem o tempo de dedicação, menos ainda o local em que serão executadas as atividades geradoras de renda. Isso sem dúvida facilita a ampla concordância entre homens e mulheres.

Em contraposição, as percepções de homens e mulheres são bem mais diferenciadas quando lhes é solicitado posicionar-se em relação a uma situação bem

mais delimitada: “O sr(a) acha que a mulher deveria trabalhar fora, quando tem filhos pequenos (com menos de cinco anos)?” (questão 60B). A escolha do regime de trabalho e a idade da criança são elementos que oferecem contornos reais para a situação-chave com que toda mulher/trabalhadora/mãe se depara. Mais ainda: são mencionados exatamente os parâmetros que justificam, na cultura patriarcal, a força do compromisso do exercício da maternidade em relação à vida profissional. A discordância tensiona as opiniões de homens e mulheres, sobretudo se contextualizada pela situação de residência.

Nos pequenos centros urbanos, 49% dos homens partilham da idéia de que a mulher não deve trabalhar fora de casa, enquanto esta opção só é aconselhada por 27% das entrevistadas. Essa tensão de perspectivas é constatada também, mas em menor grau, nas outras situações residenciais.

Figura 9

Questão 60B — “A mulher deve trabalhar fora, quando tem filho pequeno, com menos de cinco anos?” — homens (segundo o tamanho dos municípios)

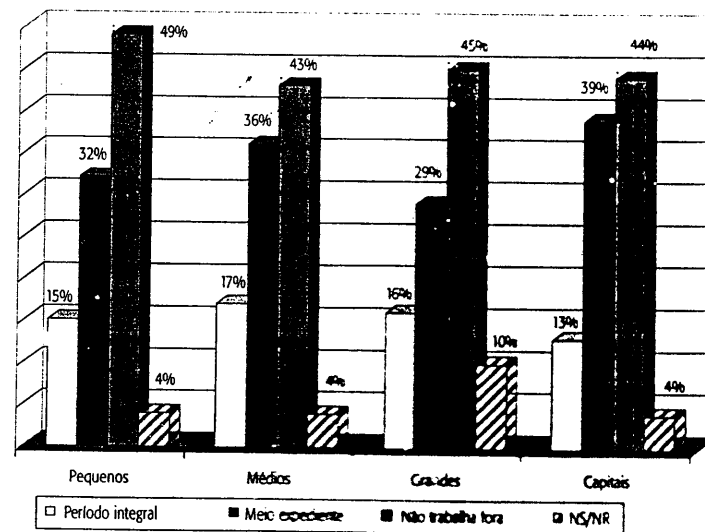
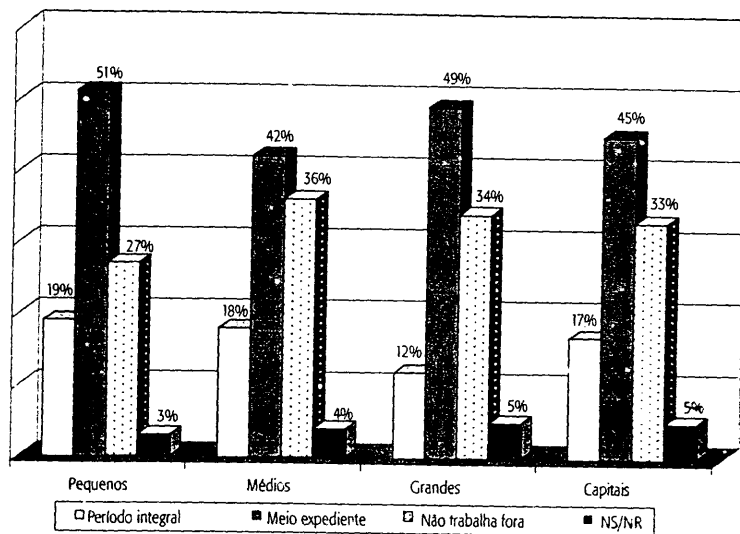


Figura 10

Questão 60B — “A mulher deve trabalhar fora, quando tem filho pequeno, com menos de cinco anos?” — mulheres (segundo o tamanho dos municípios)



A assimetria de opiniões surge também se considerarmos que a sugestão das entrevistadas residentes em pequenos centros urbanos (51%) e nas grandes cidades (49%) é “trabalhar meio expediente”. É mais difundida (36%) entre as entrevistadas que residem em centros urbanos médios a sugestão majoritária entre os homens de que “a mulher com filhos pequenos não deveria trabalhar”.

Fica marcante de qualquer maneira o consenso generalizado, entre entrevistados de ambos os sexos, de que o trabalho de período integral não é a sugestão correta para a mulher/mãe de criança com menos de cinco anos. Só duas pessoas em 10 admitem a preservação do trabalho de tempo integral.

### Gerir a vida em família: atribuições e compromissos

Aprofundar as percepções sobre a gestão da vida familiar pode contribuir para especificar melhor quais as queixas que homens e mulheres fazem a seus

parceiros quanto ao conjunto dos compromissos domésticos. A referência à *realização vicária*,<sup>33</sup> dá um sentido à realização social da mulher, viabilizada na satisfação dela de alcançar o sucesso não pela autodeterminação, mas pelo “sucesso de outros, maridos e filhos”. Essa interpretação parece encontrar ainda hoje bastante legitimação entre os homens entrevistados. Tal formulação atribui alto valor simbólico ao trabalho familiar, designando às mulheres o poder de gerir e coordenar o convívio doméstico. Várias questões do survey permitem averiguar se as próprias mulheres ainda se consideram contempladas e satisfeitas nesse quadro de aspirações. Um primeiro sinal do clima de cooperação é sem dúvida a aprovação generalizada da dinâmica familiar: 94% dos homens e 92% das mulheres declararam que “a vida familiar é satisfatória”.

A “paz” assim generalizada, ou a cooperação familiar, é balizada pela prática, de apenas três pessoas entre 10, que afirmam “nós juntamos todo o dinheiro e cada um pega o que precisa”, quando solicitadas a se posicionar em relação à questão 62: “Como o sr(a) e seu cônjuge fazem com o salário que recebem?”. Quanto menor é o centro urbano de residência, mais é declarada, por entrevistados de ambos os sexos, essa prática cooperativa de juntar todo o dinheiro e cada um fazer uso do que precisa. Três homens entre 10, sobretudo nos pequenos centros urbanos, declararam: “Eu administro todo o dinheiro e dou a minha esposa a parte dela”. A declaração das entrevistadas dos médios centros urbanos também tomou a mesma direção, pois explicitamente declararam que “meu esposo administra todo o dinheiro e me dá a minha parte”. A administração do salário pela mulher é bem pouco usual, visto que a mais alta percentagem registrada foi 24%, correspondente a mulheres residentes em grandes centros urbanos. Raros (10%) foram os que afirmaram que “cada um de nós mantém seu próprio dinheiro em separado”.

Um segundo sinal do grau de harmonia na divisão sexual do trabalho dos casais é perceptível nas respostas à questão 67. “Com que frequência o sr(a) e seu cônjuge discordam da divisão do trabalho de casa?”. Falar de conformismo masculino não é uma imagem forçada, visto que quatro homens entre 10 afirmaram “nunca ter discordado quanto à divisão do trabalho de casa”.

<sup>33</sup> Markus (1987)

Tabela 1

Questão 67 – “Com que frequência o sr(a) e seu cônjuge discordam da divisão do trabalho de casa?”  
(%)

Discriminação	Pequenos	Médios	Grandes	Capitais	Total
<i>Homens</i>					
<input type="checkbox"/> Várias vezes na semana	6	8	4	7	6
<input type="checkbox"/> Várias vezes no mês	8	5	5	2	5
<input type="checkbox"/> Várias vezes no ano	5	4	1	5	4
<input type="checkbox"/> Raramente	23	26	12	26	23
<input type="checkbox"/> Nunca	42	37	60	47	44
<input type="checkbox"/> NS/NR	16	20	18	13	18
<input type="checkbox"/> Total	100	100	100	100	100
<i>Mulheres</i>					
<input type="checkbox"/> Várias vezes na semana	7	9	15	6	8
<input type="checkbox"/> Várias vezes no mês	6	5	4	3	5
<input type="checkbox"/> Várias vezes no ano	6	3	1	6	5
<input type="checkbox"/> Raramente	26	20	17	24	23
<input type="checkbox"/> Nunca	36	52	46	41	42
<input type="checkbox"/> NS/NR	19	11	17	20	17
<input type="checkbox"/> Total	100	100	100	100	100

Essa paz chega a ser mencionada por seis entre 10 homens nos grandes centros urbanos. Nos pequenos, a paz doméstica é menor, visto que apenas 42% dos homens declararam não ter enfrentado “discordância na divisão do trabalho de casa”.

As mulheres dos médios centros urbanos foram as que mais declararam nunca ter problemas de discordância sobre a divisão sexual do trabalho doméstico (52%), e as que menos declararam foram as entrevistadas dos pequenos centros urbanos (36%). Pela ordem, vêm as declarações de paz enunciadas pelas mulheres dos grandes centros urbanos (46%) e as das capitais (41%). Se confrontarmos os depoimentos de homens e mulheres, segundo o tamanho dos municípios de residência, é alta também a percentagem dos que não se sentem em condições de emitir opinião a respeito dessa questão.

A análise prossegue com a sugestão: “os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas” (questão 58L). Evidencia-se o pouco consenso entre entrevistados e entrevistadas: 82% das mulheres e 70% dos homens disseram que deveria haver maior envolvimento dos homens nesse tipo de tarefa. O grau de consenso quanto a essa necessidade é bem maior, considerando ambos os sexos, nas grandes cidades. Nos pequenos centros, há muito mais tensão entre as opiniões de entrevistados e entrevistadas. Enquanto 82% das mulheres concordam com essa afirmação, apenas 67% dos homens apontam essa exigência. Cabe registrar que, na formulação das respostas, há a confluência de significados culturais pessoais, aliados a constrangimentos socioeconômicos públicos. Só assim se explica que, nos pequenos centros urbanos, 27% dos homens se recusem abertamente a aceitar essa sugestão, enquanto apenas 17% das mulheres eritem a mesma opinião. A tensão nas relações familiares de gênero está mais presente nos pequenos centros urbanos.

Essas divergências de opinião rapidamente desaparecem quando entrevistados de ambos os sexos concordam em que “os homens deveriam cuidar mais das crianças do que cuidam atualmente” (questão 58K). Sete pessoas entre 10 — com um leve aumento dessa proporção no caso de mulheres residentes em grandes centros urbanos — consideram plausível essa afirmação. Para esse consenso generalizado contribui a força do significado cultural dos compromissos familiares, que legitimam bem mais a atenção com a educação dos filhos do que as responsabilidades domésticas. Cabe pensar que a realização vicária nesse caso é uma perspectiva não colocada em xeque.

Cumprir ainda examinar as opiniões sobre inovação/manutenção da assimetria na divisão sexual do trabalho, verificando as respostas à questão 84: “Se o sr(a) pudesse mudar alguma coisa na sua vida, de modo a melhorar a relação entre trabalho profissional e vida familiar, quais situações escolheria em primeiro, segundo e terceiro lugar?”. As opções sugeridas oferecem um amplo leque de possibilidades, que em princípio abrem espaço para a solução de conhecidos problemas. Os resultados indicaram a profundidade do sentimento de insatisfação por parte de ambos os sexos.

Tabela 2

Questão 84 – “Se o sr(a) pudesse mudar alguma coisa na sua vida, de modo a melhorar a relação entre trabalho profissional e vida familiar, quais situações escolheria em primeiro, segundo e terceiro lugar?”

(%)

Resposta	Homens	Mulheres
<i>Opção 1</i>		
<input type="checkbox"/> Ficar mais tempo em casa	10	11
<input type="checkbox"/> Mais tempo para vida familiar	22	21
<input type="checkbox"/> Trabalhar mais	32	26
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o cônjuge	4	4
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o lazer	8	10
<input type="checkbox"/> Maior participação do cônjuge	1	2
<input type="checkbox"/> Mai. tempo para o trabalho	9	9
<input type="checkbox"/> Mais tarefas para a empregada	1	1
<input type="checkbox"/> NS/NR	13	16
<input type="checkbox"/> Total	100	100
<i>Opção 2</i>		
<input type="checkbox"/> Ficar mais tempo em casa	3	4
<input type="checkbox"/> Mais tempo para vida familiar	15	15
<input type="checkbox"/> Trabalhar mais	14	13
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o cônjuge	8	9
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o lazer	21	18
<input type="checkbox"/> Maior participação do cônjuge	4	5
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o trabalho	12	9
<input type="checkbox"/> Mais tarefas para a empregada	2	3
<input type="checkbox"/> NS/NR	21	24
<input type="checkbox"/> Total	100	100
<i>Opção 3</i>		
<input type="checkbox"/> Ficar mais tempo em casa	4	5
<input type="checkbox"/> Mais tempo para vida familiar	10	9
<input type="checkbox"/> Trabalhar mais	8	8
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o cônjuge	6	4
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o lazer	20	18
<input type="checkbox"/> Maior participação do cônjuge	4	6
<input type="checkbox"/> Mais tempo para o trabalho	13	11
<input type="checkbox"/> Mais tarefas para a empregada	3	4
<input type="checkbox"/> NS/NR	32	35
<input type="checkbox"/> Total	100	100

As opiniões de homens e mulheres não divergiram quanto à primeira opção, dado o clima conjuntural de fragilidade de fontes de emprego.<sup>34</sup> Em ordem de importância, foram citadas as seguintes sugestões: “trabalhar mais para ter mais dinheiro” (32% dos homens e 26% das mulheres); “ter mais tempo para a família” (22% dos homens e 21% das mulheres). Um entrevistado entre 10, considerando ambos os sexos, optou por “mais tempo livre” e “ficar mais tempo em casa”.

Avaliando os resultados, os entrevistados dos grandes centros urbanos são mais enfáticos na escolha de mudanças que favoreçam mais fontes de renda, via emprego, e não consideram válida a sugestão “ter mais tempo para trabalhar”. Isso é mais um indício do estado de inatividade da população consultada e das atuais retrações e repercussões do desemprego, dinâmicas nacionais da realidade econômica que estão mais fortemente presentes nos espaços urbanos metropolitanos.

Nas respostas de segunda opção é bem freqüente justamente “não soube responder” ou “não respondeu” (21% dos homens e 24% das mulheres), o que indica que a primeira opção é a mais válida. Considerando as demais propostas, a mais apontada é “ter mais tempo livre” (21 e 18%, respectivamente); seguida de “ter mais tempo para a vida familiar” (15%), assinalada por ambos os sexos. Como terceira opção, os entrevistados de ambos os sexos concordam em priorizar: “mais tempo livre” (20 e 18%), “mais tempo para trabalhar/formação/estudo” (13 e 14%) e “mais tempo para a família” (10 e 9%).

Fica patente que, no que diz respeito à primeira opção escolhida, as realidades residenciais dos entrevistados sinalizam divergências de opinião. Os homens residentes em pequenos centros e em grandes áreas metropolitanas têm marcante opção por um maior envolvimento na vida familiar, com percentagens bem próximas dos resultados obtidos para a sugestão “trabalhar mais”, se comparados com os das mulheres. Isso poderia indicar que as dificuldades provêm bem mais das relações de desconforto das condições estruturais das dinâmicas do mercado de

<sup>34</sup> As dificuldades decorrentes da recente queda da oferta de emprego foram apontadas como questão importante na pesquisa realizada pela FPA em 2001 junto às mulheres. Naquela oportunidade, havia a pergunta: “se você pudesse mudar alguma coisa para que a vida de todas as mulheres melhorasse, qual seria a primeira coisa que você faria?”. As respostas — espontâneas e únicas, em nível nacional — fizeram menção ao mercado de trabalho (29%), ao problema do desemprego (33%), assinalado sobretudo por mulheres residentes em regiões metropolitanas (35%) e em médios centros urbanos (32%). O espaço privado também foi mencionado em nível nacional (26%), sendo o mais votado pelas mulheres das RM (28%). Ver FPA, 2001:36, pergunta 8.

trabalho. Entre as mulheres, voltam a aparecer as clássicas opções “*ficar mais em casa*” — entre as residentes em pequenos centros urbanos, quase reiterando a nostalgia do tradicional papel feminino — e “*mais tempo livre*”, entre as residentes em grandes centros urbanos, o que sinalizaria a grande dispersão e o desgaste dos atuais compromissos.

### À guisa de conclusão: o bom governo doméstico e familiar

A riqueza do *survey* é ter apresentado opiniões sobre a dinâmica trabalho-família na vida da população brasileira em 2003. A dança dos números da economia e do mercado de trabalho neste ano específico só foi divulgada pela grande imprensa em 2004, quando as fontes mais importantes — o IBGE e o Dieese — relataram sob que constrangimentos se realizam as formas e os estilos de vida da população brasileira. Vejamos alguns exemplos marcantes.

“Renda média do trabalhador cai pelo 12º mês consecutivo”; “Desemprego cresce e já atinge 2,5 milhões de trabalhadores”; “Entre os que procuram emprego, a maior parte é de mulheres (57,1%). Os jovens com menos de 24 anos eram 45,8% desses desocupados. Deste contingente de desempregados, 19,4% procuravam seu primeiro emprego”.<sup>35</sup>

“Empresas preferem aumentar hora extra e evitam contratações”; “31 milhões trabalham mais que 44 horas. De 1988 a 2002, aumentou de 16,1 milhões para 31,1 milhões o número de pessoas que fazem jornada superior a 44 horas semanais”.<sup>36</sup>

“Renda da mulher caiu mais que a do homem em 2003. Em 2003, o rendimento das mulheres recuou 6,5%, fechando a R\$4,30, em média, por hora trabalhada. No caso dos homens, o recuo foi menor. O rendimento deles caiu 6,1%, para R\$5,47, em média, por hora.”<sup>37</sup>

Se essa é a moldura estrutural, não se pode esquecer que o *survey* foi realizado após o ano de clima eleitoral/político em nível nacional. O sucesso, na eleição de 2002, dos temas da campanha partidária “sem medo de ser feliz” e “sem medo

<sup>35</sup> Grabois (2004).

<sup>36</sup> Rolli e Fernandez (2004).

<sup>37</sup> Gomes (2004).

de mudar” evidencia quão apelativo foi, em todo o território nacional, o chamamento cultural em favor de inovações.

Essas duas dinâmicas — inovações culturais e constrangimentos do mercado de trabalho — enfatizam que deveríamos desconfiar de leituras simplificadas e uniformes dos sentidos atribuídos aos depoimentos. Mas, apesar de não serem sempre lineares, os resultados deixam transparecer uma maior aproximação das adesões emancipatórias entre as mulheres entrevistadas, se comparadas aos homens, nos diferentes centros urbanos. Falando mais claramente: se as mulheres avançaram no consenso de afirmar desejável a combinação trabalho e vida familiar para todos, sem distinção de sexo; nos homens persiste a idéia de que deveria ser atribuída às mulheres a tradicional responsabilidade de gerir a vida doméstica, e que o compromisso familiar deveria ser incluído no cotidiano deles.

Esse resultado produz conseqüências na relação dos casais. As mulheres residentes nos pequenos centros têm opiniões que se assemelham, em nível nacional, às opiniões das mulheres dos grandes centros. Há bem mais tensões, mais agudas, entre homens e mulheres. O núcleo duro das resistências provém das opiniões do “sexo forte” e não da falta de renovação das tradições culturais brasileiras sugeridas pelas mulheres.

Tentei contribuir não só para lançar alguma luz sobre o amadurecimento das aspirações das pessoas, demarcando a centralidade da prática do trabalho, mas também para atualizar a reflexão sobre o que, nos anos 1970, a literatura feminista denominava “a dupla jornada”. Foi nesse contexto específico — das já muito discutidas tensões e arranjos entre os casais, dos confrontos entre as aspirações individuais de autonomia e as prementes exigências para compor o orçamento doméstico — que coloquei em confronto as opiniões. Assumi que a conciliação entre família e trabalho é realizada por duas leituras: a experiência das mulheres e a experiência dos homens.

O recente paradoxo entre a exaltação da individualidade no espaço público, quando no exercício de uma atividade profissional, e o apelo à solidariedade e ao altruísmo na família provavelmente confronta perspectivas e aspirações pessoais mais entre homens e mulheres do que entre as próprias mulheres nos diferentes centros urbanos. Esta é uma mudança importante, que decorre da superação de expectativas que colocavam a mulher dos pequenos centros urbanos em posição subordinada no núcleo familiar. O acesso das mulheres, em todo o território nacio-

nal, aos direitos individuais é uma referência marcante, que parece ter tido sucesso.<sup>38</sup> Emerge agora um novo cenário.

Parafraseando Simone de Beauvoir, Donolo (1992) explicita para os homens: “cidadão não se nasce, mas chega-se a ser graças ao intrincado conjunto de vida individual, experiências coletivas, estatutos jurídicos e pretensões”. Para Donolo (1992:24) o “bom governo” — e poderíamos qualificá-lo como o bom governo doméstico e familiar — “é um processo de aprendizagem coletiva possível por pensar que uma sociedade fortalecida pelo equilíbrio, por contínuos equilíbrios entre equidade e liberdade, entre riqueza privada e dotações públicas se aperfeiçoa no curso do tempo, prefixando-se e alcançando objetivos sempre mais ambiciosos”. Essa reflexão abre espaço para que o survey prossiga na análise de futuras mudanças, a fim de averiguar se, entre as aprendizagens, haverá o objetivo ambicioso de substituir a atual concepção da realização vicária feminina abraçada ainda pelos ideários dos homens, quando esta já foi abandonada e superada no ideário das mulheres.

## Referências bibliográficas

- BECK, U. *La società del rischio*. Roma: Carocci, 1986.
- ; BECK-GERNSHEIM, E. *La individualización; el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Madrid: Paidós, 2002.
- CAPPELLIN, P. *Tocando as máquinas. As condições de existência das operárias*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1979. (ms.)
- ; CÂMARA, C. *Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico*. Alast, 1998.
- ; LETTIERI, C. *A experiência dos núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação*. OIT, 2004.
- DIEESE. *Distribuição dos desempregados, 1998-2003*. Disponível em: <[www.dieese.org.br/cv/tabelaPed/](http://www.dieese.org.br/cv/tabelaPed/)>. Acesso em: 2004.
- DONOLO, C. *Il sogno del buon governo: apologia del regime democratico*. Milano: Anabasi, 1992.

- ELIAS, N. A individualização no processo social. In: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FPA (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Disponível em: <[www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br)>. Acesso em: 2001.
- GOMES, M. Renda da mulher caiu mais que a do homem em 2003. *O Globo*, 4 mar. 2004.
- GRABOIS, A. P. Renda média do trabalhador cai pelo 12º mês consecutivo. *Folha Online*, 25 mar. 2004. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u82380.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u82380.shtml)>. Acesso em: 25 mar. 2004.
- MARKUS, M. Mulheres, êxitos e sociedade civil. Submissão a/ou subversão do princípio de realização. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- MARUANI, M.; REYNAUD, E. *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Decouverte, 2001.
- MENDES, A.; SOUZA, M. A. de; MACDOWELL, C. *Brasil em questão*. Brasília: UnB, 2002.
- PAIVA, V. Educação e mundo do trabalho: notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. *Contemporaneidade e Educação*, n. 4, 1998.
- PEREIRA, V. Trabalho e trabalhadores numa sociedade sem emprego. *Contemporaneidade e Educação*, n. 4, 1998.
- ROLLI, C.; FERNANDEZ, F. Empresas preferem aumentar horas extras e evitar contratações. *Folha de S. Paulo*, 7 mar. 2004.
- SARACENO, C. *Os dilemas da cidadania*. São Paulo: Unesp, 1995.

<sup>38</sup> Cappellin e Câmara (1998); Saraceno (1995).

# Anexos

---

## Anexo I Questionário-padrão

---

QUESTIONÁRIO.....

GÊNERO, TRABALHO E FAMÍLIA  
EM PERSPECTIVA COMPARADA

---

### Variáveis amostrais

#### 01. REGIÃO

(AMOSTRA)

1. Nordeste
2. Sul
3. Sudeste
4. Norte
5. Centro-Oeste

#### 02. ESTADO

(AMOSTRA)

- |              |                    |
|--------------|--------------------|
| 01. Acre     | 15. Paraná         |
| 02. Alagoas  | 16. Pará           |
| 03. Amapá    | 17. Pernambuco     |
| 04. Amazonas | 18. Piauí          |
| 05. Bahia    | 19. Rio de Janeiro |

- |                                 |                         |
|---------------------------------|-------------------------|
| 06. Ceará                       | 20. Rio Grande do Norte |
| 07. Distrito Federal (Brasília) | 21. Rio Grande do Sul   |
| 08. Espírito Santo              | 22. Rondônia            |
| 09. Goiás                       | 23. Roraima             |
| 10. Maranhão                    | 24. Santa Catarina      |
| 11. Mato Grosso                 | 25. Sergipe             |
| 12. Mato Grosso do Sul          | 26. São Paulo           |
| 13. Minas Gerais                | 27. Tocantins           |
| 14. Paraíba                     |                         |

**03. MUNICÍPIO****(AMOSTRA)**ANOTAR:   **04. ZONA RESIDENCIAL****(AMOSTRA)**

1. Urbana
2. Rural

**05. SETOR CENSITÁRIO****(AMOSTRA)**ANOTAR:   **06. SEXO****(AMOSTRA)**

- |              |             |
|--------------|-------------|
| 1. Masculino | 2. Feminino |
|--------------|-------------|

**07A. IDADE****(AMOSTRA)**

- |               |                    |
|---------------|--------------------|
| 1. 18-24 anos | 4. 40-49 anos      |
| 2. 25-29 anos | 5. 50 anos ou mais |
| 3. 30-39 anos |                    |

**07B. IDADE ESPECÍFICA****(ANOTAR)**ANOTAR:   Anos**08. ESCOLARIDADE****(AMOSTRA)**

- |                                     |                 |
|-------------------------------------|-----------------|
| 1. Analfabeto até primário completo | (1ª à 4ª série) |
| 2. Ginásial completo ou incompleto  | (5ª à 8ª série) |

- |                                    |                             |
|------------------------------------|-----------------------------|
| 3. Colegial completo ou incompleto | (Científico – 1ª ao 3ª ano) |
| 4. Superior completo ou incompleto |                             |

**09. CONDIÇÃO DO(A) RESPONDENTE NA UNIDADE FAMILIAR***[EXCLUIR EMPREGADOS(AS) DOMÉSTICOS(AS)]*

01. Chefe da família
02. Cônjuge
03. Filho(a)
04. Agregado
05. Outro(a) parente em relação ao chefe ANOTAR: \_\_\_\_\_
90. NR

**10. COR OU RAÇA [AUTOCLASSIFICAÇÃO DO(A) RESPONDENTE]**

- |             |       |
|-------------|-------|
| 1. Branca   | 9. NR |
| 2. Preta    |       |
| 3. Parda    |       |
| 4. Amarela  |       |
| 5. Indígena |       |

**11. ESTADO CIVIL**

- |                  |  |
|------------------|--|
| 1. Solteiro(a)   | <i>nunca casou legalmente</i>                      |
| 2. Casado(a)     |  |
| 3. Separado(a)   | <i>casado, mas separado/não vive com o cônjuge</i> |
| 4. Divorciado(a) |  |
| 5. Viúvo(a)      |  |
| 9. NR            |  |

**12. UNIÃO DE FATO [PARA TODOS, MENOS OS CASADOS LEGALMENTE]****O(A) SR(A) VIVE CONJUGALMENTE COM ALGUÉM?**

- |        |        |
|--------|--------|
| 1. Sim | 9. NR  |
| 2. Não | 0. NSA |

**13. O(A) SR(A) ESTÁ CURSANDO ESCOLA / FACULDADE?**

1. Sim
2. Não
9. NS/NR



## 14. QUAL É O GRAU DE ESCOLARIDADE DO(A) SR(A)?

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| 00. Nenhum              |                                      |
| 01. Primário incompleto | até a 4ª série do 1º grau incompleta |
| 02. Primário completo   | 4ª série do 1º grau completa         |
| 03. Ginásio incompleto  | até a 8ª série do 1º grau incompleta |
| 04. Ginásio completo    | 8ª série do 1º grau completa         |
| 05. Colegial incompleto | até a 3ª série do 2º grau incompleta |
| 06. Colegial completo   | 3ª série do 2º grau completa         |
| 07. Superior incompleto |                                      |
| 08. Superior completo   |                                      |
| 09. Mestrado            |                                      |
| 10. Doutorado           |                                      |
| 90. NS/NR               |                                      |

## 15. QUAL FOI A ÚLTIMA SÉRIE QUE O(A) SR(A) CONCLUIU?

- |                         |                              |
|-------------------------|------------------------------|
| 00. Nenhuma             | 10. 2ª série do 2º grau      |
| 01. 1ª série do 1º grau | 11. 3ª série do 2º grau      |
| 02. 2ª série do 1º grau | 12. 1º ano do Curso Superior |
| 03. 3ª série do 1º grau | 13. 2º ano do Curso Superior |
| 04. 4ª série do 1º grau | 14. 3º ano do Curso Superior |
| 05. 5ª série do 1º grau | 15. 4º ano do Curso Superior |
| 06. 6ª série do 1º grau | 16. Mestrado                 |
| 07. 7ª série do 1º grau | 17. Doutorado                |
| 08. 8ª série do 1º grau |                              |
| 09. 1ª série do 2º grau | 90. NS/NR                    |

## 16. QUAL É/FOI O GRAU DE ESCOLARIDADE DO SEU PAI?

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| 00. Nenhum              |                                      |
| 01. Primário incompleto | até a 4ª série do 1º grau incompleta |
| 02. Primário completo   | 4ª série do 1º grau completa         |
| 03. Ginásio incompleto  | até a 8ª série do 1º grau incompleta |
| 04. Ginásio completo    | 8ª série do 1º grau completa         |
| 05. Colegial incompleto | até a 3ª série do 2º grau incompleta |
| 06. Colegial completo   | 3ª série do 2º grau completa         |

- |                         |  |
|-------------------------|--|
| 07. Superior incompleto |  |
| 08. Superior completo   |  |
| 09. Mestrado            |  |
| 10. Doutorado           |  |
| 90. NS/NR/NSA           |  |

## 17. QUAL É/FOI O GRAU DE ESCOLARIDADE DA SUA MÃE?

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| 00. Nenhum              |                                      |
| 01. Primário incompleto | até a 4ª série do 1º grau incompleta |
| 02. Primário completo   | 4ª série do 1º grau completa         |
| 03. Ginásio incompleto  | até a 8ª série do 1º grau incompleta |
| 04. Ginásio completo    | 8ª série do 1º grau completa         |
| 05. Colegial incompleto | até a 3ª série do 2º grau incompleta |
| 06. Colegial completo   | 3ª série do 2º grau completa         |
| 07. Superior incompleto |                                      |
| 08. Superior completo   |                                      |
| 09. Mestrado            |                                      |
| 10. Doutorado           |                                      |
| 90. NS/NR/NSA           |                                      |

## 18. QUAL É/FOI O GRAU DE ESCOLARIDADE DE SEU ESPOSO(A)?

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| 00. Nenhum              |                                      |
| 01. Primário incompleto | até a 4ª série do 1º grau incompleta |
| 02. Primário completo   | 4ª série do 1º grau completa         |
| 03. Ginásio incompleto  | até a 8ª série do 1º grau incompleta |
| 04. Ginásio completo    | 8ª série do 1º grau completa         |
| 05. Colegial incompleto | até a 3ª série do 2º grau incompleta |
| 06. Colegial completo   | 3ª série do 2º grau completa         |
| 07. Superior incompleto |                                      |
| 08. Superior completo   |                                      |
| 09. Mestrado            |                                      |
| 10. Doutorado           |                                      |
| 90. NS/NR/NSA           |                                      |

**19. O(A) SR(A) ATUALMENTE É OU ESTÁ: EMPREGO / DESEMPREGO**

01. Empresário / Empregador  
 02. Profissional liberal / Autônomo em atividade, não-empregador  
 03. Empregado, tempo integral *44 horas semanais ou mais*  
 04. Empregado, tempo parcial *15 a 44 horas semanais*  
 05. Empregado, menos que tempo parcial *Até 15 horas semanais*  
 06. Auxiliar ou aprendiz familiar, sem remuneração  
 07. Desempregado há 12 meses / tentou emprego nos últimos 12 meses  
 08. Desempregado há mais que 12 meses / tentando o primeiro emprego e não consegue  
 61. Estudante *que só estuda*  
 62. Do lar *que não trabalha fora*  
 63. Aposentado *por tempo de serviço, que não trabalha mais*  
 64. Inválido *sem pensão*  
 70. Outros ANOTAR: \_\_\_\_\_  
 90. NS/NR

**Empresário, autônomo****20. QUANTOS EMPREGADOS O(A) SR(A) TEM?**ANOTAR:     Empregados

0000. Nenhum  
 9998. 9998 ou mais  
 9999. NS/NR/NSA

**Empregado****21. QUAL É O SETOR QUE O(A) SR(A) TRABALHA?**

1. Trabalha no governo (administração pública federal, estadual, municipal)  
 2. Trabalha em empresa pública  
 3. Trabalha em empresa privada  
 4. Trabalha em instituição sem fins lucrativos  
 5. Trabalha por conta própria

9. NR  
 0. NSA

**22. O(A) SR(A) TEM CARTEIRA ASSINADA?**

1. Sim 9. NS/NR  
 2. Não 0. NSA

**23. O(A) SR(A) SUPERVISIONA OU É RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DE OUTRAS PESSOAS?**

1. Sim 9. NS/NR  
 2. Não 0. NSA

**Empresário, empregado****24. EM MÉDIA, QUAL O NÚMERO DE HORAS QUE O(A) SR(A) TRABALHA POR SEMANA?**

- ANOTAR:   Horas  
 00. Nenhuma / Não trabalha  
 98. 98 horas ou mais  
 99. NS/NR/NSA

**25. EM QUE LOCAL O(A) SR(A) EXERCE A SUA OCUPAÇÃO?**

01. Loja, escritório, fábrica, escola, repartição pública, galpão etc.  
 02. Fazenda, sítio, granja, chácara etc.  
 03. Na rua, local público  
 04. No próprio domicílio  
 05. No domicílio do empregador, patrão, cliente etc.  
 06. Transporte de pessoas ou carga  
 07. Outro ANOTAR: \_\_\_\_\_  
 90. NS/NR  
 00. NSA

26. QUAL É A SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, OU ATIVIDADE PROFISSIONAL?

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 0000. Nenhuma / Não trabalha
- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

27. NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS O(A) SR(A) TEVE ALGUMA PROMOÇÃO PROFISSIONAL NO LOCAL ONDE TRABALHA?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

28. NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS O(A) SR(A) FEZ ALGUM CURSO DE ATUALIZAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

### Desempregado, aposentado, invalidez

29. O(A) SR(A) PROCUROU EMPREGO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

30. QUAL ERA A SUA OCUPAÇÃO, OU ATIVIDADE PROFISSIONAL, ANTES DE SER/ESTAR DESEMPREGADO/APOSENTADO/INVALIDEZ? [ATENÇÃO ENTREVISTADOR: SEGUIR AS ORIENTAÇÕES PARA A COLETA DA OCUPAÇÃO]

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 0000. Nenhuma / Nunca trabalhou
- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

31. COM QUE IDADE O(A) SR.(A) COMEÇOU A TRABALHAR? (ESPONTÂNEO)

ANOTAR:   Anos

- 00. Nenhuma / Nunca trabalhou
- 98. 98 anos ou mais
- 99. NS/NR

32. NO PRIMEIRO TRABALHO, SUA OCUPAÇÃO ERA:  
[ESPECIFICAÇÃO]

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

33. NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ FICOU SEM TRABALHO?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

34. QUANTAS VEZES O(A) SR(A) FICOU SEM TRABALHO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS?

ANOTAR:   vezes

- 98. 98 vezes ou mais
- 99. NS/NR
- 00. NSA

35. NO TOTAL, QUANTO TEMPO (MESES E DIAS) O(A) SR(A) FICOU SEM TRABALHO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS?

ANOTAR:

Meses

Dias

- 9999. NS/NR
- 0000. NSA

36. [SOMENTE PARA "DO LAR"] O(A) SR(A) FAZ ALGUMA ATIVIDADE EVENTUAL QUE RECEBE DINHEIRO?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

37. QUAL É A SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL DO SEU CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?

- 01. Empresário / empregador
- 02. Conta própria / autônomo
- 03. Empregado, tempo integral *44 horas semanais ou mais*
- 04. Empregado, tempo parcial *15 a 44 horas semanais*
- 05. Empregado, menos que tempo parcial *Até 15 horas semanais*
- 06. Auxiliar ou aprendiz familiar, sem remuneração
- 07. Desempregado
- 61. Estudante/Estagiário *que só estuda*
- 62. Do lar *que não trabalha fora*
- 63. Aposentado *por tempo de serviço, que não trabalha mais*
- 64. Inválido *sem pensão*
- 60. Outros ANOTAR: \_\_\_\_\_
- 90. NS/NR
- 00. Nenhuma / não tem cônjuge

38. O SEU CÔNJUGE PROCUROU EMPREGO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

- 1. Sim
- 2. Não
- 9. NS/NR
- 0. NSA

39. O SEU CÔNJUGE FAZ ALGUMA ATIVIDADE EVENTUAL QUE RECEBE DINHEIRO?

- 1. Sim
- 2. Não

- 9. NS/NR
- 0. NSA

40. QUAL A OCUPAÇÃO PRINCIPAL, OU ATIVIDADE PROFISSIONAL, DO SEU CÔNJUGE? [ATENÇÃO ENTREVISTADOR: SEGUIR AS ORIENTAÇÕES PARA A COLETA DA OCUPAÇÃO]

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 0000. Nenhuma / Não trabalha
- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

41. QUANTAS HORAS O SEU CÔNJUGE TRABALHA POR SEMANA?

ANOTAR:   Horas

- 98. 98 horas ou mais.
- 99. NS/NR
- 00. NSA

42. QUANDO O(A) SR(A) TINHA 15 ANOS, QUAL ERA A OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE PROFISSIONAL DO SEU PAI? [ATENÇÃO ENTREVISTADOR: SEGUIR AS ORIENTAÇÕES PARA A COLETA DA OCUPAÇÃO]

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 0000. Nenhuma / Não trabalhava
- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

43. QUANDO O(A) SR(A) TINHA 15 ANOS, QUAL ERA A OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE PROFISSIONAL DA SUA MÃE? [ATENÇÃO ENTREVISTADOR: SEGUIR AS ORIENTAÇÕES PARA A COLETA DA OCUPAÇÃO]

ANOTAR: \_\_\_\_\_

- 0000. Nenhuma / Não trabalhava
- 9998. NS / Descrição inadequada
- 9999. NR/NSA

## 44. RENDA INDIVIDUAL MENSAL:

ANOTAR:       ,

Mil Reais

00000. Nenhuma / Sem Renda  
99998. R\$99.998,00 ou mais  
99999. NS/NR

## 45. RENDA FAMILIAR MENSAL:

ANOTAR:       ,

Mil Reais

00000. Nenhuma / Sem Renda  
99998. R\$99.998,00 ou mais  
99999. NS/NR

## 46. QUANTAS PESSOAS RESIDEM EM SUA CASA, INCLUINDO O(A) SR(A), EXCLUINDO EMPREGADOS(AS) DOMÉSTICOS(AS)?

46A. ANOTAR:   Adultos: 18 anos ou mais

46B. ANOTAR:   Crianças: 6 a 17 anos

46C. ANOTAR:   Crianças: até 5 anos

46D. ANOTAR:   Total de pessoas

00. Nenhuma  
98. 98 pessoas ou mais  
99. NS/NR

## 47. QUANTOS(AS) FILHOS(AS) O(A) SR(A) TEM?

ANOTAR:   filho(as)

00. Nenhum  
98. 98 filhos(as) ou mais  
99. NS/NR

## 48. QUANTOS(AS) FILHOS(AS) MORAM COM O(A) SR(A)?

ANOTAR:   filho(as)

00. Nenhum  
98. 98 filhos(as) ou mais  
99. NS/NR

## 49. O(A) SR(A) TEM EMPREGADA DOMÉSTICA?

1. Sim, *mora na casa*
2. Sim, *não mora na casa*
3. Não
9. NS/NR

## 50. QUANTAS VEZES POR SEMANA SUA EMPREGADA DOMÉSTICA TRABALHA PARA O(A) SR(A)?

(ESTIMULADO – LER OPÇÕES 1 A 7)

- |            |            |
|------------|------------|
| 1. 1 vez   | 6. 6 vezes |
| 2. 2 vezes | 7. 7 vezes |
| 3. 3 vezes | 9. NS/NR   |
| 4. 4 vezes | 0. NSA     |
| 5. 5 vezes |            |

## 51. O(A) SR(A) É FILIADO OU ASSOCIADO A: (ESTIMULADO)

Questões 51A a 51E	
1. Sim	9. NS/NR
2. Não	

51A. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

51B. SINDICATO

51C. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

51D. PARTIDO POLÍTICO

51E. OUTROS

52. AS PESSOAS ÀS VEZES FREQUENTAM DIFERENTES **GRUPOS** OU **ASSOCIAÇÕES**. PARA CADA TIPO DE GRUPO ABAIXO, POR FAVOR MARQUE A OPÇÃO QUE MELHOR INDICA A SUA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DESTES GRUPOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES:

Questões 52A a 52I	
1. Mais de 1 vez por semana	9. NS/NR
2. 1 vez por semana	
3. 1 vez por mês	
4. Mais de 2 vezes no ano	
5. 1 ou 2 vezes no ano	
6. Pertence a esse grupo, mas nunca participa	
7. Não pertence a esse grupo	

52A. PARTIDO POLÍTICO

52B. SINDICATO

52C. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

52D. GRUPOS LIGADOS À IGREJA OU A OUTROS CENTROS RELIGIOSOS

52E. INSTITUIÇÃO OU GRUPO DE CARIDADE

52F. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

52G. OUTRAS ASSOCIAÇÕES OU GRUPOS (MÃES, JOVENS, IDOSOS ETC.)

52H. ONGS OU ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS

52I. OUTRAS ASSOCIAÇÕES OU GRUPOS

53. COMO O SEU **CÔNJUGE** OU, SE NÃO É CASADO(A), SUA FAMÍLIA VÊ A SUA PARTICIPAÇÃO?

1. Estimula / apóia
2. É indiferente
3. Desestimula / não apóia
7. Não participa / não tem cônjuge nem família
9. NS/NR

54. COM QUAL **PARTIDO POLÍTICO** O(A) SR(A) MAIS SE IDENTIFICA OU TEM SIMPATIA:

01. PDT

02. PFL

60. Outro ANOTAR: \_\_\_\_\_

70. Nenhum

03. PMDB

04. PPB

05. PPS

06. PSB

07. PSDB

08. PT

09. PTB

90. NS/NR

55. QUAL É A SUA **RELIGIÃO**?

01. Evangélica ESPECIFICAR: \_\_\_\_\_

02. Umbanda, Candomblé, religião de origem africana

03. Espírita

04. Católica Romana

05. Outra religião ESPECIFICAR: \_\_\_\_\_

Vá para a  
Questão 56

60. Não tem religião, mas acredita em Deus

70. Não crê em Deus (ateu)

90. NS/NR

Vá para a  
Questão 57

56. COM QUE **FREQÜÊNCIA** VAI AO CULTO RELIGIOSO/IGREJA?

1. Uma vez ou mais por semana
2. Duas ou três vezes por mês
3. Uma vez por mês
4. Algumas vezes por ano
5. Com menos freqüência ainda
7. Nunca
9. NS/NR
0. NSA

57. CONSIDERANDO QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA ESTÁ DIVIDIDA EM **CLASSES SOCIAIS**, EM QUE CLASSE O(A) SR(A) SE COLOCARIA?

1. Classe alta

2. Classe média alta

3. Classe média

7. Nenhuma

9. NS/NR

4. Classe média baixa
5. Classe trabalhadora
6. Classe baixa pobre

**58. VOU LER ALGUMAS QUESTÕES SOBRE FAMÍLIA E GOSTARIA QUE O(A) SR(A) DISSESSE SE CONCORDA OU DISCORDA DESTAS FRASES:**

Questões 58A a 58I	
1. Concorda totalmente	9. NS/NR
2. Concorda em parte	
3. Não concorda nem discorda	
4. Discorda em parte	
5. Discorda totalmente	

**58A. UMA MÃE QUE TRABALHA FORA PODE DAR A SUA FAMÍLIA UM MELHOR NÍVEL DE VIDA**

**58B. TER UM EMPREGO É A MELHOR MANEIRA DE UMA MULHER SE TORNAR INDEPENDENTE**

**58C. SER DONA-DE-CASA É TÃO GRATIFICANTE QUANTO TRABALHAR FORA**

**58D. TRABALHAR É BOM, MAS O QUE A MAIORIA DAS MULHERES REALMENTE QUER É TER UM LAR E FILHOS**

**58E. NO FINAL DAS CONTAS, A VIDA FAMILIAR FICA PREJUDICADA QUANDO A MULHER TEM UM EMPREGO DE TEMPO INTEGRAL**

**58F. CRIANÇAS PEQUENAS (ATÉ 5 ANOS) SOFREM MAIS QUANDO A MÃE TRABALHA**

**58G. UMA MÃE QUE TRABALHA FORA PODE ESTABELECEER UMA RELAÇÃO TÃO CARINHOSA E DEDICADA COM SEUS FILHOS, QUANTO UMA MÃE QUE NÃO TRABALHA FORA**

**58H. AMBOS, HOMENS E MULHERES, DEVEM CONTRIBUIR PARA A RENDA FAMILIAR**

**58I. O TRABALHO DO HOMEM É GANHAR DINHEIRO. O TRABALHO DA MULHER É CUIDAR DA CASA E DA FAMÍLIA**

**58J. OS HOMENS DEVERIAM ASSUMIR MAIS TRABALHOS DOMÉSTICOS DO QUE FAZEM ATUALMENTE**

**58K. OS HOMENS DEVERIAM CUIDAR MAIS DAS CRIANÇAS DO QUE CUIDAM ATUALMENTE**

**58L. OS HOMENS DEVERIAM DIVIDIR IGUALMENTE TODAS AS TAREFAS DOMÉSTICAS**

**59. EM UM CASAL, O(A) SR(A) ACHA QUE SERIA MELHOR O HOMEM GANHAR:**

1. Mais dinheiro do que a mulher
2. Igual à mulher
3. Menos dinheiro do que a mulher
9. NS/NR

**60. O(A) SR(A) ACHA QUE A MULHER DEVERIA TRABALHAR FORA EM HORÁRIO INTEGRAL, MEIO EXPEDIENTE OU NÃO TRABALHAR DE ACORDO COM AS SEGUINTE SITUAÇÕES:**

Questões 60A a 60D	
1. Trabalhar período integral	9. NS/NR
2. Trabalhar meio expediente	
3. Não trabalhar fora	

**60A. DEPOIS DE CASAR E ANTES DE TER FILHOS**

**60B. QUANDO TEM FILHO PEQUENO, COM MENOS DE 5 ANOS**

**60C. DEPOIS QUE O FILHO CAÇULA ENTRAR PARA A ESCOLA**

**60D. DEPOIS QUE OS FILHOS JÁ FORAM MORAR FORA DE CASA**

**61. POR FAVOR, DIGA O QUANTO O(A) SR(A) CONCORDA OU DISCORDA DESTAS FRASES:**

Questões 61A a 61M	
1. Concorda totalmente	9. NS/NR
2. Concorda em parte	
3. Não concorda nem discorda	
4. Discorda em parte	
5. Discorda totalmente	

61A. OS CASADOS SÃO GERALMENTE MAIS FELIZES DO QUE OS SOLTEIROS / OS QUE ESTÃO SOZINHOS

61B. É MELHOR TER UM CASAMENTO RUIM DO QUE NÃO ESTAR CASADO

61C. QUEM QUER TER FILHOS DEVE SE CASAR

61D. UM PAI / MÃE SOZINHO(A) PODE CRIAR O(A) FILHO(A) TÃO BEM QUANTO UM CASAL QUE VIVE JUNTO

61E. ESTÁ CERTO UM CASAL VIVER JUNTO MESMO SEM QUERER CASAR NO PAPEL

61F. É UMA BOA IDÉIA PARA UM CASAL QUE QUER SE CASAR, VIVER JUNTO ANTES DO CASAMENTO

61G. O DIVÓRCIO É GERALMENTE A MELHOR SOLUÇÃO QUANDO UM CASAL NÃO CONSEGUE RESOLVER SEUS PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO

61H. ACOMPANHAR A EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO DE UMA CRIANÇA É A MAIOR ALEGRIA DA VIDA

61I. PESSOAS QUE NUNCA TIVERAM FILHOS(AS) LEVAM VIDAS VAZIAS

61J. EXERCER UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL É IMPORTANTE PARA AS PESSOAS SE SENTIREM REALIZADAS / FELIZES

61K. AS MULHERES QUE TRABALHAM DEVEM RECEBER LICENÇA MATERNIDADE POR OCASIÃO DO NASCIMENTO DO(A) FILHO(A)

61L. AS FAMÍLIAS DEVERIAM RECEBER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PAGAR CRECHE OU ALGUÉM QUE TOME CONTA DAS CRIANÇAS QUANDO O PAI E A MÃE TRABALHAM FORA

61M. OS HOMENS QUE TRABALHAM DEVEM RECEBER LICENÇA PATERNIDADE POR OCASIÃO DO NASCIMENTO DO(A) FILHO(A)

62. COMO O(A) SR(A) E SEU CÔNJUGE FAZEM COM O SALÁRIO QUE RECEBEM?

1. Eu administro todo o dinheiro e dou a meu(minha) esposo(a) sua parte
2. Meu esposo(a) administra todo o dinheiro e me dá a minha parte
3. Nós juntamos todo o dinheiro e cada um pega o que precisa

4. Nós juntamos parte do dinheiro e mantemos o resto separado

5. Cada um de nós mantém seu próprio dinheiro separado

9. NS/NR

0. NSA

63. NA CASA DO(A) SR(A), QUEM FAZ A SEGUINTE COISA:

01. Sempre eu	90. NS/NR
02. Geralmente eu	00. NSA
03. Igual ou os dois juntos	
04. Geralmente meu(minha) esposo(a)	
05. Sempre meu(minha) esposo(a)	
06. É feito por outra pessoa da família	
07. Empregada doméstica	
08. Outros ANOTAR: _____	

63A. LAVA E PASSA ROUPA

63B. FAZ PEQUENOS CONSERTOS NA CASA

63C. CUIDA DOS FAMILIARES DOENTES, VELHOS E INCAPACITADOS

63D. COMPRA COMIDA (FAZ SUPERMERCADO)

63E. LIMPA A CASA

63F. COZINHA (PREPARA A COMIDA)

63G. LAVA OS PRATOS

63H. VAI AO BANCO / PAGA CONTAS

64. EM MÉDIA, QUE NÚMERO DE HORAS POR SEMANA O(A) SR(A) GASTA FAZENDO TRABALHOS DOMÉSTICOS, SEM INCLUIR CUIDAR DAS CRIANÇAS E SE DIVERTIR?

ANOTAR:   Horas

00. Nenhuma / Não faz trabalhos domésticos

98. 98 horas ou mais

99. NS/NR/NSA



65. E O SEU **ESPOSO(A)**, EM MÉDIA, QUAL É O **NÚMERO DE HORAS** POR SEMANA QUE ELE(ELA) GASTA FAZENDO **TRABALHOS DOMÉSTICOS**, SEM INCLUIR CUIDAR DAS CRIANÇAS E SE DIVERTIR?

ANOTAR:   horas

00. Nenhuma / Não faz trabalhos domésticos

98. 98 horas ou mais

99. NS/NR/NSA

66. QUAL DAS SEGUINTESS OPÇÕES MELHOR SE APLICA À **DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO** ENTRE SEU **CÔNJUGE** E O(A) **SR(A)**?

1. Faço muito mais do que a parte que seria justa
2. Faço um pouco mais do que a parte que seria justa
3. Faço exatamente a parte que seria justa
4. Faço um pouco menos do que a parte que seria justa
5. Faço muito menos do que a parte que seria justa
9. NS/NR
0. NSA

67. COM QUE **FREQÜÊNCIA** O(A) **SR(A)** E SEU **CÔNJUGE** **DISCORDAM** DA **DIVISÃO DO TRABALHO** DE CASA?

1. Várias vezes por semana
2. Várias vezes por mês
3. Várias vezes por ano
4. Raramente
5. Nunca
9. NS/NR
0. NSA

68. QUANDO O(A) **SR(A)** E SEU **CÔNJUGE** TOMAM **DECISÕES** SOBRE AS SEGUINTESS COISAS, QUEM TEM A **PALAVRA FINAL**?

- |   |          |
|---|----------|
| 1. Geralmente eu                              | 9. NS/NR |
| 2. Geralmente meu(minha) esposo(a)            | 0. NSA   |
| 3. Às vezes eu, às vezes meu(minha) esposo(a) |          |
| 4. Nós decidimos juntos                       |          |
| 5. Outra pessoa decide                        |          |

68A. **DECISÕES** SOBRE COMO **EDUCAR** OS **FILHOS**

68B. **ESCOLHER** AS **ATIVIDADES** QUE FAZEMOS **JUNTOS** NO **FIM DE SEMANA**

68C. **COMPRAR** COISAS **GRANDES** PARA **CASA**

69. **CONSIDERANDO** TODAS AS **FONTES DE RENDA**, ENTRE O(A) **SR(A)** E SEU **CÔNJUGE**, QUEM TEM A **MAIOR RENDA**?

1. Meu cônjuge não tem renda
2. Eu tenho uma renda muito maior
3. Eu tenho uma renda maior
4. Temos praticamente a mesma renda
5. Meu cônjuge tem renda maior
6. Meu cônjuge tem renda muito maior
7. Eu não tenho renda
9. NS/NR
0. NSA

70. SEUS **FILHOS** VÃO À **CRECHE**?

1. Sim, do governo
2. Sim, gratuita da Igreja
3. Sim, gratuita de outra instituição
4. Sim, privada
5. Não
9. NS/NR
0. NSA

71. QUANDO **NÃO** ESTÃO NA **ESCOLA/CRECHE**, COM QUEM **FICAM** AS **CRIANÇAS** **MEIORES** DE 10 ANOS DURANTE O **RESTO** DO **DIA**?

01. Com pai e mãe em casa
02. Com a mãe
03. Com o pai
04. Com avós
05. Com tios
06. Com outros irmãos

07. Com empregada  
 08. Ficam sozinhos  
 09. Ficam o dia todo na creche/escola  
 60. Outros ANOTAR: \_\_\_\_\_  
 90. NS/NR  
 00. NSA

**72. NA CASA DO(A) SR(A), QUEM SE RESPONSABILIZA PELAS SEGUINTE ATIVIDADES COM AS CRIANÇAS:**

01. Sempre eu	90. NS/NR
02. Geralmente eu	00. NSA
03. Eu e meu cônjuge juntos	
04. Geralmente meu cônjuge	
05. Sempre meu cônjuge	
06. É feito por outra pessoa da família	
07. Empregada doméstica	
08. Outros ANOTAR: _____	

**72A. VESTIR E DAR BANHO**

**72B. DAR COMIDA**

**72C. AJUDAR NOS DEVERES E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA ESCOLA**

**72D. BRINCAR**

**72E. LEVAR AO MÉDICO**

**72F. PÔR PARA DORMIR**

**72G. LEVAR OU PEGAR NA ESCOLA**

**73. (PARA TODOS) O(A) SR(A) ACHA QUE A MELHOR SITUAÇÃO PARA UMA CRIANÇA DE 0 A 2 ANOS É:**

01. Ficar o dia todo numa creche  
 02. Ficar um turno em casa e um turno em uma creche

03. Ficar em casa com a mãe  
 04. Ficar em casa com o pai  
 05. Ficar em casa com a empregada  
 06. Ficar em casa com outros parentes  
 90. NS/NR

ESPECIFICAR: \_\_\_\_\_

**74. NOS FINAIS DE SEMANA OU NOS DIAS DE FOLGA, COM QUE FREQUÊNCIA O(A) SR(A):**

1. Frequentemente	9. NS/NR
2. Quase sempre	
3. Às vezes	
4. Raramente	
5. Nunca	

**74A. FICA EM CASA VENDO TV, OUVINDO MÚSICA OU LENDO**

**74B. VISITA PARENTES**

**74C. SAI E VISITA / ENCONTRA AMIGOS**

**74D. SAI E PASSEIA COM FILHOS(AS) E / OU CÔNJUGE**

**74E. LIMPA, ARRUMA A CASA E COZINHA**

**74F. REALIZA PEQUENAS TAREFAS E CONSERTOS DOMÉSTICOS**

**74G. FAZ COMPRAS PARA CASA, SUPERMERCADO, FEIRA OU OUTROS**

**75. VOU LER ALGUMAS QUESTÕES E GOSTARIA QUE O(A) SR(A) DISSESSE SE CONCORDA OU DISCORDA DESTAS FRASES:**

1. Concorda totalmente	9. NS/NR
2. Concorda em parte	
3. Não concorda nem discorda	
4. Discorda em parte	
5. Discorda totalmente	

75A. HÁ TANTAS COISAS PARA FAZER EM CASA QUE, COM FREQUÊNCIA, O TEMPO ACABA ANTES DE CONSEGUIR FAZER TUDO

75B. MINHA VIDA EM CASA QUASE NUNCA É ESTRESSANTE

75C. HÁ TANTAS COISAS PARA FAZER NO TRABALHO QUE, COM FREQUÊNCIA, O TEMPO ACABA ANTES DE CONSEGUIR FAZER TUDO

75D. O MEU TRABALHO QUASE NUNCA É ESTRESSANTE

76. COM QUE FREQUÊNCIA, NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ACONTECEU ALGUMA DAS SEGUINTE SITUAÇÕES:

Questões 76A a 76D	
1. Frequentemente	9. NS/NR
2. Quase sempre	
3. Às vezes	
4. Raramente	
5. Nunca	

76A. TENHO CHEGADO EM CASA DO TRABALHO CANSADO(A) DEMAIS PARA REALIZAR OS AFAZERES DOMÉSTICOS QUE PRECISAM SER FEITOS

76B. TEM SIDO DIFÍCIL CUMPRIR COM MINHAS RESPONSABILIDADES FAMILIARES POR CAUSA DA QUANTIDADE DE TEMPO QUE PASSO TRABALHANDO

76C. TENHO CHEGADO NO TRABALHO CANSADO(A) DEMAIS PARA FAZER AS COISAS DIREITO POR CAUSA DO TRABALHO DOMÉSTICO QUE TIVE QUE FAZER

76D. TENHO TIDO DIFICULDADES DE ME CONCENTRAR NO TRABALHO POR CAUSA DAS MINHAS RESPONSABILIDADES FAMILIARES

77. SE O(A) SR(A) FOSSE CONSIDERAR A SUA VIDA ULTIMAMENTE, DIRIA SER FELIZ OU INFELIZ?

1. Muito feliz
2. Razoavelmente feliz
3. Não é muito feliz
4. Não é feliz
9. NS/NR

78. CONSIDERANDO SEU TRABALHO (PRINCIPAL), O(A) SR(A) DIRIA QUE ESTÁ:

1. Muito satisfeito(a)
2. Satisfeito(a)
3. Nem satisfeito(a) e nem insatisfeito(a)
4. Insatisfeito(a)
5. Muito insatisfeito(a)
6. Não tem trabalho
9. NS/NR

79. CONSIDERANDO SUA VIDA FAMILIAR, O(A) SR(A) ESTÁ:

1. Muito satisfeito(a)
2. Satisfeito(a)
3. Nem satisfeito(a) e nem insatisfeito(a)
4. Insatisfeito(a)
5. Muito insatisfeito(a)
9. NS/NR

80. DESDE QUE O(A) SR(A) NASCEU ATÉ OS SEUS 14 ANOS, SUA MÃE TRABALHOU FORA POR PELO MENOS UM ANO?

1. Sim
2. Não
9. NS/NR

81. (PARA QUEM TEM OU TEVE FILHOS) O(A) SR(A) TRABALHOU FORA EM HORÁRIO INTEGRAL, MEIO EXPEDIENTE OU NÃO TRABALHOU DE ACORDO COM AS SEGUINTE SITUAÇÕES:

Questões 81A a 81D	
1. Trabalhou período integral	9. NS/NR
2. Trabalhou meio expediente	0. NSA
3. Não trabalhou fora	

81A. DEPOIS DE CASAR E ANTES DE TER FILHOS

81B. QUANDO TINHA FILHO PEQUENO, COM MENOS DE 5 ANOS

81C. DEPOIS QUE O FILHO CAÇULA ENTROU PARA A ESCOLA

81D. DEPOIS QUE OS FILHOS FORAM MORAR FORA DE CASA

82. (PARA QUEM TEM OU TEVE FILHOS E TEM CÔNJUGE) E O SEU CÔNJUGE, TRABALHOU FORA EM HORÁRIO INTEGRAL, MEIO EXPEDIENTE OU NÃO TRABALHOU DE ACORDO COM AS SEGUINTE SITUAÇÕES:

QUESTÃO 82A-82D	
1. Trabalhou período integral	9. NS/NR
2. Trabalhou meio expediente	0. NSA
3. Não trabalhou fora	

82A. DEPOIS DE CASAR E ANTES DE TER FILHOS

82B. QUANDO TINHA FILHO PEQUENO, COM MENOS DE 5 ANOS

82C. DEPOIS QUE O FILHO CAÇULA ENTROU PARA A ESCOLA

82D. DEPOIS QUE OS FILHOS FORAM MORAR FORA DE CASA

83. O(A) SR(A) ACHA QUE AS MULHERES DEVEM TRABALHAR FORA DE CASA QUANDO UM CASAL AINDA NÃO TEM FILHOS?

1. Devem trabalhar horário integral
2. Devem trabalhar meio expediente
3. Devem ficar em casa
9. NS/NR

84. SE O(A) SR(A) PUDESSE MUDAR ALGUMA COISA NA SUA VIDA DE MODO A MELHORAR A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO PROFISSIONAL E VIDA FAMILIAR, QUAL DAS SEGUINTE SITUAÇÕES ESCOLHERIA EM PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO LUGAR? (ESTIMULADO – MOSTRAR ANEXO 5)

84A. ANOTAR CÓDIGO

84B. ANOTAR CÓDIGO

84C. ANOTAR CÓDIGO

1. Poder ficar mais tempo em casa sem trabalhar profissionalmente para cuidar dos filhos e/ou da casa
2. Ter mais tempo para a vida familiar
3. Trabalhar mais para ter mais dinheiro
4. Ter mais tempo para estar com o cônjuge/companheiro(a)
5. Ter mais tempo para o lazer/descanso
6. Ter maior participação do cônjuge nas tarefas domésticas e/ou dos filhos
7. Ter mais tempo para o trabalho profissional/formação/estudo
8. Poder atribuir mais/as tarefas a uma empregada
9. NS/NR

85. INDIQUE UMA OPÇÃO PARA MOSTRAR O QUANTO O(A) SR(A) concorda OU NÃO COM CADA UMA DAS frases ABAIXO:

1. Concorda totalmente	9. NS/NR
2. Concorda em parte	
3. Não concorda nem discorda	
4. Discorda em parte	
5. Discorda totalmente	

85A. O CASTIGO FÍSICO É UMA FORMA ACEITÁVEL DE EDUCAR E DISCIPLINAR OS FILHOS

85B. O HOMEM TEM O DIREITO DE PUNIR SUA MULHER EM CASO DE INFIDELIDADE

85C. UM "SUSTO" ATRAVÉS DE AMEAÇA PODE SER EFICAZ EM CASO DE ADULTÉRIO

85D. A MULHER TEM O DIREITO DE PUNIR SEU MARIDO EM CASO DE INFIDELIDADE

85E. A MULHER QUE FAZ ABORTO DEVE SER PRESA, INDEPENDENTEMENTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE A TENHAM LEVADO A TOMAR ESTA DECISÃO

85F. O ABORTO DEVE SER LEGALMENTE GARANTIDO EM CASO DE RISCO DE SAÚDE PARA A MÃE

**85G.** O ABORTO DEVE SER LEGALMENTE GARANTIDO EM CASO DE GRAVE E IRREVERSÍVEL ANOMALIA FETAL

**85H.** O ABORTO DEVE SER LEGALMENTE GARANTIDO EM CASO DE ESTUPRO

**85I.** A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ É RESPONSABILIDADE DA MULHER

**85J.** DEVIDO AOS RISCOS DE TRANSMISSÃO DE DST E HIV, O PRESERVATIVO DEVE SER USADO POR TODOS OS CASAIS, INDEPENDENTEMENTE DE QUANTO TEMPO ESTEJAM JUNTOS

**85K.** A MULHER CASADA DEVE FAZER SEXO COM O MARIDO SEMPRE QUE ELE QUISER

**85L.** O ABORTO É UM DIREITO DA MULHER

### ANEXO 1 ESCOLARIDADE

00. Nenhuma	
01. Primário incompleto	até a 4ª série do 1º grau incompleta
02. Primário completo	4ª série do 1º grau completa
03. Ginásio incompleto	até a 8ª série do 1º grau incompleta
04. Ginásio completo	8ª série do 1º grau completa
05. Colegial incompleto	até a 3ª série do 2º grau incompleta
06. Colegial completo	3ª série do 2º grau completa
07. Superior incompleto	
08. Superior completo	
09. Mestrado	
10. Doutorado	

### ANEXO 2 PROFISSÃO

1. Empresário / Empregador
2. Conta própria / Autônomo

- |   |                           |
|---|---------------------------|
| 3. Empregado, tempo integral                      | 44 horas semanais ou mais |
| 4. Empregado, tempo parcial                       | 5 a 44 horas semanais     |
| 5. Empregado, menos que tempo parcial             | Até 15 horas semanais     |
| 6. Auxiliar ou aprendiz familiar, sem remuneração |                           |
| 7. Desempregado                                   |                           |

### ANEXO 3 PARTICIPAÇÃO

1. Mais de uma vez por semana
2. Uma vez por semana
3. Uma vez por mês
4. Mais de duas vezes no ano
5. Uma ou duas vezes no ano
6. Pertencço a esse grupo, mas nunca participo
7. Não pertencço a esse grupo

### ANEXO 4 PARTIDOS

1. PDT
2. PFL
3. PMDB
4. PPB
5. PPS
6. PSB
7. PSDB
8. PT
9. PTB

## ANEXO 5

## TRABALHO / VIDA FAMILIAR

1. Poder ficar mais tempo em casa sem trabalhar profissionalmente para cuidar dos filhos e/ou da casa
2. Ter mais tempo para a vida familiar
3. Trabalhar mais para ter mais dinheiro
4. Ter mais tempo para estar com o cônjuge/companheiro(a)
5. Ter mais tempo para o lazer/descanso
6. Ter maior participação do cônjuge nas tarefas domésticas e/ou dos filhos
7. Ter mais tempo para o trabalho profissional/formação/estudo
8. Poder atribuir mais/as tarefas a uma empregada

## Anexo II

## Perfil geral dos entrevistados

Tabela 1

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a faixa etária

Faixa etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
18-24 anos	22,2	21,5	21,8
25-39 anos	36,2	36,2	36,2
40-49 anos	17,6	18,2	17,9
50 anos ou mais	24,1	24,1	24,1
Total	100,0	100,0	100,0
N	984	1.016	2.000

Tabela 2

Condição do respondente na unidade familiar

Respondente	%
Chefe	45,2
Cônjuge	25,9
Filho	25,4
Outros	3,6
Total	100,0
N	1.984

Tabela 3

Distribuição dos respondentes por sexo segundo cor ou etnia

Cor ou raça	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Branca	45,0	47,5	46,3
Preta	12,5	10,0	11,2
Parda	37,1	37,9	37,6
Amarela	2,1	1,6	1,9
Indígena	3,3	2,9	3,1
Total	100,0	100,0	100,0
N	946	991	1.936

Tabela 4

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo o estado civil

Estado civil	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Solteiro(a)	46,0	38,4	42,1
Casado(a)	43,9	43,4	43,6
Separado(a)	5,1	5,7	5,4
Divorciado(a)	2,0	3,3	2,7
Viúvo(a)	3,0	9,3	6,2
Total	100,0	100,0	100,0
N	977	1.008	1.985

Tabela 4.1

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a situação conjugal de fato

Casado ou não casado	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Casado	64,1	63,5	63,8
Não-casado	35,9	36,5	36,2
Total	100,0	100,0	100,0
N	935	937	1.872

Tabela 5

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a atividade profissional

Emprego/desemprego	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Empresário/empregador	1,8	0,6	1,2
Liberal/autônomo	27,5	12,7	20,0
Empregado em tempo integral	22,8	13,6	18,1
Empregado de tempo parcial	6,4	8,7	7,6
Empregado em menos tempo parcial	0,7	0,9	0,8
Auxiliar de aprendiz sem remuneração	0,4	0,2	0,2
Desempregado a 12 meses	16,4	12,0	14,6
Desempregado a mais de 12 meses	5,0	4,5	4,8
Estudante	3,0	3,3	3,1
Do lar	0,6	30,5	15,8
Aposentado	13,6	11,3	12,4
Inválido	1,9	1,0	1,4
Total	100,0	100,0	100,0
N	971	1.000	1.971

Tabela 6

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a ocupação

Ocupação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Profissionais administrativos e empregadores	7,7	12,6	9,6
Não-manual de alto nível, técnicos e supervisores	9,3	10,4	9,7
Não-manual de baixo nível, autônomo, comércio	20,7	24,6	22,2
Trabalhadores manuais	48,2	49,5	48,7
Trabalhadores rurais	14,0	2,9	9,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	492	309	801

Tabela 7

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo o setor em que trabalha

Setor em que trabalha	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Governo	18,0	22,1	19,7
Empresa pública	14,4	11,3	13,1
Empresa privada	64,4	54,9	60,4
Instituição	1,1	3,9	2,3
Conta própria	2,2	7,8	4,6
Total	100,0	100,0	100,0
N	278	204	482

Tabela 8

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo o número de horas trabalhadas por semana

Número de horas semanais trabalhadas	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Tempo parcial (até 20h)	6,8	15,1	10,1
Tempo integral sem dedicação (21-30h)	7,4	15,1	10,4
Tempo integral sem sábado (31-40h)	18,7	23,0	20,4
Tempo integral com sábado (41-44h)	21,7	19,2	20,7
Mais que tempo integral (45h ou mais)	45,4	27,4	38,4
Total	100,0	100,0	100,0
N	498	317	815

Tabela 9

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo faixa de renda individual e renda familiar em salários mínimos

Faixa de renda individual em salários mínimos	Sexo			Renda familiar %
	Masculino	Feminino	Total	
Até 1SM	31,3	51,5	40,1	18,2
1-2 SMs	27,5	24,6	26,2	24,6
2-3 SMs	17,6	10,8	14,6	19,6
3-5 SMs	14,1	7,9	11,4	19,6
5 SMs ou mais	9,5	5,2	7,6	18,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N	735	573	1.308	1.721

Tabela 10

Distribuição do número de pessoas residentes no domicílio do respondente por faixa etária

Nº de pessoas que moram no domicílio	Faixa etária			Total
	Até 5 anos	6 a 17 anos	18 anos ou mais	
1 pessoa	71,6	50,2	8,5	31,1
2 pessoas	21,4	29,9	40,2	34,1
3 pessoas	3,4	12,1	24,7	17,5
4 pessoas	1,4	4,3	15,3	9,9
5 pessoas ou mais	2,2	3,4	11,2	7,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N	641	990	1.993	3.624

Tabela 11

Distribuição dos domicílios com ou sem empregada doméstica

Tem empregada doméstica?	%
Sim, mora na casa	1,2
Sim, não mora na casa	6,3
Não	92,5
Total	100,0
N	1.960

Tabela 12

Distribuição dos respondentes por participação em algum tipo de associativismo, segundo o sexo

Sexo	Resposta filiação	Associação		Associação	Partido	Outros	Total
		moradores	Sindicato	profissional	político		
Mulheres	Sim	2,5	5,4	1,9	1,5	2,9	2,8
	Não	97,5	94,6	98,1	98,5	97,1	97,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	1.009	1.006	1.007	1.008	998	5.028
Homens	Sim	3,4	10,7	4,0	5,8	2,9	5,4
	Não	96,6	89,3	96,0	94,2	97,1	94,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	973	975	975	975	965	4.863
N		1.982	1.981	1.982	1.983	1.963	9.891

Tabela 13

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo o partido político de mais afinidade

Partido político pelo qual tem mais simpatia	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
PDT	5,5	2,8	4,3
PFL	8,0	11,1	9,3
PMDB	23,4	23,3	23,3
PPB	1,2	2,6	1,8
PPS	0,8	0,0	0,4
PSB	1,4	2,1	1,7
PSDB	8,4	5,7	7,2
PT	47,2	49,6	48,2
PTB	2,3	1,6	2,0
PSTU	0,2	0,0	0,1
PV	0,4	0,0	0,2
PCdoB	0,2	0,3	0,2
PL	0,6	0,3	0,4
PMN	0,2	0,3	0,2
PP	0,4	0,0	0,2
PSC	0,0	0,5	0,2
Total	100,0	100,0	100,0
N	513	387	900

Tabela 14

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a religião

Religião	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Católica	75,5	75,0	75,2
Religião afro-brasileira	0,8	0,5	0,7
Evangélica pentecostal	8,2	11,6	9,9
Evangélica não-pentecostal	3,5	4,1	3,8
Outras cristãs	1,1	1,2	1,1
Espírita	2,6	2,8	2,7
Não determinada	0,0	0,1	0,1
Não tem religião	7,7	4,5	6,1
Não crê em Deus (ateu)	0,6	0,2	0,4
Total	100,0	100,0	100,0
N	907	931	1.838

Tabela 15

Distribuição dos respondentes por sexo, segundo a percepção de classe social

Classes sociais	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Classe alta	1,0	1,0	1,0
Classe média alta	1,1	1,1	1,1
Classe média	15,1	15,6	15,4
Classe média baixa	16,2	16,6	16,4
Classe trabalhadora	44,7	42,2	43,4
Classe baixa pobre	21,7	23,4	22,6
Nenhuma	0,1		0,1
Total	100,0	100,0	100,0
N	967	992	1.959

Tabela 16

Respondentes com filhos que freqüentam ou não creche

Filhos vão a creche?	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim, do governo	7,4	6,8	7,1
Sim, gratuita da Igreja	1,9	2,6	2,3
Sim, gratuita de outra instituição	3,1	2,1	2,5
Sim, privada	1,2	3,7	2,5
Não	86,4	84,8	85,6
Total	100,0	100,0	100,0
N	162	191	353



Esta obra foi impressa pela  
Markigraph Gráfica e Editora Ltda. em papel off set  
Extra Ahura - Repasa para a Editora FGV  
em maio de 2005